

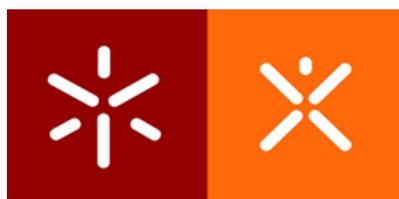


**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Elder Freitas Cunha

**A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO  
DE CASO EXPLORATÓRIO**

03 de março de 2022



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Elder Freitas Cunha

**A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM  
ESTUDO DE CASO EXPLORATÓRIO**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Ciências da Educação  
Área de Especialização em Sociologia da Educação  
e Políticas Educativas

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor Carlos Alberto Gomes

03 de Março de 2022

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIRO**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### **Licença concedida aos utilizadores deste trabalho**



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao autor da vida, Jesus Cristo, meu salvador e Rei, a quem pertence toda a sabedoria.

Agradeço a Klissia, minha amada esposa, por ter me dado apoio e incentivo, sem a qual esse trabalho não teria sido realizado.

Agradeço ao meu pai, Jonas, *in memoriam* (★1960 – 2021†).

Agradeço a minha mãe, Cristina, por todo o carinho e cuidado.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Carlos Alberto Gomes, pelos ensinamentos, dedicação e compreensão que tornaram possível a realização dessa pesquisa.

Agradeço ao Pastor Américo Menezes e sua esposa Fernanda, por me apresentarem o mundo dos Surdos e da língua de Sinais, e por me auxiliarem grandemente nesse trabalho.

## **A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO EXPLORATÓRIO**

### **RESUMO**

A presente pesquisa foi realizada com o intuito de analisar em que medida o projeto da educação inclusiva de surdos tem sido aplicado, de fato, em uma universidade pública do norte do Brasil. Este trabalho, portanto, pretende verificar se o discurso político e institucional acerca do ensino superior acessível para todos tem sido implementado na realidade. A investigação foi realizada sob o ponto de vista do tradutores e intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), que trabalham diretamente com alunos Surdos em seu cotidiano. Também foram feitos questionários com professores surdos e gestores de órgãos responsáveis pela acessibilidade de Surdos na Universidade em questão. Os resultados obtidos demonstram que a educação inclusiva não é um projeto pronto e acabado, mas um processo gradual, que convive com dificuldades e conquistas. Nesse contexto, apesar do intérprete ser considerado essencial para a educação inclusiva na universidade, nem sempre sua função tem sido compreendida pela comunidade acadêmica ou valorizado pelas políticas institucionais e governamentais. Além disso, a mera presença do intérprete não garante a acessibilidade, que depende da atuação de outros profissionais (professores e gestores). Portanto, o caminho para uma educação superior mais acessível envolve promover uma melhor articulação e sinergia entre os diversos servidores e setores da universidade.

**Palavras Chave:** EDUCAÇÃO INCLUSIVA; SURDOS; INTÉRPRETE DE LIBRAS; ENSINO SUPERIOR

## **DEAF INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: AN EXPLORATORY CASE STUDY**

### **ABSTRACT**

The present research was carried out in order to analyze to what extent the inclusive education project for the deaf has been applied, in fact, in a public university in northern Brazil. This work, therefore, intends to verify if the political and institutional discourse about accessible higher education for all has actually been implemented. The investigation was carried out from the point of view of translators and interpreters of BSL (Brazilian Sign Language), who work directly with Deaf students in their daily lives. Questionnaires were also carried out with deaf teachers and managers responsible for the accessibility of the Deaf at the University in question. The results obtained demonstrate that inclusive education is not a ready-made project, but a gradual process, which coexists with difficulties and achievements. In this context, although the interpreter is considered essential for inclusive education at the university, its role has not always been understood by the academic community or valued by institutional and governmental policies. Furthermore, the mere presence of the interpreter does not guarantee accessibility, which depends on the performance of other professionals (teachers and managers). Therefore, the path to a more accessible higher education involves promoting better articulation and synergy between the different workers and sectors of the university.

**Keywords:** INCLUSIVE EDUCATION; DEAF; INTERPRETERS OF BSL; HIGHER EDUCATION

## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTO</b> .....	IV
<b>RESUMO</b> .....	V
<b>ABSTRACT</b> .....	VI
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	VII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL</b> .....	5
1.1 - PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA.....	11
1.2 - PARADIGMAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-DEFICIÊNCIA.....	18
1.3 - PERSPECTIVAS ACERCA DA SURDEZ.....	23
<b>CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS</b> .....	27
2.1 - HISTÓRIA DOS SURDOS EM SOCIEDADE.....	28
2.2 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	31
2.2.1 - REVELAÇÃO CULTURAL.....	32
2.2.2 - ISOLAMENTO CULTURAL.....	39
2.2.3 - DESPERTAR CULTURAL.....	44
<b>CAPÍTULO 3 - ENQUADRAMENTO POLÍTICO, IDEOLÓGICO E CONSTITUCIONAL</b> .....	48
3.1 – TRATADOS INTERNACIONAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS.....	49
3.2 – NORMAS BRASILEIRAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS.....	54
<b>CAPÍTULO 4 - PESQUISA EMPÍRICA, OPÇÕES METODOLÓGICAS, PROCEDIMENTOS ÉTICOS</b> .....	66
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	68
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO - INTÉRPRETES DE LIBRAS.....	71
4.2.1 DIMENSÃO IDEOLÓGICA-CONCEITUAL.....	72
4.2.2 DIMENSÃO PROFISSIONAL .....	76
4.2.3 DIMENSÃO INSTITUCIONAL (UNIVERSIDADE).....	91
4.2.4 DIMENSÃO POLÍTICA NACIONAL (GLOBAL).....	97
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO – PROFESSORES.....	106
4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO – GESTORES .....	112
<b>CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS</b> .....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	128
APÊNDICE I - ENTREVISTAS REALIZADAS COM INTÉRPRETES DE LIBRAS.....	131
APÊNDICE II - QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM PROFESSORES.....	206
APÊNDICE III - QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM GESTORES.....	223

## **INDICE DE SIGLAS E ABREVIações**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

DA – Deficiente Auditivo

EI – Educação Inclusiva

FEBRAPILS - Federação Brasileira de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

L1 – Primeira língua (língua materna)

L2 – Segunda língua

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LP – Língua portuguesa

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização Das Nações Unidas

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores

PCD – Pessoa com Deficiência

PCCTAE - Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PROLIBRAS - Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa

TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi realizado no âmbito do Instituto de Educação da Universidade do Minho, no Departamento de Ciências Sociais da Educação. Com esta pesquisa, pretendemos investigar como ocorre a educação inclusiva de Surdos em uma universidade do norte do Brasil, do ponto de vista dos Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) que atuam nesse campo. Para isso, será analisada a forma com que as políticas educativas de inclusão de surdos têm sido traduzidas no âmbito da Universidade pública e democrática, entendida como um campo de negociação política, diversidade e aceitação da diferença.

Em outras palavras, esta pesquisa tem por objetivo compreender em que medida a educação inclusiva é aplicada, de fato, na universidade investigada. Como é a experiência dos tradutores e intérpretes de língua de sinais na universidade inclusiva? Que papel desempenham nesse contexto? Que dificuldades e desafios encontram? Que avanços e conquistas observam? Como as políticas Educativas tem influenciado na prática da inclusão dos Surdos?

Não obstante a pesquisa ser construída sob a ótica da sociologia da educação, o assunto está relacionado com as políticas públicas de igualdades de oportunidade. Portanto, o projeto se enquadra na área das políticas educativas, nomeadamente na tradução das políticas publicas em educação, privilegiando um olhar da sociologia da educação sobre o tema, sem deixar de considerar os contributos da antropologia e da psicologia da educação.

O presente estudo demonstra relevância política e social por envolver temas como a democracia, diversidade e exclusão social, no que diz respeito a comunidade Surda (grupo minoritário). A pesquisa está relacionada com a temática da educação publica e democrática; a inclusão/integração; normalidade/deficiência; a igualdade de oportunidades.

O interesse por pesquisar este assunto surgiu da experiência pessoal como Intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS). Essa vivência me permitiu perceber que, no contexto brasileiro, muitas vezes as políticas públicas não se aplicavam na área da educação da forma que eram previstas no texto das normas, tratados e demais políticas educativas. Desta forma, o motor deste trabalho científico é investigar como as políticas públicas de inclusão são concretizadas na realidade da universidade Pública.

A escolha por investigar o ponto de vista dos profissionais da educação se justifica pela necessidade de ouvir aqueles que lidam no dia a dia das escolas, capazes de confrontar a realidade que vivenciam com as políticas públicas no plano teórico. Não somente estes sujeitos da pesquisa tem experiência prática, mas também tem formação para opinar com mais propriedade.

A proposta, portanto, é fazer uma reflexão crítica do discurso político e institucional acerca da universidade democrática e inclusiva em comparação com a vivência das pessoas que trabalham no âmbito da educação de surdos.

No primeiro capítulo, o objetivo foi delimitar a temática investigada, apresentando os conceitos básicos que envolvem a problemática da pesquisa e os principais debates relacionados. Nesse sentido foram abordados diversos assuntos, tais como: inclusão/integração; normalidade/diferença; diferença/deficiência, surdez, etc.

O segundo capítulo trata sobre o histórico da educação inclusiva no Brasil e no mundo, em geral e especialmente no que diz respeito aos estudantes surdos. Foram analisados os períodos e eventos históricos que marcaram a história dos Surdos e da sua educação, ressaltando as pessoas e instituições mais influentes, bem como as principais metodologias de ensino e suas bases ideológicas.

O terceiro capítulo visa analisar as leis, normas e documentos que regem o processo educativo dos estudantes Surdos, para entender o discurso político a respeito da educação inclusiva. Este capítulo se debruçou sobre os tratados internacionais que versam sobre educação para todos, as disposições constitucionais que asseguram o ensino inclusivo e as leis que abordam questões relacionadas com a educação inclusiva de Surdos.

O quarto capítulo tem como alvo descrever detalhadamente o percurso da pesquisa, justificando as opções metodológicas e apresentando os procedimentos éticos utilizados. Optamos por um estudo de caso exploratório para privilegiar uma abordagem qualitativa, com maior imersão e profundidade.

Após a elaboração de um guia com as perguntas, foram realizadas entrevistas com os intérpretes de LIBRAS que tem experiência e vivência na educação inclusiva de Surdos. Além dos intérpretes, também foram aplicados questionários com professores Surdos da instituição e com gestores responsáveis por setores ligados a inclusão de Surdos, para apreender a perspectiva docente e institucional sobre o assunto.

Os dados foram divididos em dimensões de análise e, em seguida, os resultados foram discutidos sob um olhar sociológico, sempre buscando de ter uma perspectiva mais aprofundada da educação inclusiva, na prática.

É importante ressaltar que foram aplicados os procedimentos éticos em todas as fases da investigação, nomeadamente no desenho, organização, produção e publicação da pesquisa. O trabalho foi, portanto, elaborado respeitando o código de ética da Universidade do Minho, inclusive garantindo a confidencialidade e anonimato dos participantes.

**CAPÍTULO 1**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL**

Neste capítulo o problema da pesquisa será apresentado e delimitado, no contexto da educação para todos, da igualdade de oportunidades e do ensino público e democrático como sendo um direito humano inalienável.

Serão abordadas as questões que envolvem as noções de deficiência, diferença e inclusão, no que diz respeito ao ensino de Surdos. Esses conceitos são essenciais para o enquadramento da problemática a ser investigada, na medida em que norteiam os debates em torno das políticas educativas de inclusão de Surdos no ensino superior e influenciam nas práticas pedagógicas e medidas governamentais a esse respeito.

Os conceitos são construções mentais que são formados na sociedade e consolidados nas representações culturais. Às vezes, os conceitos correspondem diretamente a realidades externas e podem ser aproximações grosseiras da verdade; às vezes, são apenas fracas correlações com o mundo natural e social e, sob certas condições, podem levar a fortes estereótipos e preconceitos (Anastasiou & Kauffman, 2011, p.373).

A forma com que se entende um determinado problema implica nas escolhas feitas e nas decisões tomadas a respeito dele (Paccini, 2014, p.48). As palavras e definições estão relacionadas com valores e ideologias, na medida em que “os termos, as concepções, os conceitos não são neutros, pois carregam uma perspectiva de mundo associada a uma visão de sociedade, construída com base em um ponto de vista determinado.” (Paccini, 2014, p.48).

Corroborando com esse pensamento, Brandenburg e Lükmeier, (2013, p.181) reconhecem a importância dos valores na inclusão, a qual “depende muito de mudanças nos valores de uma sociedade, nos quais a escola está implicada historicamente”. Os autores relacionam a educação inclusiva não só com valores de democracia e a cidadania plena, mas também com uma escola mais eficiente:

“A inclusão acontece por meio de um processo interativo em que sociedade e alunos com deficiência se reconhecem, adaptam-se e desenvolvem-se, estabelecendo novos pactos fundamentados no direito de cidadania plena para todos. Logo, o processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve a revelação de uma escola eficiente, diferente, solidárias e democráticas em que a multiplicidade os leva a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão”

Nesse sentido, a educação inclusiva vem sempre acompanhada como uma mudança paradigmática, alterando os pressupostos e conceitos, quebrando noções pré-concebidas e discriminatórias que habitam o imaginário da sociedade.

Para Barnes (2012, p.22), o ativismo político e acadêmico contribuiu para gerar uma mudança nas percepções acerca da deficiência. Agora, os círculos políticos não mais consideram a deficiência como um mero problema médico, mas também como uma questão de direitos humanos. Essa mudança de entendimento resultou na criação de várias medidas legislativas e iniciativas políticas para lidar com as privações econômicas e sociais enfrentadas por pessoas com deficiência ao redor do mundo.

O autor (Barnes, 2012) demonstra uma ligação entre as novas perspectivas acerca da deficiência e a alteração na ação estatal, através das políticas públicas e normativas a respeito das pessoas com deficiência. Desta forma, entendemos que é o Estado, em parceria com a escola e a comunidade, é o principal responsável por enfrentar a exclusão social, proporcionando aos seus cidadãos amplo e pleno acesso à educação por meio de políticas educativas efetivas.

Segundo Matiskei (2004, p. 184) pelo fato da inclusão estar entranhada em vários setores da nossa sociedade, o Estado deve tomar para si a responsabilidade de equacionar soluções, buscando quebrar as barreiras que impedem que os grupos sociais excluídos usufruam dos seus direitos, especialmente do direito à “educação para todos” efetivado através do ensino inclusivo. Sobre o dever do Estado de promover a educação inclusiva, respeitando as diferenças, Matiskei (2004, p.192) ressalta que é um processo que leva tempo:

“A inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação, que exige do Poder Público, em sua fase de transição, o absoluto respeito às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dos serviços mais apropriados ao seu atendimento.”

Na visão de Sanchez e Silva (2019, p. 156) a educação inclusiva está vinculada não somente com a ação pedagógica e escolar, mas também com governo e suas políticas educativas, de maneira que a inclusão no ensino “se preocupa em promover a participação dos estudantes e procura reduzir a exclusão, reestruturando culturas, políticas e práticas pedagógicas, nas instituições de ensino, respondendo continuamente à diversidade dos estudantes.”

Nos regimes considerados democráticos, a diversidade passou a ser considerada um elemento essencial nas políticas públicas, na medida em que governos e entidades buscam cumprir as recomendações dos organismos internacionais (Klein, 2006, p.9).

Compartilhando desse mesmo ponto de vista, Prychodco, Fernandes & de Camargo Bittencourt (2019, P.6) explicam que os modelos acerca da deficiência muitas vezes influenciam nas práticas e políticas educativas no campo do ensino inclusivo. Nos termos dos próprios autores:

“Políticas públicas e práticas de intervenção no campo da Inclusão Escolar surgem, muitas vezes, influenciadas por características ligadas aos Modelos Biomédico, Social e Biopsicossocial sendo, por esse motivo, fundamental apresentar esses conceitos, relacionando-os às formas de atendimento escolar que foram consolidadas ao longo do tempo.”

Sobre a influência dos modelos acerca da deficiência nas políticas educativas, Prychodco (2020, p.27) chama atenção para o fato de que esses conceitos continuam servindo como base para ações políticas até os dias de hoje:

“Embora os modelos possuam marcos históricos que delimitem suas origens, todos operam influências ainda nos tempos atuais e fornecem suportes teóricos para a compreensão de princípios norteadores acerca da elaboração e implementação de Políticas Públicas, das concepções de EI [educação inclusiva] que se apresentam nas práticas de intervenção e da forma como profissionais de Saúde e Educação interagem durante o trabalho intersetorial.”

Martins, Leite & Lacerda (2015, pp.1000-1001) afirmam que a concepção acerca da deficiência é um aspecto essencial para o sucesso dos alunos com deficiência, em seu percurso educativo. A presença de estudantes deficientes implica em modificações no processo de escolarização, organizado em torno de um arcabouço jurídico e curricular.

Elaborando a ideia de que a presença dos deficientes em um sistema implica em uma reestruturação do sistema educativo, Mantoan (2004, p.37) afirma que essas alterações resultam em benefícios para todos, destacando “os benefícios que essa inovação educacional propicia à educação dos alunos em geral, ao provocar mudanças de base na organização pedagógica das escolas e na maneira de se conceber o papel da instituição escolar na formação das novas gerações”.

Seguindo esse raciocínio, uma noção adequada de deficiência, que respeite as diferenças e valorize sua individualidade, é requisito para uma adequação do sistema de ensino inclusivo, que de fato atenda a todos com qualidade.

No mesmo sentido, Dos Santos (2015, p.9) assevera que reconhecer e valorizar a diferença é um dos pressupostos políticos e filosóficos para a efetivação da educação como um direito de todos. A autora reforça que para que isto ocorra é preciso haver “mudanças conceituais, político e pedagógicas, capazes de favorecerem novas formas de organização e de pensamento educacionais.” (Dos Santos, 2015, p.9). Essa linha de raciocínio evidencia a importância de estudar a forma com que a sociedade entende e lida com a deficiência.

Segundo Skliar (1998, p.6), o próprio conceito de diferença é um construto sociopolítico, gerado por relações desiguais de poder/saber que caracterizam os conflitos e movimentos sociais no decorrer da história. Nas palavras do próprio autor:

“A diferença como significação política é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistência às assimetrias de poder e saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante” (Skliar, 1998, p. 6)

Sendo elaborada através de um processo histórico, a forma com que a deficiência era percebida sofreu alterações ao longo do tempo. Esse processo ocorreu conforme a medicina evoluía e a sociedade mudava sua concepção de diferença (Martins, 2018, p.13). Sobre as concepções acerca das pessoas com deficiência, Loureiro (2013, p. 25) afirma que:

“Existem diferentes concepções da deficiência, em função dos critérios definidos pelas ciências que sobre esta questão se debruçam, o que denota um reflexo das mudanças sociais e, ao mesmo tempo, a prova da necessidade da existência de um consenso geral, no que concerne a esta problemática.”

Ressaltando a importância de um olhar histórico e cultural, Gesser (2012, p.36) explica que deixar de analisar a relação da sociedade com a deficiência sob esse prisma pode resultar em um entendimento reducionista “como a um processo de polarização no qual ora se culpabiliza o deficiente por sua exclusão, ora a sociedade, esquecendo-se das relações intersubjetivas que constituem a deficiência.” Textualmente, a autora afirma que:

“Situar a relação deficiência/sociedade na história do ocidente se faz necessário em decorrência de que, em diferentes momentos históricos, houve condições objetivas e subjetivas (sem negar a relação entre elas) diversas. Isso possibilita a

compreensão do sentido das ações das diferentes culturas em relação a essa população bem como o entendimento de fatores que contribuíram para a mudança na significação ao longo dos tempos.”

Seguindo uma perspectiva multicultural, Sanches e Teodoro (2006, p.72) são categóricos ao afirmar que a educação inclusiva está intrinsecamente ligada à valorização da diversidade, que passa ser vista como instigante e não mais como prejudicial:

“Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas”

Por sua vez, Skliar (2003, p.42) denuncia que a diversidade ainda é vista, na atualidade, como se fosse um problema para o sistema de ensino. Além disso, a questão da diferença na sala de aula é rotulada como um problema que surge do “outro”, ignorando que todos somos diversos e temos necessidades educativas especiais. Desta forma, esse discurso acaba “focalizando exclusivamente nos sujeitos considerados problemáticos”.

Ao criticar essa visão da diferença como um problema, Martins, Leite & Lacerda (2015, p.1001) afirmam que “em determinados momentos, na atualidade, a deficiência é vista como uma limitação ao cumprimento das metas curriculares; em outros momentos, é mascarada pelas noções de igualdade ou de normalização das diferenças.”

Ressaltando os benefícios da diversidade para a educação, Sanchez e Silva (2019, p. 156) asseveram que a convivência com a alteridade em sala de aula tem o condão de introduzir novos conhecimentos e possibilita que o discente experimente métodos de ensino diferentes, conforme se lê abaixo:

“A diversidade de experiências, de saberes e de culturas dos alunos é uma mais-valia geradora de novos conhecimentos, campo aberto para experimentar diferentes metodologias em que as aprendizagens sejam construídas com a mediação do professor, do grupo escolar e da família, valorizando as experiências e potencialidades de cada um.”

Desta forma, é possível perceber que a temática da deficiência envolve diretamente o conceito de diversidade: quem é o diferente, como educá-los, e quais são as causas das dificuldades que enfrentam. A diferença, também é uma ideia central do debate em torno da deficiência, pois muitas vezes um padrão de normalidade é criado para justificar a opressão

dos diferentes. Fica claro que existe um discurso político e científico que insiste em focalizar a responsabilidade pela exclusão somente no próprio excluído, justificando práticas excludentes.

A seguir trataremos do debate teórico a respeito dos conceitos de deficiência, levando em consideração o modo com que a sociedade percebe e lida com as pessoas deficientes ao longo da história. Além disso, serão abordados os principais paradigmas no campo da educação inclusiva, desde a exclusão, passando pela segregação institucionalizada até a integração e a inclusão.

## 1.1 PERSPECTIVAS SOBRE A DEFICIÊNCIA

Como foi apresentado anteriormente, o debate em torno dos conceitos e modelos acerca da deficiência, diferença e diversidade, não são um mero exercício teórico, mas tem fundamental valor para a investigação que agora se propõe, por suas implicações práticas no campo político e pedagógico.

Esta investigação circunscreve-se no âmbito das políticas educativas, na medida em que estes conceitos informam e condicionam as políticas públicas a respeito do ensino dessa parcela da população, influenciando também os atores que trabalham no âmbito educacional. Portanto, os estudos destes referenciais teóricos são de suma importância para compreender a educação inclusiva mais profundamente.

Nesse contexto, Martins (2018, pp.9-11) classifica as perspectivas sociais acerca das pessoas com deficiência em três modelos conceituais: o Modelo Médico, o Modelo Social e o Modelo Biopsicossocial.

Sasaki (1997, p. 29), define o **modelo médico** com sendo a perspectiva segundo a qual “a pessoa com deficiência é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações”.

Barnes (2012, p.12) relembra que até muito recentemente, a deficiência era vista quase exclusivamente como um problema individual, médico ou "tragédia pessoal" na cultura ocidental. Essa forma de ver a deficiência afastava a temática do âmbito político ao se voltar prioritariamente para a pessoa do deficiente e sua condição clínica.

Comentando sob o paradigma médico (ou biomédico), Diniz, Barbosa e Santos (2009, p.67) explicam que esse ponto de vista compreende a deficiência como “uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie.” Essa linha de raciocínio nos leva a entender os impedimentos do corpo como “indesejáveis e não simplesmente como uma expressão neutra da diversidade humana (...) Por isso, o corpo com impedimentos deve se submeter à metamorfose para a normalidade, seja pela reabilitação, pela genética ou por práticas educacionais”.

No contexto da surdez, Skliar (1998, p. 10) assevera que o modelo clínico-patológico (ou médico) pode ser entendido, neste contexto, como “o disciplinamento do comportamento e do corpo para produzir surdos aceitáveis para a sociedade dos ouvintes”.

Díaz, Bordas Galvão & Miranda (2009, p.9) esclarecem que o modelo médico coloca ênfase naquilo que supostamente estava “faltando” aos alunos. Esta abordagem “implicava um diagnóstico clínico, para avaliar as características e dificuldades manifestadas pelos alunos, objetivando constatar se deviam, ou não, ser encaminhados às classes especiais ou escolas especiais ou ainda às classes comuns do ensino regular.”

Nas palavras de Silva (2006, p.122), o modelo médico da deficiência corresponde à “descrição clínica ou biológica que explica a deficiência como lesão ou desvio da normalidade, falta ou déficit, ignorando o peso das estruturas sociais, prescrevendo a ‘cura’ por meio de reabilitação e medicalização.” (Silva, 2006, p.122)

No decorrer da história, a deficiência sofreu uma “medicalização”, na medida em que foi tratada como uma mera incapacidade e falha do corpo e esvaziada de sua dimensão política e coletiva. Conforme esse paradigma médico e individualista, as dificuldades encontradas pelos deficientes são fruto de sua própria incapacidade e não de uma sociedade que ignora suas necessidades. (Fontes, 2009, p. 74-75)

Skliar (1997, p. 113) apresenta a medicalização, no que diz respeito aos Surdos, como o processo de “orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de defeitos de fala(...)a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos significativos como a língua de sinais.”

No mesmo sentido, Portugal (2016) denuncia o excesso de poder que tem as decisões médicas sobre a vida dos deficientes, apontando o papel central que os atestados de incapacidade tem na concessão de benefícios governamentais. Além disso a própria definição

da deficiência sofre influência do poder médico que tem a prerrogativa de atribuir “graus de incapacidade” seguindo critérios clínicos. (Portugal, 2016, p. 150)

Essa perspectiva, baseada na ideia de normalização, entende as pessoas deficientes como dependentes, passivos e anormais que precisam se adaptar através da intervenção médica e/ou uma reabilitação, propondo uma espécie de “cura”. (Fontes, 2009, p. 74-75)

Rodrigues (2006, p. 19), define a normalização como: “escolher arbitrariamente uma identidade e fazer dela ‘a identidade’, a única identidade possível, a única identidade ‘verdadeira’. Portanto, a crítica da normalização se dá por estabelecer um padrão de normalidade e considerar todos os outros como “desvios”.

Durante muitos anos a noção de que os Surdos se constituíam como um ‘desvio da normalidade’ serviu como fundamento para projetos de capacitação laboral que tinham por objetivo normalizar, por meio da reabilitação e correção, esses indivíduos que diferiam dos valores numéricos e descritivos estabelecidos como ‘normais’ (Klein, 2006, p.6).

Segundo De Loureiro Maior (2017, p.31) o modelo biomédico da deficiência está relacionado com a imposição de um padrão de normalidade socialmente construído. Para a pesquisadora, esse modelo “está vinculado à integração social e aos esforços de normalização das pessoas com deficiência para atenderem aos padrões de desempenho e estética exigidos pela sociedade. O modelo tem como foco a limitação funcional que se encontram na pessoa, desconsiderando as barreiras presentes no contexto social”

Convém ressaltar que os princípios de normalização, compreendida como imposição de um ideal arbitrário de normalidade, e a medicalização, que pode ser definida como a redução da deficiência exclusivamente à dimensão clínico-patológica, são conceitos intrinsecamente ligados ao modelo médico de deficiência, sendo pressupostos que servem de justificativa para políticas educativas e ações pedagógicas.

De acordo com Sasaki (1997, p. 28), o modelo médico da deficiência está enraizado de tal forma que influencia até mesmo “o discurso dos próprios defensores da causa das pessoas com deficiência”. O aspecto sutil e “inconsciente” desses valores revela a importância de denunciar essas ideias como forma de descortinar os mecanismos de opressão das pessoas com deficiência.

Esse preconceito inconsciente contra aqueles considerados diferentes muitas vezes se manifesta através de um sentimento de paternalismo uma falsa tolerância, como se a pessoa com deficiência precisasse de algum favor ao invés de reconhecer seus direitos. Segundo Klein

(2006, p. 11) “no discurso da tolerância e do respeito à diversidade está bem presente a lógica da norma, na qual todos aqueles que são desviantes, anormais, recebem, por solidariedade daqueles que são considerados os normais, licença para ocupar um lugar.”

No contexto educacional, Napoleão Freitas (2006) chama a atenção para essa tendência de padronização, afirmando que, na maior parte das vezes o docente “(...) idealiza um aluno, sem se dar conta de que trabalhar com a diversidade é algo intrínseco à natureza da atuação docente e de que não faz sentido pensá-la como uma condição excepcional.” (Napoleão Freitas, 2006, p. 170)

O **modelo social** da deficiência entende que “os problemas da pessoa com deficiência não estão nela tanto quanto estão na sociedade” (Sasaki, 1997, p.44). Dito de outra forma, a sociedade é a principal responsável pelas limitações na vida de um deficiente, por criar sistemas restritivos e impor barreiras ao acesso de certas pessoas, que não atendam certos requisitos.

O modelo social segue o raciocínio de que o problema da deficiência não é individual e nem está vinculado a uma lesão corporal, mas reside na sociedade e na sua falta de sensibilidade quanto às necessidades dos indivíduos com lesões, o que é considerado um tipo de opressão social. (Gesser, 2012, p.11).

Sobre a esfera educacional, Matiskei (2004, p.192) entende que houve uma mudança de foco na educação especial, que não mais estaria voltada para a condição individual do estudante, mas para o sistema de ensino, tornando-se uma questão política:

“Essa modificação substancial do enfoque e suas implicações operaram a mudança nas representações sobre os problemas de aprendizagem dos alunos e geraram uma série de discussões relacionadas à necessidade de os sistemas de ensino implementarem macropolíticas que atendessem às necessidades educacionais especiais dos alunos, estendendo-se os domínios do especial em educação não apenas para os setores que, de forma institucionalizada, eram responsáveis pelos serviços destinados a esse grupo de alunos”

Corroborando com esse pensamento, Silva (2006, p.122) aponta que, no modelo social “a causa é deslocada da lesão para seus aspectos externos, que constituem as barreiras sociais, com uma argumentação neutralizadora da disfunção orgânica e, assim, politizando o enfrentamento da deficiência, propondo ações e atitudes sociais afirmativas.” Dito de outra

forma, a mudança de enfoque - da condição pessoal para a realidade social - tem o condão de trazer a questão para o campo das políticas públicas.

Segundo Barnes e Mercer (2004, p.3), a abordagem do "modelo social" apontou para áreas onde a ação política pode trazer as mudanças sociais necessárias para derrubar a exclusão social das pessoas com deficiência.

Na visão de Sasaki (1997, p.44) "a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas com deficiência, causando lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais(...)" O autor aponta, ainda, algumas das formas que a sociedade causa desvantagens aos deficientes:

"(...)seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferença; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria supostamente homogênea; sua quase total desinformação sobre deficiências e sobre direitos das pessoas que têm essas deficiências; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana."

Portanto, segundo o modelo social, a maior parte das limitações sofridas pelos deficientes são imposições de uma sociedade que serve apenas certos tipos de indivíduos que se adequem a um padrão de normalidade arbitrário, excluindo todos os demais e rejeitando os diferentes.

Shakespeare & Watson (2001, p.4), comentando sobre a realidade britânica, apontam que o modelo social percebe as pessoas com deficiência como um grupo social oprimido. Além disso, o modelo distingue entre o impedimento que as pessoas têm, e a opressão que experimentam. E o mais importante, define 'deficiência' como a opressão social, não como uma forma de impedimento. De semelhante modo, Anastasiou & Kauffman (2013, p.442) resumem o modelo social em cinco teses interconectadas, da seguinte forma:

1. Há uma nítida distinção entre impedimento (*impairment*) e deficiência (*Disability*).
2. Incapacidade refere-se à disfunção do corpo, enquanto a deficiência refere-se à organização social.
3. A deficiência não é um produto de patologia corporal, mas de estruturas sociais e econômicas. Essas estruturas são responsáveis pessoas com deficiência serem excluídas da plena participação das atividades sociais.
4. Pessoas com deficiência são um grupo social oprimido.
5. A

deficiência não é uma questão de tragédia pessoal. Nada nas pessoas com deficiência é errado ou precisa ser corrigido. A intervenção médica não é apropriada. Em vez disso, as pessoas com deficiência são aconselhadas a lutar para mudar a sociedade.

Shakespeare & Watson (2001, pp.5-6) reconhecem que o modelo social foi uma contribuição decisiva para o movimento das pessoas com deficiência, na Inglaterra, permitindo a definição de uma estratégia política – a remoção de barreiras. Se a deficiência das pessoas com incapacidade é causada pela sociedade, então a prioridade é dismantlar essas barreiras debilitantes, a fim de promover a inclusão de pessoas com deficiência. Seguindo esse raciocínio, a estratégia de cura médica/reabilitação se torna inviável, e a busca por mudança ou total transformação social se torna uma estratégia melhor.

Outra contribuição do modelo social, de acordo com Shakespeare & Watson (2001, pp.5-6), foi uma mudança nas próprias pessoas com deficiência. Substituir a visão tradicional do "modelo médico" de deficiência - em que os problemas surgem de déficits no corpo - pela visão do modelo social - em que os problemas surgem de opressão social - foi e continua sendo muito libertadora para deficientes indivíduos. Os autores descrevem essa emancipação da seguinte forma:

“De repente, as pessoas foram capazes de entender que não tinham culpa: a sociedade tinha culpa. Eles não precisavam mudar: a sociedade precisava mudar. Eles não precisavam mais sentir pena de si mesmos: eles podiam ficar com raiva. (...) as pessoas começaram a pensar em si mesmas de uma maneira totalmente nova e adquiriram o poder de mobilizar, organizar e trabalhar por cidadania igualitária. Em vez do processo degradante de depender de caridade ou boa vontade, ativistas deficientes agora podem exigir seus direitos.” (Shakespeare & Watson, 2001, pp.5-6)

Diante da complexidade da deficiência enquanto categoria científica, Anastasiou & Kauffman (2011, p.276) chamam atenção para o risco de repetir o mesmo erro do determinismo biológico em um tipo de determinismo sociológico:

“Um perigo é responder às dificuldades conceituais que envolvem o termo deficiência substituindo-o por simplificações excessivas. Os adeptos do modelo social (ou modelo socioconstrutivista) reduzem a ideia de deficiência a algo simplesmente sociológico, cometendo a imagem espelhada do erro do determinismo biológico (por

exemplo, darwinismo social, eugenia[...]). Substituindo o determinismo biológico pelo determinismo cultural, os socio-construtivistas criam especulações teóricas sobre pessoas com deficiência que, paradoxalmente, são assumidas pelo modelo como vazias de características biológicas.”

Desta forma, Anastasiou & Kauffman (2011, p.379) concluem que a deficiência é um produto de restrições que não são exclusivamente biológicas e nem sociológicas, apontando que fatores intrínsecos (isto é, fatores biológicos socializados) são a melhor explicação para a deficiência. Em outras palavras, os autores defendem o modelo biopsicossocial como o melhor referencial teórico para compreender a deficiência.

De acordo com Prychodco (2020, p.40), o **Modelo Biopsicossocial** surgiu da união “dos Modelos Biomédico e Social e da necessidade de considerar, para além das influências dos aspectos individuais e do meio social, todos os fatores condicionantes da saúde(...)”. Essa perspectiva privilegia “uma visão integral do sujeito nas diversas dimensões: física, psicológica e social(...)”.

Na perspectiva de Sasaki (1997, p. 47), o modelo biopsicossocial considera o indivíduo a partir de aspectos biológicos, sociais familiares e emocionais, nasceu da junção das contribuições dos Modelos Biomédico e Social e da necessidade de considerar mais dois aspectos: a influência dos fenômenos psicológicos para o desenvolvimento dos indivíduos e a interação indivíduo-meio nos processos relacionados à promoção da saúde.

Abordando a forma com que a legislação define a pessoa com deficiência, Netto & De Oliveira Lino (2017, p. 185) apresentam o modelo biopsicossocial como um paradigma pelo qual se analisa “a pessoa com deficiência por intermédio de perícia médica e social, conjugando a análise dos impedimentos corpóreos de longo prazo frente as barreiras sociais, ambientais e atitudinais existentes”.

Nas palavras de Morgado et al. (2017, p.251), o modelo biopsicossocial consiste na amalgama do modelo social e do modelo médico, fundamentado em 3 fatores preponderantes: “estado da saúde, ambiente e fatores pessoais”.

Em 2001, a Organização mundial da Saúde (OMS) aprovou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), adotando um ponto de vista biopsicossocial acerca da deficiência, o qual “baseia-se numa integração de dois modelos opostos: o médico e o social “(Netto & De Oliveira Lino, 2017, p.192). Os autores argumentam que não há como

analisar a condição das pessoas com deficiência sem levar em conta que sua funcionalidade é limitada pelas barreiras físicas, culturais e atitudinais da sociedade da qual fazem parte, enfatizando a dimensão política da questão:

“O modelo proposto pela CIF não se reduz à análise individual da pessoa com deficiência, mas a faz frente às barreiras físicas, sociais e políticas (ausência de políticas públicas) existentes em determinado ambiente social no qual vive. Assim, demanda que a “solução” para a redução dos impactos da deficiência e a consequente integração da pessoa com deficiência transcendam a dimensão individual, passando a ser uma responsabilidade coletiva da sociedade fazer as modificações ambientais necessárias à participação plena destas pessoas em todas as áreas da vida social. “

No entendimento de Netto & De Oliveira Lino (2017, p.183), a legislação brasileira primeiro assumiu o ponto de vista médico para a definição de deficiência, pautado nas restrições corporais, em seguida em passou a seguir o modelo social que tinha por foco a “opressão social sofrida pelas pessoas com deficiência” e, na atualidade, adota o paradigma biopsicossocial que conjuga a perícia técnica com uma análise das barreiras sociais enfrentadas.

## **1.2 – PARADIGMAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-DEFICIÊNCIA**

A busca pela inclusão social, especialmente no âmbito educativo, se mostra como uma consequência lógica do princípio da igualdade de oportunidades. No que diz respeito às pessoas com deficiência, esse processo implica na redução das desigualdades, na remoção das barreiras de acesso aos bens e serviços sociais e na promoção do desenvolvimento pleno da pessoa humana, com autonomia e dignidade. A educação inclusiva, portanto, se fundamenta no princípio da igualdade, sendo a concretização da educação como direito humano.

Sobre a educação inclusiva como uma manifestação dos direitos humanos das pessoas com deficiência, Silva (2015, p.22) leciona que:

“A Educação é um direito que é dado a todos nós com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento integral, o conhecimento, a troca de saberes e experiências através das instituições e sistemas de ensino. Neste contexto, as pessoas com deficiências são titulares desse direito, pois, quando nos referimos à educação

inclusiva e ao direito do acesso à escola e à sala de aula onde todos estejam aprendendo, estamos garantindo a essas pessoas o direito humano comum e fundamental: a educação.”

Em outras palavras, proporcionar um ambiente educativo inclusivo não é nada mais do que dar acessibilidade a um direito humano que é de todos, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência.

Nas duas últimas décadas, seguindo princípios de convenções e acordos internacionais firmados entre os países em desenvolvimento, as políticas públicas brasileiras adotaram uma perspectiva inclusiva no âmbito da educação. Desta forma, é possível notar que as políticas de educação inclusiva têm sido propostas no sentido de construir um “sistema educacional inclusivo” (Michels e Garcia, 2014, p. 158). Segundo os autores, essa alteração de perspectiva implica em uma mudança de sentido:

“A mudança de significações parece ser um conteúdo fundamental de tais políticas, a qual também pode ser apreendida pela forma que assumem as expressões ao analisarmos a incompletude do termo inclusão, que exige sempre e necessariamente um complemento: social, educacional, escolar. Também destacamos o tratamento do termo em foco como adjetivo para mudar questões históricas presentes na sociedade moderna: educação, sistema educacional, currículo, todos agora adjetivados como inclusivo.”

A concepção que temos a respeito das pessoas com deficiência tem impactos inegáveis nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito a educação de surdos. Em outras palavras, a forma com que a sociedade entende a surdez acaba influenciando as políticas educativas para alunos surdos.

No mesmo sentido, Sasaki (1997, p. 27) afirma que os conceitos, incluindo aqueles a respeito da deficiência, são essenciais para entender as práticas que permeiam a sociedade. Para o autor, as mudanças conceituais “acompanham a evolução de certos valores” possibilitando uma análise dos “programas, serviços e políticas sociais”.

Em outras palavras, uma melhor compreensão dos conceitos utilizados no âmbito da inclusão social nos dá instrumentos para a análise das políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência. O autor deixa claro que entender os conceitos acerca da inclusão é fundamental para construir uma sociedade que de fato aceite a todos. (Sasaki, 1997)

Para elucidar a noção de inclusão, convém investigar os paradigmas acerca da relação da sociedade com a deficiência, ou seja, como a sociedade percebia e lidava com as pessoas com deficiência no decorrer da história. Conforme Sasaki (1997, P. 16) em todas as culturas, as práticas sociais a respeito das pessoas com deficiência passaram por fases: a exclusão social, o atendimento segregado, a integração social e a inclusão social.

A era pré-cristã pode ser caracterizada pela negligência, uma completa falta de atendimento aos deficientes, os quais eram “abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais”. (Miranda, 2004, p.2).

Da Silva (2010, p.9) relata que, após um período caracterizado pelo abandono e negligência das pessoas com deficiência, seguiu-se um período marcado pela segregação, no qual os deficientes passaram a ser educados “em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas”.

Segundo Aranha (2001, p. 8), o paradigma da institucionalização foi o primeiro paradigma formalmente adotado para reger as relações entre a sociedade e os deficientes. Apesar de ter sido pensado com o objetivo do cuidado e educação de pessoas com deficiência, o modelo de institucionalização logo se deteriorou para um sistema de custódia e asilo, marcado pela segregação. Nas palavras de Aranha (2001, p. 8), este paradigma:

“(...) caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, freqüentemente situadas em localidades distantes de suas famílias. Assim, pessoas com retardo mental ou outras deficiências, freqüentemente ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional”

Devido às práticas médicas, os diagnósticos, tratamento de reabilitação e o processo de desinstitucionalização manicomial, trouxe para a década de 1960, a ideia de que as pessoas com deficiência poderiam e deveriam participar do convívio social, desde que elas pudessem se adaptar às normas e valores da sociedade. Mesmo com uma vida em sociedade, eram mantidos os atendimentos nas instituições, as quais se preocupavam com as pessoas com deficiência, pois elas visam proteger e preparar o deficiente para uma melhor reintegração futura na sociedade. E assim surgem as escolas especializadas para os portadores de necessidades especiais. (Brandenburg & Lükmeier, 2013, p.181)

Sobre a transição do paradigma da institucionalização para a integração, Sánchez (2005, p.14) aponta que “o movimento da integração escolar representou uma das primeiras tentativas em prol da inclusão, por questionar e rechaçar a segregação e o isolamento em que se encontravam as pessoas com deficiência nos centros de educação especial.”

Sanches e Teodoro (2006, p. 69) explicam que, segundo o paradigma da integração, o sistema educativo não se modifica, cabendo aos professores e alunos empreenderem todos os esforços para se adequar ao sistema regular e usufruir do direito à educação, sendo aqueles estudantes que não se adaptarem ao padrão exigido serão excluídos. Os autores deixam claro que esse modelo educativo está baseado no pressuposto de que as barreiras e dificuldades encontradas pelos alunos são de sua inteira responsabilidade:

“A perspectiva de que o indivíduo com problemas é o único responsável pelos mesmos, e que a ele compete resolvê-los, está patente no paradigma educativo centrado no aluno, com grande enfoque na compensação educativa. Assim, o aluno está na classe regular e tem um professor de educação especial que para ele faz um programa, para compensação das suas áreas deficitárias, e o desenvolve individualmente com o aluno, fora da sala de aula, onde se encontra a classe a que este aluno pertence.”

Ao questionar a política de integração, no contexto da educação especial, De Oliveira (2016, p.153) critica a adoção de uma abordagem individualista que é centrada nas condições pessoais do aluno e na sua capacidade de se adequar ao processo escolar. Para a autora, a política de integração peca ao deixar de problematizar as estruturas das instituições educacionais “pois é o aluno que, dependendo de suas condições físicas e psicológicas, integra-se ao sistema educacional. Nesta política, a escola não considera as diferenças individuais e culturais das crianças em sua organização social, transferindo para os educandos a adaptação ao modelo escolar existente.” (De Oliveira, 2016, p.153)

Na integração social, o indivíduo que conseguia se adequar a certo padrão de normalidade era considerado inserido na sociedade (Sassaki, 1997, 33).

Esta é a principal crítica que tem sido feita e relação ao processo de integração: as diferenças das pessoas com deficiência não são consideradas, buscando-se sua normalização, ou seja, a tentativa de fazê-las parecer o mais próximo possível ao padrão de normalidade imposto socialmente.

Apesar de ter ganhado força na década de 90, o movimento de inclusão social já existia na segunda metade dos anos 80, nos países mais desenvolvidos, embora de forma embrionária. Somente no início do século 21 o movimento tomou impulso em todos os países. (Sasaki, 1997, p. 17)

Abordando os fatores que levaram ao movimento pela educação inclusiva, Sanches e Teodoro (2006, p. 69) consideram que as reflexões decorrentes da aplicação do movimento da integração contribuíram para esse processo. Nas palavras dos autores:

“A experiência adquirida com a integração escolar e toda a reflexão que a mesma gerou sobre a escola que exclui uma parte considerável dos seus alunos, não somente os que se encontram em situação de deficiência, ajudou a desencadear o movimento da inclusão que pretende promover o sucesso pessoal e acadêmico de todos os alunos, numa escola inclusiva.”

Abordando a temática da educação inclusiva no Brasil, a professora Ivanilde Apoluceno de Oliveira (2015, p.153) nos ensina que “a política de inclusão apresenta novos paradigmas teóricos ao deslocar o enfoque individual, centrado no aluno, para a escola, reconhecendo no seu interior a diversidade de diferenças: individuais, físicas, culturais e sociais.”

Corroborando esse pensamento, Napoleão Freitas (2006, p. 167) elucida que a inclusão deve ser entendida como um processo primariamente da sociedade e não um esforço individual:

“Para incluir todas as pessoas a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades dos seus membros. Assim sendo, inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania”

Segundo esse raciocínio, Dos Santos (2015, p. 13) argumenta que, segundo o paradigma da inclusão, o dever de tornar possível que os deficientes sejam independentes e participem de forma plena de todos os aspectos da vida recai sobre a sociedade.

Sobre a temática da inclusão, Pacheco e Costas (2006, p. 156) chamam atenção para a responsabilidade da sociedade em acolher as diferenças, como sendo um dever da coletividade:

“(…)garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento

à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

De acordo com o pensamento de Sasaki (1997, p. 39) a inclusão social é “o processo pelo qual a sociedade se adapta Para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” A inclusão demanda um movimento de dupla via, na qual sociedade e sujeito com deficiência empreendem esforços, concepções e ações conjuntas para assegurar a garantia da igualdade de oportunidades e condições sociais. (Fernandes, 2006, p.80)

Desta forma, podemos concluir a inclusão é um processo bilateral, ou seja, com obrigações para ambas as partes. Em outras palavras, o deficiente não é o “culpado” por não estar inserido na vida social comum, mas a sociedade toma para si a responsabilidade de se modificar para aceitar todas as pessoas, independente das diferenças.

No entanto, apesar das conquistas da educação inclusiva, não se pode afirmar que as concepções e práticas dos paradigmas anteriores deixaram de existir. De fato, não houve uma mudança definitiva e total para o paradigma da inclusão.

Sasaki (1997, p. 16) deixa claro que o processo de tornar a sociedade inclusiva não segue uma evolução linear, na medida em que não acontece ao mesmo tempo para todos os grupos sociais. Podemos observar prática da exclusão e segregação até hoje, além de uma paulatina mudança da integração para a inclusão.

No mesmo sentido, David Rodrigues (2006, p. 303-304) elucida que a inclusão não é uma evolução da integração, na medida em que (dentre outros motivos) na integração a aceitação do deficiente era sempre condicionada ao seu desempenho e “mérito” pessoal. Ou seja, o sistema inclusivo propõe uma mudança social enquanto o paradigma da integração pressupõe o merecimento do aluno.

De acordo com da Silva Soares, & de Moura Baczinski (2018, p.40) “a crença de que, na escola, o sucesso depende da vontade e do trabalho é algo bastante presente nas sociedades ocidentais, mesmo com a presença de evidências mostrando que vários fatores interferem no sucesso ou insucesso escolar do aluno, incluindo o grupo ao qual ele pertence.”.

### **1.3 – PERSPECTIVAS ACERCA DA SURDEZ**

Ao investigar a educação inclusiva de Surdos, convém delimitar a concepção de surdez que será adota por este estudo. Na esteira desse pensamento, Gonçalves (2019, p.2) faz distinção entre Surdos e deficientes auditivos:

“É necessário compreender que os sujeitos Surdos, em especial, os sinalizadores, se comunicam de forma viso-espacial, (...)diferentemente dos ouvintes, que se comunicam de forma oral-auditiva e dos deficientes auditivos com resíduos auditivos ou não, que direcionam seu olhar exclusivamente para a leitura labial ou para os resíduos sonoros. Essa forma de comunicação, não os impede de viver em sociedade e interagir com outros sujeitos, seja ele Surdo (sinalizador ou oralizado) ou ouvinte.”

Podemos compreender a surdez de duas formas: como uma condição incapacitante ou como um modo único de perceber e entender o mundo. (Wilcox, 1992, p.109).

De acordo com a primeira perspectiva, a principal característica da surdez é a condição física de não ser capaz de ouvir, portando os estudantes surdos são deficientes se comparados aos estudantes “normais”. Segundo essa visão patológica, a surdez é entendida como uma potencial barreira que impede que os alunos Surdos se tornem adultos ouvintes normais. Conforme a visão cultural, os alunos Surdos não são estudantes deficientes auditivos, mas pessoas com uma forma diferente, mas igualmente válida, forma de ver o mundo (Wilcox, 1992, p.109).

Nesta definição cultural, consideram-se Surdos (com S maiúsculo) os indivíduos que, em decorrência de perda auditiva, se comunicam por meio da língua de sinais, pessoas pautadas pela visualidade. Os surdos (com s minúsculo) são os deficientes auditivos, pessoas ensurdecidas que não se comunicam pela língua de sinais.

Essa diferença terminológica é explicada por Owen Wrigley (1996, p.14), em sua obra *Politics of Deafness (Política da Surdez)*: “o termo Surdo, com inicial maiúscula, é agora amplamente utilizado para se referir a uma categoria cultural de autoidentificação. O termo em letras minúsculas se refere ao simples fato de uma limitação audiológica e a um processo distinto de autoidentificação”.

O autor entende que “os membros da comunidade surda fazem distinção entre a mera inabilidade de ouvir e sua autoidentificação como Surdos. O grau de perda auditiva importa

pouco, o que é relevante e considerado evidência de pertencimento a comunidade surda é o uso da língua de sinais.” (Wrigley, 1996, p. 15)

Nesse sentido, Ramos e Costa-fernandez (2018, p. 234) esclarecem que se trata de uma distinção política e cultural “uma cisão entre o Surdo político e adepto de uma cultura, da comunidade, e o surdo que se adequa ao sistema dominante”. A surdez é compreendida, deste ponto de vista, como um aspecto cultural e linguístico e não como uma deficiência (RAMOS e COSTA-FERNANDEZ, 2018, p. 234).

Reforçando o aspecto político da surdez Wrigley (1996, p.17) afirma que, ao contrário do ponto de vista ouvinte, que vê a surdez como digna de pena, na perspectiva surda “(...)o ato politizado de reivindicar uma surdez ‘nativa’ – que é uma surdez de nascença – está atrelado a uma identidade positiva de estar ‘purificado’ da influência do mundo ouvinte e sua epistemologia restrita a sequências de sons”. Para o Surdo, a surdez não tem caráter pejorativo, mas representa uma identidade cultural e um modo de vida diferente do “mundo ouvinte”.

O autor explica que a cultura Surda tem por marca distintiva a “pureza” do conhecimento dos Surdos, a verdadeira Surdez, que vem do banimento desta distração própria do pensamento ouvinte. Para um surdo, se seus familiares e até mesmo seus pais fossem também Surdos, seria ainda melhor. (Wrigley, 1996, p. 17)

Na visão de Santana & Bergamo (2005, p.567) a alteração terminológica, de deficiente auditivo ou surdo para Surdo, está relacionada com a mudança de status da surdez, de doença para fenômeno social. Se antes a surdez era vista como uma patologia sem cura, agora ela é vista como uma diferença cultural (Santana & Bergamo, 2005, p.567).

Corroborando com a perspectiva cultural de surdez, Strobel (2009, p. 5) define o povo surdo como um “grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”.

Diante de todo o exposto, é possível constatar que o conceito de surdez não é uma mera construção teórica, mas tem impacto nos discursos e práticas, influenciando na forma com que os Surdos são vistos pela sociedade.

## **SINTESE**

Neste capítulo foi abordada a problemática teórica que envolve a temática da educação inclusiva de Surdos, apresentando os principais conceitos relacionados ao tema, tais como as perspectivas sociais acerca da deficiência e os paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência, enfatizando as implicações pragmáticas destas definições, no campo das políticas educativas e práticas pedagógicas.

Procuramos elucidar que a forma com que a deficiência é vista na sociedade, não é somente uma discussão acadêmica ou mera teorização inócua, mas tem impactos na ação governamental e na forma com que essa parcela da sociedade será educada. O modelo biomédico ou clínico-patológico de deficiência, o qual define a deficiência como uma ‘tragédia individual’, uma doença ou um desvio da ‘normalidade’, tende a reforçar o estigma e discriminação sobre essa parcela da população. Por outro lado, a percepção da deficiência como uma manifestação da diferença intrínseca do ser humano, própria do modelo social, promove o valor positivo da diversidade e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Além disso, apresentamos os principais paradigmas do âmbito da educação inclusiva, elucidando que a participação das pessoas com deficiência na sociedade foi se modificando com o passar dos séculos, passando da total exclusão, para a segregação institucionalizada e desta para a integração e por fim o surgimento do paradigma inclusivo.

Aplicando especificamente ao caso dos Surdos, elucidamos que as duas visões acerca da surdez decorrem do modelo médico e do modelo social da deficiência. O primeiro ponto de vista entende a pessoa surda, como anormal e incapaz, vítima de uma doença que precisa ser curada. Por outro lado, a segunda perspectiva vê os Surdos como uma minoria linguística com uma cultura própria, sendo completamente funcionais e capazes dentro de suas especificidades.

**CAPÍTULO 2**  
**CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Depois de investigar os principais conceitos que envolvem a educação e surdos no capítulo anterior, será analisada, a seguir, como os Surdos têm sido vistos e tratados no decorrer da história. De forma mais específica, será abordada a evolução histórica da educação dos surdos, primeiramente no mundo e depois no Brasil, enfatizando os principais acontecimentos e as pessoas mais relevantes.

Entender a forma com que foram tratados os Surdos no decorrer da história, tanto no contexto social como no âmbito educativo, é de fundamental relevância quando se fala de educação inclusiva de Surdos.

Sobre a importância de se debruçar sobre o contexto histórico para melhor entender as questões que envolvem a educação de surdos, a professora surda Karin Lilian Strobel (2006, p.246) nos ensina que é preciso investigar os vestígios históricos:

“Para compreender o porquê do que propomos hoje na busca de uma educação diferente ao povo surdo, do que pensávamos ser o melhor há muitos anos atrás, das profundas transformações do processo de desenvolvimento da educação dos surdos, é essencial resgatar um pouco dos vestígios históricos que marcaram o contexto da ‘inclusão’ dos surdos no cenário educacional brasileiro, que por sua vez foi influenciado pelas tendências pedagógicas fora do país.”

## **2.1 – HISTÓRIA DOS SURDOS EM SOCIEDADE**

Na antiguidade, a forma com que a sociedade tratava os surdos variava entre extermínio e fascínio. Dentre os Egípcios e Persas, os Surdos eram respeitados e adorados, como seres que falavam com as divindades secretamente, apesar de serem inativos e não receberem educação. Por outro lado, na Grécia os Surdos eram considerados um incômodo para a sociedade, sendo atirados do topo de rochedos como forma de condená-los a morte. Os sobreviventes viviam na miséria, abandonados ou escravizados. (Strobel, 2009, p. 18)

Nas palavras de Goldfeld (1997, p.27):

“Ideia que a sociedade fazia dos surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonados ou sacrificados.”

De modo similar, Mori e Sander (2015, p.2) afirmam que, no período do ápice dos gregos e romanos, as pessoas com deficiência eram alvo do desprezo e discriminação por parte da sociedade dita “normal”. Conforme os autores:

Enquanto os gregos veneravam o intelecto dos seus líderes e mestres, os romanos idolatravam corpos delineados por músculos expressivos e robustos. Esses povos não valorizavam as pessoas que não possuíam os atributos de intelectualidade ou de virtude corporal. As deformidades eram consideradas como aberrações ou castigos dos deuses. (Mori e Sander, 2015, p.2)

Corroborando com esse pensamento, Carvalho (2012, p.121) comenta que “(...)em sociedades que predominava o espírito guerreiro e a idolatria pela perfeição física (como Esparta e Roma) havia sacrifício daqueles que nasciam fora do padrão da “normalidade”, isto é, algum tipo de deficiência física ou mental.” Desta forma, nascer Surdo era praticamente uma sentença de morte neste período histórico.

Conforme Da Silva & Campos (2018, p.6), não se pode afirmar que a Grécia antiga não reconhecia o valor humano. Na verdade, a avaliação que o Estado fazia acerca da pessoa - as qualidades, beleza e capacidade de servir o aparelho estatal – era o que definia o significado sujeito naquela época. Sobre a influência da cultura do mundo antigo nos processos de exclusão dos surdos, Da Silva & Campos (2018, p.6) referem:

“A importância da diferença no desenvolvimento humano não fazia parte do Estado. Diante disso, os surdos foram banidos por serem considerados incapazes de desempenhar, produzir o bem-estar social do Estado, também infere-se que a presença de deuses da beleza, da sabedoria, da abstração tenha gerado um tratamento desumano ao surdo.”

Segundo nos relata Strobel (2009, pp.18-19), o filósofo grego Aristóteles associava a audição à razão, acreditando que os Surdos não possuíam linguagem e por isso eram não podiam pensar, concluindo que eram incapazes de serem ensinados.

A ideia de Aristóteles, que relacionava a capacidade de falar com o pensamento, foi uma das heranças mais significativas da Antiguidade Clássica. Para o filósofo, a voz era necessária para o pensamento e a linguagem uma condição para que o ser humano pudesse

se realizar como animal político (Da Silva & Campos, 2018, p.6). Essa posição filosófica que vincula voz ao raciocínio teve repercussões na história dos povos Surdos, conforme dito por Da Silva & Campos (2018, p.6):

“As bases aristotélicas que articulam voz, fala, linguagem e pensamento fundaram, no mundo ocidental, compreensões sobre o sujeito surdo que, ainda hoje, não só ecoam no senso comum como sustentam uma série de medidas (políticas, pedagógicas, culturais, médicas, etc.) em relação a esse grupo. As premissas que se criaram a partir dessas observações deslocaram o indivíduo surdo para um espaço marginal, em que deveria ser curado, domado, sacrificado, abandonado, cuidado, etc, colocando-o frequentemente em uma posição de subjugação, opressão ou tutela do homem dito ‘normal’.”

Conforme Strobel (2009, pp.18-19), Platão não vinculava a voz à capacidade de pensar, argumentando que se alguém era privado da fala, era natural expressar seu pensamento por meios de gestos. Sobre a relação entre pensamento e linguagem, Sócrates, discípulo de Platão, declarou:

“Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejássemos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo?”

Apesar dessa divergência filosófica, Carvalho (2012, p.121) registra que o preconceito era comum, narrando que “de modo geral, nas sociedades do mundo considerado antigo e/ou clássico, o povo Surdo era marginalizado: seus membros eram estereotipados como ‘anormais’, isolados, presos, considerados párias e vistos como improdutivos ou inúteis.”

Sob a influência da cultura grega, o povo romano tinha uma perspectiva similar acerca dos Surdos, entendendo que eles não tinham lugar na sociedade por serem imperfeitos (Da Silva & Campos, 2018, p.7). Sobre o ponto de vista romano acerca dos Surdos, Da Silva & Campos (2018, p.7) registram:

“A crença do povo romano era de que, os surdos, por não falarem, não podiam fazer testamentos e necessitavam de um curador para tratar de todos os seus negócios. Assim, eram considerados incapazes pela sociedade, e por isso, sofriam

represálias. Era comum lançarem as crianças surdas ao rio Tibre, para serem cuidados pelas Ninfas.”

Já na idade média os surdos não eram tratados com dignidade, sendo privados dos direitos de cidadania como herança, casamento e voto. Além disso, também eram afastados da comunhão na igreja católica romana, por serem incapazes de confessar seus pecados. Neste período os Surdos continuavam a ser mortos, queimados em fogueiras. (Strobel, 2009, p. 19)

Tratando sobre o ponto de vista da igreja Católica Romana neste período histórico, Da Silva & Campos (2018, p.6) relatam:

“Mais tarde, Santo Agostinho defendeu a ideia de que os pais de filhos surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os surdos podiam se comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceitos quanto à salvação da alma. E, os cristãos, até à Idade Média, acreditavam que os surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos.”

A noção de que os Surdos não podiam aprender permaneceu até o século XV, baseado na ideia de que eles eram pessoas primitivas. Somente no século XVI é que temos os primeiros registros de professores de surdos. (Goldfeld, 1997, p.28)

## **2.2 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Strobel (2009, p.12) divide a história da educação de surdos em três períodos ou fases distintas. A primeira fase, denominada **Revelação Cultural**, foi o período em que os Surdos não encontravam dificuldades no campo educacional. Compreendida no período anterior ao congresso de Milão, evidências demonstram que a maioria dos Surdos sabia escrever, havendo diversos surdos bem-sucedidos, inclusive escritores, artistas e professores surdos.

Decorrente do congresso de Milão, a fase do **Isolamento Cultural** resultou na proibição do uso da língua de sinais na educação dos Surdos e na resistência das comunidades Surdas contra a imposição. O período do **Despertar Cultural** ocorreu a partir da década de 60, sendo marcado pelo renascimento da cultura surda e pela aceitação da língua de sinais, ressurgindo depois de muito tempo de opressão ouvintista<sup>1</sup> contra os surdos. (Strobel, 2009, p. 12)

Três grandes abordagens educativas estavam no centro dos debates acerca da educação de Surdos: oral, mímica e mista. Para aqueles que ainda permaneciam com algum resquício de audição, era proposto o desenvolvimento da fala, enquanto era enfatizada a escrita para os Surdos profundos (denominados, na época, duros de ouvido). Portanto, a classificação em graus de surdez tinha como objetivo determinar a metodologia de ensino (da Rocha, 2008, p.15)

### *2.2.1 - Revelação Cultural*

Conforme Lacerda (1998, pp.2-3), foi apenas no século XVI que as concepções da sociedade começaram a mudar, admitindo-se que os Surdos poderiam ser ensinados por métodos pedagógicos, sem interferências sobrenaturais. É nessa época que aparecem os primeiros educadores de Surdos:

“Surgem relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos. (Lacerda, 1998, pp.2-3)

Neste contexto, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, assumiu um papel importante na história, por ter criado uma escola voltada para o ensino de surdos. Seu método de ensino envolvia a representação manual das letras do alfabeto (datilologia), oralização e escrita. (Carvalho, 2012, p.122)

Ponce de Leon era um preceptor, reconhecido como o primeiro professor de Surdos. Nesta época, era bastante comum a contratação de preceptores, que eram responsáveis por ensinar as crianças surdas da nobreza a falarem, e assim serem aptos a exercer seus direitos legais, os quais eram negados àqueles que não podiam falar. (Lacerda, 1988, p.3)

Da Silva & Campos (2018, p.9) enfatizam que Ponce de Leon foi o precursor dos novos rumos que a história dos surdos tomou, da forma como a conhecemos atualmente. A influência do monge beneditino se demonstra:

“Para além de fundar uma escola para Surdos, em Madrid, ele dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos, de pessoas nobres, que de bom grado lhe encarregava seus filhos, para que pudessem ter privilégios perante a lei, assim, a preocupação geral em educar os surdos, na época, era somente econômica. León desenvolveu um alfabeto manual (...), que ajudava os surdos a soletrar as palavras.”

Conforme afirma Goldfeld (1997, p.28) ainda no século XVI, na Espanha, Ponce de Leon ensinou 4 surdos da nobreza a falar italiano, latim e grego, além de lhes ensinar conceitos de física e astronomia.

Os padres e educadores Juan Pablo Bonet e Lorenzo Hervás Panduro foram os autores dos primeiros livros publicados acerca do ensino de surdos. Duarte et al. (2013, p. 1720) registram esse marco histórico: “(...)O trabalho de Bonet, *Redução das letras e arte de ensinar a falar os mudos* (1620), baseava-se na arte da articulação e do uso do alfabeto manual. Já Hervás escreveu *Escuela espanola de sordomudo* (1795), obra em dois volumes.”

Em 1755, o Abade francês de Charles Michel de L'Épée fundou a primeira escola pública para o ensino de Surdos. Em 1791, a escola foi transformada no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, cujo primeiro diretor foi o abade Sicard. O abade criou os chamados sinais metódicos, aproveitando os sinais que os Surdos utilizavam para se comunicar entre si e acrescentando outros inventados por ele, os quais foram usados no ensino da linguagem escrita. (da Rocha, 2008, pp.15-18)

L'Épée foi considerado por muitos o criador da língua de sinais, apesar de ela ser muito mais antiga. O abade reconheceu que a língua gestual existia se desenvolvia, embora entendesse que não era uma língua com gramática própria (Da Silva & Campos, 2018, p.10). Os autores elencam as principais contribuições deste educador francês:

“a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo); o reconhecimento do Surdo como ser humano, por reconhecer a sua língua; a adoção do método de educação coletiva e o reconhecimento de que ensinar o surdo a falar seria perda de tempo, uma vez que se devia ensinar-lhe a língua gestual.” (Da Silva & Campos, 2018, p.10)

De acordo com Lacerda (1998, p.4), o abade de L'Epée foi pioneiro no estudo linguístico das línguas de sinais, desenvolvendo uma metodologia de ensino baseada na língua gestual:

“O abade, a partir da observação de grupos de surdos, verifica que estes desenvolviam um tipo de comunicação apoiada no canal viso-gestual, que era muito satisfatória. Partindo dessa linguagem gestual, ele desenvolveu um método educacional, apoiado na linguagem de sinais da comunidade de surdos, acrescentando a esta sinais que tornavam sua estrutura mais próxima à do francês e denominou esse sistema de "sinais metódicos". A proposta educativa defendia que os educadores deveriam prender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprendiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinavam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário.” (Lacerda, 1998, p.4)

Conforme descrito por Sacks (2010, p.16), a metodologia de ensino do Abade pode ser caracterizada como:

“uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais — permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim, adquirissem educação.

Segundo Lacerda (1998, p.5), L'Epée entendia claramente a diferença entre linguagem e fala, compreendendo que desenvolver a linguagem plenamente era fundamental para desenvolver as pessoas. Para o abade a língua gestual era o meio apropriado para o desenvolvimento do pensamento e da comunicação dos Surdos, sendo sua língua natural. Para ele, dominar a língua, seja ela gestual ou oral, era uma forma de alcançar seus objetivos pedagógicos e não um fim por si só. (Lacerda, 1998, p.5)

Mesmo sendo responsável pela primeira escola pública para surdos e treinado muitos educadores surdos, o trabalho do abade de L'Épée recebia muitas críticas dos educadores oralistas. (Strobel, 2009, pp. 21-22).

Em 1778, a primeira instituição de ensino de Surdos alemã foi criada pelo pastor Samuel Heinicke. Apesar de utilizar alguns sinais e o alfabeto digital, seu método de ensino era oral, visando desenvolver a fala de seus estudantes. (da Rocha, 2008, p.18)

Conforme o relato de Lacerda (1998, p.3), neste período era comum não revelar a forma com que a educação dos surdos era realizada, mantendo o método de ensino em sigilo. Cada educador agia de forma independente e as trocas de experiências eram raras. Em seus escritos, Heinicke afirmou que sua metodologia de ensino era desconhecida por todos, exceto seu filho. Desta forma “torna-se difícil saber o que era feito naquela época; em consequência, muitos dos trabalhos desenvolvidos se perderam” (Lacerda, 1998, p.3).

França e Alemanha passaram a representar as duas correntes educativas que se opunham, o oralismo e o método combinado. A escola alemã utilizava o método oral, que tinha como expoente o pastor Samuel Heinicke, enquanto a escola francesa adotava o método combinado ou misto, cujo representante mais notável era o abade Charles Michel de L'Épée. (da Rocha, 2008, p.15)

Abordando esta disputa metodológica, Goldfeld (1997, p. 29) relata:

“As metodologias do francês L'Épée e do alemão Heinicke se confrontaram e ambas foram submetidas à análise da comunidade científica europeia da época. Os argumentos de L'Épée foram mais convincentes e por isso tiveram larga aceitação pelas demais escolas de surdos pela Europa, enquanto que para Heinicke os recursos para a ampliação de seu instituto foram negado.”

Neste contexto, Carvalho (2012, p.122) assevera que “o século XVIII foi o período mais fértil da educação surda face ao aumento do número de escolas e do ensino da língua de sinais. Os surdos podiam aprender a dominar diversos assuntos, bem como exercer várias profissões”

Esse foi o período áureo da educação de surdos. Nas palavras de Sacks (2010, p.18), este período histórico de pleno desenvolvimento dos povos surdos pode ser descrita como:

“(…)uma espécie de era dourada na história dos surdos marcou o rápido estabelecimento de escolas para surdos, geralmente mantidas por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a emergência dos surdos da obscuridade e da

negligência, sua emancipação e aquisição de cidadania e seu rápido surgimento em posições de importância e responsabilidade — escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, subitamente eram possíveis.”

No ano de 1815, Thomas Hopkins Gallaudet foi a Paris estudar no Instituto de Surdos, retornando aos Estados Unidos da América com Laurent Clérc “professor surdo e brilhante aluno do Abade Sicard”. Nesta época era comum serem contratados educadores surdos, formados pelos institutos da Europa, para fundarem instituições de ensino voltadas para Surdos. (da Rocha, 2008, p.19)

Gallaudet e Clérc fundaram a primeira escola para surdos dos EUA, denominada Asilo de Conecticut para a Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas. O sucesso dessa escola impulsionou a abertura de muitas outras escolas nos Estados Unidos, onde quase todos os professores eram surdos ou já eram fluentes na língua de sinais. (STROBEL, 2009, p. 24)

Sobre o impacto da chegada de Laurent Clerc nos EUA, Sacks (2010, pp. 18-19) relata que “exerceu uma influência imediata e extraordinária, pois os professores americanos até então nunca haviam estado na presença de um surdo-mudo de inteligência e educação notáveis, nunca haviam imaginado alguém assim, nem cogitado sobre as possibilidades adormecidas nos surdos.”

Nos EUA, Clérc e Gallaudet uniram o léxico da língua francesa de sinais com a estrutura do francês, adaptando para a língua inglesa. No ano de 1864, foi fundada a Universidade Gallaudet, a primeira Universidade para surdos, em homenagem ao pesquisador homônimo. (Carvalho, 2012, p.122)

Tecendo um relato sobre a origem da língua de sinais americana (ASL), Sacks (2010, p. 19) descreve que:

“O sistema francês de sinais importado por Clerc amalgamou-se logo com as línguas de sinais nativas — os surdos criam línguas de sinais onde quer que haja comunidades de surdos; para eles, esse é o modo de comunicação mais fácil e natural —, formando um híbrido singularmente expressivo e eloquente, a Língua Americana de Sinais (American Sign Language, ASL)”

Um grande opositor de Gallaudet foi o Eugenista Alexander Graham Bell. Proveniente de uma família com tradição oralista, Bell era um ferrenho defensor do uso do método oral puro com os alunos surdos (Strobel, 2008, p.87). Nas palavras da própria autora:

“Alexander Graham Bell escreveu muitos artigos criticando a cultura surda e a língua de sinais alegando que era inferior à língua oral e não propiciava o desenvolvimento intelectual dos sujeitos surdos.” (Strobel, 2008, p.88)

Conforme a narrativa de Sacks (2010, p.21), a influência de Bell foi preponderante para a prevalência do método oral puro nas escolas, no período que sucedeu o Congresso de Milão. Sobre Bell, Sacks (2010, p.21) afirma:

“Mas o mais importante e poderoso dos representantes “oralistas” foi Alexander Graham Bell, que, por um lado, herdou uma tradição familiar de ensinar elocução e corrigir os impedimentos da fala (seu pai e seu avô destacaram-se nessa área), estando preso a uma estranha mistura familiar de surdez negada (sua mãe e sua esposa eram surdas, mas nunca admitiram isso), e, por outro, naturalmente, foi por si só um gênio tecnológico.”

Outra personalidade notável na história da educação dos surdos no Brasil foi E. Huet, professor surdo do Instituto de Surdos de Paris. No ano de 1855, ele apresentou um relatório a Dom Pedro II, em francês, pretendendo a fundação de uma instituição de ensino para surdos no Brasil (da Rocha, 2008, p.19).

Na proposta feita por Huet ao regente do Brasil constavam duas versões para o estabelecimento educativo dedicado aos Surdos, conforme descrito por Da Rocha (2008, p.28):

“No relatório entregue ao imperador, Huet apresentou 2 propostas para que o governo ajudasse na criação do colégio que, segundo ele, a maioria dos surdos pertencia a famílias pobres e, portanto, sem condições de arcar com as despesas relativas à educação. Em uma o colégio seria de propriedade livre (particular), com uma concessão de bolsas e algumas subvenções por parte do Império; em outra as despesas totais seriam assumidas pelo Império (pública). caberia ao imperador a decisão. No entanto, Huet argumentava que, por ter experimentado os 2 modos

como diretor no instituto de surdos-mudos de Bourges, considerava o modelo privado com subvenções nacional e particular o mais adequado.”

Sobre a fundação do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, Da Rocha (2008, p. 29) registra a e as disciplinas ministradas na época:

“A escola para surdos passou a funcionar em primeiro de janeiro de 1856, nas dependências do colégio de M. de Vassimon, no modelo privado. Na mesma data, Huet apresentou seu programa de ensino que compreendia as seguintes disciplinas: língua portuguesa aritmética, Geografia e história do Brasil, escrituração mercantil, linguagem articulada (aos que tivessem aptidão) e doutrina cristã.”

O surgimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ocorreu nesta escola, resultante de mistura entre a língua francesa de sinais e a sinalização já utilizada pelos surdos de várias regiões do Brasil. Para demonstrar o resultado dos seus trabalhos, Huet apresentou um grupo de pessoas na presença do imperador Dom Pedro II em dezembro do mesmo ano, causando uma boa impressão. (STROBEL, 2006, p.24)

No mesmo sentido, Cruz e Prado (2018, p.4) destacam a relevância de Huet para a história da educação dos surdos, ressaltando seu papel no surgimento da língua brasileira de sinais:

“A vinda de Huet para o Brasil não só marcou o início da instituição de maior referência na educação de surdos em nosso país, o Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, como também contribuiu para o surgimento, séculos mais tarde, da Língua Brasileira de Sinais, que sofreu influência da Língua de Sinais Francesa. Huet foi um dos precursores para o uso da Libras em todo território nacional”

Conforme Lacerda (1998, p.5), em 1878, com desenvolvimento e difusão das metodologias de ensino de Surdos, foi realizado, em Paris, o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos para troca de experiências e debates acerca das práticas pedagógicas que vinham sendo utilizadas. No encontro, apesar de alguns grupos defenderem a supremacia da fala sobre os sinais, admitiam a importância da língua gestual para a comunicação da criança. Este congresso trouxe algumas conquistas relevantes para os Surdos “como o direito

a assinar documentos, tirando-os da ‘marginalidade’ social, mas ainda estava distante a possibilidade de uma verdadeira integração social.” (Lacerda, 1998, p.5)

### 2.2.2 – *Isolamento Cultural*

O oralismo passou a se fortalecer em detrimento da língua de sinais, a partir da década de 1860. Foi no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, ocorrido no ano de 1880 em Milão, que houve a proibição do uso da língua de sinais no âmbito educativo, provocando uma mudança radical na educação de surdos. (Carvalho, 2012, p.122)

No mesmo sentido, Goldfeld (1997, p.31) declara que este momento histórico pode ser caracterizado por uma grande mudança no paradigma acerca da Surdez:

“Naquele momento a educação dos surdos deu uma grande reviravolta em sentido oposto à educação do século XVIII, quando os surdos e a sociedade perceberam as potencialidades dos surdos pela utilização da língua de sinais. Naquele momento acreditava-se que o surdo poderia desenvolver-se como os ouvintes, aprendendo a língua oral. O aprendizado dessa língua passa a ser o grande objetivo dos educadores de surdos.”

Strobel (2009, p.33-36) relata as oito definições do Congresso de Milão, as quais resultaram na proibição do uso da língua de sinais na educação de surdos, em favor do método oral puro:

**“Definição 1** Considerando em exceção de preferência de sinais do que de fala ao integrar o surdo-mudo à sociedade, e em dar-lhe um conhecimento melhor da língua, Declara: Que o método oral deve ser preferido do que a de língua de sinais para o ensino e na educação dos surdos-mudos. 160 votação a favor e 4 contra em 7/9/1880.

**Definição 2** Considerando que o uso simultâneo da fala e de língua de sinais tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura labial e a precisão das idéias, Declara: Que o método oral puro deve ser preferido. 150 votação a favor e 16 contra em 9/9/1880.

**Definição 3** Considerando que um grande número de surdos-mudos não estão recebendo os benefícios da educação, e que esta circunstância é devida à ineficácia das famílias e das instituições. Recomenda: que os governos tomem as medidas

necessárias para que todos os surdos-mudos possam receber educação. Votação a favor unanimemente em 10/9/1880.

**Definição 4** Considerando-se que o ensino ao surdo oralizado pelo Método Oral Puro deve se assemelhar tanto quanto possível ao ensino daqueles que ouvem e falam, Declara: **a)** Que o meio mais natural e mais eficaz através do qual o surdo oralizado pode adquirir o conhecimento da língua é o método “intuitivo”, o qual consiste em expressar-se primeiramente pela fala, e em seguida através da escrita, os objetos e os fatos que são colocados diante dos olhos dos alunos.

**b)** Que no período inicial, ou maternal, o surdo-mudo deve ser conduzido à observação de formas gramaticais por meio de exemplos e de exercícios práticos, e no segundo período ele deve receber auxílio para deduzir as regras gramaticais a partir dos exemplos, expressadas com o máximo de simplicidade e clareza. **c)** Que os livros, escritos com palavras e em formas linguísticas familiares aos alunos, estejam sempre acessíveis. Aprovado em 11/09/1880.

**Definição 5** Considerando-se a carência de livros elementares o suficiente para auxiliar no desenvolvimento gradual e progressivo da língua, Recomenda: Que os professores do sistema oral devem se dedicar à publicação de obras especiais sobre o assunto. Aprovado em 11/09/1880.

**Definição 6** Considerando-se os resultados obtidos por meio de várias pesquisas realizadas a respeito de surdos-mudos de todas as idades e condições que haviam se evadido da escola há muito tempo, e que quando tinham de responder a perguntas sobre diversos assuntos, responderam corretamente, com clareza de articulação suficiente e conseguiram ler os lábios de seus interlocutores com grande facilidade, Declara: **a)** Que os surdos-mudos ensinados pelo método oral puro não se esquecem, após ter deixado a escola, os conhecimentos que lá adquiriram, mas os desenvolvem continuamente através das conversação e da leitura, quando estas são facilitadas. **b)** Que em sua conversação com pessoas ouvintes, os surdos-mudos fazem uso exclusivo da fala. **c)** Que a fala e a leitura labial, muito longe de terem sido abandonadas, são desenvolvidas através de prática. Aprovado em 11/09/1880.

**Definição 7** Considerando-se que o ensino de surdos-mudos através da fala tem exigências peculiares; considerando-se também que a experiência dos professores de surdos-mudos é quase unânime, Declara: **a)** Que a idade mais favorável para

admitir uma criança surda na escola é entre oito e dez anos. **b)** Que o período letivo deve ter ao menos sete anos; mas preferencialmente oito anos. **c)** Que nenhum professor pode ensinar um grupo de mais de dez crianças no método oral puro. Aprovado em 11/09/1880.

**Definição 8** Considerando-se que a aplicação do método oral puro nas instituições onde ele ainda não está em pleno funcionamento, deve ser - para evitar um fracasso do contrário inevitável - prudente, gradual, progressiva. Recomenda: **a)** Que os alunos com ingresso recente nas escolas devem formar um grupo em si, onde o ensino poderia ser ministrado através da fala. **b)** Que estes alunos devem absolutamente ser separados de outros alunos que tiveram defasagem no ensino através da fala, e cuja educação será finalizada através de sinais. **c)** Que um novo grupo oralizado seja estabelecido todos os anos, e que todos os alunos antigos que foram ensinados por sinais terminem sua educação. Aprovado em 11/09/1880.”

Observando a quantidade de votos a favor das medidas em comparação com os votos contrários, nota-se que a esmagadora maioria dos presentes eram oralistas, revelando que o resultado dos “debates” do congresso já estava decidido antes mesmo do encontro começar. (Strobel, 2009, p. 36)

Conforme o relato de Sacks (2010, p. 21) os Surdos foram proibidos de votar no encontro de Milão:

“no célebre Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em 1880 em Milão, no qual os próprios professores surdos foram excluídos da votação, o oralismo saiu vencedor e o uso da língua de sinais nas escolas foi “oficialmente” abolido. Os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua “natural” e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a (para eles) “artificial” língua falada.”

Apesar da participação de professores surdos ter sido impedida no encontro de educadores de crianças surdas, alguns deles conseguiram entrar no local do evento. Foi eleito para a função de presidente do congresso, o padre Giulio Tarra, o qual era um forte opositor do uso da língua de sinais nas escolas. (Lane, 1997, p.110).

Ignorando as evidências científicas e a experiência bem-sucedida de diversos educadores que adotavam a língua de sinais no ensino de seus alunos Surdos, o padre teceu

um discurso emotivo e paternalista defendendo o método oral puro. Nas palavras de Lane (1997, p.110):

“(...)o reino do discurso é um reinado cuja rainha não tolera rivais. O discurso é o ciúme e deseja ser a amante absoluta. Tal como a verdadeira mãe da criança a ser julgada perante Salomão, o discurso deseja-a inteira para si - instrução, escola, surdo-mudo - sem partilhar; de outro modo, renuncia a tudo... Sei que os meus alunos têm apenas alguns sinais imperfeitos, os rudimentos de um edifício que não devia existir, algumas migalhas de pão sem consistência e que nunca serão suficientes para alimentar a alma.”

Além do apelo emocional, o presidente do congresso de Milão recorreu à argumentos de caráter religioso para fundamentar o oralismo:

“O discurso oral é o único poder capaz de reacender a luz que Deus introduziu no homem quando, ao lhe conceder uma alma num corpo físico, deu-lhe também os meios para compreender, para conceber e para se exprimir... por um lado, os sinais mímicos não são suficientes para exprimir o conteúdo do pensamento, por outro, enaltecem e glorificam fantasias e todas as faculdades do sentido de imaginação... A fantástica linguagem gestual exalta os sentidos e fomenta as paixões, ao passo que o discurso eleva a mente de forma muito mais natural, com calma, prudência e verdade.” (Lane, 1997, p.110)

Não somente a escolha do presidente, mas todos os elementos do encontro de Milão foram projetados com o objetivo de promover o método oral em detrimento da língua de sinais, e não para debater as vantagens e desvantagens dos métodos de ensino (Lane, 1997, p. 109). O encontro de Milão estava longe de ser imparcial e de buscar a melhor solução, conforme Lane (1997, p.110) aponta:

“O local escolhido, a constituição do comitê de organização, o programa e as demonstrações do congresso, a composição dos participantes, os responsáveis do encontro - todos os elementos foram ardilosamente arranjados para produzir o efeito desejado.”

Denunciando a influência do Congresso de Milão na comunidade Surda e na história da educação dos Surdos, Perlin e Strobel (2006, p.6) declaram que este evento representou o clímax da história de surdos, asseverando:

“Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintista, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma ‘etnocêntrica ouvintista’, tendo de imitá-los.”

Na opinião de Lane (1997, p.109), o congresso de Milão foi “o único e o mais crítico evento na colocação das linguagens das comunidades surdas abaixo do nível; creio que é a única e a mais importante causa da limitação dos empreendimentos educativos das mulheres e dos homens modernos.”

Segundo Strobel (2006, p.249) o encontro de Milão banuiu o uso de língua de sinais em favor do oralismo, inaugurando um período de cem anos de opressão no qual os povos surdos foram obrigados a reprimir sua cultura e identidade, sendo obrigados a imitar os ouvintes em seu modo de ser e viver, sendo submetidos a uma lógica ouvintist.

Apesar dos docentes surdos terem sido proibidos de votar no Congresso de Milão e a língua de sinais ter sido banida das instituições educativas, ela ainda permanecia sendo utilizada. Mesmo marginalizada, a língua dos Surdos se manteve viva como uma forma de resistência e contracultura. (Carvalho, 2012, p.122)

Segundo Lane (1997, p.111), a onda de repressão das línguas de sinais, decorrente das decisões de Milão, se espalhou por toda Europa. Não existe uma única razão que explique esse fenômeno, mas o autor enumera o nacionalismo, elitismo e o comercialismo como fatores que contribuíram para nortear o “trágico legado” do congresso de Milão. Além disso as determinações de Milão encontraram rápida aceitação por todo o território Europeu por estarem em consonância com o:

“(…) desejo dos educadores de total controlo das salas de aulas, o que não se consegue alcançar se os alunos utilizarem uma linguagem gestual e os professores não. O professor torna-se então no ostracizado linguístico, no incapacitado. Nem pode adquirir a preparação necessária num ano, nem em dois, mais do que um

professor anglófono necessita para preparar-se rapidamente a fim de ensinar francês. Esta compreensível relutância dos professores ouvintes em dominar uma língua totalmente diferente da sua continua a exercer a maior das influências naquilo que se designa por decisões pedagógicas. (...)” (Lane, 1997, p.111)

O período que sucedeu o Congresso de Milão modificou o tratamento conferido aos Surdos, as famílias passaram a interná-los em asilos com viés de caridade (Carvalho, 2012, p.122).

Para a Strobel, o século XIX ficou marcado por um atendimento:

“(...)voltado à filantropia e ao assistencialismo; os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias às instituições e asilos, em regime de internato até que estivessem aptos para retornar para o convívio familiar, o que, invariavelmente acontecia no início da idade adulta.” (Strobel, 2006, p.249)

O método oral puro fracassou em desenvolver os alunos surdos de forma adequada, tendo sucesso apenas em manter os Surdos: “alienados e distantes das informações e das possibilidades de desenvolvimento, agravando a exclusão dessas pessoas e corroborando a ideia de surdez como deficiência.” (Cruz e Prado, 2018, p.4)

### *2.2.3 – DESPERTAR CULTURAL*

Em 1960, a visão da sociedade acerca da Surdez e da língua de sinais começou a se modificar graças a publicação do estudo de William Stokoe: “Sign Language Structure: An Outline of the visual communication System of The American Deaf”.(Goldfeld, 1997, p.31)

O artigo publicado por Stokoe demonstrou que as línguas de sinais possuem características similares àquelas apresentadas pelas línguas orais. Esta pesquisa serviu como fundamento para outras investigações acadêmicas, o que resultou na valorização das línguas de sinais. (Cruz e Prado, 2018)

Seguindo essa linha de raciocínio, Lacerda (1998, p. 8) relata que a pesquisa de Stokoe, e outras decorrentes dela, atestaram que as línguas gestuais atendem grande parte dos requisitos aplicados às línguas orais para serem consideradas verdadeiras línguas. Sobre a importância das pesquisas de Stokoe, Lacerda (1998, p. 8) afirma:

“Ao estudar a Língua de Sinais Americana (ASL), Stokoe encontra uma estrutura que, de muitos modos, se assemelha àquela das línguas orais. Argumenta que, assim como da combinação de um número restrito de sons (fonemas) cria-se um número vastíssimo de unidades dotadas de significado (palavras), com a combinação de um número restrito de unidades mínimas na dimensão gestual (queremas) pode-se produzir um grande número de unidades com significados (sinais). Propôs também em sua análise que um sinal pode ser decomposto em três parâmetros básicos: *O lugar* no espaço onde as mãos se movem, a *configuração* da(s) mão(s) ao realizar o sinal e o *movimento* da(s) mão(s) ao realizar o sinal, sendo estes então os "traços distintivos" dos sinais.”

O avanço destas pesquisas acerca da língua dos Surdos aliado com o crescente descontentamento dos Professores de Surdos com o oralismo resultaram na volta do uso da língua de sinais e outros códigos manuais em sala de aula. (Goldfeld, 1997, p.31)

Ainda na década de 1970, a professora Dorothy Schiflet, mãe de surdo, passou a usar uma metodologia que denominou de abordagem total a qual “combinava a língua de sinais, em adição a língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual” (Goldfeld, 1997, p.31-32). Seu método foi chamado de Abordagem total. Posteriormente, em 1968, Roy Holcom adotou a Abordagem total, dando origem à filosofia da comunicação total, que consistia em usar “todas as formas de comunicações possíveis na educação de surdos, por acreditar que a comunicação, e não a língua, deve ser privilegiada.” (Goldfeld, 1997, p.32)

No mesmo sentido, Poker (2007, p.6) assevera que a filosofia da comunicação total “requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez. Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes.”. O autor (Poker, 2007, p.8) também aponta que essa filosofia foi muito criticada por não ter alcançados os resultados acadêmicos esperados no que diz respeito à leitura e escrita dos estudantes Surdos.

A década de 1970 marca o surgimento da filosofia do bilinguismo em alguns países, como Inglaterra e Suíça, que entenderam que a língua de sinais não deveria ser usada em simultâneo com a língua oral. Conforme essa filosofia, o surdo deveria usar os gestos em alguns momentos e a língua oral em outros momentos, mas não ao mesmo tempo como era proposto pela filosofia da comunicação total. (Goldfeld, 1997, p.32)

Nas palavras de Poker (2007, p.9) o bilinguismo propõe que o estudante surdo deve: “(...)adquirir como sua primeira língua, a língua de sinais com a comunidade surda. Isto facilitaria o desenvolvimento de conceitos e sua relação com o mundo. Aponta o uso autônomo e não simultâneo da Língua de Sinais que deve ser oferecida à criança surda o mais precocemente possível. A língua portuguesa ensinada como segunda língua, na modalidade escrita e, quando possível, na modalidade oral”

Conforme Meireles & De Paula (2017, p.21), o bilinguismo, enquanto proposta pedagógica e filosofia de ensino de Surdos, pode ser caracterizado da seguinte forma:

“A filosofia (ou proposta) pedagógica bilingue surge com o intuito de garantir ao surdo o desenvolvimento linguístico, privilegiando suas potencialidades visuais de maneira a que esses alunos pudessem se desenvolver linguisticamente e psicologicamente, em interação com seus pares surdos e ouvintes. Ou seja, a intenção seria de que as crianças surdas pudessem desenvolver em língua de sinais e que por meio dela pudessem aprender outras línguas e interagir com a sociedade da qual façam parte.”

Para Poker (2007, p.9), a filosofia bilíngue procura promover o respeito aos modos de pensar e agir que são próprios do Surdo, reconhecendo o valor da comunidade surda, com sua língua e cultura peculiares.

Conforme apontam De oliveira Lima & Rückert (2020, p.15), analisar a trajetória histórica da educação de pessoas Surdas está vinculado com a de “significação destas como pessoas capazes”. Dito de outra forma, a forma como os Surdos foram rotulados, no que diz respeito ao seu potencial e capacidade de aprender, está atrelada com a forma com que foram educados no decorrer dos séculos. Sobre a relação entre metodologias educativas e o imaginário social acerca da surdez, os autores nos ensinam:

“É possível também perceber que os modelos educacionais sempre foram regidos pelos pensamentos de cada época e por suas abordagens, partindo desde a não divulgação dos métodos aplicados até aos que foram divulgados, como o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Esse caminho percorrido pelo povo surdo indica que as mudanças linguísticas e culturais não ocorreram de maneira progressiva, mas sim, correspondente às abordagens do que se sabia para cada época em que elas

estavam inseridas, havendo períodos em que a língua foi fator de exclusão, esteve estagnada e/ou sofreu formas de retrocesso. (de Oliveira Lima & Rückert, 2020, p.15)

Diante do exposto, é necessário frisar que a história da educação dos Surdos não foi uma evolução linear, mas dependeu sempre do reconhecimento (ou não) da surdez como uma marca sociocultural e linguística. Em outras palavras, a crença de que o Surdo era um doente, necessitado de misericórdia ou simplesmente incapaz de aprender, moldou as práticas pedagógicas voltada para os Surdos.

## **SINTESE**

Em resumo, este capítulo mostra um pouco da história do surdo em sociedade, desde a antiguidade clássica até os dias de hoje. Além disso este capítulo contempla o panorama geral da educação de Surdos – enfatizando os períodos de revelação, isolamento, e despertar da cultura Surda.

Na fase da revelação cultural os surdos, antes do congresso de Milão, os surdos se desenvolviam de forma plena, não tendo dificuldades acadêmicas que os impedissem de alcançar reconhecimento social e profissional.

Marcada pelo congresso de Milão, a fase do isolamento social trouxe a proibição do uso das línguas de sinais para o ensino de Surdos, em favor do método oral puro. Este método foi considerado o mais adequado, resultando em um retrocesso na educação desta minoria linguística.

Com o crescente descontentamento dos educadores com os resultados da metodologia oralista e o advento de novas pesquisas acerca da língua de sinais, na década de 1960, as línguas de sinais passaram a retornar para as salas de aula, em um período denominado Despertar Cultural.

Procuramos enfatizar as principais personalidades – filósofos, professores e pesquisadores – os quais influenciaram este processo histórico, procurando destacar a contribuição de cada um deles para a história da educação de Surdos.

Também frisamos a relevância do papel exercidos pelas instituições, em especial o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, e também o atual Instituto Nacional de Ensino de Surdos (INES), no Brasil, como essenciais para o desenvolvimento tanto da Língua Brasileira de Sinais quanto dos próprios Surdos.

**CAPITULO 3**  
**ENQUADRAMENTO POLÍTICO, IDEOLÓGICO E CONSTITUCIONAL**

Este capítulo dedica-se a analisar os fundamentos políticos, ideológicos e constitucionais que envolvem a temática da inclusão de Surdos no Ensino Superior. Para isso serão analisados os documentos e normas: tratados internacionais, leis, decretos e demais políticas públicas que versem sobre o aludido assunto.

A autora (Fernandes, 2006, p.119) ressalta que analisar as normas jurídicas acerca da educação nos permite compreender o conceito de homem e sociedade nelas contido, assim como as estratégias para sua prática em diversos contextos econômicos e sociais. Conforme Fernandes (2006, p.119) “se no decorrer da história materializam-se diferentes formas de lidar com a presença de pessoas com deficiências no interior das relações sociais, a análise da legislação de nosso tempo revela o paradigma que rege nossas relações com a diversidade.”

Nesse sentido, Lacerda, Albres & Drago (2013, pp. 68-69) asseveram que o estudo das normas jurídicas são relevantes, pois nelas “estão materializadas ideias e propostas de implementação de práticas que interferem diretamente na vida das pessoas, de modo que a melhor compreensão de tais textos pode colaborar, em nosso caso específico, para o melhor atendimento de sujeitos surdos.”

Sobre a importância dos tratados e leis nas políticas e práticas no campo educacional, Fernandes (2006, p.118), aponta que os valores e princípios constantes nos tratados internacionais tem influência no direcionamento das políticas públicas governamentais, mas são as normas legais que costumam guiar as práticas dos sistemas de ensino.

Dias (2007, p. 443) reforça essa linha de pensamento, afirmando que não se pode negar o avanço que representam as assinaturas de “protocolos de intenções, declarações e acordos firmados internacionalmente” que asseguram ou ampliam o direito à educação, no sentido de promover a educação como direito humano.

Desta forma entendemos que é crucial nos debruçarmos sobre a legislação nacional e também sobre os documentos internacionais a fim de melhor compreender a realidade em que estamos inseridos.

### 3.1 – TRATADOS INTERNACIONAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

Ao investigar a educação inclusiva é necessário ressaltar a relevância dos tratados internacionais, os quais servem como diretrizes para os países que se comprometem com seus princípios, no que diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades e superação das desigualdades e preconceitos para com as pessoas com deficiência.

A educação é considerada como um direito humano, inclusive das pessoas com deficiência, ao qual todos devem ter livre acesso. Seguindo esse raciocínio, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), de 10 de dezembro de 1948, afirma, no seu artigo XXVI, que: “Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.” (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948)

Apesar de ser um conceito antigo, considera-se que a ideia de “educação para todos”, a nível internacional, foi iniciada com a conferência mundial de educação para todos, em Jomtien, Tailândia (1990) (Breitenbach, Honnef, e Costas, p. 264).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos estabelece um compromisso especial com as pessoas com deficiência ao promover a igualdade de acesso à educação, em seu artigo terceiro, inciso 5: “Artigo 3 (...) 5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 1990)

Acompanhando esse pensamento, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que culminou na Declaração de Salamanca, em 1994, reforça a ideia de igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência ao defender que: “14. A Legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiências na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1994)

Dentre todas as conferências em âmbito internacional, Arnaiz (2005, p.12) destaca especialmente a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais “por ser a que de maneira mais decisiva e explicitamente contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva

em todo o mundo”. Com a declaração de Salamanca, é adotado internacionalmente o termo ‘educação inclusiva’, e proclamado que os sistemas educativos devem criar políticas e ações no sentido de responder à variedade e diversidade dos alunos e atender suas necessidades. (Arnaiz, 2005, p.13)

Para Barbosa (2007, p.12) a declaração de Salamanca “tem como princípio e marco histórico, discutir sobre as pessoas até então excluídas do processo educacional, debater sobre a inclusão dos deficientes e também do seu direito de receber uma educação de qualidade, de acordo, com suas limitações(...)”.

Ademais, Barbosa (2007, p. 24) aponta que a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca (1994) foi pioneira ao considerar” a questão linguística dos deficientes sensoriais, especificamente dos surdos e dos surdos-cegos. Ela assegura a importância das minorias linguísticas, particularmente, à Língua de Sinais, como meio de comunicação para os surdos”, conforme se pode constatar no artigo 19:

19. Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. (...) (UNESCO, 1994)

Seguindo a mesma linha de pensamento, a Declaração Mundial sobre Educação Superior (UNESCO, 1998) também aponta os deficientes como um grupo que deve receber especial atenção tanto no acesso quanto na permanência no ensino superior, não deixando de lembrar das minorias culturais e linguísticas das quais os Surdos fazem parte, conforme lemos:

Artigo 3 (...) d) Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior. (UNESCO, 1998)

A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 2006, foi emblemática ao firmar o compromisso dos seus signatários em garantir o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, sem discriminação e em igualdade de oportunidades, prevendo ainda 'adaptações razoáveis' para as pessoas com deficiência, em seu artigo 24, inciso 5. (ONU, 2006)

Além disso, a Declaração sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) foi importante por assegurar: um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (artigo 24, inciso 1.); a promoção da identidade linguística da comunidade surda e a facilitação do aprendizado da língua de sinais (artigo 24, inciso 3.2); e a ministração de aulas em língua de sinais para surdos (artigo 24, inciso 3.3).

Segundo Laís de Figueiredo Lopes (2014, p.26) a convenção (ONU, 2006) tem por mérito apresentar “a transposição do olhar da exigência de normalidade dos padrões das ciências biomédicas para a celebração da diversidade humana”. Em outras palavras a convenção assume o modelo social de deficiência, o qual estabelece que a responsabilidade pela situação de deficiência do indivíduo é da sociedade e não da pessoa, portanto “as barreiras arquitetônicas, de comunicação e atitudinais existentes é que impedem a sua plena inclusão social, razão pela qual devem ser removidas”. (de Figueiredo Lopes, 2014, pp.26-27)

Tratando sobre os impactos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência, a autora (Lima, 2019, p.46) ressalta que “ela representa uma fonte de conceitos e fundamentos para perceber as barreiras do meio que se impõe, ao invés de considerar a deficiência como uma condição incapacitante.” Essa disposição reforça o conceito social de deficiência, em oposição ao conceito clínico ou médico, que entende a deficiência como uma patologia que necessita de cura.

De modo similar, Santos (2016, p. 65) assevera que esse documento internacional muda a definição de deficiência o qual, até o momento “(...)representava o paradigma integracionista, calcado no modelo clínico de deficiência, em que a condição física, sensorial ou intelectual da pessoa, caracterizava-se como obstáculo a sua integração social, cabendo à pessoa com deficiência, adaptar-se às condições existentes na sociedade.”

A convenção inovou ao enfatizar a cidadania e participação democrática das pessoas com deficiência, ao determinar que elas fossem consultadas nos processos de tomada de

decisão, incluindo a elaboração e implementação das leis e políticas visando a execução da convenção, por meio das suas organizações representativas. (Paula & Maior, 2008, p. 39)

Esse documento foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos recepcionado pelo Brasil com equivalência à uma emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186 de 2008. Essa recepção, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (Brasil, 2004b), confere status supralegal a qualquer tratado internacional que verse sobre direitos humanos que seja aprovado pelo Congresso Nacional, em procedimento específico de internalização.

Uma vez aprovada, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência passou a gozar de uma posição privilegiada no ordenamento jurídico brasileiro, sendo considerada como parte do texto constitucional (como emenda constitucional) e tendo posição hierárquica superior às demais normas infraconstitucionais (supralegalidade). Desta forma o tratado recepcionado passa a revogar qualquer norma anterior que não se adeque aos seus valores, e impor seus princípios como fundamentos das atividades governamentais. Desta forma, a recepção deste tratado revela a seriedade do compromisso firmado.

Outro marco normativo internacional que deve ser mencionado é Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (Organização dos Estados Americanos [OEA], 1999), que ocorreu na Guatemala em 1999, na qual os estados signatários se comprometem em eliminar de forma progressiva a discriminação em relação às pessoas com deficiência e promover a integração no acesso aos principais bens e serviços sociais, inclusive a educação.

Ademais, a Convenção da Guatemala de 1999 (OEA, 1999) reconhece o papel da educação na promoção da qualidade de vida e independência das pessoas com deficiência, em seu artigo III, item 2., b):

“ARTIGO III Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a: (...) 2. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas: (...) b) detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência (...)”

Chamando atenção para a importância dos acordos internacionais, Bruno (2011, p. 544) declara que os movimentos internacionais tais como a Conferência Mundial de

Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia (1990) e em Salamanca, Espanha (1994), e a Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris (1998) reforçaram as políticas e leis sobre inclusão de pessoas com surdez.

### 3.2 – NORMAS BRASILEIRAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

A nível nacional, Dias (2007, p. 444) reconhece que “a ideia da educação como direito só ganha visibilidade no cenário brasileiro a partir da Constituição de 1934, que declara, pela primeira vez, no seu Art. 140: ‘a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos’.”

No entanto, a autora (DIAS, 2007, p. 445) identifica que existia uma diferença crucial “entre a proclamação da educação como direito de todos, disposta na Carta de 1934 e o reconhecimento deste como dever do Estado brasileiro” Essa distinção ocorria porque a previsão constitucional não tinha efetividade, pois o Estado não se responsabilizava pela oferta do ensino público. Apenas 3 décadas mais tarde, com a Emenda Constitucional de 1969, em seu artigo 176 é que ocorreu o reconhecimento desse dever.

Já a constituição da república federativa do Brasil, promulgada em 1988 (Brasil, 1988) é clara em reconhecer a educação como um direito de todos, não deixando de frisar sua importância política no exercício da cidadania: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

De acordo com a Carta Magna de 1988 (Brasil, 1988) o Estado é responsável por efetivar o direito a educação, se aparelhando de maneira a viabilizar esse direito plenamente. Em outras palavras, é dever do ente público “promover e ampliar as possibilidades de acesso à educação para que todas as pessoas possam exercê-la igualmente” (DIAS, 2007, p. 447),

A Constituição elenca a educação como um direito social, juntamente com a saúde, o trabalho e a segurança, demonstrando a importância que é dada a esse direito: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Brasil, 1988)

Além disso, a Constituição da República apresenta a igualdade como um dos princípios que regem a educação: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...)” (Brasil, 1988). A promoção da igualdade de todos, sem discriminações, também é considerada um objetivo fundamental em nossa Lei Maior: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (Brasil, 1988)

Por fim, o princípio da igualdade também está presente na Carta Política de 1988 no rol dos direitos e garantias fundamentais, no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei (...)” (Brasil, 1988). Este direito é considerado uma cláusula pétrea: não pode ser modificado ou suprimido nem mesmo por emenda constitucional, revelando a centralidade deste princípio para o ordenamento jurídico brasileiro.

Segundo Pacheco e Costas (2016, p. 156) “as perspectivas da inclusão no ensino superior hoje estão fundamentadas nas normas estabelecidas pelo governo e que visam atender as pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino.” Considerando a importância das leis na análise do tema proposto, podemos destacar as seguintes normas, como relevantes no que diz respeito a inclusão de surdos no ensino superior: Portaria nº1793 de 1994; Aviso Circular nº 277/MEC/GM de 1996; Lei nº 9.394 de 1996; Decreto nº 3.298 de 1999; Lei nº 10.436 de 2002; Portaria nº 3.284 de 2003; Decreto nº 5.626 de 2005; Lei nº 11.096 de 2005; o decreto nº 7.234 de 2010; a Lei nº 12.319 de 2010; Decreto nº 7.612 de 2011; Lei nº 13.005 de 2014; Lei nº 13.146 de 2015 e Lei nº 13.409 de 2016.

A Portaria nº1793 de 1994 inovou ao recomendar a inclusão da disciplina “Aspectos ético-políticoeducacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” de forma prioritária nos cursos de pedagogia, psicologia e nas licenciaturas. Por mais que se trate apenas de uma recomendação, tal previsão normativa trouxe visibilidade à temática da inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito do ensino superior, sendo uma das primeiras normas brasileiras nesse sentido.

Fruto da ação política das próprias pessoas com deficiência e de seus familiares, o aviso Circular nº 277/MEC/GM de 1996 (Brasil, 1996a), do Ministério da Educação (MEC), apresenta recomendações aos reitores das Universidades federais com vistas a promover o acesso e

permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. Para isso, foram recomendados ajustes no processo seletivo nos seguintes momentos:

- na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como dos critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular;
- no momento dos exames vestibulares, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo vestibulando;
- no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada portador de deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

Podemos perceber que o aviso circular procura atender não apenas o momento da realização da prova, mas também procura garantir a clareza do edital e dos recursos disponíveis para o candidato, bem como assegurar uma correção que contemple as especificidades do candidato com deficiência, revelando uma preocupação mais holística sobre a acessibilidade dos processos seletivos.

O aviso circular nº 277/MEC/GM de 1996 (Brasil, 1996a) também apresenta, a título de sugestão, a “colocação de intérprete no caso de Língua de Sinais no processo de avaliação dos candidatos surdos” para garantir a acessibilidade durante a realização das provas. Reconhecendo a peculiaridade linguística dos Surdos, o Aviso sugere que ocorra:

“flexibilidade nos critérios de correção da redação e das provas discursivas dos candidatos portadores de deficiência auditiva, dando relevância ao aspecto semântico da mensagem sobre o aspecto formal e/ou adoção de outros mecanismos de avaliação da sua linguagem em substituição a prova de redação.”

Este aviso circular pode ser considerado o primeiro documento normativo a tratar sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior, suprimindo uma lacuna existente em nosso ordenamento jurídico (Vogel & Francelino, 2018, p.7).

Outro diploma legal de suma importância é a Lei nº 9.394 de 1996 (Brasil, 1996b), a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Esta norma traz como um de seus princípios

a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (artigo 3º, inciso I da LDB), reforçando o postulado constitucional. A Lei de Diretrizes e Bases apresenta, como obrigação dos sistemas de ensino, garantir “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização(...)” voltados especificamente para os alunos com deficiência específicos, de forma a suprir suas necessidades (artigo 59, inciso I). Essa determinação demonstra uma intenção, ao menos em termos teóricos, de uma reforma global do sistema de ensino que não enfatiza apenas um fator isolado mais entende a educação como um campo complexo e multifacetado.

Segundo apontam Vogel e Francelino (2018, p.6) quase todas as normas voltadas para a inclusão de pessoa com deficiência nas instituições federais de ensino “tiveram como aporte a legislação supracitada, a qual possui como foco principal a Educação Básica, ficando o Ensino Superior, muitas vezes, fora das discussões.” Dito de outra forma, a LDB não contemplou as Universidades de forma adequada, especialmente na questão da acessibilidade.

Decreto nº 3.298 de 1999 (Brasil, 1999) institui a política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência, assegurando a educação como um direito das pessoas com deficiência e um dever do poder público (artigo 2º), além de reconhecer a educação especial como modalidade que abrange todos os níveis educacionais (artigo 24º, inciso II) e estabelecer a igualdade de oportunidades como princípio da política nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, se preocupando em deixar clara a diferença entre cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência e assistencialismo ou paternalismo:

“Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios; (...) III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.” (Brasil, 1999)

Apesar de não tratar diretamente sobre a inclusão de surdos no ensino superior, a Lei nº 10.172 de 2001 (Brasil, 2001), que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) que esteve em vigor no período de 2001-2011, contribui para tornar a Universidade mais acessível ao fixar como meta a criação de políticas de facilitação de acesso ao nível superior, voltadas

para possibilitar que as minorias possam competir nos processos seletivos em igualdade de oportunidades (item 4.3.19 do PNE).

Outra medida relevante do PNE/2001 (Brasil, 2001) é o incentivo para que as IES (Instituições de nível superior) realizem estudos e pesquisas nas áreas relacionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais (item 4.3.22 do PNE). Essa previsão reforça a importância dos trabalhos acadêmicos para o desenvolvimento de uma educação mais acessível e valoriza a deficiência como campo de pesquisa.

Tratando especificamente sobre a comunidade surda, a lei nº 10.436 de 2002 (Brasil, 2002), conhecida como lei da LIBRAS (língua brasileira de sinais), foi fundamental por reconhecer a LIBRAS como “um meio legal de comunicação”, como a língua própria de comunidade surda e como um idioma com regras gramaticais próprias.

Reconhecendo as lutas políticas que culminaram na promulgação dessa lei, Quadros (2006, p.142) afirma que a Lei de LIBRAS (Brasil, 2002) foi fruto de movimentos sociais impulsionados pelos surdos, que por meio de estratégias como encaminhar projetos de lei em diferentes instâncias do governo, resultaram no reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legítimo de comunicação dos Surdos. Para a autora “O impacto dessa legitimação, a sua repercussão e significado fundam um processo de desestabilização na educação em relação aos surdos no Brasil.” (Quadros, 2006, p.142)

Reforçando a importância do reconhecimento legal da língua de sinais, Macedo, de Santana Gama, da Cruz & Dias (2019, p. 54) asseveram que esta norma “oferece, sem dúvida, vantagens educacionais no que tange à língua de sinais uma vez que fica nítido que ela foi reconhecida (deixando de ser um amontoado de mímicas para ser uma língua com estrutura própria) e está se difundindo”.

Enfatizando os aspectos socioculturais do advento desta normativa, Santana & Bergamo (2005, p. 567) declaram que “conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas e cognitivas, tem repercussões também sociais(...)”. Em outras palavras, ao reconhecer a LIBRAS como a língua do Surdo o conceito de normalidade também seja alterado, fazendo com que o surdo seja considerado um “sujeito de linguagem” e por isso capaz de comunicação, pensamento e aprendizagem, deixando de ser anormal para ser visto como diferente (Santana & Bergamo, 2005, p. 567).

Para além dos aspectos socioculturais e linguísticos, a lei da LIBRAS (Brasil, 2002) foi essencial para a inclusão de surdos ao garantir o ensino de LIBRAS em cursos de nível superior, conforme o artigo 4º:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (Brasil, 2002)

Apesar da obrigatoriedade não se estender a todos os cursos de nível superior, a inovação foi importante pois foi a primeira previsão legal de ensino de LIBRAS em nível superior. Além disso, a lei nº 10.436 de 2002 (Brasil, 2002) ainda trouxe a previsão de apoio institucionalizado ao uso e difusão da LIBRAS, por parte do poder público:

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Trazendo avanços notáveis na acessibilidade das pessoas com deficiência, a portaria nº 3.284 de 2003 (Brasil, 2003) estabeleceu requisitos sobre acessibilidade de pessoas com deficiência como critérios para a autorização e reconhecimento de cursos superiores, bem como credenciamento de instituições de ensino superior. Em outras palavras, será avaliado se os cursos e instituições alcançam determinadas condições de acessibilidade.

No que diz respeito aos alunos Surdos, a norma determina em (artigo 2º, §1º, inciso III) que os requisitos mínimos avaliados devem ser:

(...)quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado; d) de

proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Essas disposições revelam a preocupação do legislador com os aspectos linguísticos do aluno Surdo, reforçando uma visão sociocultural da surdez e o modelo social de deficiência. Esses aspectos podem ser notados em trechos como “conteúdo semântico” e “especificidade linguística”, que valorizam o sujeito Surdo como usuário de uma outra língua, ao invés de ressaltar a perda auditiva ou uma possível reabilitação médica.

Em setembro de 2004, foi promulgada a Medida Provisória nº 213, (Brasil, 2004a), instituindo o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a qual posteriormente passou a vigorar como a lei nº 11.096, em janeiro de 2005. A norma se reveste de especial valor para o acesso de surdos ao nível superior ao prever a concessão de bolsas de estudo em Universidades particulares para alunos com deficiência, em troca de isenção de impostos para as empresas. Na prática, a norma permitiu aos Surdos, e demais pessoas com deficiência, acesso a espaços que antes não estavam ao seu alcance: as Universidades particulares.

Outro documento relevante foi o Decreto nº 5.626 de 2005 (Brasil, 2005), não somente na definição cultural e política do Surdo, já mencionada acima, mais especialmente na garantia de acessibilidade comunicacional e informativa, do surdo em todos os níveis educacionais, inclusive em nível superior. A acessibilidade prevista se aplica as instituições federais e se estende aos processos seletivos e conteúdos curriculares, conforme lemos:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (Brasil, 2005)

Além disso, o decreto (Brasil, 2005) também permitiu uma maior inserção dos Surdos no ambiente acadêmico, aumentando o número de docentes Surdos que passaram a lecionar a disciplina de LIBRAS, ajudando a disseminar a língua de sinais na sociedade, servindo de modelo para os alunos surdos e aumentando também o índice de alunos surdos nas Universidades por via indireta. (de Oliveira Martins, 2008, p. 198).

Nas palavras de Vanessa de Oliveira Martins, “entrada de professores surdos no ensino superior é promotora do repensar dos parâmetros atuais de ensino: é promotora de

descentramentos. Processo que oferece ao surdo um lugar de discurso, o poder da fala e a autoridade no processo do ensino de ouvinte(...)" (de Oliveira Martins, 2008, p. 199)

Dispondo sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o decreto nº 7.234, sancionado em julho de 2010, tem como fim precípua "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (Brasil, 2010a). Podemos destacar, dentre seus objetivos, a democratização das "condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" e a contribuição "para a promoção da inclusão social pela educação". (Brasil, 2010a)

Como medida especialmente voltada para as pessoas com deficiência, o decreto nº 7.234 estabelece como uma das suas principais linhas de ação de assistência estudantil o "acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação" (Brasil, 2010a)

Apesar de não tratar diretamente sobre a inclusão de surdos no nível superior, a lei nº 12.319 de 2010 (Brasil, 2010b) regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais, determinando as regras de sua formação (artigo 4º e 5º), atribuições (artigo 6º) e deveres éticos (artigo 7º), viabilizando a atuação desse profissional em todos os níveis educativo, inclusive nas Universidades.

Outro instrumento normativo que merece destaque é o Decreto nº 7.612, de 2011 (Brasil, 2011) que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. O plano demonstra especial relevância dentro do ordenamento jurídico brasileiro, por conferir efetividade ao compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo por objetivo articular políticas, programas e ações governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

O Plano Viver Sem Limite (Brasil, 2011) prevê o acesso à educação como um dos seus elementos centrais, princípio que figura como um dos eixos de atuação da política, em seu artigo 4º: "Art. 4º São eixos de atuação do Plano Viver sem Limite: I - acesso à educação (...). Além disso o Plano também se preocupa em prever a educação inclusiva como uma de suas diretrizes: "Art. 3º São diretrizes do Plano Viver sem Limite: I - garantia de um sistema educacional inclusivo;(..." (Brasil, 2011)

Esta política pública se reveste de especial valor pelo seu aspecto pragmático, pois estabelece recursos financeiros, prazos e objetivos concretos para o cumprimento dos

compromissos firmados na Convenção da ONU. A Cartilha Viver sem limite (Brasil, 2013) determina como meta para o período compreendido entre os anos de 2011 e 2014, a contratação de 690 professores e tradutores/intérpretes de LIBRAS; o apoio dos projetos de acessibilidade de 100% das Universidades Federais; bem como a criação de 27 cursos de Letras/LIBRAS e 12 cursos de pedagogia na perspectiva bilíngue.

A cartilha (Brasil, 2013) também apresenta o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir que visa dar apoio para criar e fortalecer Núcleos de Acessibilidade das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), disponibilizando recursos para 59 Universidades realizarem ações nesse sentido. Esses núcleos têm por função assegurar a acessibilidade de discentes, docentes e servidores com deficiência a todos os espaços, ações e processos, através de ações institucionais para eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais.

No âmbito do Programa Incluir, foram aprovados 199 editais de programas ou projetos para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, seja para criar projetos ou para ampliar o número de instituições ou aprimorar os projetos já aprovados. No ano 2005, 13 instituições foram contempladas; 28 em 2006; 38 em 2007; 36 em 2008; 40 em 2009; e 44 em 2010.

Na avaliação de Lima (2019, pp.102-103) o Plano Viver Sem Limite demonstra ser plenamente compatível com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo um instrumento eficaz de aplicabilidade desta norma em território nacional, servindo como norteador e executor dos princípios do tratado.

Apesar de reconhecer que o plano atende às demandas das pessoas com deficiência, a autora chama a atenção para dois aspectos negativos: a carência de participação da sociedade civil na sua elaboração e execução chama e a ausência de meios de monitoramento da execução deste plano, o que prejudica a análise de sua eficácia. (Lima, 2019, pp.102-103)

Outro importante marco normativo foi a lei 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual assegura o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior como dever do poder público:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...)XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas. (...) acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e

demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; (Brasil, 2015).

A lei também foi emblemática ao estabelecer a garantia de uma educação inclusiva, reafirmando o princípio da educação como direito da pessoa com deficiência e valorizando a pessoa com deficiência ao enfatizar seus talentos ao invés de suas limitações, conforme se lê:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015, grifo nosso)

Outra garantia que merece destaque é a formação adequada dos intérpretes que atuam em nível superior, prevista no artigo 28, em seu parágrafo 2º, inciso II do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015):

Artigo 28. (...) § 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte: (...) II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

É necessário frisar, ainda, a preocupação em tornar os processos seletivos acessíveis às pessoas com deficiência. Dentre as medidas adotadas no artigo 30 da lei 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), podemos destacar: o atendimento preferencial das pessoas com deficiência nas instituições de nível superior (artigo 30, inciso I); o direito da pessoa com deficiência de escolher qual recurso de acessibilidade melhor se adequa às suas necessidades (artigo 30, inciso II e IV); o direito de ter sua prova corrigida de acordo com suas singularidades linguísticas (artigo 30, inciso VI) e ter o edital traduzido para língua brasileira de sinais (artigo 30, inciso VII).

Finalmente, mas não menos notável, a Lei nº 13.409 de 2016, trata sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Dito de outra forma, esta norma estabelece “cotas” para candidatos com deficiência, fixando uma certa proporção de vagas exclusivas para deficientes,

vinculada a porcentagem de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, de acordo com o último censo do IBGE (Brasil, 2016)

Diante do exposto, é possível afirmar que há um avanço na acessibilidade de surdos à Universidade, a partir dos movimentos sociais que fazem pressão sobre o poder público e de estratégias da comunidade surda no sentido de garantir o direito a uma educação em igualdade de oportunidades.

Apesar de existir, no ordenamento jurídico brasileiro, instrumentos normativos suficientes para fundamentar o direito do aluno surdo a um ensino superior inclusivo, tanto no acesso quanto na permanência na Universidade, a legislação ainda carece de efetividade e ainda é incipiente na prática.

Acompanhando esse pensamento, Prado & Corrêa (2018, p. 75) asseveram que a existência de normas e políticas educativas que declarem os direitos dos discentes Surdos a uma educação democrática não são suficientes para garantir que o alunado Surdo desfrute do ensino em igualdade de oportunidades, mas é preciso se preocupar com a materialização dessas políticas no dia a dia das salas de aula.

Reconhecendo a necessidade de verificar como essas políticas educativas de inclusão de surdos têm sido traduzidas no cotidiano das Universidades, ou seja, como a inclusão de surdos tem ocorrido na prática, será analisado, mais adiante, o ponto de vista dos profissionais: professores, gestores e tradutores de língua de sinais.

## **SÍNTESE**

Nesta sessão foi realizado um apanhado geral dos tratados internacionais, leis e normas jurídicas que versam acerca da educação inclusiva de surdos, no ensino superior. Foram apresentadas as principais convenções, acordos e protocolos de intenções promovidos entre as nações com o objetivo de promover uma educação para todos, procurando garantir igualdade de oportunidades e ensino de qualidade para as pessoas com deficiência, em especial a comunidade surda.

Na sequência a investigação se debruçou sobre a legislação nacional, ressaltando as normas mais significativas na busca por um sistema educativo mais inclusivo para os Surdos, enfatizando as leis que trazem garantias e reconhecimento de direitos educativos desta minoria linguística. Apesar da missão de alcançar equidade na educação para surdos seja

árdua, principalmente no contexto da igualdade de acesso e permanência no nível superior, muito se tem avançado no que diz respeito às normativas e leis a esse respeito.

Não obstante todo esse avanço, não se trata de uma evolução contínua, mas um processo marcado por avanços e recuos, barreiras e conquistas. Além disso, a aplicabilidade destas previsões, na prática, ainda encontra-se aquém do esperado.

**CAPÍTULO 4**  
**PESQUISA EMPÍRICA, OPÇÕES METODOLÓGICAS, PROCEDIMENTOS**  
**ÉTICOS**

A primeira parte deste capítulo pretende detalhar todo o percurso tomado nesta dissertação, desde a elaboração do projeto, passando pela pesquisa bibliográfica e documental, até a coleta e análise dos dados. Serão justificadas as escolhas metodológicas, especialmente no que diz respeito à abordagem, métodos e técnicas utilizadas, bem como explicados os critérios para escolha dos participantes e para a análise dos resultados.

Além disso, este capítulo se propõe a apresentar uma resposta à pergunta de pesquisa: **em que medida o projeto de educação inclusiva de Surdos tem sido concretizado nesta Universidade Pública do Norte do Brasil?**

A seguir, será apresentado o processo de investigação em forma de narrativa cronológica, demonstrando as etapas que levaram esta pesquisa ao estágio em que se encontra atualmente. Este capítulo, portanto, servirá como guia para entender como os dados foram recolhidos e a forma com que eles foram interpretados, dentro do contexto do trabalho

O interesse pela temática da educação inclusiva de surdos surgiu, primeiramente, da minha própria experiência profissional, como tradutor e intérprete de língua de sinais. Em segundo lugar, a afinidade com esse tema decorreu do meu percurso acadêmico, no curso de graduação em pedagogia bilíngue, voltado para as questões da surdez.

Isso fez com que o primeiro projeto de pesquisa se debruçasse sobre a educação inclusiva em Portugal, a fim de entender como as políticas educativas de inclusão se concretizavam na escola pública portuguesa. Os trabalhos se desenvolveram normalmente, tanto nas reuniões com o orientador, quanto na pesquisa bibliográfica e documental. As leituras e apropriação do arcabouço teórico a respeito do assunto foram desenvolvidas em bom ritmo, sob orientação do professor doutor Carlos Alberto Gomes.

Ocorre que, devido à pandemia do COVID—19, muitas restrições foram implementadas, em Portugal e ao redor do mundo, tais como o fechamento de instituições educativas, suspensão das aulas presenciais e adoção de protocolos para a minimização de qualquer contato ou aproximação entre pessoas, com vistas a prevenir o contágio e reduzir a replicação do vírus.

Essas medidas restritivas prejudicaram a aplicação de uma investigação empírica nas escolas portuguesas, tendo em vista a própria natureza de um estudo de caso<sup>1</sup>, que necessita

---

1 “(...) o estudo de caso é uma técnica apropriada para procurar explicar os aspectos pertinentes de um dado acontecimento ou situação, podendo proporcionar informações específicas sobre um projeto, uma inovação ou um acontecimento durante um período de tempo prolongado. (...)O conhecimento que gera, por isso, mais concreto e mais contextualizado, isto é, um conhecimento que resulta do estudo de uma situação/ fenômeno

de um contato mais direto e aprofundado com os sujeitos e o local da pesquisa. Além disso, a pandemia afetou também diretamente a minha saúde, o que foi uma das condicionantes da pesquisa.

Por essa razão, o projeto precisou ser modificado para se acomodar à realidade de uma crise sanitária sem precedentes. Após o projeto ser alterado, tornou-se possível fazer uma pesquisa qualitativa<sup>2 3</sup> com maior aprofundamento. Assim, em reunião com o orientador do mestrado, optamos por investigar a inclusão de surdos na Universidade, levando em consideração minha posição privilegiada como funcionário da instituição e a minha familiaridade com o locus da pesquisa. Mais tarde, essa decisão provou ser a mais acertada, pela facilitação do contato com as pessoas que seriam entrevistadas e maior conhecimento da realidade a ser investigada, por já trabalhar dentro da instituição.

Desta forma, refizemos o planejamento da pesquisa, com vistas a realizar nova pesquisa bibliográfica e documental, desta vez voltada para o contexto do ensino superior brasileiro. O assunto abordado no novo projeto envolve a problemática da normalidade/deficiência, da inclusão/exclusão, bem como da igualdade de oportunidades dentro de uma Universidade pública e democrática. A questão da pesquisa qualitativa pode ser expressa da seguinte forma: O projeto da educação inclusiva de Surdos tem sido aplicado na Universidade de forma prática, ou tem sido apenas um discurso teórico ineficaz?

Desta forma, foram redigidos os primeiros 3 (três) capítulos. O primeiro versa acerca da problemática teórica que envolve surdez, deficiência e a educação inclusiva. O segundo trata da trajetória histórica da educação de surdos, no Brasil e no mundo. O terceiro capítulo aborda o enquadramento político, ideológico e constitucional, trazendo os tratados e convenções internacionais que versam sobre educação de pessoas com deficiência e a legislação brasileira que ampara os surdos no acesso e permanência no ensino superior.

#### **4.1. PERCURSO METODOLÓGICO**

---

específico em que se privilegia a profundidade da análise em detrimento de sua abrangência.” (Morgado, 2012, p.57)

2 “O estudo qualitativo, como já foi visto, é o que se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” (Ludke & André, 1986, p.18)

3 “O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos.” (de Oliveira, 2008, p.7)

Posteriormente, após orientação sobre os procedimentos éticos<sup>4</sup> a serem adotados durante a aplicação das técnicas<sup>5</sup> de coleta de dados, foi redigida uma Nota de Divulgação da pesquisa de mestrado, a qual tem a função não só de informar acerca dos objetivos do estudo e acerca da forma com que serão recolhidos os dados, mas também de assegurar o cumprimento das normas éticas como a confidencialidade, o anonimato e o consentimento informado. Essas garantias são essenciais para ganhar a confiança dos entrevistados, a fim de que se sintam seguros em compartilhar suas experiências e opiniões.

Através da referida nota de divulgação os atores organizacionais foram convidados a participarem da investigação através de uma entrevista<sup>6</sup>. A entrevista utilizada foi do tipo semi-estruturada<sup>7</sup>, por permitir uma certa liberdade, seguindo um guia pré-determinado, porém flexível.

Foram selecionados participantes que atuaram nesta Universidade pública do norte do Brasil, dentro do período compreendido entre 2016 e 2020. Tanto o locus da pesquisa, quanto o lapso temporal selecionado foram escolhidos baseados na minha própria experiência como tradutor e intérprete de LIBRAS, que ocorreu neste local e período.

No que diz respeito aos participantes da pesquisa, foram selecionados 7 (sete) tradutores e intérpretes de língua de sinais, 5 (cinco) professores Surdos e 2 (dois) gestores da Universidade, que coordenam setores responsáveis pela acessibilidade de Surdos na Universidade

---

4 “De facto, é preciso sublinhar que sem a conquista de confiança daqueles que se pretende investigar (indivíduos, grupos, organizações, instituições) através, justamente, de garantias éticas e deontológicas, tais como, por exemplo, o anonimato, a confidencialidade, o consentimento informado, o respeito pela privacidade e segurança dos participantes nas pesquisas, a rejeição do recurso a técnicas de dissimulação e ocultação para obtenção de informação não autorizada, a não manipulação e falsificação de dados e resultados, não é possível obter uma atitude socialmente favorável à investigação empírica” (Gomes, 2016, p.8)

5 “As técnicas de investigação são conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade de pesquisa” (De Almeida & Pinto, 1995, p.78)

6 “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” (Haguette, 1994, p.75)

7“(…)as entrevistas semi-estruturadas ficam entre os extremos das outras já descritas. Há o momento das perguntas anteriormente determinadas, podendo ser as respostas relativamente livres. Caso haja a necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos respondentes.” (de Oliveira, 2008, p.12)

A seleção destes grupos de pessoas se justifica pelo objetivo de obter pontos de vista diversos sobre o mesmo assunto, a educação inclusiva de Surdos, alcançando assim um panorama mais completo da realidade investigada.<sup>8</sup>

A escolha dos tradutores e intérpretes de língua de sinais se justifica devido a proximidade com os alunos Surdos, na medida em que esses profissionais trabalham diariamente com esse público.

Entrevistar os professores Surdos se mostrou necessário pois, além de trazerem o ponto de vista docente, também fazem parte da comunidade surda e podem falar com propriedade sobre a surdez. Seria questionável uma pesquisa sobre a inclusão de surdos não trazer o pensamento dos próprios surdos.

Os gestores, por sua vez, trazem a perspectiva da administração da Universidade, a qual é imprescindível para compreender a dimensão política da educação inclusiva.

Desta forma, o critério de seleção dos participantes foi a experiência com educação inclusiva de surdos e a variedade de pontos de vista acerca do assunto. Portanto, os participantes escolhidos formam uma amostragem opinática<sup>9</sup>.

É importante ressaltar que a amostra desses atores organizacionais não pretende ter qualquer representatividade estatística, na medida em que os resultados e conclusões nos estudos de caso não se prestam a serem extrapolados para outros contextos, mas tão somente para a realidade investigada naquele momento e local.

As entrevistas com os intérpretes foram realizadas por videoconferência, por meio de uma plataforma virtual (Zoom). As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente confirmadas pelos próprios entrevistados, para garantir a correspondência entre o dito e o transcrito. Todas as entrevistas com os intérpretes foram realizadas deste modo, com exceção de uma, que foi realizada por meio de questionário enviado por e-mail, por opção do próprio entrevistado.

---

8 "Os investigadores qualitativos fazem questão em se certificarem de que estão a apreender as diferentes perspectivas adequadamente. (...)Os observadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimento que lhes permitem tomar as experiências do ponto de vista do informador." (Bogdan & Biklen,1994, p. 51).

9 "Amostragem opinática - o investigador selecciona os sujeitos em função de um critério estratégico pessoal - os sujeitos que possuem um conhecimento mais profundo do problema a estudar, os que são mais facilmente abordáveis (para poupar recursos humanos e materiais) ou os que voluntariamente se mostram disponíveis para colaborar com o investigador."(Aires, 2011, p.22-23)

Para os professores Surdos, o questionário foi enviado nas duas línguas, LIBRAS e português, como uma forma de respeitar a cultura e a língua natural dos Surdos, além de garantir uma comunicação mais clara. Foi facultada aos entrevistados a escolha de responder em língua de sinais ou em língua portuguesa, sendo que somente uma pessoa optou por responder em língua portuguesa. Os demais professores responderam em língua de sinais. A tradução do questionário em português para LIBRAS e a tradução das respostas em LIBRAS para língua portuguesa foram feitas pela tradutora e intérprete de sinais Fernanda Medeiros de Menezes.

Para os gestores, o questionário com as respectivas perguntas foi enviado por e-mail e posteriormente também por correio eletrônico.

Foi feita uma apropriação seletiva das entrevistas, apresentando somente os recortes considerados mais pertinentes para a temática da pesquisa. Os resultados foram divididos em dimensões de análise, baseadas nos objetivos da pesquisa e no guia de entrevista: Dimensão ideológica-conceitual; Dimensão profissional; Dimensão institucional; Dimensão política nacional.

#### 4.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO - INTÉRPRETES

A tabela abaixo sintetiza os principais dados de caracterização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais, com o objetivo de facilitar a visualização das informações. Essa caracterização mais profunda dos intérpretes se justifica pelo fato do trabalho ter sido construído, principalmente, a partir da perspectiva destes profissionais.

**Tabela 1.1 Dados de caracterização**

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE LIBRAS	PROLIBRAS	EXPERIÊNCIA EM GERAL	EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE
T1	LETRAS- LIBRAS	SIM	SIM	08 ANOS	3 ANOS
T2	LETRAS- LIBRAS	SIM	SIM	25 ANOS	5 ANOS
T3	LETRAS- LIBRAS	SIM	NÃO	15 ANOS	2 ANOS
T4	OUTRA	SIM	NÃO	13 ANOS	1 ANO
T5	OUTRA	NÃO	SIM	15 ANOS	3 ANOS

T6	LETRAS- LIBRAS	SIM	SIM	15 ANOS	5 ANOS
T7	OUTRA	NÃO	SIM	21 ANOS	7 ANOS
T8	LETRAS- LIBRAS	SIM	SIM	13 ANOS	7 ANOS

#### 4.2.1. DIMENSÃO IDEOLÓGICA-CONCEITUAL (PERGUNTAS 3.1, 3.2 E 3.3)

##### CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Observa-se que alguns dos participantes relacionaram a educação inclusiva com a mera convivência de pessoas sem deficiência e com deficiência em um mesmo espaço educativo. Essa ideia se alinha com a teoria acerca do **paradigma da integração**, abordado no capítulo 1, como se observa:

“[a educação inclusiva] é uma forma de **incluir as pessoas com deficiência** no ensino regular (...) Participando, no ensino, com outras pessoas que não tem deficiência.” (T06, apêndice I)

“(...)a presença de 2 tipos de alunos: **da pessoa com deficiência e pessoa sem deficiência**, no caso.”(T 08, apêndice I)

Alguns deles expandiram o significado de inclusão para compreender não só a presença dos deficientes, mas também toda forma de diversidade ou especificidade de pessoas, incluindo cor de pele, classe socioeconômica, orientação sexual, dificuldade de aprendizagem, além de grupos minoritários:

“É a interação deste aluno com a diversidade que possa haver(...)tanto **quilombolas, como LGBTQIA+**, inclusive pessoas com **outras deficiências**(...). Então é necessário fazer com que essas pessoas possam estar envolvidas com diversos perfis de pessoas, tanto com característica de deficiência, como de **situações econômicas, cor de pele**, etc.”( T01, apêndice I)

Educação inclusiva, eu entendo um espaço, um ambiente, que seja livre de barreiras, para seja ela qualquer tipo de **deficiência, dificuldade, especificidade, cor, dificuldade de grupos minoritários**, falando em um conceito mais geral.( T03, apêndice I)

“Educação inclusiva é quando você tem condição de dar atenção para cada pessoa dentro da sua especificidade, né? Eu acho que **as pessoas olham muito assim para o deficiente, mas não é só deficiente, eu acho que, inclusive, inclui todo mundo(...)**”(T07, apêndice I)

A maior parte dos entrevistados enfatizou que, além da presença de uma diversidade de pessoas no mesmo ambiente, para que a educação possa ser considerada inclusiva, é preciso que sejam tomadas algumas medidas ou estratégias para que o ensino possa atender as particularidades de cada um dos alunos, com o intuito de possibilitar a todos o aprendizado em equiparação de condições.

“Educação inclusiva é aquela modalidade da educação que utiliza abordagem da inclusão. (...) Uma estratégia de tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais na sua desigualdade. Então, relacionado à inclusão, **atender todas as especificidades, todas as particularidades, dos diversos grupos distintos**, contemplados através das mais diversas estratégias possíveis, para poder, dentro do prisma da educação, promover educação com equidade.” (T05, apêndice I)

“Uma educação que **não só envolve integrar o aluno com deficiência a uma sala regular, mas dar a ele as condições desde estruturais do prédio como as pedagógicas (...)**.”(T02, apêndice I)

Em um espaço que seja **necessário que as Barreiras sejam, se não for possível eliminadas, mas que sejam minimizadas, para que todos tenham acesso aos direitos que são, no contexto da Universidade, a educação.** ( T03, apêndice I)

“Sim, além do acesso à Universidade, as **condições de permanência, não só financeira, mas de respeito, dignidade, igualdade.** E, focando na educação de surdos, diz respeito à língua, diz respeito ao contexto social de comunicação, diz respeito ao ser Surdo.” (T04, apêndice I)

Além disso, dois participantes da pesquisa apresentaram a proposta da educação bilíngue no lugar da educação inclusiva, como sendo uma forma mais adequada para o ensino de surdos:

Talvez seria mais interessante, no caso das pessoas surdas, sempre pensar em **educação bilíngue**, em vez de educação inclusiva. (T08, apêndice I)

Hoje para gente ,talvez, trabalhar com com surdos, é mais fácil ,entre aspas, por causa das **classes bilíngues ou escolas bilíngues**. (...) na educação bilíngue, aos olhos do intérprete, eu acho que a gente já está caminhando numa direção. Talvez, hoje, o que ainda falta: a formação dos professores em libras e o acompanhamento do tradutor intérprete. Por isso que **a gente luta tanto pela escola bilíngue**, porque a gente sabe que nem sempre a pessoa do tradutor intérprete, por mais esforço que ela faça, ela não consegue talvez expressar da maneira como deveria esse conteúdo, né? (T04, apêndice I)

### CONCEPÇÕES DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

No que diz respeito à percepção dos entrevistados acerca da igualdade de oportunidades, a maioria das respostas apontam para o respeito das diferenças entre os estudantes, oferecendo condições educativas que visem a equiparação desses alunos , como observa-se:

“Eu acho que seria **ter um ambiente que respeite as diferenças** de modo de aprender ou diferenças culturais (...)seria **olhar para esses outros públicos e tentar respeitar**. Ter um cuidado na hora do ensino, na questão do ensino. (T08, apêndice I)

“(...)além do acesso à Universidade, as condições de permanência, não só financeira, mas de **respeito, dignidade, igualdade**.” (T03, apêndice I)

“Eu vejo que é necessário fazer uma análise com o perfil das pessoas que tenham interesse em alcançar um objetivo e como posso **oferecer os caminhos para essa pessoa alcançar o objetivo**.” (T01, apêndice I)

Então, eu acho que uma igualdade de oportunidades, seria pensar: de que maneira poderia se **compensar aqueles que tiveram menos acesso a uma educação**, né? Para que eles também tenham a oportunidade de disputar ali, de igual para igual essas vagas na Universidade, de emprego, concurso, etc. (T07, apêndice I)

“(...) a igualdade de oportunidade, entre esses sujeitos surdos, é ambos poderem competir ou estudar ou **aprender em condições equiparadas de qualidade**, de acessibilidade(...)”(T05, apêndice I)

### CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Acerca das políticas públicas, os entrevistados responderam se tratar de uma ação estatal, que vai ao encontro das demandas de um ou mais grupos sociais:

“(...)eu penso que sejam **políticas criadas especificamente para o atendimento dessa comunidade**. (...)Então, eu vejo por esse lado, talvez a criação de políticas públicas, seja para **gerar essas oportunidades para esse público**.” (T04, apêndice I)

“(...)Eu acho que tem uma estrutura da legislação que não é realizada, mas que nos dá apoio porque seria através dessa legislação que a gente teria garantia, desse serviço de educação **voltados para esses públicos específicos**, né? Os surdos, também os quilombolas, indígenas, estrangeiros, né?” (T08, apêndice I)

“(...)a política pública (...) é o conjunto de aparatos, sejam eles instrumentais, normativos, ações, planejamentos, táticas. Todo tipo de atividade de voltar a execução, no viés público, determinado pelo poder público, **direcionado a determinado grupo ou situação**.” (T05, apêndice I)

Alguns dos entrevistados frisaram a participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas, tanto na elaboração quanto na implementação e fiscalização da sua efetividade:

“Eu compreendo que são meios que **o governo precisa fazer, junto com o sistema da sociedade**, um levantamento do que é necessário promover, por meio de ações ou estratégias que possam viabilizar que a sociedade se desenvolva, alcançando melhorias (...) Então, essas estratégias políticas podem ocorrer com **a interação, tanto do governo quanto da sociedade** para agregar valores para a sociedade.” (T01, apêndice I)

“Políticas públicas estão relacionadas com a ação das estruturas que envolvem o Estado, que vão desde a elaboração de um projeto do governo seja ele Federal, Estadual e Municipal, a sua implementação e aprovação pelo poder legislativo e pelo cumprimento dele pelo Judiciário e **a fiscalização da sociedade civil organizada, seja pelas ONG’S, associações, etc**” (T02, apêndice I)

Dois dos participantes ressaltaram o caráter documental e escrito das políticas públicas, como elemento norteador das práticas sociais e garantidor dos direitos dos cidadãos:

Como no Brasil **parece que só consegue as coisas se tiver escrito, legalizado, algum documento que mostre que aquilo é, de fato, um direito**, e que aquele direito seja cumprido. Então, entendo como política pública, como direito a ser cumprido e que ele, de fato aconteça, **não fique só no papel**. Por ser público, que ele atenda a todos os públicos, não favoreça nem desfavoreça, mas que atenda, atendendo a especificidade de cada um. (T03, apêndice I)

As políticas públicas, eu entendo que **são documentos do governo**, que servem como base para uma tomada de decisões, que vai afetar as pessoas no país, no estado, ou no município. **Esses documentos**, eles são muito baseados, assim, na ideologia de quem está lá, né? E aí, ele **vai definir, ali, as políticas públicas que vão reger a área da educação durante aquele período que estiver governando**. (T07, apêndice I)

Da análise dos discursos desta dimensão, é possível constatar que os intérpretes entrevistados tem uma boa noção dos principais conceitos que envolvem a temática investigada, bem como de suas implicações práticas dentro do contexto da inclusão de surdos.

#### **4.2.2. DIMENSÃO PROFISSIONAL**

##### EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS TRADUTORES-INTÉRPRETES (PERGUNTAS 2.1 E 2.2)

Apesar de trabalharem em diversos campos de conhecimento quando indagados acerca de suas experiências profissionais dentro da Universidade, a maior parte dos entrevistados afirmaram que houve destaque para as ciências humanas, especialmente para a área de Letras:

“(...)dentro da Universidade, eu tenho atuado mais dentro das ciências humanas, né? A área de letras, ali, onde eu atuo mais.” (T7, apêndice I)

“É mais Letras-libras e Artes(...)” (T8, apêndice I)

“(...) na Universidade, predominante, foi o curso de licenciatura em letras libras, ensino da língua portuguesa como L2 [Segunda língua] para surdo(...)”(T5, apêndice I)

“Eu acho que, em três áreas, no caso: educação física, odontologia e Letras-Libras. (...)” (T6, apêndice I)

“(...)Eu atuei nos cursos de odontologia, química e letras libras. (...)” (T3, apêndice I)

Além das ciências humanas, a segunda área de conhecimento mais preponderante foi as ciências da Saúde, notadamente no curso de odontologia:

“Na área da saúde foi a que mais atuei, no curso de odontologia (...)”(T1, apêndice I)

“Eu acho que foi mais nesse período, mais com uma aluna, na odontologia.” (T4, apêndice I)

Por outro lado, a trajetória profissional dos participantes fora do âmbito universidade foi marcada pela heterogeneidade, na medida em que suas experiências ocorreram em contextos variados, dentre os quais destaca-se os excertos abaixo:

“Agora, fora da Universidade (...) dos cursos, cara, dos mais diversos: **matemática, química, Redes de computadores(...)**pedagogia, engenharia mecânica, eu acho que, se eu pudesse destacar, eu citei 5 aqui... esses 5, eles estão bem evidentes” (T5, apêndice I)

Eu acho que mais nos eventos esses eventos que eu interpretei logo no início era sempre de **educação especial**, de pessoas com deficiência (T8, apêndice I)

Também atuei em  **cursos da área agrária, de licenciatura e pedagogia**. Mas a área mais destacada é a área da saúde. (T1, apêndice I)

Essas experiências de trabalho variadas se mostram relevantes para a investigação, na medida em que faz com que os participantes consigam observar a educação de surdos em diversos contextos, o que enriquece a pesquisa.

### DESAFIOS, CAUSAS E CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. (PERGUNTAS 5.3, 5.4 e 5.5)

#### DIFICULDADES E DESAFIOS

Dentre as dificuldades relatadas pelos participantes da pesquisa, a mais recorrente envolve o tempo para estudo dos conteúdos da aula/evento, que ocorre quanto os tradutores e intérpretes de língua de sinais não recebem esse material com a antecedência necessária:

“Esses materiais com antecedência são nos eventos. (...)Mas, em termos de aula, **nem todos os professores conseguem enviar de forma antecipada**. (...)Mas eu preciso compreender aquele conteúdo, que está naquela prova, qual vai ser aquela pergunta. (...) É necessário que eu olhe aquela prova, então às vezes a gente precisa dessa aproximação, com esse professor, para **solicitar esse material com antecedência**. Então isso, a gente também tem que avisar para o professor, ele não está sabendo, mas nem sempre isso acontece. (...)” (T1, apêndice I)

“**Maior tempo para estudar os conteúdos** programáticos das disciplinas, haja vista, que não raro são complexos em especial no âmbito linguístico como escolhas lexicais, semânticas e pragmáticas, e em várias situações **recebemos a eles às vésperas de uma aula ou no dia**, e isso acaba resvalando no ato tradutório dificultando o entendimento do aluno surdo.” (T2, apêndice I)

“a aula... vamos trocar a aula 'em cima da hora' ou mandar um texto 'em cima da hora'. Não ter tempo de ler, **não ter tempo de se preparar**.” (T3, apêndice I)

**A outra dificuldade é com agendas muito 'em cima da hora'**. Tanto que a gente pede, a gente solicita, né? Tanto com relação a recebimento de material ou mesmo agenda de aluno(...) em cima da hora, chegava solicitação, e às vezes não tinha agenda, a gente não tinha intérprete, disponível, porque já estava todo mundo encaixado. (...) a gente precisa organizar uma agenda, porque não é só chegar e interpretar, né? (...) Porque se a gente for somar, no final do mês, não é só a questão da interpretação, **mas é o tempo de estudo, é o tempo para pra pesquisar vocabulário, pra conhecer o assunto, então são todas essas questões, né?** (T4, apêndice I)

(...)a gente tem feito um trabalho de solicitar com bastante antecedência. **Alguns até enviam, com antecedência, mas outros enviam, por exemplo, com 2 horas antes de de começar a aula e isso se torna impossível, né?** Do intérprete se preparar, estudar, buscar sinais, buscar o conceito na própria língua portuguesa, daquele termo específicos que os professores vão usar, né? Então, em parte, eles tem, sim, respeitado esse aspecto do nosso trabalho, mas, em parte, não, porque eles muitas vezes enviam com atraso, né? E, às vezes, nem enviam também. (T6, apêndice I)

“Eu acho que existe muitas teorias novas, que estão surgindo (...)eu estava interpretando sobre educação disruptiva. Eu nunca ouvi falar disso, entendeu? Então, essa é o maior dificuldade. É uma coisa boa que muita gente esteja estudando esses assuntos, mas **quando traz para dentro da sala de aula sem o conhecimento prévio do intérprete, a respeito daquele assunto, isso, eu acho que diminui a qualidade da tradução.** Acho que é bom quando o intérprete conhece o assunto também.” (T7, apêndice I)

A carência de profissionais suficientes para atender às demandas da Universidade foi outro impecilho apresentado, relacionado com a sobrecarga e comprometimento da saúde dos intérpretes:

“A maior dificuldade era(...) **a demanda de aulas era muito grande(...) Sem falar que a carga horária era muito elevada, tanto de disciplinas, quanto pelo**

**quantitativo de intérpretes. A meu ver é necessário aumentar a quantidade de intérprete, isso era um dos pontos críticos.”** (T1, apêndice I)

“(...)a falta de profissionais. Eu acho muito poucos e **muito poucos intérpretes para trabalhar**” (T8, apêndice I)

(...)paralela a produção com qualidade, entra a condição ergonômica. O mínimo que se pede (...) é que ele consiga ter saúde para aguentar a regularidade da atividade, né? E aí **há necessidade dele trabalhar com mais alguém**, entendeu? (T5, apêndice I)

Outro fator que os entrevistados indicaram como problema foi a gestão educacional. Foi apontada a necessidade de uma melhor articulação do trabalho dos intérpretes a nível institucional:

Eu acho que, primeiramente, **falta uma coordenação dos intérpretes da instituição inteira** porque é impossível... é complicado fazer uma atuação separada, porque a Universidade ela não é separada em institutos e faculdades. Ela não é separada, no sentido que muitas atividades são em comum, são interligadas. Então essa coordenação, essa falta de unificação de uma equipe só de intérpretes, eu acho que isso é o principal ponto, que dificulta. (T8, apêndice I)

“O outro desafio, cara, é tu lidar com o professor (...) **é necessário um apoio da gestão educacional**(...)Tem que reunir todo mundo e dizer: ‘olha pessoal, nesse curso, a gente tem uma demanda específica, esse é o profissional tal, 'bora' sentar aqui e ouvir o que ele tem a dizer’.O quarto desafio é a própria comunidade, entendeu? Porque é complicado, cara, tu está lidando com pessoas que têm visões diferentes que vão tentar impor a sua visão, que vão vir com a sua concepção pré-concebida em relação a isso, esse é outro desafio, tu lidar com o alunado. E aí **tu precisa do apoio da gestão**, e tu precisa do apoio da próprio professor (...)o próprio sujeito surdo ele é o desafio porque querendo ou não está lidando com o sujeito, que tu não sabe nem se está vindo com um pouco de base (...)” (T5, apêndice I)

Paralelamente ao problema de gestão institucional, também foi mencionada a questão do deslocamento do servidor entre os diversos locais de trabalho em que irá exercer sua profissão. No excerto abaixo, nota-se que há tensão e insegurança em determinados percursos:

**“A Universidade ela é tão grande que ela não só está no centro, na cidade universitária, tem a área de artes que em outro ponto da cidade. O próprio ginásio não fica dentro do campus: é necessário sair do campus, atravessar uma avenida, chamada avenida Perimetral, e percorrer um caminho para chegar nesse outro local e esse caminho vai para fora da Universidade. Tanto esse de artes, que fica em outro bairro, quanto esse ginásio e a Piscina também fica em outro local. Uma das atividades da área de odontologia é no hospital universitário, que é longe, não é tão próximo, então tem que sair, tem que percorrer algumas vias, algumas avenidas, para chegar nesse ponto. Então, há uma crítica que deve ser considerada: até que ponto a Universidade fica responsável em amparar aquele servidor intérprete de libras, para percorrer esses caminhos até a chegada neste local? (...) Esse percurso, quem é que custeia? É um carro da Universidade, é uma passagem de ônibus que a Universidade propõe?(...)Mas há uma tensão: no campus da UNIVERSIDADE tem um outro local próximo, onde é a Piscina e o ginásio, é um percurso curto que dá para ir caminhando, porém há alguns riscos. É um perímetro perigoso: não tem muito fluxo de pessoas, nem de carros, é na beira do Rio, então é um caminho perigoso, é um bairro que tem seus perigos - de assalto, um risco de violência. É necessário fazer um debate sobre isso: será que é importante levar um carro, por mais que seja curto? É necessário fazer uma reunião, para fazer uma análise sobre como proceder nessa situação. Porque, se o servidor passar por algum acidente ou sofrer uma violência, ou assalto, quem ficaria responsável por isso? (T1, apêndice I)**

Foi apresentada, também, uma crítica quanto à remuneração, que pode não ser tão atrativa para o servidor. Além disso, foi apontada uma diferença de salário entre intérpretes, mesmo que exerçam exatamente a mesma função dentro da Universidade:

Existem outras críticas que envolvem recursos financeiros, mas não sei se encaixa nessa pergunta, que é sobre **a disparidade entre intérpretes contratados e servidores efetivos**. Há uma situação a nível nacional, não é necessariamente da UNIVERSIDADE, mas de outras Universidades federais também. Existe os intérpretes efetivos, que são concursados de nível médio (o salário é de nível médio), e existem outros meios de contratações, de nível superior (**o salário de nível superior é acima do salário de nível médio**), **porém as atividades dentro da universidade são realizados de forma semelhante**: tanto a carga horária de trabalho, quanto as demais atividades. (T1, apêndice I)

“O primeiro é **remuneração** (...) eu acho que o intérprete, ele deveria receber uma remuneração que fizesse pelo menos ele trabalhar sorrindo, todo santo dia, porque aí ele poderia produzir com mais qualidade.(...) (T5, apêndice I)

Além disso, outra dificuldade que merece destaque é o trabalho de concientização da comunidade acadêmica. Muitos entrevistados afirmaram que o corpo docente, discente e técnico precisa ser esclarecido acerca da educação inclusiva de Surdos e da importância do tradutor e intérprete de língua de sinais. Esse problema envolve a mudança de mentalidade e de atitude em relação ao aluno Surdo:

“Outro ponto crítico era **conscientizar também a Universidade**: não somente os alunos onde eles estavam ali na sala de aula, mas o corpo técnico, os institutos terem a consciência que ali estava envolvido um aluno surdo ou um professor surdo, e que o intérprete estava ali, não como um ‘chaveirinho’, mas sim como um profissional e não era apenas como ‘uma ajuda’ ou algo só para dizer “ah, é bonito ter um intérprete de libras e um aluno surdo que está no nosso meio, no nosso espaço acadêmico, dentro do curso”. Não é só o empenho do aluno. **É necessário que o corpo técnico, a biblioteca, esses espaços, tenham essa consciência: que eles podem estar interagindo com aquela pessoa surda e é necessário, muitas das vezes, ter um intérprete(...)** É importante conscientizar a Universidade que a solicitação não pode partir somente da pessoa surda, pode partir de uma pessoa ouvinte se ela for fazer algum trabalho que a pessoa surda vai estar envolvida, então isso é uma das críticas. (T1, apêndice I)

A metodologia de trabalho de alguns professores e **o não reconhecimento das necessidades de mudança** (...) no sentido de rever que ele tem um aluno que precisa de um olhar específico e ele não se importar. (T3, apêndice I)

**Primeiro é fazer as pessoas**, que não tem o costume de lidar com um aluno surdo em sala de aula, **mudarem de comportamento**. A gente já pegou várias situações em que a gente estava ali, dando toda a formação para o professor, todo o apoio, e ele **não mudava a forma de ensino** dele. Mesmo a gente orientando. Mais ou menos assim: ‘eu sou assim, eu faço assim, eu não vou mudar.’ (T4, apêndice I)

“Bom, não generalizando, mas eu percebo que alguns professores, **algumas pessoas, elas não encaram os profissionais intérpretes como profissional, né?** Parece, assim, que o intérprete é apenas um instrumento que está ali, né? Vai lá e traduz para ele que eu estou falando e pronto. **A gente não percebe esse respeito (...)** Outra coisa, que eu percebo, são Barreiras atitudinais (...) são formas das pessoas verem o surdo(...) **Eu já presencia algumas situações que funcionários da faculdade achavam que aquele curso não era pro surdo, simplesmente pelo fato dele ser surdo, entendeu?** Então, até sugeri, indiretamente, que aquele aluno mudasse de curso. (...) algumas pessoas tem uma visão mais limitada, né? Então, a atitude da pessoa de achar que só o fato da pessoa ter uma deficiência, ela não é capaz de progredir, de se formar em alguma determinada área.” (T6, apêndice I)

“E também, eu acho, que **a visão do intérprete**, às vezes, só como um recurso de Acessibilidade, que não precisa estudar, **como se fosse uma máquina, assim: um tradutor automático que não precisa estudar, talvez não precise fazer cursos de formação.**” (T8, apêndice I)

“As vezes a gente se depara com situações inesperadas: de uma atividade, de avaliação daquele aluno. **E o professor depois fala se a gente vai ‘passar cola’.** Não é sempre, é alguns. E eu falo: “não, a gente não vai passar cola”. (T1, apêndice I)

## CAUSAS DOS PROBLEMAS APRESENTADOS

Quando indagados a respeito das causas dos problemas apontados na entrevista, a maioria das participantes atribuiu essas dificuldades à falta de conhecimento e de empatia por parte da comunidade acadêmica, que desconhecem as questões que envolvem a educação inclusiva de Surdos e que não conseguem se colocar no lugar das pessoas Surdas:

“A **falta de conhecimento das especificidades dos alunos surdos** e o no caso de alguns a **falta de empatia**” (T2, apêndice I)

“**Falta de conhecimento.** E além da falta de conhecimento, **a falta de empatia.** (...)”

Se não houver empatia, então não há...não vai haver mudança.” (T3, apêndice I)

Acho que é uma questão de pensamento, eu acho. De personalidade, talvez, né?

**Da pessoa se colocar no lugar do outro**, pronto. Essa seria, eu acho, que uma causa, né? As pessoas não se colocam no lugar do outro ou no lugar de um parente ou em uma situação assim. Você nunca pensa: e se fosse comigo? E se fosse meu filho? Eu agiria da mesma forma? Se um desses alunos fosse um parente, eu agiria da mesma forma ou eu pararia escutaria a orientação que estão me dando? **Então eu acho que uma das causas, é que talvez essa: não se colocar no lugar do outro**, não se preocupar com o tempo do outro. Alguns, mesmo sabendo que é necessário, não fazem, né? Talvez isso, eu acho que vai por esse caminho. (T4, apêndice I)

**Desconhecimento.** As pessoas não fazem por mal(...) muita gente, por desconhecimento ou por orgulho ou por vaidade ou por qualquer coisa que seja, mas se resume à **ignorância, realmente, do assunto**, vulgo leigos, impõem mesmo. ‘Não, cara, porque tu está mexendo a mão aí, tá atrapalhando a aula’ ou ‘para que tem que ter um intérprete aqui, o cara consegue ler lábio’. (T5, apêndice I)

As principais **causas**, na verdade, é o sistema e não são somente as pessoas que já estão inseridas dentro da Universidade trabalhando: **a sociedade não é muito bem-preparada, as escolas não preparam muito bem esse cenário de inclusão.** (T1, apêndice I)

Porque...eu penso que **a visão sobre inclusão**, às vezes, ela desconsidera a língua. **Às vezes, ela desconsidera a língua de sinais**, né? Porque a língua de sinais, ela é um instrumento, **ela é direito da pessoa surda**. Quando as pessoas não conseguem ver isso, a gente percebe essas dificuldades. (T6, apêndice I)

Corroborando com a realidade demonstrada no capítulo 2, acerca da história dos Surdos, os resultados da pesquisa apontam para a herança cultural como uma das causas das dificuldades enfrentadas no contexto da educação inclusiva de Surdos, denunciando um preconceito enraizado contra as pessoas com deficiência – o capacitismo:

**Eu acho que é uma questão cultural**, como a sociedade se posicionou desde os tempos antigos até um alguns tempos atrás, com relação às pessoas com deficiência, né? **Então, a sociedade encarava essas pessoas como inúteis, né?** Incapazes...muitas vezes eram segregados em instituições especializadas. **Eu acredito que essa visão, ela se tornou cultural, né? E tem grande influência na visão das pessoas, hoje.** Apesar de a gente já estar no século 21, tem uma visão mais modernizada, mais consciente, apesar da gente ter leis e políticas públicas e também movimentos das próprias pessoas surdas, que lutam contra **o capacitismo**, eu acho que, apesar de tudo o que a gente já tem hoje de positivo, ainda, **a gente ainda tem uma influência forte cultural, né? Com relação a esse preconceito.** (T6, apêndice I)

“E aí a gente está lá, **naquele mito: de que o Surdo só pode estar no curso de licenciatura, pedagogia, letras-libras**, por exemplo.” (T3, apêndice I)

“Então acho que, cotidianamente, a gente vem mudando **essa visão ouvintista que a Universidade, por conta de questões históricas, tem: que é do desconhecimento dos ouvintes em relação à cultura surda, a desvalorização, o preconceito, achar que o surdo não vai atingir tal nível, né?** Poder conquistar um diploma ou conquistar um determinado nível de conhecimento. Eu acho que, também, o nosso trabalho passa por isso: por essa mudança de concepção, de conceber a pessoa surda” (T8, apêndice I)

## AVANÇOS E CONQUISTAS

Não obstante as críticas apresentadas pelos participantes, também foram apontadas conquistas relevantes dentre as quais ressalta-se a garantia do trabalho em dupla, para revezamento entre os intérpretes:

O trabalho com **revezamento com outro profissional**, pois por anos atuei sozinho em outras instituições interpretando sozinho por longas horas, adquirindo a DORT como tendinites, capsulite adesiva. Sendo tal revezamento permite que se mantenha uma memória de trabalho mais preservada com menos perdas possíveis de informações e com isso contribuindo para o processo de aprendizagem da pessoa surda. (Tnat2, apêndice I)

e falando da universidade, para mim esse mérito, esse filho, é da universidade. **é sempre colocado 2 intérpretes, dentro da sala de aula, para lidar com o surdo.** isso daí, eu 'tiro o chapéu' acho isso muito legal.” (T5, apêndice I)

e uma outra coisa, que eu tenho valorizo muito, também, dentro da universidade, que eu vejo e que falta em outros lugares, mas dentro da universidade tem, **é esse rodízio, né?** Da gente **interpretar um tempo e parar um tempo.** Eu acho que isso é uma coisa muito importante. (T7, apêndice I)

Outro avanço identificado pelos participantes foi uma maior visibilidade para a língua de sinais e maior reconhecimento das pessoas Surdas, através do trabalho do intérprete de língua de sinais:

“É inevitável falar que o avanço do intérprete de LIBRAS, ele acompanha o avanço da pessoa surda (...) A partir do momento que aquela pessoa surda começa a ter resultados(...) Isso já é um avanço. (...)Então, ali já demonstra que o trabalho do intérprete foi efetivo, porque o professor passou para o aluno e o aluno está dando feedback por meio de um seminário. (...) **Então é a visibilidade daquela pessoa surda que perpassa por todo o meu trabalho, por todo o trabalho do intérprete de LIBRAS.**” (T1, apêndice I)

“Hoje, tu vê que a maior parte dos comunicados oficiais, pelo menos das instituições que lidam com esses surdos, estão em LIBRAS. (...)Hoje, a **LIBRAS é mais difundida**, então não é tão estranho assim para uma turma ouvinte, que não

teve contato prévio, enxergar um surdo dentro da sala de aula, já não causa incômodo, não causa estranhamento.” (T5, apêndice I)

Observa-se que passou a haver, dentro da Universidade, um entendimento mais claro quanto a profissão do tradutor e intérprete de língua de sinais, bem com da função que deve exercer no contexto de um ensino inclusivo para Surdos:

“Eu acho que uma conquista muito importante, para os intérpretes aqui, é **a Universidade entender que o intérprete, ele foi chamado, ele fez o concurso, para fazer interpretação, não é para fazer trabalho de Secretariado.** O secretário é uma coisa. Antigamente era assim: os intérpretes aqui dentro da UNIVERSIDADE, faziam o serviço de secretariado também. E não, **eu acho que isso foi uma conquista botar intérprete só para interpretar.**” (T7, apêndice I)

Outro ponto positivo, descrito como avanço, é a iniciativa dos docentes em trabalhar em conjunto com os intérpretes, trocando conhecimentos e buscando aprimoramento:

“Mas eu já vi um avanço bem grande, quando o professor, por exemplo, procura a gente e fala assim: ‘que estratégia você acha melhor para essa situação ou para esse aluno’ eu acho bem legal, quando eles procuram, quando **eles têm a iniciativa de procurar a gente, para saber como é que eles podem melhorar, né?**” (T5, apêndice I)

Além disso, possibilidade de qualificação, através de cursos de formação continuada, também foi apontada como uma das vitórias, permitindo que o intérprete se aperfeçõe com vistas a melhor desempenhar sua função:

“Como intérprete, eu vejo como um avanço **o processo de formação continuada**.(...) as instituições, tem dado estímulo para que os intérpretes participem desses momentos de formação continuada.” (T3, apêndice I)

Finalmente, a possibilidade de contratação de mais tradutores e intérpretes de língua de sinais também se mostrou como um importante avanço em direção a uma Universidade

mais inclusiva para os Surdos, na medida em que a presença de intérpretes na instituição funciona como um tipo de atrativo para que mais alunos surdos ingressem nela.

**“Olha os avanços, os principais avanços que eu percebo, dentro da Universidade, é a questão da possibilidade de contratar mais profissionais, (...) Um avanço que a gente percebeu, é que a própria UNIVERSIDADE se empenhou em buscar novas formas de contrato, de novos profissionais intérpretes. Isso foi um avanço significativo, porque os Surdos viam que a UNIVERSIDADE é uma instituição que se preocupa com a acessibilidade, então isso acaba abrindo portas para os surdos. Para mim, um grande avanço foi esse. (T6, apêndice I)**

#### CONTRIBUIÇÃO DOS TRADUTORES-INTÉRPRETES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE (PERGUNTAS 5.1 e 5.2)

Ao falar sobre a função que os tradutores e intérpretes desempenham, dentro do objetivo de tornar o ensino superior mais e mais inclusivo, os entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância desse profissional para a educação inclusiva de Surdos. Os participantes concordaram que, ao agir como mediadores da comunicação entre surdos e ouvintes, esses profissionais se mostram necessários para que os alunos Surdos possam ter pleno acesso aos conteúdos, lugares e pessoas, dentro do ambiente acadêmico:

**“Eu vejo o intérprete como uma peça necessária para educação. Eu não vou dizer que ele é primordial, que ele é fundamental, porque eu não vejo que ele se sobreponha a luta do povo surdo, mas ele é necessário para esse trabalho conjunto. Porque o intérprete, ele ainda, apesar de fazer parte da luta, ele ainda tem a sua visão de ouvinte. Só quem sofre, só quem sente na pele, é o surdo, mesmo. Então o intérprete é necessário para que junto com o povo surdo, as lutas sejam feitas e haja... vai eu volto mais uma vez a minha tecla, sempre na barreira atitudinal, para que ela seja quebrada.” (T3, apêndice I)**

**“Eu acho que a presença do tradutor intérprete na Universidade ela é de grande importância, para que o aluno consiga a acessibilizar um conteúdo que ele necessita... de conhecimento. Eu acho que ele é de grande importância,**

principalmente nessa questão comunicacional, porque se a gente precisa que o aluno tenha oportunidades e a maioria das pessoas, dentro da Universidade, não conhecem a língua de sinais, a gente é o canal. **O tradutor-intérprete é o canal para isso.** Então, **eu vejo de extrema importância a presença do tradutor intérprete na Universidade**". (T4, apêndice I)

Eu acho que essa **é a maneira que o surdo tem, de ter acesso ao conhecimento acadêmico**, né? (...) Então essa maneira que ele tem, alí, o acesso às leituras, às explicações dos professores, seminários, palestras, **tudo através do intérprete.** (T7, apêndice I)

Bom, eu acho que o intérprete **ele contribui justamente porque ele é uma ponte**, né? (T6, apêndice I)

Observa-se, que a contribuição do intérprete não está limitada ao conhecimento que possa proporcionar ao aluno ou professor surdo, nem mesmo está restrito á intermediação entre o emissor e o receptor da mensagem, mas se estende para a concientização da sociedade, tanto na comunidade acadêmica quanto na população em geral, através da visibilidade do seu trabalho:

Um intérprete ele contribui de 2 formas. **Ele não atinge só o sujeito surdo, ele atinge a comunidade**, entendeu? (...) Existe um **impacto de conscientização**, tanto com os docentes quanto com os discentes. (...)Então o trabalho do intérprete, ele causa esse impacto(...) **ele dá acesso a informação para o surdo que está querendo aprender aquele conteúdo** que está lá, está entendendo? Acho que o maior beneficiado é o sujeito surdo, porém o impacto é na comunidade. (T5, apêndice I)

"(...)o profissional intérprete **não é somente aquele que está na sala de aula** fazendo interpretação sinal-voz ou voz-sinal, mas aquele que faz formação, oficinas, etc. Eu acredito que **ele consegue fazer um trabalho de inclusão por meio da orientação da sua função** (...) a gente, enquanto intérpretes, acaba 'fazendo ponte', viabilizando a informação para que aquele publico possa estar permeando dentro da Universidade. (T1, apêndice I)

Não obstante a alta relevância dos serviços prestados pelos tradutores e intérpretes de língua de sinais, como instrumento para a acessibilidade, a educação inclusiva de Surdos não se resume ao trabalho desses profissionais. Os participantes foram unânimes em declarar que a mera presença dos intérpretes de LIBRAS em um determinado ambiente, não o torna inclusivo, por mais qualificados e competentes que sejam:

Eu acho que não(...)não é só uma questão de colocar o intérprete lá e está tudo resolvido. **O professor tem que adaptar as estratégias dele, de ensino.** (T7, apêndice I)

**“(...)a inclusão envolve como falei anteriormente uma ação conjunta da comunidade acadêmica e das instituições que compõem o Estado, não só com relação a ao cumprimento de políticas inclusivas por meio de leis, mas mudanças atitudinais de todos.”** (T2, apêndice I)

Não, não é suficiente. É importante, mas não é tudo. Eu acho que se esse aluno, se ele tiver um material de apoio na língua dele, ele consegue render muito mais. Claro que tem a questão dele em se interessar, dele se esforçar, dele não esperar só pelo intérprete, ou só pelo material de apoio, mas eu acho que, pelo que a gente tem visto, principalmente esses últimos tempos, o intérprete em sala de aula, ele ajuda nessa parte comunicacional, mas ele não é suficiente. Porque? **Depois, o aluno vai para casa, e ele precisa estudar esse material. E se esse material não estiver acessível na língua dele, vai ser mais um entrave, né?** (T4, apêndice I)

Com certeza não, porque só vai ser inclusão se o aluno se sentir incluído e para ele se sentir incluído, existe todo um processo por trás. (...) Então, se essa galera não estiver sensibilizada, do que adianta colocar um intérprete? (...) **o professor não facilita, o intérprete não vai ensinar o conteúdo,** ele não é habilitado para isso, ele não tem competência técnica para isso, ele não é pago para isso (T5, apêndice I)

Eu acredito que não seja suficiente, né? **Porque os professores também precisam ter essa consciência de que eles precisam é organizar suas aulas, esses conteúdo**

**de maneira acessível para os surdos** também, utilizando estratégias visuais (...) acredito que essas estratégias e recursos visuais como imagens vídeos, contribuiriam também para a acessibilidade. (T6, apêndice I)

Acho que não, porque a educação vai muito além de uma interpretação de aulas, né? Os conteúdos ou o conhecimento que eles têm que adquirir, para se formar é muito mais complexo. Então deveria ter mais intérpretes, para que fosse possível os intérpretes estudarem realmente, convencionarem sinais e **também seria necessário monitores, professores que fizesse o AEE**, eles têm direito, mas isso não é feito, tinha que ter professores que tenham uma carga horária para trabalhar no turno contrário, para fazer um reforço, que é isso que o AEE preconiza. (T8, apêndice I)

Sintetizando esta dimensão de análise, é possível afirmar que a visão profissional dos intérpretes está fortemente atrelada à forma com que esses servidores compreendem os termos apresentados na dimensão conceitual. O discurso dos entrevistados acerca da educação inclusiva, igualdade de oportunidades e políticas públicas aponta para ações conjunta de diversos atores sociais, e não uma responsabilidade exclusiva de políticos e gestores.

Em outras palavras, essa perspectiva permite com que os intérpretes se vejam como parte de um processo que não depende apenas deles, mas de uma parceria com a comunidade acadêmica alunos, servidores técnicos administrativos, professores, gestores e da comunidade em geral.

#### **4.2.3. DIMENSÃO INSTITUCIONAL (UNIVERSIDADE)**

##### PRINCIPAIS AVANÇOS E PROBLEMAS NA UNIVERSIDADE (4.2, 4.3 e 5.6)

Da análise dos dados coletados é possível identificar que a Universidade tem tido progresso na implementação de um projeto de educação inclusiva, apesar de percalços. Ao serem perguntados se a Universidade consegue fornecer boas condições de trabalho para o intérprete, os entrevistados reconheceram conquistas institucionais no âmbito do ensino inclusivo de Surdos, porém apontaram a necessidade de melhorias:

“**Sim, sim.** Na minha opinião, sim. Nós **temos um bom espaço de trabalho, nós temos um grupo bom de intérpretes, a gente sempre atua junto,** a gente nunca faz muito tempo(...)Na época que eu estava, a gente tinha uma sala, mas que era dividida com outras pessoas, né? Então, não era uma sala exclusiva nossa, **hoje a gente, um espaço próprio.** (...)Na época que eu estava, nós éramos ainda há poucos. Então a gente não conseguia, eu acho, que atender com qualidade. (...)algumas vezes a gente ainda atendia sozinho, ou porque a dupla teve um problema ou porque alguma situação aconteceu e precisou cobrir algum outro momento, mas a gente ainda chegou a atuar sozinho. Hoje em dia isso não acontece mais, **a gente não atua sozinho.** E, desde aquele tempo, a gente começou a criar um protocolo de atendimento, né? (...)Então, acho que inicialmente, foi bem difícil, né? Que eles obedecessem isso. **Hoje em dia a gente já tem mais respaldo, eles já conseguem visualizar essa necessidade,** mas, naquela época, foi difícil esse período inicial.(T4, apêndice I)

“Isso é um caminhar. Logo que eu entrei, as **condições de trabalho eram bem complicadas devido ao quantitativo insuficiente de intérpretes. Aos poucos foram tendo mais contratações de intérpretes.** Logo que eu entrei eram muitas as problemáticas que circundavam ao redor da nosso trabalho enquanto intérprete: **falta de espaço silencioso para uma gravação, falta de notebooks e computadores suficientes para o quantitativo de intérpretes, mas é aos poucos isso tem melhorado.** Ainda falta melhorar mais, mas tem melhorado. Já foram adquiridos alguns computadores para os intérpretes.”(T1, apêndice I)

Também foram apresentadas críticas acerca da insuficiência do número de profissionais para para suprir as demandas com qualidade e sobre a falta de materiais de apoio e equipamentos:

O espaço, até para a gente sentar, eram poucas cadeiras para a demanda de intérpretes. (...)Mas, foram adquirindo. Como eu falei: é um caminhar.(...) Alguns equipamentos, a gente precisava de equipamento nosso. Nós precisávamos fazer uma solicitação pré-agendada para um instituto, para que que a gente pudesse ir lá, fazer a nossas gravações.(...)Então, **eu vejo que é necessário melhorar a**

**questão de equipamentos tecnológicos**, um espaço mais silencioso. Eu vejo dessa forma.”(T1, apêndice I)

Não, acho que ainda deixa muito a desejar, né? (...) **Então acho que ainda falta muito organizar essa questão do espaço físico, material, computador, é muito antigo computador que a gente usa, não teve renovação, já está quase quebrando, né?** (...) acho que o mais importante seria as condições básicas: seria uma sala que fosse para os intérpretes, que não precisasse dividir. E **mais profissionais, eu acho, mais colegas, para fazer um trabalho melhor.**(T8, apêndice I)

A gente teve uma dificuldade, no curso de odontologia... **a gente precisava de equipamento de segurança**: jaleco, a máscara, seria equipamento de segurança para a gente, e a Universidade resistiu em oferecer. Eu não sei se hoje já ofereceram, mas na época, resistiu em oferecer. **Foi com dificuldade para Universidade de nos suprir com os equipamentos necessários para a nossa atuação.** (...) Então, a gente precisava se adequar ao curso, e a gente não ia tirar do nosso bolso para comprar equipamentos para o trabalho. Quando eu trabalhei, também, **éramos poucos profissionais, éramos apenas 3.** No setor de acessibilidade, tá? quando eu falo, eu digo na setor de acessibilidade. mas, eu via uma disponibilidade entre os setores que a gente dava apoio, e nos institutos também. (T3, apêndice I)

### CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A INCLUSÃO

É possível depreender, levando em conta as respostas obtidas na fase de obtenção dos dados, que a Universidade contribui para que o projeto inclusivo seja implementado gradualmente, não obstante algumas dificuldades ainda existêntes.

Ao questionar os intérpretes sobre o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no que tange à valorização da diversidade, a maior parte deles identifica que o papel desempenhado pela Universidade, enquanto instituição, está voltado para a formação e conscientização da sociedade acerca do respeito á pluralidade:

“Dentro da Universidade já existem movimentos, tanto de alunos quanto de professores, que fazem palestras, fazem eventos, voltados para o aspecto da inclusão. Desde a palavra “respeito” perante as diversidade, de cultura, da situação biológica, de gênero, de orientação sexual, **a Universidade já faz esses movimentos internos, de respeito.(...)** Como um público surdo, ele está inserido dentro da Universidade, porém durante as minhas demandas, durante as minhas atividades, eu não ainda não vi a participação efetiva do público surdo. Eles podem ter opiniões, eles podem ter reflexões, porém eu ainda não vi momentos de fala em palestras nesses eventos e etc. (...)Mas **a Universidade já faz essas atividades, já faz essas ações, e que pode se tornar cada vez mais inclusivo (...)**(T1, apêndice I)

“Pelo menos **a Universidade tem feito valer as políticas de ações afirmativas** e até o presente momento não soube de nenhuma ação legal contra alguma violação aos direitos de uma pessoa surda, no que se refere a um desses princípios citados no PDI.” (T2, apêndice I)

“(...)eu vejo como o fator principal: a conscientização e formação das pessoas que estão envolvidas com aquela situação. (...)Por ser uma Universidade, um espaço de formação, ainda há muito a ser construído, mas pelas pessoas da gestão em si, eu parableno o período que eu estive na UNIVERSIDADE. Pelo conhecimento que eu tenho de outras Universidades, tanto das que eu estudei, quanto das que eu trabalhei, **eu vejo a Universidade com uma defensora e como uma idealizadora de espaços de debate e de inclusão, seja através dos setores como é o Setor de Acessibilidade e tem a associação dos estudantes indígenas, tem a associação dos estudantes com deficiência, tem a assessoria de diversidade e inclusão.** Então, tudo isso são conquistas e é uma luta tanto dos estudantes, que são a maior parte, quanto da Universidade, para que isto aconteça. Eu vejo a Universidade bem engajada, nesse sentido, e **o fator principal da inclusão, eu vejo que a formação e conscientização.**” (T3, apêndice I)

“Bom, **eu vejo muito é isso ser aplicado** a partir das ações do Setor de Acessibilidade, em conjunto com o núcleo responsável pela Assistência Estudantil, com a reitoria e as pró reitorias, principalmente a pró reitoria de graduação, onde

é a equipe tem feito um esforço em conjunto para oferecer formações para os professores, para os funcionários em geral, servidores em geral e é como se a gente estivesse fazendo (eu digo "a gente" porque eu faço parte dessa equipe) uma espécie de fusão dessas necessidades das pessoas surdas, né? E a gente, em parceria também com o centro de capacitação, com a gestão de pessoas, **nós temos ofertado, desde o ano de 2020 formação para todo o público-alvo da educação inclusiva, né?** Especificamente, eu tenho participado dessas ações, no que diz respeito às pessoas surdas, né? Informar os servidores da Universidade, especificamente os professores, também.” (T6, apêndice I)

Apesar dos avanços na promoção do respeito à diversidade, um dos entrevistados teceu críticas quanto à forma com que essa política tem sido implementada, apontando a falta de organização institucional, resultando em uma política muito limitada às ações individuais:

**“(...)eu acho que não tem sido coordenado isso, na forma de uma política mesmo, uma política organizada que tenha, que tem esse objetivo.** Eu acho que as atitudes, nesse sentido de valorizar essa diversidade, são muito individuais, pontuais, né? É fica muito limitado a questão, do intérprete, da interpretação de libras. Eu acho que não há um engajamento de outros servidores, como os professores, que tem um papel importantíssimo na Universidade. **É eu acho que tinha que haver uma política mais organizada,** em termos da educação de surdos. Eu acho que tinha que ter um cuidado mais específico. (T8, apêndice I)

O decreto 5626 de 2005 prevê que as pessoas surdas tenham acesso “à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos(...)”. Da análise do posicionamento dos participantes da pesquisa, no que diz respeito ao cumprimento das medidas estabelecidas no decreto, é possível depreender que essas diretivas não estão sendo cumpridas em sua plenitude:

**“Olha, eu acho que as coisas, elas não estão no ideal, ainda não. Mas, elas estão indo num ritmo muito bom, uma hora a gente "chega lá".** Por exemplo, na Universidade, existe um núcleo, uma Coordenadoria, que ela é focada

especificamente em oferecer essa acessibilidade para os surdos. (...)Então, assim, eu acho que são passos, são pequenos passos, que são dados. As pessoas... eu sei que existe uma tendência muito grande de sempre criticar o que falta, né? Mas acho que é bom a gente olhar, também, o que está sendo feito. Então, essa por exemplo, no curso onde eu trabalho, por muitas vezes tem 3 intérpretes atendendo uma surda, então, eu acho que isso é uma coisa incrível, uma coisa muito boa. **Eu sei que ainda faltam algumas coisas**, por exemplo, os professores podem se empenhar em passar vídeos que tenham legendas, ou tenham traduções. A gente ainda vê casos, ainda, de professores passando vídeos que não tem nem legenda e nem tradução, né? E o intérprete tem que "se virar" na hora, mas **eu acho que a gente tem que comemorar os passos já estão sendo dados. Então, eu sei que a gente tá longe ainda do ideal mas eu diria que a gente está progredindo**, diria que a gente está progredindo no ritmo muito bom. (T7, apêndice I)

“Eu acho que, no caso do processo seletivo, teve um grande avanço que foi a tradução da prova do ENEM [exame nacional do ensino médio] para LIBRAS. Acho que isso foi positivo. Só que **a partir do ingresso dos alunos, não tem uma organização para tentar suprir a necessidade desses alunos, de formação, o que corre o risco deles abandonarem** né?(...) Eu soube que os alunos que já estudaram com a gente, eles tiveram, acho, alguns apoios, mas foi muito complicado, né? Complicado para eles conseguirem esses apoios. Aí, é muito arriscado aluno abandonar ou então um aluno trocar de instituição, que é como se fosse um abandono também. (T8, apêndice I)

“(...) **eles passaram a ser conscientizados, tanto do envio anterior do material para que os intérpretes pudessem estudar, quanto da necessidade de dar acessibilização dos editais de seleção.** Então, aí já é um primeiro ponto, de mostrar que a Universidade era um espaço acessível pronto para receber os estudantes. E eles tinham acesso ao edital na sua língua natural, na sua língua materna, na verdade. E os eventos, conferências, a gente era solicitado para tal. Os grandes eventos da Universidade, havia solicitação e os pequenos e menores, quando tinham Surdos, também nos era solicitado. Então, a gente, apesar do pouco número de intérpretes, éramos apenas 3 lá, no setor de

acessibilidade, mas tinham outros. A gente tentava atender de forma a acessibilizar todo o conteúdo. **No início, tinha dificuldade da questão do acesso à informação e a comunicação.**” (T3, apêndice I)

**“A lei existe, o decreto existe. A prática, porém, não está sendo é eficaz.** Quando a gente falou de antes dessa pergunta, a gente falou muito sobre inclusão, de ter 2 intérpretes em uma demanda, no mínimo 2 intérpretes, para conseguir qualidade no trabalho, qualidade de informação para aquele público. Isso não acontece, de fato não acontece(...) Inclusive em faculdades particulares e algumas Universidades públicas também isso acontece: ter um intérprete de LIBRAS para muitas demandas (vamos dizer assim) e **acaba não sendo uma inclusão de fato.**(...)” (T1, apêndice I)

Nós, profissionais, a gente fala muito desse decreto 5.626, só que **essa luta ela tem que ser constante,** porque a já existe [o decreto] a questão é que falta a **prática,** tanto nas escolas quanto nas Universidades. Como aqui mesmo fala, da obrigatoriedade. **Essa obrigatoriedade não tem acontecido, não tem sido cumprida.** (T1, apêndice I)

Diante do exposto, é seguro afirmar que, na visão dos participantes da pesquisa, o projeto de educação inclusiva de Surdos ainda não alcançou o patamar ideal dentro da Universidade. Essa constatação reforça a idéia desenvolvida na durante a fase da pesquisa bibliográfica (capítulo 1), de que a inclusão não é um projeto pronto e acabado, mas um processo gradual. Dito de outra forma, podemos entender que, por mais que seja possível identificar avanços em muitos aspectos, a muito do discurso inclusivo ainda fica restrito ao campo teórico, permanecendo distante da prática e da realidade.

#### **4.2.4. DIMENSÃO POLÍTICA NACIONAL (GLOBAL)**

CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA ( PERGUNTA 4.1)

Ao serem questionados acerca da influência das políticas públicas no trabalho do intérprete, na Universidade, os entrevistados destacaram a própria presença desses profissionais no ensino superior como sendo um ponto positivo, uma garantia de acessibilidade ao público acadêmico Surdo:

Eu acho que que **as políticas públicas, nos últimos anos elas tem, de certa forma, garantido, dentro da Universidade, que os surdos tenham acesso a esses serviços de Acessibilidade, que são os intérpretes, né?** (T7, apêndice I)

“Acho que o primeiro impacto, a primeira influência, é a garantia do profissional na Universidade. Então isso aí é **o primeiro e grande impacto: que essa garantia que a comunidade surda tem, de ter um profissional para que seja a eles acessível...**para que tenham acessibilidade, na sua língua, então essa é a primeira grande garantia.”(T3, apêndice I)

“Então, até cheguei a comentar, agora, né? Comecei a comentar que **se a gente, talvez, se não tivesse essas políticas públicas voltadas para esse grupo, talvez, a gente nem existisse dentro da Universidade porque eles não conseguiriam ter acesso**, e pra quê você precisa de um de intérprete de libras, dentro de uma instituição, se você não tem uma comunidade que necessita desse atendimento dentro dessa instituição? Então, talvez, **por esse motivo, seja importante, sim, ter as políticas públicas voltadas pra o acesso e permanência dessa comunidade.**”(T4, apêndice I)

Outro aspecto trazido pelas políticas educativas que também foi considerado considerado positivo foi a promoção de cursos de formação continuada para os servidores da Universidade:

“Posterior a isso, é **a formação continuada** através de uma política que não é especificamente para os intérpretes, mas para os servidores públicos em geral, que **a possibilidade de formação para melhoria da atuação e oferecimento de**

**um serviço de qualidade**, para aqueles que estão recebendo a acessibilização em LIBRAS.”(T3, apêndice I)

(...)E isso acaba gerando para nós uma valorização enquanto profissional. Porque, também, a gente tem a outra questão, **a parte da formação**, né? A gente, não é só, também, estar ali dentro da Universidade, como tradutor intérprete, mas **vai chegar um momento que você vai sentir necessidade de novas formações e aí você precisa continuar as suas formações** para conseguir dar um atendimento de qualidade, a esses alunos.”(T4, apêndice I)

Além das influências positivas, também foram destacados pontos negativos acerca das políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao decreto nº 10.185 de 2019, o qual extinguiu os cargos vagos de tradutores e intérprete de LIBRAS, impossibilitando a entrada desses profissionais concursados no quadro de servidores:

“(...)Uma lei criada, um decreto criado, pode atingir diretamente a vida do intérprete. Mais recente, **em dezembro de 2019, foi criado um decreto que extinguiu alguns cargos, dentro das Universidades, e dentre esses cargos está o cargo de intérprete de libras. Então não há mais concurso público e para entrada de novos intérpretes, isso dificulta o cenário dentro da Universidade.** Se esse decreto foi lançado, vai atingir diretamente a nossa qualidade de trabalho, porque não vai poder mais entrar um intérprete efetivo, mas pode haver a possibilidade de entrada de intérpretes por meio de contratos. (...) Então isso atinge diretamente a nossa qualidade de trabalho, enquanto intérprete de LIBRAS. Até porque **a gente muitas vezes tem que ficar pedindo a contratação de mais intérpretes, por conta do nosso cansaço físico e mental**, e a nossa chefia direta tem que ficar articulando de onde vem conseguir recurso para fazer essas novas contratações.”(T1, apêndice I)

“(...) eu acho que **a gente teve um retrocesso muito grande**, eu acho que foi a partir do governo do Temer, que foi extinto o nosso cargo, né? Então não tem novos concursos e não tem perspectiva de ter, né?Aí começaram a ser contratados... isso até foi positivo, eles serem contratados, mas é muito ruim

porque eles saem da Universidade, então os contratados (temporários, né?) Eles ficam 2 anos, no máximo. (...)É muito ruim, porque eles não conseguem ter uma longevidade, contribuir de uma forma mais efetiva. Acho que isso é muito ruim. Mas por outro lado **se tivesse um número maior, também contribuiria porque acho que são poucos.** Eu não sei como é organizado essa questão de vagas, mas eu acho que na UNIVERSIDADE que é uma das maiores Universidades, não eu acho que é muito pouco o número de intérpretes. Acho que deveria ter mais. (...) Só que só que a gente vê, nos últimos anos, **um retrocesso muito grande com essa questão da extinção do cargo de intérprete.** Então, eu acho que tem influenciado de forma negativa, né? Principalmente pela extinção, no caso, do intérprete. Tem faltado ainda, né? Tem sido um retrocesso muito grande. **Eu acho que a gente teve um passo inicial, que foi quando o nosso cargo foi criado, eu acho que foi quando teve aquele programa "viver sem limites" e aí foi criado os cursos de Letras-Libras e os cargos de intérpretes.** Isso foi muito importante, que isso que deu início ao nosso trabalho dentro da Universidade, né? É, aí depois, de lá pra cá só teve retrocesso, né? **Porque não teve continuidade dessa política.”** (T8, apêndice I)

**“(...)desde 2019 (se eu não me engano) a partir daquele decreto que extingue o cargo de tradutor intérprete do quadro de servidores efetivos, do PCCTAE [Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação] eu acho que dificulta um pouco essa Acessibilidade, né? Por quê? A UNIVERSIDADE ela vai depender de contratação e geralmente o contrato ele é temporário, né? O profissional também, que é contratado, ele não tem uma segurança. Então, a gente observa que: se aparecer novas oportunidades, melhores do que aquela que está ali na UNIVERSIDADE ele vai deixar a UNIVERSIDADE. Isso deixa também o desfalque, né? Nessa equipe que existe de intérpretes dentro da UNIVERSIDADE.** (T6, apêndice I)

Outra crítica apresentada foi a ausência de políticas públicas que resguardem a questão ergonômica do intérprete de língua de sinais, protegendo esses servidores do desgaste físico e mental decorrente do exercício da profissão:

(...) Então, no nosso caso, que tudo aparentemente soa muito novo, **eu não sei nem se tem política pública relacionada à condição laboral do intérprete.**(...)A gente sabe, é usual, tu sabe também, que o intérprete ele passa um período e já é de consenso, "ah, o intérprete de 10 anos, no mínimo, está com a mão lesionada."**As próprias condições de ergonomia, e eu não vejo nada legal. O intérprete, depois de tanto tempo, ele tem direito a quê? Ele pode ser amparado de que forma? (...)**"(T5, apêndice I)

#### SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE (PERGUNTA 4.4)

Quando indagados sobre como as políticas públicas poderiam ser mais efetivas, no contexto da Universidade, os entrevistados frisaram a necessidade de mais intérpretes para que a Universidade possa promover uma maior acessibilidade das aulas e conteúdos acadêmicos.

“Então, na minha visão, **uma política pública que poderia contribuir para a melhoria da acessibilidade para surdos dentro da UNIVERSIDADE**, seria que **existissem cargos de intérpretes efetivos para que todos os conteúdos dentro da UNIVERSIDADE fossem acessibilizados**. Porque a necessidade não é só apenas interpretação simultânea, durante as aulas, existe a necessidade também de todos os conteúdos, por exemplo: editais, instruções normativas, o próprio regulamento da graduação, que é em língua portuguesa, ela deve ser traduzida para LIBRAS, ela deve ser acessível para todos que estiverem na UNIVERSIDADE, o regulamento das pós-graduações... então existe uma infinidade de documentos ali, que estão acessíveis apenas na língua portuguesa que **precisa de uma equipe maior**, né? De tradutores intérpretes para fazer essa acessibilização linguística, né? **Então, se existe um número pequeno de intérprete na UNIVERSIDADE, essa demanda ela se torna muito grande até às vezes impossível de ser feita**, né? E se existissem servidores efetivos, esses documentos estariam sempre sendo renovados,

traduzidos, e o surdo teria mais interesse em uma Universidade que seja inclusiva e que respeite a diversidade. Essa é a minha opinião.”(T6, apêndice I)

“Então, a medida que surdos novos vão entrando na Universidade, eu acho que é importante continuar assegurando acessibilidade para esses surdos, né? E para isso **é importante a contratação de mais intérpretes**. Isso é uma coisa muito importante, né? A gente tem surdo entrando para o mestrado, entrando para licenciatura. **Na minha visão, os intérprete que estão agora, eles não dão conta de toda a demanda, principalmente porque nesse ano, por exemplo, as aulas estão sendo o dia inteiro**. Então, os intérpretes, por exemplo, ficam o dia inteiro com uma surda de manhã e de tarde, né? Aí, quando entra outro surdo na Universidade, esses intérpretes não conseguem, por exemplo, dar atenção para essa de manhã e pro outro de tarde, porque tem que ficar o dia todo com essa daqui. Então, quem que vai dar atenção para aquele outro surdo? **Então precisa contratar novos intérpretes, né? (...)**.”(T7, apêndice I)

“Primeiro passo: derrubando esse decreto. O decreto que foi lançado, não vou recordar agora o número, mas foi lançado no final de 2019. [Decreto 10.185/2009] (...) **Se eu bloqueio a entrada desses profissionais, eu estou boqueando a informação para esse público surdo**. Então um dos primeiros passos é quebrando esse decreto. Os outros passos são ampliar a quantidade de formações(...)Então **eu tenho que ampliar essas vagas, fazer formação, porque só um intérprete não vai “dar conta”**. (...)”(T1, apêndice I)

Outra ideia colocada pelos participantes da pesquisa foi a proposta de oferecer mais cursos de formações para atender os servidores administrativos, para que tenham ao menos o conhecimento de como lidar com as pessoas surdas, e saibam se comunicar minimamente. O objetivo seria uma maior difusão da língua e da cultura surda na Universidade.

Acho que a **ampliar o conhecimento das pessoas sobre as especificidades. E o reconhecimento das pessoas Surdas**, porque o contato, às vezes, era só com um ou outro instituto ou faculdade que ia receber aquele aluno, mas e os outros...deixa eu pegar, aqui 200, 300 e tantos cursos, não tinham esse mesmo contato e essa mesma conscientização que um pequeno público tinha. Então,

esses **momentos formativos de reconhecimento serem ampliados** para Universidade como um todo e para a comunidade externa também. (T3, apêndice I)

Mas eu vejo que tem sido feito e talvez, daqui para frente, só cresça. Eu acho que uma coisa que é importante estar no nosso planejamento atual, e ainda está assim, em processo de ser realizado, **são formações para os técnicos e servidores, né?** Específicas para eles... de atendimento, que o aluno possa se sentir livre de ir a qualquer setor e saber que ali ele vai ser atendido na língua dele, que não necessariamente ele precisa estar com o intérprete do lado dele. Mas, que ele, ali, vai **ter uma pessoa que possa atendê-lo**, eu acho que isso falta, eu acho que isso é necessário. (T4, apêndice I)

No sentido de que haja **um envolvimento da comunidade acadêmica** em se não se

tornarem fluentes na Libras, ao menos compreenderem sobre esta, desde os aspectos culturais como a identidade da pessoa surda, e as questões linguísticas envolvidas num processo ensino-aprendizagem. (...) que **os setores da Universidade tenham pelo menos alguns servidores que possam desenvolver uma comunicação suficiente em Libras** no caso de serem procurados por uma pessoa surda para resolver alguma situação no âmbito do setor, como a secretaria da Faculdade em que o aluno está inserido, e o mesmo na sala de aula quando se acontece um trabalho em grupo, **pelo menos alguns alunos não surdos deveriam saber o necessário para se comunicar com o que é surdo(...)**”(T2, apêndice I)

Outra proposta de melhoria, relacionada com o aumento do número de intérprete, é a questão salarial. A sugestão é que o salário dos intérpretes seja equiparado, tendo em vista que todos exercem a mesma função durante a mesma carga horária:

“O segundo passo é também **a questão salarial, porque essa disparidade de exigência de qualificação** acontece(...) Mas, **essa disparidade salarial que acontece, no concurso público e no contrato, isso influencia na qualidade do trabalho.** Não é o salário que me paga bem, que eu vou executar um trabalho bem. Não é isso que eu estou falando. Mas é **colocar as suas atividades fins, os**

**níveis, de acordo com o trabalho. Se eu estou trabalhando dentro da Universidade, a exigência de mim, enquanto profissional, é maior.** Eu tenho que pesquisar mais, tenho que pesquisar fora, tenho que verificar sinais específicos, técnicos e teóricos de cada área. Isso vai exigir de mim. Então, **é necessário que eu receba de acordo com aquele nível.** Como poderia ser feito, essas estratégias políticas? Tem que ser muito bem articuladas com as associações de tradutores e intérpretes de LIBRAS em cada estado e também com a FEBRAPILS para poder **nivelar essa questão salarial.** Se a Universidade exige que eu interprete em nível superior, por mais que a minha entrada de forma efetiva, por meio de concurso público, na época me exigia o nível médio, que dê um prazo (para quem ainda não tem a graduação) de “tantos anos” **para que a pessoa se forme e receba a nível superior.** Eu penso dessa forma.” (T1, apêndice I)

Outra medida sugestão dos entrevistados para tornar mais efetivas as políticas públicas está relacionada com a gestão institucional. Em outras palavras, os participantes apontam que a Universidade, enquanto instituição, tem um papel crucial na administração e aplicação dessas políticas:

“Depende muito do **objetivo da instituição.** Eu acredito que se a instituição objetivasse, de fato, atrair essa demanda para os seus cursos, em suas determinadas áreas, ela teria essa condição, sim. E a gente sabe que começa sempre pela colocação de um intérprete lá, e a gente sabe que isso não é suficiente, porque existe a questão da adaptação do conteúdo, do próprio esclarecimento e conscientização da comunidade docente daquela faculdade em si, entendeu? Existe uma série de medidas, que quando tu pensa em **uma política pública para poder alcançar essa efetividade, tu pensa em todos os elementos que interagem com aquela instituição(...)**Os intérpretes estão lotados para as instituições, para as faculdades em si, os professores eles estão conscientizados de como lidar com esse sujeito... já é um começo. **E a gente sabe que existe(...)**aparato legal que que ampara, já isso. Então, **não precisa mais entrar no viés da lei, mas sim só na própria reunião, do planejamento e a execução.**” (T5, apêndice I)

**“(...)isso tem que partir de uma atitude institucional,** não dos intérpretes individualmente, porque se não... se os intérpretes forem dizer como eles querem o trabalho deles, só eles, isso não vai ter credibilidade, porque vai parecer que é alguma coisa egoísta, só para os intérpretes. Isso tem que partir principalmente dos surdos, dos professores e alunos Surdos. (...) E aí **eu acho que agora seria um momento de unir as pessoas que trabalham nessa área de educação de Surdos na Universidade deveriam estar todas em um mesmo centro, em um mesmo órgão,** pensando na forma melhor de educar as pessoas surdas, eu acho que esse seria um passo importante. Seria uma "coordenação de educação de surdos." Eu acho que **deveria ter esse "núcleo de educação de surdos"**, mas que congregasse todos os intérpretes, os professores surdos, professores que pesquisam professores de LIBRAS, professores é que pesquisam a educação de surdos, deveriam se reunir e traçar políticas prioritárias para os alunos surdos, eu acho que seria o passo para valorizar, fazer aquela valorização da diversidade que tem no PDI, porque eu sempre está muito separado, muito segregado, as pessoas que trabalham nessa questão de educação de surdos na Universidade, muito espalhados e assim não tem organização nenhuma e aí fica difícil e acaba prejudicando os alunos surdos e essa questão da educação de surdos.” (T8, apêndice I)

Diante do exposto, é possível observar que as políticas públicas têm contribuído positivamente pelo fato de garantirem a presença dos intérpretes no ensino superior e incentivarem a formação continuada. Todos os entrevistados relataram forte impacto das políticas públicas, no exercício de suas funções.

No entanto, cumpre ressaltar que os principais problemas indicados, a extinção os cargos vagos de intérpretes de língua de sinais (decreto nº10.185 de 2019) e a ausência de normativas que resguardem esses servidores de doenças decorrentes do desgaste físico e mental inerente à profissão, estão relacionados com a insuficiência de profissionais para atender às demandas da Universidade com qualidade.

As propostas para que as políticas possam ser ainda mais efetivas, se concentraram, naturalmente, na contratação de intérpretes efetivos (que não sejam temporários), por meio

de provas de concursos público, e que os salários dos intérpretes sejam equiparados. Nesse quesito, a gestão institucional exerce uma função essencial, devendo conduzir administrativamente a implementação dessas públicas para inclusão de Surdos, por meio de um núcleo centralizado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO – PROFESSORES

A seguir, foram realizados questionários com cinco professores Surdos que trabalham na instituição, com o intuito de incluir as vozes de pessoas Surdas que, ao vivenciarem a experiência da surdez, podem revelar uma perspectiva diferenciada acerca do assunto. Além disso, por serem docentes, lidam diretamente com a educação em seu cotidiano, representando uma contribuição essencial para a pesquisa.

### EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE

Quando questionados sobre o seu entendimento acerca da educação inclusiva no âmbito da universidade, a maior parte dos docentes destacaram adaptações, estratégias e demais medidas que precisam ser tomadas para que o ensino possa alcançar a todos,:

“(...) sobre a educação inclusiva de surdos dentro da educação superior, na minha visão **são necessárias adaptações para os surdos, intérpretes, melhor acessibilidade para comunicação com a sociedade que compõe a universidade(...).**” (P4, apêndice II)

“Entendo que a educação inclusiva afirma a existência da diversidade de sujeitos e **objetiva a melhoria da qualidade de ensino adequando-o a todos os público para oportunizar equidade** educacional e **oferecer atendimento diferenciado** ao passo que **reconhece as particularidades** de cada indivíduo para garantir o bem-estar no processo de inserção no ensino superior, bem como o respeito à toda condição humana.” (P5, apêndice II)

“Acredito que esta universidade avançou, consideravelmente, no que se refere à prática de educação inclusiva oferecida tanto aos discentes quanto aos servidores surdos. Para

exemplificar, posso citar **as iniciativas de atendimento e inserção social** desenvolvidas pelo setor de acessibilidade, que acompanha a pessoa surda durante seu percurso no ensino superior(...)” (P5, apêndice II)

“(...) onde há um aluno surdo existe a presença do intérprete em todas as aulas para a interpretação do que está sendo ministrado pelo professor oralmente, além disso, **é necessário adaptações para outros tipos de deficiência** (...)é isso que entendo quando considero a inclusão, é também fazer **o acompanhamento do aluno** deficiente garantindo acessibilidade.” (P2, apêndice II)

“(...)Pratica a educação inclusiva sim, mais ou menos, não é 100% porque **existem professores que não refletem sobre adaptações necessárias** para o aluno surdo, **apenas colocam um intérprete havendo uma relação entre surdos e intérpretes,**

mas o professor mesmo não proporciona **adaptações** para o aluno surdo.” (P2, apêndice II)

Diante das respostas citadas acima é seguro afirmar que a educação inclusiva, na visão dos docentes Surdos, implica em uma série de adaptações dos materiais didáticos e metodologias de ensino, de acordo com a condição dos seus estudantes. Portanto, uma universidade inclusiva pressupõe professores conscientes e dispostos a fazerem as modificações necessárias para que seus alunos aprendam os conteúdos propostos.

## CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES

Ao serem questionados sobre a contribuição do professor para o projeto de uma universidade inclusiva, os participantes da pesquisa apontaram a função do docente como essencial para que ocorra a inclusão de fato, através de adaptações de materiais, metodologias diferenciadas e outras estratégias:

(...)É extremamente necessário que o professor esteja próximo deste aluno para conhecer suas necessidades, elencar e assim poder **entender como devem ser feitas as adaptações do material didático** para este aluno ou quais outras necessidades este discente precisa, essa necessidade de proximidade com o aluno é imprescindível para entender como o aluno se sente. (P2, apêndice II)

“(...) eu, como professora, preciso ficar próxima do aluno para verificar como ele se sente, seus limites, dificuldades, utilização de muitos recursos materiais didáticos visuais, **a presença do intérprete, adaptação de todo material de forma visual** porque ficar só falando não dá é sem graça, não adianta, eu sei que a maioria não trabalha com materiais visuais e gosta somente a oralidade sei que cada um tem seu jeito, sua metodologia. **O principal pra mim é o recurso visual e presença de intérprete. Também é necessário haver um respeito pela escrita do surdo que é diferente(...)**” (P2, apêndice II)

No meu ponto de vista, **o professor surdo ajuda muito o aluno surdo nas explicações, atividades, na parte teórica.** Por outro lado **tem professores que não sabem libras** mas entendem da área da surdez, como ele não sabe libras **é necessário a presença do intérprete de Libras para auxiliar no entendimento do aluno surdo** neste processo com as atividades, parte teórica, a mediação neste processo é necessário por meio do intérprete ou se o professor ouvinte mas bilíngue fluente em Libras ele pode **ensinar de maneira personalizada o aluno surdo**, nesta situação não há necessidade de intérprete, esta é minha visão. (P4, apêndice II)

Apesar da maioria dos docentes reconhecerem que a inclusão é um processo que pressupõe a atuação de vários tipos de profissionais com igual importância e responsabilidade, alguns parecem enfatizar o trabalho dos intérpretes enquanto outros destacam as funções do professor como predominantes para que ocorra o ensino inclusivo:

(...) **Só a atuação do professor não é suficiente** para garantir a acessibilidade não. Para garantir a acessibilidade o professor precisa está de fato preocupado em detalhar sua didática, todo seu material mesmo assim só isso não é suficiente, **é preciso sim o acompanhamento de outros profissionais especializados como intérprete**, profissionais de áudiodescrição, cada profissional de determinada área de cada deficiência dando suporte para o docente e para garantir este processo, pois o professor não tem como possuir conhecimento de todas as áreas de deficiência, **os profissionais poderão auxiliar neste processo de adaptação do ensino**, mas sei que em geral não é isso que acontece nem o professor faz. (P2, apêndice II)

De qualquer forma, para mim, **o principal responsável neste processo é o professor**, não é o intérprete, este deve se manter neutro, ele apenas media essa relação linguística. (P4, apêndice II)

“O professor não é único responsável pela inclusão, não. Na verdade, **esta responsabilidade é depositada mais no intérprete**, os papéis são invertidos. O intérprete é o que mais auxilia neste processo ele que se envolve neste cronograma de disciplinas, palestras, seminários, congressos, etc. **Ele é o principal responsável neste processo**, (...), **o professor só repassa, o intérprete é o principal neste processo**, (...) quando se trata de contexto onde o professor é surdo e o aluno também aí a interação flui melhor a interação é direta entre eles nas explicações atividades, etc e o aluno surdo entende tudo que é proposto pelo professor. Agora, **quando se trata de alunos ouvintes com professores surdos é imprescindível a atuação do intérprete** para o entendimento do aluno ouvinte claro isso se o aluno ouvinte não souber libras, caso saibam a interação acontece.” (P1, apêndice II)

As declarações acima revelam que ambos, professores e interpretes de LIBRAS, são responsáveis pela implementação de um ensino inclusivo. No caso de um professor ouvinte ensinando um aluno Surdo, não basta apenas o intérprete de língua de sinais tornar a fala do professor acessível, mas o professor também deve procurar adequar suas estratégias, metodologias e materias à realidade do surdo. Isso também ocorre quando o professor é Surdo e o aluno é ouvinte e não conhece a língua de sinais.

#### DIFICULDADES ENFRENTADA PELOS PROFESSORES

Ao comentarem sobre as dificuldades que enfrentam no exercício de suas funções, os professores surdos foram unânimes em apresentar a barreira linguística como principal impedimento para o seu trabalho. Este problema pode se manifestar quando o próprio docente Surdo tem dificuldade com a língua portuguesa, quando o intérprete não é fluente em língua de sinais ou quando o aluno tem limitações (com a língua portuguesa ou com a língua de sinais):

“(...)tem **a relação com os ouvintes que às vezes é difícil por conta dos níveis dos alunos surdos e ouvintes na Libras** que são diferenciados, mas é bom porque um pode ajudar o outro. Pra mim, não há nenhuma obstáculo quando se trata de eu

ensinar os alunos surdos porque compartilhamos a mesma L1 o que não acontece com os ouvintes se for sinalizar de forma natural, **os ouvintes se atrapalham e acabam não entendendo**, já os alunos ouvintes que possuem uma fluência maior na libras, estes não sentem dificuldade.” (P1, apêndice II)

“Eu já tive uma experiência num projeto de pesquisa tinham alguns alunos surdos e outros surdos já graduados participaram deste projeto e nossa relação era mediada pela nossa L1, língua de sinais, e o trabalho fluía naturalmente a dificuldade era com **os participantes ouvintes que tinham um pouco de dificuldade por causa da língua (libras) e eu pedia para que os surdos falassem mais devagar.**” (P2, apêndice II)

“Tem muitas dificuldades sim, obstáculos como em **algumas ementas, são muito difíceis de serem entendidas**, muitos intérpretes também, as vezes, não entendem(...)Em relação à ementa, as dificuldades são de duas formas, uma que é a maior é quando se trata de textos sobre inclusão, em relação às práticas, fica fácil porque é visual, mas **a parte teórica é complicada** (...) quando se trata de aprofundar determinadas áreas aí fica difícil(...)”(P3, apêndice II)

“Para mim, existem **dois obstáculos**. Um é em relação ao **intérprete quando não tem uma fluência em Libras**, isso, às vezes, atrapalha minha atuação e também atrapalha o aluno surdo. Outro ponto que dificulta o meu trabalho é que este **aluno chega na universidade sem ter internalizado o bilinguismo** de fato, ele é 80% bilíngue, **tem muita limitação na leitura** em partes teóricas mais pesadas fica muito limitada a aprendizagem isso atrapalha meu trabalho como profissional. Por outro lado, quando o surdo é bilíngue é muito melhor para trabalhar, quando ele se esforça para leitura e tem iniciativa de pesquisar isso facilitar o processo e também essa dificuldade diminui, as vezes, com a presença do intérprete.” (P4, apêndice II)

“Sim, ainda há diversos obstáculos na atuação enquanto professor surdo na Universidade. A equipe técnica de intérpretes e professores precisa de estímulo e motivação para que realizem um bom trabalho. É necessário que haja **melhoria na formação de intérpretes de libras para que haja precisão e coerência na tradução**, garantindo, assim, acesso de qualidade à informação repassada aos surdos. Outros aspectos da inclusão do professor surdo também devem ser observados: os servidores e professores ouvintes, ao atender uma pessoa surda, poderiam comunicar em Libras, não havendo esta possibilidade devem estar sempre acompanhados dos intérpretes como “suporte comunicacional”; **é fundamental a criação de um setor de revisão de português como segunda língua** apropriado aos alunos e professores surdos e, dessa forma, oferecer mais tradutores/revisores de português para surdos; vale ressaltar que ainda faltam mais servidores surdos para acolher e atender o aluno surdo da Universidade.” (P5, apêndice II)

Ao tratar sobre as dificuldades que envolve o trabalho do professor, no âmbito da educação inclusiva, também foi mencionado que o docente precisa ter sensibilidade para

entender a diferença entre os Surdos (com S maiúsculo) que tem uma cultura e uma língua própria, e os surdos (com s minúsculo), que são os deficientes auditivos (D.A.), e que é preciso respeitar essa diferença:

“(...)eu ainda **não tive experiência de dar aula para aluno surdo**, dentro da disciplina Libras que eu ministro até hoje não tive oportunidade, **só tive um aluno D.A. (deficiente auditivo)**, mas ele aprendeu rápido, lia os lábios e observava a sinalização, mas ele continuou D.A eu deixei, ele nunca assumiu a identidade surda eu percebi e **respeitei o posicionamento dele.**” (P2, apêndice II)

Ao tratarem sobre as dificuldade que envolvem o exercício de suas funções, fica claro que a comunicação é o principal problema que envolve a presença de Surdos e ouvintes no mesmo ambiente acadêmico. Isso demonstra que ainda é preciso avançar na acessibilidade para os Surdos.

#### INFLUÊNCIA DAS POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE

Quando indagados acerca da influência que as políticas públicas exercem sobre suas funções como professores, os participantes enfatizaram aspectos diferentes das políticas públicas. É possível observar o destaque ao papel dos movimentos sociais e às normas jurídicas:

“Penso que sim, as políticas públicas têm influência no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade. Isto porque tais decisões definem a oportunização desses processos. Contudo, **os movimentos sociais dos indivíduos surdos nas diferentes esferas da sociedade**, e também na virtualidade das redes sociais, **influenciam as políticas públicas de todo o Brasil**, inclusive nesta Universidade, fomentando a **tomada de consciência no que se refere a humanização deste público**, oportunizando **acessibilidade em Libras** e outros serviços que geram visibilidade, inserção social e **atendem as particularidades dos surdos/deficientes auditivos.**” (P5, apêndice II)

“Sim. **Acredito que as políticas influenciaram sim.** Com a **declaração de Salamanca**, por meio do qual foi determinado a inclusão de pessoas com deficiência no mesmo ambiente das ditas “normais”, essa determinação foi iniciada na educação básica, mas teve repercussão no ensino superior sim, pois **as universidades não podiam mais fechar o acesso dessas pessoas com deficiência**, elas precisarem abrir espaço, acesso a elas. As políticas também influenciaram na **abertura de vagas, cotas para deficientes por causa dessas medidas muitos deficientes conseguiram ter acesso ao nível superior**, ou seja, houve grande influência sim. Muitas outra como a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, ela determina acessibilidade a pessoas deficientes como a presença de intérpretes, audiodescrição, etc.” (P2, apêndice II)

Apesar da maioria dos entrevistados concordar que há influência das políticas públicas, um dos participantes da pesquisa discordou, por não ver atuação direta das autoridades políticas locais na universidade:

“Na minha opinião, **não**. Eu mesmo **nunca presenciei da parte de políticos em geral, vereadores ou prefeitura interesse em auxiliar ou influenciar neste processo de inclusão na universidade**, não vejo medidas de incentivo por parte deles pelo menos não aqui no instituto. Talvez no outro setor de acessibilidade tenha algum contato ou alguma influência de políticas até por envolver outras deficiências.” (P1, apêndice 01)

## CRITÉRIOS DE EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos critérios apresentados pelos docentes entrevistados, para que as políticas públicas possam alcançar uma maior efetividade, é uma melhor articulação entre a universidade e as autoridades políticas e participação política mais ativa dos surdos da universidade, para que reflitam sobre as medidas necessárias e reinvidiquem o cumprimento das normas acerca da inclusão. Nesse sentido a universidade é vista como um ambiente de reflexão, negociação e luta política:

“Então, entendo que para isso **é preciso uma atuação de todos os setores como os políticos, nós surdos precisamos nos reunir e refletir** sobre estes critérios que são necessários sim **porém uma articulação do nosso instituto com os políticos não existe**, talvez fosse interessante o setor de acessibilidade que é responsável pela inclusão de vários tipos de deficiência que eles entrassem em contato para **se articular melhor** e realizar estes critérios, já foram feitos em auditório **reunião com surdos** as quais estabeleceram esses critérios como a criação de mais cargos de intérpretes em diversos setores, guia-intérprete (...)”(P1, apêndice II)

“(...) começamos nós dois **enfrentar as irregularidades**, então sugeri que a gente criasse uma formação para profissionais para um curso de libras, cego, vários tipos porque **a Lei já fala isso mas na prática não tem e eles procuram ocultar essas leis**, mas eu e essa professora **tiramos as leis da obscuridade trouxemos à tona** e começamos a **exigir que fossem respeitadas e começamos esse movimento de mudança, tudo com base nas leis(...)**”(P3, apêndice II)

Além disso, a fala dos docentes também revela que a efetividade das políticas só será possível com a presença de intérpretes de língua de sinais que atuarão como instrumentos de acessibilidade nos diversos ambientes acadêmicos:

No meu ponto vista, na universidade, não na escola bilíngue, para um melhor desenvolvimento da inclusão do surdo, primeira lugar **é preciso a presença de intérpretes**, presença de professores bilíngues além de criação de vários projetos que possam estimular a atuação do surdo. (P4, apêndice II)

Prioridade da cota PCD [pessoas com deficiência] aos surdos que prestam concurso público, que inscrevem-se em curso de graduação e pós-graduação; oferta de materiais adequados aos surdos nas provas de concurso público; **garantia de intérprete de Libras; acessibilidade da informação**; editais de concurso adaptado aos surdos, etc (P5, apêndice II)

Em relação aos critérios, são necessários muitos considerando a educação de surdos porque o acesso ao surdo não está pronto, satisfatório, mas antigamente era bem pior, agora melhorou, está estável mas precisa melhorar bastante, **é preciso mais acesso como presença de intérpretes, também acesso comunicacional em qualquer ambiente**, a necessidade de intérpretes em qualquer ambiente, não somente na escola, além disso no mercado de trabalho em qualquer evento de qualquer área, **não somente em eventos sobre surdez, não, são em todos**, o surdo olha a sociedade ouvinte e ele quer se desenvolver assim como ela de maneira igualitária. (P4, apêndice II)

Apesar da maior parte dos entrevistados reconhecerem a influência das políticas públicas em âmbito acadêmico, ainda falta maior articulação entre as autoridades políticas e a universidade. A participação política através de associações e movimentos sociais também foi apontada como crucial para que sejam implementadas as reformas necessárias para ampliar a acessibilidade no ensino superior.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO – GESTORES

Por se tratar de uma pesquisa que se circunscreve no âmbito das políticas educativas, é imprescindível conhecer a perspectiva dos servidores responsáveis por gerir as questões que envolvem a acessibilidade e a inclusão, a fim de entender melhor a realidade institucional da Universidade.

### CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao apresentarem seus conceitos de educação inclusiva, os participantes enfatizaram a inclusão como uma garantia do direitos, para que todos os alunos aprendam em igualdade, independente de suas especificidades pessoais. Em outras palavras, promover a inclusão e a acessibilidade é reconhecer um direito que todos os estudantes já tem, de terem acesso às condições necessárias para seu aprendizado.

“Educação Inclusiva são aquelas práticas formativas que têm **assegurado o direito de tod@s** os sujeitos interessados naquela formação, independente de sua

condição física, etnia, gênero, idade, religião etc, **garantindo condições subjetivas e Objetivas para a sua realização.**”

“A educação inclusiva é uma filosofia da prática, um paradigma, que infelizmente nem todos praticam. **Esse paradigma vai na direção do direito da pessoa em participar nas mesmas condições que os demais das políticas públicas como prática social.** A educação inclusiva permite que as pessoas que foram historicamente e socialmente excluídas do âmbito educacional ou das políticas educacionais possam ter **o direito de estar inclusas.** No ensino superior, a educação inclusiva perpassa pelo **direito dos estudantes,** socialmente e educacionalmente excluídos, possam participar com dignidade e respeito às suas singularidades no acesso à Universidade, por meio de políticas de ações afirmativas e ainda pelo **direito de estar e permanecer com sucesso.** Quando se fala da educação inclusiva e envolve o surdo, ao mesmo tempo, o "permanecer" depende de outros autores, que da mesma forma são imprimidas das políticas públicas, tais como o serviço do tradutor intérprete de Libras, práticas de avaliação que assegurem a singularidade linguística do surdo como a Língua portuguesa como Língua 2 e o uso da pedagogia visual como prática metodológica.” (G2, apêndice III)

#### PRATICAS CONCRETAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE

Ao serem questionados sobre as implementação do projeto inclusivo, os participantes afirmaram que existe, sim, uma prática de inclusão de Surdos dentro da Universidade. Nesse sentido, foram enumerados avanços, dos quais é possível destacar a acessibilidade por meio de intérprete de LIBRAS:

“Sim. **Por meio da garantia do serviço de intérprete de libras** para tod@s @s alun@s surd@s a Universidade **assegura as condições materiais necessárias** para que @ alun@ surd@ possa acompanhar as aulas e participar das atividades acadêmicas de seu curso.(...)”(G1, apêndice III)

“Na UNIVERSIDADE, podemos afirmar que pratica, em parte, **a UNIVERSIDADE já avançou** em políticas de ações afirmativas por meio do avanço do sistema nacional de cotas e da vaga adicional, da inclusão do curso de Letras Libras como espaço de formação de outros docentes que possam trabalhar com surdos e com **um**

**número razoável de intérpretes de Libras(...)** já avançamos em programas, projetos de extensão, **formação de tradutores intérpretes (...)** curso de extensão de Língua portuguesa para surdos, **apoio dos TILS em tradução e interpretação** aos alunos surdos matriculados e **editais de PS e Programas estudantis acessíveis em Libras.**" (G2, apêndice III)

Além do trabalho com o intérpretes, foram elencados muitos outros serviços que promovem a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo os Surdos:

**"(...)3 programas que atendem os Surdos, são eles: Programa de apoio especializado e Individual - PAI -PcD, Programa Bolsa acadêmica de acessibilidade e Programa Pró-pedagógico.**(...)o setor responsável pela assistência estudantil ainda publica anualmente como política de permanência adicional 2 auxílios financeiros diretos: **Auxílio permanência e moradia PcD e o auxílio de tecnologias assistivas para PcD.** O Setor de acessibilidade ainda consolidou em 2018 o subprograma **PIBIC PcD(...)**A página do Setor de acessibilidade, ainda é um espaço onde o público pode encontrar **cartilhas orientadoras, incluindo como trabalhar com surdos, editais em Libras, Instrução Normativas em Libras(...)**"(G2, apêndice III)

Apesar dos avanços no sentido de garantir um ambiente acadêmico acessível aos Surdos, é possível observar barreiras que prejudicam a implementação do projeto inclusivo:

**"(...)a Universidade já avançou em políticas de ações afirmativas por meio do avanço do sistema nacional de cotas e da vaga adicional, da inclusão do curso de Letras Libras (...)**mas quanto à **metodologias diferenciadas e de práticas avaliativas há muito o que avançar com os docentes.**" (G2, apêndice III)

**"(...)apesar do governo federal ter extinguido o cargo dos TILS do ensino superior, em 2018, a Universidade, por meio do Setor de acessibilidade, desenvolver outras formas de resolver o problema,** como por exemplo, aprovar projetos na FADESP e fazer **projetos de terceirização para contratação desse profissional(...)**"(G2, apêndice III)

Na fala dos gestores, é possível depreender que a educação inclusiva de Surdos é uma realidade na Universidade, embora haja imperfeições. Essa inclusão se manifesta através de uma série de serviços e medidas político-administrativas que buscam garantir acessibilidade aos Surdos.

## AVANÇOS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Quando questionados especificamente sobre as dificuldades que encontram na função de gestores, o principal problema apontado foi a redução dos recursos financeiros:

“No âmbito da Universidade a **principal dificuldade está relacionada a diminuição do orçamento destinado aos serviços de assistência e a acessibilidade estudantil**. Tanto os programas INCLUIR quanto o PNAES têm seus recursos diminuídos, ao passo que tem aumentado o número de alun@s em vulnerabilidade socioeconômica e @s alun@s PCDs. (G1, apêndice III)

“Os maiores desafios são com os **cortes orçamentários** do Programa Incluir para as Universidades e da assistência estudantil, e também com **a destruição do cargo de intérprete de Libras do Plano de cargos e carreira do ensino superior**, o que dificulta ter no quadro da UNIVERSIDADE novos intérpretes. A influência disso tudo é que, com as políticas e com recursos é possível avançar ainda mais com a educação inclusiva para esse público na Universidade.” (G2, apêndice III)

No que diz respeito aos aspectos positivos, foram elencadas algumas conquistas em prol da melhoria do atendimento dos acadêmicos surdos:

“Os maiores avanços foi a **consolidação da política de assistência estudantil e acessibilidade da UNIVERSIDADE**, aprovada em 2020, **a contratação de TILS**, avanço nos programas que atendem os surdos, e dos projetos de extensão.” (G2, apêndice I)

Diante do exposto, apesar da limitação financeira enfrentada pelos gestores e da extinção cargos de intérpretes, é possível identificar medidas que tentam contornar essas dificuldades como a contratação de intérpretes terceirizados e a consolidação da política de assistência estudantil e acessibilidade.

## INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NACIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE

De acordo com os gestores entrevistados, as políticas públicas tem influenciado de maneira negativa, reduzindo o orçamento, desvalorizando o tradutor e intérprete de língua de sinais e prejudicando a aplicação das políticas de inclusão que existem na Universidade:

“**Ultimamente as políticas públicas vem diminuindo para esse público**, cito os negativos: 1. Cancelamento de concurso para TILS nas Universidades; 2. **Diminuição do recurso incluir**; 3. Leis que, ultimamente, mais segregam do que incluem, cito a nova política da educação especial, vetada pelo STJ; 4. **desvalorização da carreira dos TILS**, o que desmotiva esse profissional e o encoraja a buscar outras profissões;” (G2, apêndice III)

“Muito, os **cortes de verbas** destinados a acessibilidade estudantil têm colocado muitas dificuldades para que a Universidade mantenha as suas políticas de inclusão.” (G1, apêndice III)

A fala dos gestores demonstra que a questão financeira não é um problema secundário, mais tem um impacto direto sobre a forma com que a Universidade trabalha e atende a comunidade surda, estando intimamente relacionada com a melhoria dos serviços prestados e com a contratação de profissionais para atender a crescente demanda da Universidade.

### CRITÉRIOS DE EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na opinião dos gestores entrevistados, para que as políticas públicas serem aplicadas com maior eficácia é preciso não somente respeitar o direito que os alunos Surdos tem a um ambiente acadêmico acessível, mas também garantir a destinação de recursos públicos para esse fim:

É necessária uma retomada do processo de reconhecimento do direitos de tod@s os indivíduos a uma educação superior, inclusive os PCDs. **Isso significa reconhecimento de direitos, infra estrutura adequada e investimentos públicos necessários** para que se assegure qualificação profissional e condições materiais necessárias para que as IFES possa implementar ações de acessibilidade estudantil. (G1, apêndice III)

“Quando se trata do público pessoa surda, o primeiro critério é que o surdo exista na Universidade, segundo, que **seja garantido o direito a eles o acesso à comunicação e à informação**; e por fim que **sejam destinados recursos financeiros** para atender propostas que venham a diminuir barreiras comunicacionais e metodológicas para esse público, tal como do retorno de concurso para TILS. Que os profissionais que trabalham com esse público, em particular os TILS, possam respeitar o direito da pessoa surda de ter informação, de ter acessibilidade, e que seja respeitada a sua singularidade linguística cultural como um papel social do ser humano. **A palavra chave que envolve as condições para as políticas públicas está na garantia da acessibilidade comunicacional e informacional.**” (G2, apêndice III)

Diante do discurso dos gestores, é possível observar que o projeto de um Universidade inclusiva tem sido implementado, apesar das dificuldades decorrentes das políticas governamentais. Em teoria, educação inclusiva de Surdos envolve o reconhecimento de seus direitos linguísticos, culturais e educativos. Na prática, porém, há redução orçamentária e limitações para entrada de profissionais que promovem a acessibilidade informacional e comunicacional. Em outras palavras, não basta um discurso favorável à educação inclusiva de surdos, se, na prática, não há recursos suficientes para tornar esse projeto em realidade.

## **CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS**

Diante de todo o desenvolvimento deste trabalho podemos afirmar que a pesquisa trouxe resultados relevantes, no sentido de aprofundar o entendimento acerca da prática da educação inclusiva na Universidade investigada. Dentre esses resultados vale frisar os seguintes:

- Existe na universidade, um perspectiva paradoxal acerca dos Tradutores e intérpretes de LIBRAS: ao mesmo tempo que são visto como essenciais para a educação inclusiva, seu cargo é extinto resultando na terceirização do seu trabalho. Ao mesmo tempo que é considerado o principal responsável pela inclusão de Surdos, suas funções não são entendidas com clareza.
- O trabalho do intérprete, por mais importante que seja para a inclusão de Surdos, não é suficiente. É preciso que haja sinergia entre os profissionais que trabalham com o público surdo: professores, técnicos e gestores.
- Apesar dos esforços pela conscientização acerca da realidade do surdo, ainda permanece uma cultura preconceituosa a respeito da Surdez, pela qual o surdo é visto como incapaz ou indesejável em alguns ambientes.
- Para que a ocorra a educação inclusiva, a universidade precisa se tornar um espaço de conscientização, negociação e deliberação política. O Surdo tem um papel imprescindível como protagonista da sua própria luta política, reivindicando seus direitos.
- A educação inclusiva é, portanto, um processo ainda em construção, com suas conquistas e entraves, que avança apesar das dificuldades.

Além disso, a pesquisa se revestiu de particular importância ao trazer à tona o ponto de vista dos tradutores e intérpretes de LIBRAS, os quais são pouco estudados em trabalhos acadêmicos sobre a educação de Surdos.

Os Surdos, considerados como pessoas com deficiência, sofreram com discriminação e isolamento desde a antiguidade. Esse preconceito permaneceu influenciando as práticas sociais, inclusive no contexto educativo, que por anos foi mais um pretexto para segregar os indesejáveis do que realmente ensinar. Nesse sentido, a educação inclusiva surgiu com o propósito de alterar esse quadro, oferecendo aprendizagem em igualdade de oportunidades, respeitando e valorizando as diferenças.

Apesar dos avanços das leis e tratados acerca do assunto, o ensino inclusivo não chegou a alcançar seus objetivos plenamente. Na realidade específica da Universidade investigada, é possível notar que, por mais que existam conquistas no que diz respeito ao ensino de surdos, ainda perduram desafios a serem enfrentados na busca por uma Universidade acessível para Surdos. Dentre os desafios, podemos destacar:

- A insuficiência de intérpretes para suprirem as demandas da universidade;
- As dificuldades na gestão educacional e a falta de sinergia entre os profissionais que atuam na educação de surdos;
- A barreira linguística entre Surdos e ouvintes;
- A ignorância e falta de empatia a respeito da realidade dos Surdos;
- A redução dos recursos orçamentários;
- A falta de articulação entre as autoridades políticas e a universidade;
- e a terceirização dos intérpretes de LIBRAS em virtude da extinção do cargo efetivo correspondente.

A temática da educação inclusiva de Surdos demonstrou ser um problema sociológico emblemático, na medida em que não pode ser compreendido plenamente sem levar em consideração a perspectiva da sociologia. Além disso, por mais que existam setores e profissionais responsáveis por cada processo necessário para implementar um ensino inclusivo para Surdos, cada um desses atores sociais não pode ser considerado isoladamente, mas é preciso levar em conta o contexto social em que estão inseridos, uma vez que o trabalho de um servidor é condicionado e/ou potencializado pela atividade (ou inatividade) dos outros.

Também não podemos ignorar a influência das políticas públicas na Universidade. A política foi mencionada muitas vezes pelos entrevistados como um fator que, por um lado, garantiu a presença de alunos Surdos nas universidades públicas, mas que também falha em proporcionar condições favoráveis para a sua permanência e desenvolvimento pleno.

Os resultados obtidos através da pesquisa empírica, corroborando com a bibliografia consultada e com os documentos investigados, demonstram que a educação inclusiva de Surdos no ensino superior não é um projeto finalizado, mas um processo gradual. Em outras palavras, ainda há muito trabalho a fazer e consolidar para que se alcance um ensino inclusivo de fato.

Ao mesmo tempo em que foram identificados avanços significativos claramente observáveis e reforçados pelas entrevistas realizadas, também foram apresentados problemas que desafiam a ação de gestores, técnicos e professores.

É importante deixar claro que a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar a temática da educação inclusiva de surdos no nível superior.

Além disso, uma vez que o trabalho tem uma delimitação específica, não foi possível abordar outros questionamentos também relevantes, tais como:

- Qual o ponto de vista dos alunos, surdos e ouvintes, acerca da educação inclusiva?
- Em que medida a trajetória acadêmica dos Surdos difere (ou não) da trajetória acadêmica dos alunos ouvintes?
- De que forma têm ocorrido (ou não) a participação política dos Surdos na Universidade?

Essas perguntas são deixadas aqui como pistas para futuras pesquisas que venham aprofundar ainda mais a temática da educação inclusiva de surdos no nível superior. Deste estudo, é possível salientar algumas sugestões para que a educação inclusiva possa continuar avançando em direção ao ideal de uma educação com qualidade para todos:

- A primeira proposta diz respeito a uma maior parceria entre o poder público, representado pelas autoridades políticas, e a universidade. Essa medida, que poderia ocorrer através de reuniões, eventos e fóruns de discussão onde fosse possível debater ideias para aprimorar o ensino inclusivo de Surdos.
- Outra proposta é a criação de um núcleo de educação de Surdos, congregando os profissionais de diversos setores e institutos que lidam com as questões próprias da surdez. Essa medida promoveria uma melhor articulação dentro da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) e serviria como um espaço de deliberação, aprendizagem e conscientização, com vistas a tornar a universidade um ambiente cada vez mais acessível aos Surdos.

Refletindo sobre a trajetória do desenvolvimento deste trabalho pude compreender melhor a forma com que o pensamento sociológico é capaz de descortinar aspectos que seriam invisíveis a outros olhares. Além disso, o percurso metodológico adotado me fez repensar a importância dos procedimentos éticos (anonimato, confidencialidade, consentimento informado) não só como uma forma de garantir que os dados obtidos serão

verdadeiros e não enviesados, mas também como forma de ganhar a confiança dos participantes, criando um ambiente propício para obtenção de mais informações. Finalmente, esta pesquisa me fez aprofundar meu conhecimento acerca da educação inclusiva de Surdos, consolidando uma visão mais crítica acerca da acessibilidade no ensino superior e aumentando meus saberes a respeito da influência das políticas públicas no cotidiano das Universidades.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AIRES, L. (2011). Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional.
- ANASTASIOU, D., & KAUFFMAN, J. M. (2011). A social constructionist approach to disability: Implications for special education. *Exceptional Children*, 77(3), 367-384.
- ANASTASIOU, D., & KAUFFMAN, J. M. (2013). The social model of disability: Dichotomy between impairment and disability. In *The Journal of Medicine and Philosophy: A forum for bioethics and philosophy of medicine* (Vol. 38, No. 4, pp. 441-459). Oxford University Press.
- ARANHA, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, 11(21), 160-173.
- ARNAIZ, P. (2005). A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: revista da educação especial*, Brasília: MEC/SEESP, 1(1), 7-18.
- BARBOSA, M. A. (2007). A inclusão do surdo no ensino regular: A Legislação. Universidade Estadual Paulista. Marília.
- BARNES, C., & MERCER, G. (Eds.). (2004). *Implementing the social model of disability: Theory and research*. Leeds: Disability Press.
- BARNES, C. (2012). The social model of disability: Valuable or irrelevant. *The Routledge handbook of disability studies*, 12-29.
- BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora
- BRANDENBURG, L. E., & LÜKMEIER, C. (2013). A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva. In *Anais do Congresso Estadual de Teologia* (Vol. 1, pp. 175-186).
- BREITENBACH, F. V., Honnef, C., & Costas, F. A. T. (2016). Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 24(91), 359-379.
- BRUNO, M. (2011). Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 92(232).
- CARVALHO, R. J. (2012). Breve olhar sobre a história da educação surda e da língua de sinais brasileira. *Revista de Educação Popular*, 11(1).
- CRUZ, O., & Prado, R. (2018). História da educação de surdos e as atuais perspectivas para o ensino de habilidades de leitura e escrita. *Revista Inter Ação*, 43(3), 801-818.
- DE LOUREIRO MAIOR, I. M. M. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2).
- DE OLIVEIRA, I. A. (2016). EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO BRASIL: demandas contemporâneas. *Cadernos de Pesquisa*, 152-160.
- DA ROCHA, S. M. (2008). O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Ines.
- DA SILVA, A. M. (2010). *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. Editora Ibpex.
- DA SILVA SOARES, K., & DE MOURA BACZINSKI, A. V. (2018). A meritocracia na educação escolar brasileira. *Temas & Matizes*, 12(22), 36-50.
- DA SILVA, E. F., & Campos, M. F. (2018). O percurso dos surdos na história e a necessidade da libras para a inclusão dos sujeitos na escola.
- DE ALMEIDA, J. F., & PINTO, J. M. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais. Lisboa, Presença*, 2, 23
- DE FIGUEIRÊDO LOPES, L. (2014). Propósito. In *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: novos comentários*. (pp.26-25) Campinas: Fundação FEAC.

- DE OLIVEIRA, C. L. (2008). Um Apanhado Teórico-Conceitual sobre a Pesquisa Qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*, 2 (3).
- DE OLIVEIRA LIMA, C. R., & RÜCKERT, F. Q. (2020). A ve (o) z do povo surdo: do historicismo à história cultural. *Revista Primeira Escrita*, 7(1), 7-19.
- DE OLIVEIRA MARTINS, V. R. (2008). Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior. *Revista Cadernos do Ceom*, 21(28), 191-206.
- DIAS, A. A. (2007). Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária.
- DÍAZ, F., BORDAS, M., GALVÃO, N., & MIRANDA, T. (Eds.). (2009). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. SciELO-EDUFBA.
- DINIZ, D., BARBOSA, L., & SANTOS, W. R. D. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6, 64-77.
- DOS SANTOS, M. C. D. (2015). O Direito à Diferença como Pressuposto Político e Filosófico da Mudança de Concepção da Educação Especial. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, 2(1).
- DUARTE, S. B. R., Chaveiro, N., Freitas, A. R. D., Barbosa, M. A., Porto, C. C., & Fleck, M. P. D. A. (2013). Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 20(4), 1713-1734.
- FERNANDES, S. (2006). *Fundamentos para educação especial*. Curitiba: Ibpex.
- FRANÇA, T. H. (2014). A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 6(11).
- FONTES, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (86), 73-93.
- GOLDFELD, M. (1997). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. Plexus Editora
- GOMES, C. A. (2016). Pressupostos Éticos na Investigação e Produção Científica em Contexto Académico: dimensões científicas, metodológicas e institucionais. *IV Seminário Internacional, Cognição, Aprendizagem e Desempenho, Livro de Atas*, 5.
- GONÇALVES, A. M. (2019). A relação da escolarização e os efeitos para a escolha do projeto de vida de estudantes surdos. *Educação em Perspectiva*, 10.
- HAGUETTE, A. (1994). Metodologias Qualitativas na Sociologia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 75 (179-80-81).
- KLEIN, M. (2006). Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégia de normalização nos movimentos sociais surdos. *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 125-144.
- LACERDA, C. B. F. D. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cadernos Cedes*, 19(46), 68-80.
- LACERDA, C. B. F. D., Albres, N. D. A., & Drago, S. L. D. S. (2013). Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 65-80.
- LANE, H. (1997). *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*.
- LIMA, A. P. B. (2019). *Direitos humanos das pessoas surdas: instrumentos de promoção da igualdade à luz dos tratados internacionais e da legislação brasileira* (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- LUDKE, M., & ANDRÉ, M. (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. *Em Aberto*, 5 (31)

- MACEDO, Y. M., DE SANTANA GAMA, A. P. A., DA CRUZ, J., & DIAS, N. N. S. (2019). Direitos da pessoa surda: desafios à efetivação das leis educacionais que regem a inclusão e acessibilidade no município de euclides da cunha. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, 1(2), 47-61.
- MACIEL, C. E., & ANACHE, A. A. (2017). A permanência de estudantes com deficiência nas Universidades brasileiras. *Educar em Revista*, (SPE. 3), 71-86.
- MATISKEI, A. C. R. M. (2004). Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Educar em revista*, 185-202.
- MANTOAN, M. T. E. (2004). O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista CEJ*, 8(26), 36-44.
- MARTINS, D. A., LEITE, L. P., & LACERDA, C. B. F. D. (2015). Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 23(89), 984-1014.
- MARTINS, C. D. (2018). Deficiência e inclusão em Portugal: as políticas para quem quer ser ouvido (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Economia e Gestão).
- MICHELS, M. H., & GARCIA, R. M. C. (2014). Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. *Cadernos Cedes*, 34, 157-173.
- MIRANDA, A. A. B. (2004). História, deficiência e educação especial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 15, 1-7.
- MEIRELES, R. M. D. P. L., & De Paula, D. C. C. (2017). A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E AS PRINCIPAIS FILOSOFICAS PEDAGÓGICAS. *Pontos de vista em diversidade e inclusão-volume 3*.
- MORGADO, F. F. D. R., CASTRO, M. R. D., FERREIRA, M. E. C., OLIVEIRA, A. J. D., PEREIRA, J. G., & SANTOS, J. H. D. (2017). Representações sociais sobre a deficiência: perspectivas de alunos de Educação Física Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23, 245-260.
- MORI, N. N. R., & Sander, R. E. (2015). História da educação dos surdos no Brasil. *Seminário de Pesquisa do PPE*. Universidade Estadual de Maringá, 2.
- MORGADO, J. C. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação: De Facto Editores*.
- NAPOLEÃO FREITAS, S. (2006). A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In, RODRIGUES, D.(org.). *Inclusão e educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva*.
- NETTO, J. P. P., & DE OLIVEIRA LINO, L. J. (2017). Análise do conceito constitucional e biopsicossocial da pessoa com deficiência visual: as especificidades da visão monocular. *Res Severa Verum Gaudium*, 3(1).
- PAULA, A. R., & Maior, I. L. (2008). Um mundo de todos para todos: universalização de direitos e direito à diferença. *Revista Direitos Humanos*, 1, 34-9.
- PACHECO, R. V., & Costas, F. A. T. (2006). O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial*, (27), 151-169.
- PACCINI, J. L. V. (2014). O “programa educação inclusiva: direito à diversidade” no contexto das políticas educacionais: implementação nos municípios-polo de campo grande e paranaíba/ms–2003 A 2010. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, 2014. 1-286.
- PACHECO, R. V., & COSTAS, F. A. T. (2006). O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial*, (27), 151-169.
- PERLIN, G., & Strobel, K. (2006). *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC.

- POKER, R. B. (2007). Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez. Libras a distância. Modulo II, UNESP, 11.
- PRADO, R., & CORRÊA, F. (2018) Legislação, políticas públicas de educação e contradições da educação inclusiva para surdos. Pontos de Vista em Diversidade e Inclusão volume 4, 72
- PRYCHODCO, R. C., FERNANDES, P., & DE CAMARGO BITTENCOURT, Z. L. (2019). Da ambiguidade discursiva às possibilidades de ação no campo da Educação Inclusiva em Portugal. *Revista Educação Especial*, 32, 1-23.
- PRYCHODCO, R. C. (2020). Influência dos modelos biomédico, social e biopsicossocial nas concepções e práticas de intervenção direcionadas à inclusão escolar.
- RODRIGUES, D. (2006). Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 299-318.
- RAMOS, P., & Costa-Fernandez, E. M. (2018). A educação para a Diversidade em busca de uma apreensão intercultural da Surdez. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(3), 222-243.
- SACKS, O. (2010). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras.
- SÁNCHEZ, P. A. (2005). A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Revista da Educação Especial*, 1(1), 7-18.
- SANCHES, I., & TEODORO, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de educação*, 8(8).
- SANCHES, I. R., & DA SILVA, P. B. (2019). A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia: The inclusion of deaf students in higher education in Brazil: The case of a Pedagogy course. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(1), 155-172.
- SANTANA, A. P., & BERGAMO, A. (2005). Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*, 26(91), 565-582.
- SANTOS, M. C. D. D. (2016). Do Direito à Educação. In SETUBAL, J. M., & FAYAN, R. A. C. (pp. 61-73). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-Comentada*. Campinas: Fundação FEAC.
- SASSAKI, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (Vol. 174). Rio de Janeiro: Wva.
- SEBBA, J., & AINSCOW, M. (1996). International developments in inclusive schooling: mapping the issues. *Cambridge Journal of education*, 26(1), 5-18.
- SHAKESPEARE, T., & WATSON, N. (2001). The social model of disability: an outdated ideology?. In *Exploring theories and expanding methodologies: Where we are and where we need to go*. Emerald Group Publishing Limited.
- SILVA, P. B. D. (2015). A inclusão do estudante surdo no ensino superior: das percepções de estudantes surdos e seus professores às práticas de sala de aula. Estudo de caso (Master's thesis).
- SKLIAR, C. (1997) *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Editora Mediação, 3ª Edição. Porto Alegre.
- SKLIAR, C. (1998). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 3
- SKLIAR, C. (2003). A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". *Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos*, (5), 37-49.
- STROBEL, K. L. (2006). A visão histórica da in (ex) clusão dos surdos nas escolas. *ETD-Educação Temática Digital*, 7(2), 245-254.
- STROBEL, K. L. (2008). *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*.
- STROBEL, K. (2009). *História da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC.

- QUADROS, R. M. D. (2006). Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos Cedes*, 26(69), 141-161.
- VOGEL, M. F., & FRANCELINO, E. T. (2018). POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E O TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS-NAPNE, DA UTFPR, CÂMPUS PATO BRANCO-PR. *Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA*, 3.
- WILCOX, S. (1992). *Struggling for a voice: An interactionist view of language and literacy in Deaf education*. University of New Mexico.
- WRIGLEY, O. (1996). *The politics of deafness*. Gallaudet University Press

## **REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS**

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL (1994). PORTARIA n.º 1793, DE DEZEMBRO DE 1994 O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Medida Provisória n.º 765 de 16 de dezembro de 1994

BRASIL (1996a). Aviso Circular nº 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

BRASIL (1996b). LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL (1999). DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL (2001). Lei nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.

BRASIL (2002). LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL (2003). Portaria nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL (2004a). Medida Provisória Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências

BRASIL (2004b). Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

BRASIL (2005). Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

BRASIL (2010a). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

BRASIL (2010b). Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS.

BRASIL (2011). Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

BRASIL. (2013). Cartilha Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em:  
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/cartilha-viver-sem-limite-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/@@download/file/cartilha-viver-sem-limite-plano-nacional-dos.pdf>

BRASIL (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL (2016). Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA [UNICEF] (1990). Declaração Mundial de Educação para Todos - Jomtien, Tailândia. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>  
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO] (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial de Educação Especial. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara\\_\\_o\\_de\\_Salamanca\\_15226886560741\\_7091.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara__o_de_Salamanca_15226886560741_7091.pdf)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO] (1998). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>

**APÊNDICE I**  
**ENTREVISTAS REALIZADAS COM INTÉRPRETES DE LIBRAS**

## ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T1

### **Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

A minha formação acadêmica é na graduação em letras-libras e tenho especialização, pós-graduação em tradução e interpretação de libras para língua portuguesa. Também tenho a proficiência, o PROLIBRAS (que foi realizado no Brasil durante alguns anos), fui aprovado como tradutor/intérprete de LIBRAS.

### **Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais? Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

R: Desde 2013, iniciei a interpretação. Cerca de 08 anos. Dentro da universidade, foram 03 anos, não me recordo bem quando entrei, mas foram em torno de 03 anos.

### **Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade?**

Na área da saúde foi a que mais atuei, no curso de odontologia e educação física. Tive oportunidade de atuar em outras áreas como no curso de letras-libras, artes e no mestrado também.

### **Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

Também atuei em cursos da área agrária, de licenciatura e pedagogia. Mas a área mais destacada é a área da saúde.

### **3.1 O que você entende por educação inclusiva?**

Para mim, a educação inclusiva vai além do perfil de um aluno que seja surdo. É a interação deste aluno com a diversidade que possa haver, tanto da turma quanto dos professores. O perfil dos alunos, cada um tem um características diferentes, perfil de histórias diferentes: tanto quilombolas, como LGBTQIA+, inclusive pessoas com outras deficiências. então a inclusão abrange esse perfil de harmonia com as pessoas. então é necessário fazer com que essas pessoas possam estar envolvidas com diversos perfis de pessoas, tanto com característica de deficiência, como de situações econômicas, cor de pele, etc.

### **3.2 O que você entende por igualdade de oportunidades?**

No contexto da educação, igualdade de oportunidades é oportunizar que todos tenham acesso a algo, no caso: por um sistema de cotas, por uma avaliação, etc. Eu vejo que é necessário que eu ("eu" como sistema da universidade) tenha que adaptar ou adequar uma avaliação, tanto de entrada como de permanência daquele aluno, até sua formação. Eu vejo que é necessário fazer uma análise com o perfil das pessoas que tenham interesse em alcançar um objetivo e como posso oferecer os caminhos para essa pessoa alcançar o objetivo.

### **3.3 O que você entende por políticas públicas?**

Eu compreendo que são meios que o governo precisa fazer, junto com o sistema da sociedade, um levantamento do que é necessário promover, por meio de ações ou estratégias que possam viabilizar que a sociedade se desenvolva, alcançando melhorias. Isso eu vejo não somente dentro da universidade, como fora da universidade. Afinal, na universidade, todo trabalho que é realizado internamente também repercute fora dela. Até porque quando a gente trabalha na universidade, não é somente uma aula, a gente está trabalhando com pessoas que vão estar no mercado de trabalho atuando, vão estar não somente como profissional, mas como seres humanos: interagindo com a sociedade, oferecendo seus serviços por meio de toda aprendizagem técnica e científica. Então, essas estratégias políticas podem ocorrer com a interação, tanto do governo quanto da sociedade para agregar valores para a sociedade.

### **5.1 De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Primeiro, o intérprete precisa estar com bom envolvimento com as coordenações de institutos, de campus, com a reitoria e com a assessoria de comunicação. Porque, quando falamos de pessoa surda dentro da universidade, não são somente os alunos, mas também os professores. É necessário ter uma boa articulação, por que o profissional intérprete não é somente aquele que está na sala de aula fazendo interpretação sinal-voz ou voz-sinal, mas aquele que faz formação, oficinas, etc. Eu acredito que ele consegue fazer um trabalho de inclusão por meio da orientação da sua função, e perante aquele aluno que esteja naquela graduação. Até porque cada aluno, em cada curso, tem demandas específicas com atividades práticas, em laboratório, atividades de campo, estágios, etc. Então é um leque de possibilidades que a gente, enquanto intérpretes, acaba 'fazendo ponte', viabilizando a informação para que aquele público possa estar permeando dentro da universidade.

### **Você mencionou também a questão, sobre deixar claro o papel do intérprete, é isso?**

Isso, é importante que deixe claro sua função enquanto profissional, para que as pessoas possam ter compreensão. Muitas das vezes não é compreendido, acabam confundindo o intérprete com o professor ou como aquele que está ajudando o aluno, muitas das vezes acham que é apenas um estágio, e não reconhecem como uma profissão. Muita gente de dentro da universidade que tem nível acadêmico mais avançado, com mestrado e doutorado, acaba não compreendendo com clareza a nossa função. Essa articulação, essa harmonia de informação antes, durante e depois da nossa atuação como intérprete é fundamental.

### **5.2 Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Não. Só a presença do intérprete em sala de aula, com o aluno surdo, não garante a inclusão. Pelo fato de algumas atividades, como por exemplo: atividades em grupo, ou quando há uma reunião extraclasse ou em laboratórios ou uma pesquisa de campo, se o intérprete não estiver presente aquela pesquisa, aquele trabalho em grupo pode ter falhas, algumas lacunas de informação, então ele somente em sala de aula não garante a inclusão. É necessário que o intérprete esteja em atividades de assessoramento quando for necessário. Também não é sempre, até para oferecer autonomia, oportunizar autonomia para aquele aluno surdo. Penso

dessa forma: que a inclusão vai além da atuação do intérprete somente de sala de aula, vai para fora da classe.

**Então, no caso, se ele (intérprete) estiver atuando em sala de aula e também nas atividades extra-classe (como trabalhos em grupo, trabalhos de campo, etc) se o intérprete estiver nessas atividades, isso vai garantir a inclusão do aluno surdo?**

Isso, não somente em sala de aula, assim como nos seminários acadêmicos, feiras do curso, palestras, quando há congressos na universidade, ou até palestras que aquela turma esteja se envolvendo, ou fazendo algum trabalho que seja para a comunidade. Até a comunidade passa a ver aqueles acadêmicos e no meio daqueles acadêmicos está se formando uma pessoa surda, então a comunidade passa a ver aquela pessoa como um futuro profissional, que não é somente um ouvinte que está dentro da universidade, mas sim (de forma inclusiva) um público em geral que está presente na sociedade (um público surdo, pessoas com deficiência, etc). Então, nesses trabalhos que vão para fora da sala de aula, não é só visto o aluno Surdo, mas também o profissional tradutor intérprete de LIBRAS.

### **5.3 Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, o contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

A maior dificuldade era, por incrível que pareça, por mais que tivesse um número (um quantitativo) de alunos surdos usuários da libras, tanto no curso de educação física quando no curso de odontologia, fosse apenas um aluno, a demanda de aulas era muito grande. Então tinha uma elevada demanda porque as aulas não eram somente em sala de aula: tinha ocasiões de ginásio em que era a necessária interpretação, porque tinham termos técnicos que eram falados em aulas práticas, no curso de educação física, com visitas técnicas em academia e algumas práticas de competição, ou seja, ia para fora do muro da universidade. Enquanto no curso de odontologia tinha práticas de laboratórios com termos específicos, os laboratórios muitas das vezes não eram acessíveis, não eram espaços com iluminação adequada, a gente não tinha uma informação em tempo hábil sobre aquela aula (o que era necessário) e alguns equipamentos de proteção individual (a gente já sabia de alguns, mas não sabia de todos). Sem falar que a carga horária era muito elevada, tanto de disciplinas, quanto pelo quantitativo de intérpretes. A meu ver é necessário aumentar a quantidade de intérprete, isso era um dos pontos críticos.

Outro ponto crítico era conscientizar também a universidade: não somente os alunos onde eles estavam ali na sala de aula, mas o corpo técnico, os institutos terem a consciência que ali estava envolvido um aluno surdo ou um professor surdo, e que o intérprete estava ali, não como um 'chaveirinho', mas sim como um profissional e não era apenas como 'uma ajuda' ou algo só para dizer "ah, é bonito ter um intérprete de libras e um aluno surdo que está no nosso meio, no nosso espaço acadêmico, dentro do curso". Não é só o empenho do aluno. É necessário que o corpo técnico, a biblioteca, esses espaços, tenham essa consciência: que eles podem estar interagindo com aquela pessoa surda e é necessário, muitas das vezes, ter um intérprete. Às vezes é uma questão de documentação na Secretaria, e eles não conseguem interagir de forma adequada e muitas vezes não sabem como fazer a solicitação do intérprete, ou seja: é um sistema que é necessário fazer uma harmonia. Já tem no sistema da universidade, da universidade, onde fazer essa solicitação. a setor de acessibilidade (coordenadoria de acessibilidade) e os institutos, aos poucos, vem divulgando esse trabalho do intérprete, quando houver a solicitação da pessoa surda. É importante conscientizar a universidade que a solicitação não pode partir somente da pessoa surda, pode partir de uma

pessoa ouvinte se ela for fazer algum trabalho que a pessoa surda vai estar envolvida, então isso é uma das críticas.

Outra crítica é, dentro da universidade, a universidade é um campus grande: é uma das maiores universidades da região norte do Brasil. Devido ser uma universidade muito grande, a gente leva um tempo de sair de uma sala, de um turno, de um curso, para chegar num outro curso, para atender uma demanda de um outro aluno, em um outro espaço, e esse tempo de percurso deve ser contabilizado para que a gente chegue a tempo naquela demanda. Então, a nossa à escala ela precisa estar muito bem-preparada, muito bem articulada entre os intérpretes, e muito bem articulada com os institutos do curso. É uma harmonização de informação: porque envolve o instituto, envolve os intérpretes - não é só um, sempre tem que ter a parceria de 2 intérpretes ou mais - e envolve o aluno surdo, porque ele tem que estar consciente da demanda, que um intérprete vai chegar naquela demanda, naquele horário, e que ele vai levar um tempo para chegar numa outra demanda em outra parte da universidade. A universidade ela é tão grande que ela não só está no centro, na cidade universitária, tem a área de artes que em outro ponto da cidade.

O próprio ginásio não fica dentro do campus: é necessário sair do campus, atravessar uma avenida, e percorrer um caminho para chegar nesse outro local e esse caminho vai para fora da universidade. Tanto esse de artes, que fica em outro bairro, quanto esse ginásio e a Piscina também fica em outro local. Uma das atividades da área de odontologia é no hospital universitário, que é longe, não é tão próximo, então tem que sair, tem que percorrer algumas vias, algumas avenidas, para chegar nesse ponto.

Então, há uma crítica que deve ser considerada: até que ponto a universidade fica responsável em amparar aquele servidor intérprete de libras, para percorrer esses caminhos até a chegada neste local? Eu posso estar na cidade universitária, mas eu tenho que estar fora da universidade ou em um outro espaço que também é da universidade. Esse percurso, quem é que custeia? É um carro da universidade, é uma passagem de ônibus que a universidade propõe? Se eu saio de casa, e vou direto para esse para esse local, a minha atividade (na consciência do servidor) é chegar naquele local, interpretar e depois de retornar. Se eu for para essa campus e eu tenha que ir para outro local, isso também tem que estar na agenda, e muito bem articulado, para que a universidade possa oferecer um veículo que possa levar a dupla de intérpretes para esse outro local.

Isso acontece: o setor de acessibilidade articula muito bem com o setor de assistência estudantil, para que esse carro leve até o ponto e traga de volta, ou que a nossa atividade daquele dia seja somente naquele local. Mas há uma tensão: no campus da universidade tem um outro local próximo, onde é a Piscina e o ginásio, é um percurso curto que dá para ir caminhando, porém há alguns riscos. É um perímetro perigoso: não tem muito fluxo de pessoas, nem de carros, é na beira do Rio, então é um caminho perigoso, é um bairro que tem seus perigos - de assalto, um risco de violência. É necessário fazer um debate sobre isso: será que é importante levar um carro, por mais que seja curto?

É necessário fazer uma reunião, para fazer uma análise sobre como proceder nessa situação. Porque, se o servidor passar por algum acidente ou sofrer uma violência, ou assalto, quem ficaria responsável por isso? Então é necessário fazer essas análises.

Existem outras críticas que envolvem recursos financeiros, mas não sei se encaixa nessa pergunta, que é sobre a disparidade entre intérpretes contratados e servidores efetivos. Há uma situação a nível nacional, não é necessariamente da universidade, mas de outras universidades federais também. Existe os intérpretes efetivos, que são concursados de nível médio (o salário é de nível médio), e existem outros meios de contratações, de nível superior

(o salário de nível superior é acima do salário de nível médio), porém as atividades dentro da universidade são realizados de forma semelhante: tanto a carga horária de trabalho, quanto as demais atividades. Então há uma polêmica a nível nacional, e que a Federação Brasileira de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) vem articulando e conscientizando sobre essa situação, mas ainda não tem uma definição. Até porque essa questão perpassa pelo MEC (Ministério da Educação), mas já existe algumas outras universidades (que esta Universidade ainda não segue) no sul do Brasil, que os intérpretes já se articulam para fazer atividades diferentes, os que tem nível superior (um salário maior) e os que tem um nível médio (um salário mais reduzido). O principal objetivo dos intérpretes não é ter essa disparidade, nem fazer atividades diferentes: todos os intérpretes gostariam de estar envolvidos e fazer atividades semelhantes. Mas, com essa disparidade, em algumas outras universidades, os intérpretes de nível médio se limitam, para não estar interpretando em algumas situações que são de nível mais aprofundado, mais teórico, mais acadêmico. Até por que a gente trabalha em universidade, então a gente vai interpretar com termos específicos, técnicos, de graduação, de especialização, etc. a universidade ainda não passa por isso, mas em termos de níveis salariais, é uma crítica que é importante ter consciência, e ver que meios isso pode acontecer. Ou faz isso, de separar as atividades, ou equiparar o salário de nível superior (que é o principal objetivo de todos os intérpretes a nível nacional), porque a maioria das demandas são de nível superior, tanto palestras, quanto sala de aula, laboratórios, etc. Essas são as principais críticas que eu tenho.

#### **5.4 Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas? Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

As principais causas, na verdade, é o sistema e não são somente as pessoas que já estão inseridas dentro da universidade trabalhando: a sociedade não é muito bem-preparada, as escolas não preparam muito bem esse cenário de inclusão. Então isso acaba chegando na universidade por meio de uma história. E a universidade, no caso da universidade, ela ainda assim tem esse diferencial, junto com o setor de assistência estudantil, visando essas melhorias. Comparado com muitas outras universidades que ainda não tem essas formações acadêmicas de conscientização, palestras sobre inclusão, palestras sobre o público PCD. a universidade já vem fazendo isso, enquanto muitas outras universidades ainda estão 'engatinhando', mas eu vejo que a ela (universidade) ainda pode ser melhor ainda. Partindo dessa articulação: das chefias diretas dos intérpretes, da articulação do setor de assistência estudantil com os institutos, com os diretores dos institutos, chamando também o próprio o próprio público Surdo, o próprio público PCD para estar ali palestrando, o próprio público que sente a necessidade de ser mais inclusivo, de ter a voz. Não é somente dar reclamação, mas é dizer: "olha, essas são as nossas propostas para a universidade". Não é reclamar por reclamar, é demonstrar o cenário atual, sem julgar um ou outro, mas demonstrar a realidade já fazendo proposições, propostas em eventos, de como aquilo pode melhorar. Muitas vezes não é muito sobre recursos financeiros, é uma questão de atitudes. Eu vejo dessa forma.

Eu vejo a necessidade de ter formação. Já tem na universidade, mas é necessário ter mais formações específicas para algumas áreas. a nível nacional já existem algumas formações para a área jurídica, para área da saúde, etc. eu ainda vejo que é necessário ter mais. na região norte, a gente não vai encontrar muito, por isso que muitas das vezes a gente faz a pesquisa de onde tem eventos é fora do estado. até porque (modéstia à parte) os intérpretes da universidade são muito bem-preparados para o cenário acadêmico, para o cenário da

universidade, porém muitas das vezes somos nós que fazemos as formações. por experiências que nós vamos passando dentro da universidade, por experiência que cada um vai absorvendo, pesquisando e montando, uma palestra, uma formação, uma oficina, entre a gente, porém eu vejo a necessidade de ter mais palestras, formações com pessoas que tenham experiências, com mais técnica, mais teoria, mais práticas diárias (no meu caso, a área da saúde), vindo pessoas de fora, que venham palestrar dentro da universidade, inclusive profissionais que tenham passado por essas experiências até fora do Brasil. eu vejo essa necessidade, de fazer essa troca de informação, até porque nós intérpretes da universidade, a gente também tem uma experiência na Amazônia, em uma universidade grande na região norte, a gente também pode levar essas experiências para outras universidades do Brasil e até para fora do país.

### **5.5 Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

É inevitável falar que o avanço do intérprete de LIBRAS, ele acompanha o avanço da pessoa surda. É claro que esse processo ocorre de um lado para o outro: da língua portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para a língua portuguesa. A partir do momento que aquela pessoa surda começa a ter resultados, desde as suas apresentações de seminários, o aluno surdo apresentando na língua de sinais e fazendo com que a turma dele compreenda aquela informação que ele está passando (que que ele preparou nos slides) e o professor também, vai além de uma nota. Isso já é um avanço. Isso, eu estou falando de sala de aula. Então, ali já demonstra que o trabalho do intérprete foi efetivo, porque o professor passou para o aluno e o aluno está dando feedback por meio de um seminário. Mas vai além de da sala de aula. Quais são as outras conquistas: a participação desses alunos em eventos grandes, seja de campeonato no curso de educação física ou de uma apresentação de uma aluna surda do curso de odontologia em um evento da região norte, um Congresso. Então é a visibilidade daquela pessoa surda que perpassa por todo o meu trabalho, por todo o trabalho do intérprete de LIBRAS.

Eu, enquanto profissional, as minhas conquistas: adquirir cada vez mais conhecimento daquela área, tanto da educação física quanto da odontologia, e também ter uma visibilidade, não só do meu rosto mas expressões, não somente das minhas mãos na língua de sinais, mas “olha lembrei do dos intérpretes da UNIVERSIDADE, eles podem estar atuando em um determinado evento que não vai ter surdo, mais que eu sei que é necessário ter aqueles intérpretes, porque vai ter uma gravação vai ser publicado em rede sociais, publicado em jornal” então isso é uma conquista porque alcançou a conscientização. Além das minhas conquistas pessoais: de querer fazer mais formação, tanto de oferecer formação quanto de eu receber formação, de estar participando de eventos grandes, ter um contato maior com o público acadêmico. É uma troca de conhecimento: a universidade promove conhecimento e o intérprete está ali, percorrendo na cultura, na riqueza cultural, na riqueza de conhecimento, na riqueza de teorias. Então acaba sendo uma metamorfose de aprendizagem: a gente está num campo de artes e depois a gente está no outro campo de saúde, isso no mesmo dia. Então é incrível: a área da saúde de odontologia no turno da manhã, e no turno da tarde na área de esportes, isso é enriquecedor, eu vejo dessa forma. A gente vem tendo bastante avanços e bastante conquistas, de acordo com nosso trabalho e conforme as pessoas vão ganhando essa consciência, conquistando essa consciência por meio de nossas ações.

## **5.6 Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Isso é um caminhar. Logo que eu entrei, as condições de trabalho eram bem complicadas devido ao quantitativo insuficiente de intérpretes. Aos poucos foram tendo mais contratações de intérpretes.

Logo que eu entrei eram muitas as problemáticas que circundavam ao redor da nosso trabalho enquanto intérprete: falta de espaço silencioso para uma gravação, falta de notebooks e computadores suficientes para o quantitativo de intérpretes, mas é aos poucos isso tem melhorado. Ainda falta melhorar mais, mas tem melhorado. Já foram adquiridos alguns computadores para os intérpretes. O espaço, até para a gente sentar, eram poucas cadeiras para a demanda de intérpretes. Não se via o intérprete dentro do espaço de trabalho da coordenadoria, se via mais o intérprete em sala de aula, mas quando a gente retornava, as vezes faltavam cadeiras. Mas, foram adquirindo. Como eu falei: é um caminhar.

As vezes a gente precisava de um quadro, sem que a gente fosse para uma sala de aula, mas que dentro da coordenadoria tivesse um quadro. Isso também a gente conseguiu com o tempo. Alguns equipamentos, a gente precisava de equipamento nosso. Nós precisávamos fazer uma solicitação pré-agendada para um instituto, para que que a gente pudesse ir lá, fazer a nossas gravações. Isso também a gente fez, em formato de relatório (não em formato de reclamação, mas em formato de relatório) algumas dessas solicitações. Porque, muitas das vezes, o trabalho do intérprete não é compreendido de forma tão clara. A universidade acha que é só dentro da sala de aula, mas tem as gravações. A gente produz materiais também. Quando a gente fala 'materiais', não é materiais para a gente ceder para os professores, não é isso. A gente também contribui com as pesquisas, então a gente precisa fazer gravação para arquivar alguns sinais que a gente acaba criando junto com os Surdos. Não somos nós que criamos, mas os Surdos, quando a gente está em termos técnicos, eles criam sinais. Então, eu vejo que é necessário melhorar a questão de equipamentos tecnológicos, um espaço mais silencioso. Eu vejo dessa forma.

O intérprete precisa estudar. Então há momentos, antes de entrar na sala de aula, ou em um evento, as vezes a gente precisa fazer algumas anotações. A gente precisa estudar previamente, antes de estar ali na prática, então às vezes, no quadro, a gente pode fazer alguma anotação. Não é uma aula para a equipe, mas para a gente estar interagindo. De repente a gente teve alguma ideia, até de posicionamento. Quanto o auditório estava em reforma, a gente precisou estudar outros espaços para estar interpretando, só que a iluminação não estava adequada. Então esse suporte de iluminação, a gente também tinha que entrar em contato com a assessoria de comunicação, com as pessoas responsáveis do auditório (que não é só um auditório). A gente ia antes dos eventos para falar da iluminação, do retorno da caixa de som, sobre a manutenção daqueles equipamentos quando é necessário. Pode existir alguns momentos que a gente precisa de um ponto, para colocar no ouvido, e que não seja no auditório seja um outro espaço. A Coordenadoria não tem esses equipamentos e o instituto pode não ter, só lá no auditório. São essas situações que é que eu vejo como necessidade.

Esses materiais com antecedência são nos eventos. A maioria das vezes, nos eventos, a gente consegue receber com antecedência os assuntos, os nomes dos palestrantes, o conteúdo que vai ser daquele evento, o cronograma. Mas, em termos de aula, nem todos os professores

conseguem enviar de forma antecipada. As vezes a gente se depara com situações inesperadas: de uma atividade, de avaliação daquele aluno. E o professor depois fala se a gente vai 'passar cola'. Não é sempre, é alguns. E eu falo: "não, a gente não vai passar cola". Mas eu preciso compreender aquele conteúdo, que está naquela prova, qual vai ser aquela pergunta. Porque o aluno, quando ele vai questionar aquela pergunta na estrutura da língua portuguesa, se eu for fazer a sinalização daquele termo técnico, pode não ser no contexto da pergunta. É necessário que eu olhe aquela prova, então às vezes a gente precisa dessa aproximação, com esse professor, para solicitar esse material com antecedência. Então isso, a gente também tem que avisar para o professor, ele não está sabendo, mas nem sempre isso acontece. Às vezes, quando acontece, por exemplo, algum problema em sala de aula, como o ar-condicionado quebrar. Belém é uma cidade calorosa. O professor inicia a aula e, por um acaso, naquela aula ele teria que fazer alguma adaptação para ir para um outro cenário: para um espaço, no caso de educação física, para o ginásio.

Então, às vezes, a gente não está preparado com uma vestimenta adequada, está com uma camisa preta e, às vezes, é no espaço a céu aberto e o Sol está mais quente, ou perto da piscina, enfim. Então é necessário a gente saber com antecedência, só que nem sempre, nesses espaços, as vezes não é culpa do professor. É algum problema da estrutura física do prédio, falta de energia, mas o professor tem que passar aquela atividade avaliativa, por conta de preenchimento do sistema, então é o intérprete acaba passando para as situações junto com o professor.

#### **4.1 Na sua opinião, de que forma as políticas públicas têm influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

É inevitável falar de políticas públicas que possam não alcançar a sociedade. Alcança sim, e o impacto é direto sobre os intérpretes. Porque toda e qualquer decisão sobre inclusão, sobre apoio governamental, no sentido de sistema de cotas, de vagas de concurso público, de decretos, isso atinge diretamente. Uma lei criada, um decreto criado, pode atingir diretamente a vida do intérprete. Mais recente, em dezembro de 2019, foi criado um decreto que extinguiu alguns cargos, dentro das universidades, e dentre esses cargos está o cargo de intérprete de libras. Então não há mais concurso público e para entrada de novos intérpretes, isso dificulta o cenário dentro da universidade. Se esse decreto foi lançado, vai atingir diretamente a nossa qualidade de trabalho, porque não vai poder mais entrar um intérprete efetivo, mas pode haver a possibilidade de entrada de intérpretes por meio de contratos. Só que, vai ter que ter recursos, esse intérprete que vai entrar vai receber um salário acima do [intérprete] que está de forma efetiva superior efetivo ele já está consciente daquela demanda que o que ele tá em prática direta com aqueles alunos até a formação do aluno, porque o intérprete efetivo. O contrato ele corre o risco de sair a qualquer momento, por não conseguir passar aquele período de 2 anos de contrato, ou por não conseguir acompanhar a aquele conteúdo teórico.

Então isso atinge diretamente a nossa qualidade de trabalho, enquanto intérprete de LIBRAS. Até porque a gente muitas vezes tem que ficar pedindo a contratação de mais intérpretes, por conta do nosso cansaço físico e mental, e a nossa chefia direta tem que ficar articulando de onde vem conseguir recurso para fazer essas novas contratações. Isso prejudica também o público direto, o público-alvo, que é o público surdo, porque se a gente fica exausto, nós intérpretes vamos adoecendo. A gente não consegue atender às demandas com qualidade, e

muitas das atividades dentro da universidade correm o risco de não terem Acessibilidade, não ter o intérprete naquela demanda. A gente acaba priorizando as aulas, mas a pessoa surda não vai estar dentro da universidade somente em aula, ela vai estar em palestras, na biblioteca, em laboratórios, e essas outras atividades elas começam a ser comprometidas. O intérprete não consegue mais atender aquela demanda, porque ele já vai ter atividades em horários paralelos, então não dá para dividir uma pessoa ou 2 intérpretes, ficar um intérprete uma demanda e um em outra. Não é inclusão ter somente um intérprete. Até se um evento não tiver público surdo, mas tiver uma gravação e tiver somente um intérprete, não é inclusão. Porque vai ser necessário ter a troca, e nessa troca a gravação vai estar continuando e se for somente um intérprete, no momento de troca, não vai ter outro intérprete e a gravação vai continuar, mas não vai estar acessível.

Então as políticas públicas, elas atingem diretamente. Não adianta também o governo, os programas de TV, as divulgações de candidatos, somente ter nesses momentos a janelinha de intérprete de libras. Isso é uma divulgação que alcança a nível nacional, mas é necessário ficar atento no que a inclusão de verdade, que perpassa desde a escola até chegar na universidade e isso atinge diretamente o nosso trabalho e o nosso público-alvo, os surdos.

**4.2 Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos” e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Dentro da universidade já existem movimentos, tanto de alunos quanto de professores, que fazem palestras, fazem eventos, voltados para o aspecto da inclusão. Desde a palavra “respeito” perante as diversidade, de cultura, da situação biológica, de gênero, de orientação sexual, a universidade já faz esses movimentos internos, de respeito. Só que existem casos isolados, que ocorrem na sociedade, e acabam refletindo também dentro da universidade.

Como um público surdo, ele está inserido dentro da universidade, porém durante as minhas demandas, durante as minhas atividades, eu não ainda não vi a participação efetiva do público surdo. Eles podem ter opiniões, eles podem ter reflexões, porém eu ainda não vi momentos de fala em palestras nesses eventos e etc.

Mas a universidade já faz essas atividades, já faz essas ações, e que pode se tornar cada vez mais inclusivo. Depende também muito da postura de querer participar, da postura de adquirir esses movimentos como consciência, de como eles podem, também, não ser aquelas pessoas só receptores de informação, mas como também ser agentes de informação.

Por mais que não tenham uma pele negra, porque nem todo surdo é negro, por mais que nem todo surdo seja quilombola, nem todos os sejam LGBTQIA+, mas a universidade já faz esses movimentos, eles também podem ser pessoas que sejam defensores destas causas.

**4.3 De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

A lei existe, o decreto existe. A prática, porém, não está sendo é eficaz. Quando a gente falou de antes dessa pergunta, a gente falou muito sobre inclusão, de ter 2 intérpretes em uma demanda, no mínimo 2 intérpretes, para conseguir qualidade no trabalho, qualidade de informação para aquele público. Isso não acontece, de fato não acontece. Em muitas das escolas, em outros estados e principalmente em cidades interioranas (até nas capitais, mas principalmente nas cidades interioranas), a gente percebe que falta, de fato, esses profissionais estarem trabalhando em sala de aula, desde o ensino fundamental. Inclusive em faculdades particulares e algumas universidades públicas também isso acontece: ter um intérprete de LIBRAS para muitas demandas (vamos dizer assim) e acaba não sendo uma inclusão de fato. As famílias se envolvem, a luta é necessária, a luta de falar: “olha, nós precisamos de intérpretes, está aqui o decreto”. Nós, profissionais, a gente fala muito desse decreto 5.626, só que essa luta ela tem que ser constante, porque a já existe [o decreto] a questão é que falta a prática, tanto nas escolas quanto nas universidades. Como aqui mesmo fala, da obrigatoriedade. Essa obrigatoriedade não tem acontecido, não tem sido cumprida.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da UNIVERSIDADE?**

Primeiro passo: derrubando esse decreto. O decreto que foi lançado, não vou recordar agora o número, mas foi lançado no final de 2019. [Decreto 10.185/2009] Primeiro passo porque é bloqueio não é somente dos profissionais, da entrada de mercado de trabalho e da possibilidade de concursos. É um bloqueio para o público-alvo surdo, que está dentro da universidade. A universidade, repito, ela é um espaço de pesquisa, é um espaço de trabalho para formar profissionais que vão estar na sociedade trabalhando. Se eu bloqueio a entrada desses profissionais, eu estou boqueando a informação para esse público surdo. Então um dos primeiros passos é quebrando esse decreto.

Os outros passos são ampliar a quantidade de formações. Porque não adianta também a gente falar: “abriu a vaga, mas a vaga é lá para o interior, para um campus da universidade em uma determinada cidade que é distante. Mas só tem um intérprete” como Altamira, ou algum outros campus que não tem intérprete.

Então eu tenho que ampliar essas vagas, fazer formação, porque só um intérprete não vai “dar conta”. A partir da entrada de qualquer aluno surdo, ou um professor surdo, essa única intérprete não vai “dar conta”. E promover essas formações. A partir do momento que a gente faz essas formações internamente para esses profissionais, esses mesmos profissionais podem fazer formações, cursos, projetos de extensão, para outras pessoas que queiram se tornar intérpretes.

Esses outros intérpretes, a partir do momento que a universidade consegue alcançar o público externo, esses outros municípios, esses outros campus, também vão ter possibilidade de ter esses profissionais, abrindo a possibilidade do surdo ter acesso à informação. Isso se propaga: a informação se propaga, o conhecimento se propaga, essa profissão se propaga. Então é importante que o primeiro passo, esse decreto seja derrubado para ampliar e fazer mais formações dentro da universidade e com um projeto de extensão para fora da universidade. Assim a gente vai alcançar outras repartições públicas e outros espaços privados também.

O segundo passo é também a questão salarial, porque essa disparidade de exigência de qualificação acontece, a gente consegue perceber não somente na fluência. Não querendo julgar, ou se sentir superior ou inferior aos demais colegas da nossa categoria, mas a gente

consegue perceber na fluência e na teoria, daqueles profissionais que estão dentro da universidade, daqueles que estão fora da universidade, e daqueles que querem entrar. Mas, essa disparidade salarial que acontece, no concurso público e no contrato, isso influencia na qualidade do trabalho.

Não é o salário que me paga bem, que eu vou executar um trabalho bem. Não é isso que eu estou falando. Mas é colocar as suas atividades fins, os níveis, de acordo com o trabalho. Se eu estou trabalhando dentro da universidade, a exigência de mim, enquanto profissional, é maior. Eu tenho que pesquisar mais, tenho que pesquisar fora, tenho que verificar sinais específicos, técnicos e teóricos de cada área. Isso vai exigir de mim. Então, é necessário que eu receba de acordo com aquele nível. Como poderia ser feito, essas estratégias políticas? Tem que ser muito bem articuladas com as associações de tradutores e intérpretes de LIBRAS em cada estado e também com a FEBRAPILS para poder nivelar essa questão salarial. Se a universidade exige que eu intérprete em nível superior, por mais que a minha entrada de forma efetiva, por meio de concurso público, na época me exigia o nível médio, que dê um prazo (para quem ainda não tem a graduação) de “tantos anos” para que a pessoa se forme e receba a nível superior. Eu penso dessa forma.

## ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T2

**Qual sua Formação acadêmica?**

Sou formado como Bacharel em Letras-Libras e com Especialização no Ensino de Libras.

**Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Prolibras

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais?**

25 anos

**Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

5 anos

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade?  
Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros lugares?**

Ciências Humanas e Biológicas

**O que você entende por educação inclusiva?**

Uma educação que não só envolve integrar o aluno com deficiência a uma sala regular, mas dar a ele as condições desde estruturais do prédio como as pedagógicas, no caso de pessoa surda, a presença de intérpretes fluentes, correção diferenciadas das avaliações levando em consideração as questões linguísticas dela, e que haja o engajamento de todos os colaboradores, desde o agente de portaria até a gestão, e que se crie um ambiente em que todos possam mesmo que o básico se comunicar com a pessoa surda em Libras, e isso envolveria criar um Projeto Político Pedagógico que atenda a este objetivo, não só para atender as necessidades da pessoa surda, mas de todos os outros alunos com deficiência.

**O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Perpassa como citei na pergunta anterior de se criar um ambiente em que todos os alunos possam dentro de suas capacidades físicas, cognitivas e psicológicas se apropriarem do conhecimento de mundo disponível no seu próprio tempo de aprendizagem.

**O que você entende por políticas públicas?**

Políticas públicas estão relacionadas com a ação das estruturas que envolvem o Estado, que vão desde a elaboração de um projeto do governo seja ele Federal, Estadual e Municipal, a sua implementação e aprovação pelo poder legislativo e pelo cumprimento dele pelo Judiciário e a fiscalização da sociedade civil organizada, seja pelas ONG'S, associações, etc. O conjunto organizado dessas instituições constituem o Estado que por sua vez permite que o chamado Estado de Direito seja manifestado por tais políticas para o benefício de todos os cidadãos.

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

O artigo 28 da Lei 13.146/2015 fala em parte: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Neste Lei ela não tem um impacto direto na minha atuação, apenas regulamenta a atuação nos níveis de ensino, mas a Lei do Intérprete, a 12319/2010 já influencia no sentido de que no artigo 6º fala sobre as minhas atribuições e no 7º o rigor técnico e a ética

**Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Pelo menos esta Universidade tem feito valer as políticas de ações afirmativas e até o presente momento não soube de nenhuma ação legal contra alguma violação aos direitos de uma pessoa surda, no que se refere a um desses princípios citados no PDI.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

R- A Coordenadoria de Acessibilidade da universidade tem feito esforços contínuos tanto administrativamente como no âmbito educacional para que os alunos surdos sejam atendidos nas suas especificidades linguísticas e outros direitos, que vão desde editais traduzidos para a Libras, como materiais didáticos e interpretação simultâneas em sala de aula como em outros espaços da Universidade, e até flexibilidade no currículo para que em alguns casos a formação deles se dê num tempo a mais do que outros alunos da turma que não são surdos.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

No sentido de que haja um envolvimento da comunidade acadêmica em se não se tornarem fluentes na Libras, ao menos compreenderem sobre esta, desde os aspectos

culturais como a identidade da pessoa surda, e as questões linguísticas envolvidas num processo ensino-aprendizagem. Dou como exemplo que na sala de aula ao se mostrar slides todas as luzes não podem ser apagadas; o tempo de uma atividade como uma prova na língua portuguesa não pode ser o mesmo; o professor deve falar de uma forma que não seja acelerada que dificulte o entendimento do intérprete, e em consequência perda de informações; que os setores da Universidade tenham pelo menos alguns servidores que possam desenvolver uma comunicação suficiente em Libras no caso de serem procurados por uma pessoa surda para resolver alguma situação no âmbito do setor, como a secretaria da Faculdade em que o aluno está inserido, e o mesmo na sala de aula quando se acontece um trabalho em grupo ,pelo menos alguns alunos não surdos deveriam saber o necessário para se comunicar com o que é surdo, porém, neste caso seria importante que a carga horária da disciplina Libras fosse ser maior e ser mais instrumental do que o atual conteúdo voltado mais para o léxico do que para situações comunicativas, e como a Libras não é obrigatória fora das licenciaturas de formação de docentes e fonoaudiologia, que se tivesse um maior incentivo das faculdades para que os discentes a cursassem como disciplina optativa, além de mais oficinas e cursos voltados para o aprendizado da Libras.

### **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Posso citar a Lei 12319/2010 no artigo 7º:

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Cito estes dois incisos, porque se o intérprete não tiver o conhecimento do que uma pessoa surda precisa para desenvolver o seu potencial cognitivo, ele não terá condições de ser solidário a ela na reivindicação dos seus direitos. Trago de novo o exemplo de uma atividade em que o docente dá 1 hora para os alunos lerem e desenvolverem uma resenha de um artigo de 15 laudas. Sabendo que a realidade que vejo na região que é a de que a maioria dos surdos tem dificuldades com a LP, obviamente vai precisar de muito mais tempo para ler e desenvolver uma resenha que certamente vai ser feita com base na estrutura da Libras, e que apesar de a Coordenadoria de Acessibilidade repassar isso para as Faculdades e suas coordenações de cursos, às vezes, alguns docentes acabam se despercebendo disso, e o Intérprete de acordo com a sua atribuição pode de forma ética e respeitosa relembrar o docente para uma prática mais inclusiva.

### **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos?Porque?**

Não, porque a inclusão envolve como falei anteriormente uma ação conjunta da comunidade acadêmica e das instituições que compõem o Estado, não só com relação a ao cumprimento de políticas inclusivas por meio de leis, mas mudanças atitudinais de todos.

### **Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

R- Maior tempo para estudar os conteúdos programáticos das disciplinas, haja vista, que não raro são complexos em especial no âmbito linguístico como escolhas lexicais, semânticas e pragmáticas, e em várias situações recebemos a eles às vésperas de uma aula ou no dia, e isso acaba resvalando no ato tradutório dificultando o entendimento do aluno surdo. E muitos docentes devido a correria para seguir um plano de ensino falam muito rápido o que, também, dificulta o texto de chegada.

**Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas? Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

R- A falta de conhecimento das especificidades dos alunos surdos e o no caso de alguns a falta de empatia. No caso as áreas biológicas são bem desafiadoras, mas nas áreas humanas quando entra no campo filosófico com muitas abstrações, também, torna desafiador.

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

R- O trabalho com revezamento com outro profissional, pois por anos atuei sozinho em outras instituições interpretando sozinho por longas horas, adquirindo a DORT como tendinites, capsulite adesiva. Sendo tal revezamento permite que se mantenha uma memória de trabalho mais preservada com menos perdas possíveis de informações e com isso contribuindo para o processo de aprendizagem da pessoa surda.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

O espaço físico atual é pequeno, já citei sobre o revezamento na pergunta anterior, e na maioria das vezes temos acesso aos conteúdos com antecedência.

### ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T3

**Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Sim, eu fiz inicialmente licenciatura em educação física. E durante a minha essa graduação eu tive uma aproximação com a comunidade surda na igreja e posteriormente na associação de surdos de Altamira, que é a cidade onde eu nasci, onde morei até pouco tempo.

E com essa aproximação e a primeira faculdade, eu fiz alguns projetos relacionados: para as meninas, era vôlei, ginástica aeróbica e tinha um outro professor que dava futebol e futsal para os meninos. Inicialmente, surdos e depois nos demais participantes da associação, também, que eram ouvintes e tinham outras deficiências. Com a aproximação, na área com a língua de sinais e depois eu fui convidada no município a ser... contratada, na verdade, para atuar como intérprete, eu me interessei mais, eu concluí educação física, eu fiz especialização em língua brasileira de sinais em 2012, em 2014, surgiu a oportunidade de eu fazer o curso de letras libras a distância, em São Luís no Maranhão. Então, eu fiz o vestibular e passei em 2014 e concluí em 2018. Então, nesse ínterim, eu ia um período de 15 em 15 dias de Altamira a São Luís do Maranhão, e consegui concluir. E, agora, estou no mestrado em educação.

**Alguma certificação, específica? Tem o PROLIBRAS, também, ou não?**

Não, eu não cheguei a fazer o PROLIBRAS.

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais? Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

Em geral, foi desde 2006...10 anos mas... sou ruim em matemática, desde 2006.

Desde 2006, na igreja. Em 2011, eu comecei a atuar profissionalmente, que foi na rede municipal de educação. Em 2013 eu fui para o estado e em 2016 eu comecei no ensino superior. Eu não estou mais naquela universidade, eu fiquei de 2016 até 2018, depois eu vim para outra universidade. Nesta universidade em que estou, agora, eu completei 3 anos em junho. Só naquela universidade, foram 2 anos.

**Em geral, tu considera que o iniciou no contexto religioso, na igreja, em 2006. Então tem 15 anos, é isso?**

Sim. Também, eu tinha 16 anos quando eu comecei.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade? Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

No geral, na minha vida como intérprete, a maior atuação foi no contexto educacional. Tanto mais escolarização básica, quanto no ensino superior.

Na UNIVERSIDADE, as duas maiores demandas eram, contexto de conferência e contexto educacional. Só que o contexto educacional, no ensino superior, eu considero como uma área específica. Por quê? Eu atuei nos cursos de odontologia, química e letras libras. Então, sendo um contexto educacional, cada um tem uma linha de pensamento específico.

**Dessas áreas, teve alguma algum curso que teve maior destaque, ou área porque teve alguns que eu entrevistei, que atuaram mais na área da saúde, outros na área de letras, teve algum que se destacou?**

Não. Na odontologia, que eu acho que é a grande dificuldade que está sendo para os intérpretes, eu não tive tanta dificuldade, porque as disciplinas que eu interpretei na época eram semelhantes às da minha primeira formação, educação física. Era anatomia... eram disciplinas da área da saúde, então para mim, eu tinha mais facilidade em interpretar, diferente da outra intérprete que é formada em arquitetura, por exemplo.

Ela tinha muita dificuldade de entender aqueles contexto. Então, essa relação da minha primeira formação, na interpretação, foi um pouco mais tranquilo. Já na área da química, aí eu tive um pouco mais de dificuldade, porque eu precisava entender aquele conceito, para poder passar para aluno, e era um aluno que, na época, também não tinha muito domínio da libras. Isso dificultava a explicação. E aí juntava com professores, que também não eram acessíveis e nem tinham essa consciência para...trazer aquele conteúdo de uma forma mais...de maior facilidade de aprendizado, para o aluno surdo. Em letras libras, como era um curso já voltado para área, eu também já tinha experiência na área, então foi bem mais tranquilo.

**O que você entende por educação inclusiva?**

Educação inclusiva, eu entendo um espaço, um ambiente, que seja livre de barreiras, para seja ela qualquer tipo de deficiência, dificuldade, especificidade, cor, dificuldade de grupos minoritários, falando em um conceito mais geral.

Em um espaço que seja necessário que as Barreiras sejam, se não for possível eliminadas, mas que sejam minimizadas, para que todos tenham acesso aos direitos que são, no contexto da universidade, a educação.

**O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Além da oportunidade do acesso... na universidade, que você fala?

**O foco é mais na educação inclusiva na universidade, de surdos. Educação inclusiva de surdos na universidade, nesse contexto.**

Sim, além do acesso à universidade, as condições de permanência, não só financeira, mas de respeito, dignidade, igualdade. E, focando na educação de surdos, diz respeito à língua, diz respeito ao contexto social de comunicação, diz respeito ao ser Surdo.

Porque, por exemplo, às vezes o surdo chegava no RU [restaurante universitário] e ia na fila das pessoas com deficiência, da prioridade, e eu já ouvi relatos que foram destratados: "ah, não. Você só é surdo, você não tem deficiência, você não tem direito." Então, apesar da comunidade surda ter uma luta, às vezes, um pouco diferente... diferente, no sentido de

reconhecimento da língua, eles também têm o direito igual a outras pessoas com deficiência, que foram direitos conquistados por serem grupos minoritários.

### **O que você entende por políticas públicas?**

São...o que começa, para criar uma política, a gente começa por um debate.

Um debate. Uma conscientização daquele debate.

Como no Brasil parece que só consegue as coisas se tiver escrito, legalizado, algum documento que mostre que aquilo é, de fato, um direito, e que aquele direito seja cumprido.

Então, entendo como política pública, como direito a ser cumprido e que ele, de fato aconteça, não fique só no papel. Por ser público, que ele atenda a todos os públicos, não favoreça nem desfavoreça, mas que atenda, atendendo a especificidade de cada um.

### **Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Acho que o primeiro impacto, a primeira influência, é a garantia do profissional na universidade. Então isso aí é o primeiro e grande impacto: que essa garantia que a comunidade surda tem, de ter um profissional para que seja a eles acessível...para que tenham acessibilidade, na sua língua, então essa é a primeira grande garantia.

Posterior a isso, é a formação continuada através de uma política que não é especificamente para os intérpretes, mas para os servidores públicos em geral, que a possibilidade de formação para melhoria da atuação e oferecimento de um serviço de qualidade, para aqueles que estão recebendo a acessibilização em LIBRAS.

### **Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos” e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

O período que eu estive na universidade, eu percebi e atuei muito nesse sentido nos processos formativos, em que, no início de cada semestre, a Coordenadoria de acessibilidade ia aos institutos em que tinham alunos com deficiência matriculados, não só Surdos, mas com com outras interferências também, e fazia um momento de formação para acolhimento e de...espero que os professores entendessem a necessidade, e como aquele aluno aprenderia, então isso eu vejo como o fator principal: a conscientização e formação das pessoas que estão envolvidas com aquela situação. No caso, o aluno surdo ou como qualquer outra deficiência ou especificidade. Então, a partir do momento que a gente reconhece o outro, a gente passa a entendê-lo e passa a respeitar, e tenta, na verdade, fazer com que ele aprenda, apesar de que presenciei, também, muitas falas de exclusão. Por ser uma universidade, um espaço de formação, ainda há muito a ser construído, mas pelas pessoas da gestão em si, eu parabeno o período que eu estive na UNIVERSIDADE. Pelo conhecimento que eu tenho de outras universidades, tanto das que eu estudei, quanto das que eu trabalhei, eu vejo a universidade com uma defensora e como uma idealizadora de espaços de debate e de inclusão, seja através dos setores como é a coordenadoria de acessibilidade e tem a associação dos estudantes

indígenas, tem a associação dos estudantes com deficiência, tem a assessoria de diversidade e inclusão. então, tudo isso são conquistas e é uma luta tanto dos estudantes, que são a maior parte, quanto da universidade, para que isto aconteça. eu vejo a universidade bem engajada, nesse sentido, e o fator principal da inclusão, eu vejo que a formação e conscientização.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

O período que eu atuei, eu percebi a coordenadora do Setor de Acessibilidade, na época, que permanece até hoje, ela buscava muita parceria com outros setores. Por exemplo, os editais, todos eram acessibilizados, se não na íntegra, mas os pontos principais eram acessibilizados. Então, junto ao setor de administração que era quem realizava e idealizava os editais de seleção. Então, eles passaram a ser conscientizados, tanto do envio anterior do material para que os intérpretes pudessem estudar, quanto da necessidade de dar acessibilização dos editais de seleção.

Então, aí já é um primeiro ponto, de mostrar que a universidade era um espaço acessível pronto para receber os estudantes. E eles tinham acesso ao edital na sua língua natural, na sua língua materna, na verdade. E os eventos, conferências, a gente era solicitado para tal.

Os grandes eventos da universidade, havia solicitação e os pequenos e menores, quando tinham Surdos, também nos era solicitado. Então, a gente, apesar do pouco número de intérpretes, éramos apenas 3 lá, na coordenadoria de acessibilidade, mas tinham outros. A gente tentava atender de forma a acessibilizar todo o conteúdo. No início, tinha dificuldade da questão do acesso à informação e a comunicação.

Primeiros eventos, por exemplo, lá no 'Hangarzinho', no centro de convenções Benedito Nunes, às vezes nos colocavam pequenos ou sem iluminação, então, com o tempo, a gente foi passando a conversar "olha, é assim. A gente tem que fazer o teste de iluminação, porque fica escuro é o mesmo que não ter intérpretes, é um trabalho em vão". Se os surdos forem sentar lá atrás, eles não vão conseguir enxergar, eles precisam de um telão. É como eu falei no início, é com toda uma ação, porque para muitas pessoas eram coisas novas, eles nunca tinham precisado para aquilo.

Ou nunca tinham visto ou presenciado aquele tipo de atuação, então foi um processo formativo para os setores da universidade, que tinha contato com a gente. A Coordenadoria de Acessibilidade sempre sempre estava ali, 'no pé', cobrando para que olhes editar precisa ser acessibilizado, esse evento, acalorada recepção, precisa ter um intérprete mesmo que não tenha surdo, ele é transmitido. Então tudo isso era uma preocupação.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da UNIVERSIDADE?**

Acho que a ampliar o conhecimento das pessoas sobre as especificidades. E o reconhecimento das pessoas Surdas, porque o contato, às vezes, era só com um ou outro instituto ou faculdade que ia receber aquele aluno, mas e os outros...deixa eu pegar, aqui 200, 300 e tantos cursos, não tinham esse mesmo contato e essa mesma conscientização que um pequeno público

tinha. Então, esses momentos formativos de reconhecimento serem ampliados para universidade como um todo e para a comunidade externa também.

### **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Eu vejo o intérprete como uma peça necessária para educação. Eu não vou dizer que ele é primordial, que ele é fundamental, porque ele não vejo que ele não se sobreponha a luta do povo surdo, mas ele é necessário para esse trabalho conjunto.

Porque o intérprete, ele ainda, apesar de fazer parte da luta, ele ainda tem a sua visão de ouvinte. Só quem sofre, só quem sente na pele, é o surdo, mesmo. Então o intérprete é necessário para que junto com o povo surdo, as lutas sejam feitas e haja... vai eu volto mais uma vez a minha tecla, sempre na barreira atitudinal, para que ela seja quebrada.

### **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Não. Aí eu reforço lá, o exemplo da química. Que eu acho que foi o curso que mais teve dificuldade com os professores, atitudinal com professores. No curso de odontologia, os professores eram bem mais solícitos, bem mais aberto, perceptivos. E letras libras eu não vou nem citar, porque já tinha Surdos, então no contexto do curso, era mais... eu vou utilizar a palavra 'fácil' conscientizar. O de química foi o mais difícil. A Aluna já vinha perdurando ali, por muitos anos, sem intérprete, por vezes, porque também não foi sempre, que não teve intérprete, aí na sua pesquisa que vai fazer esse levantamento dos intérpretes no período interior...E o aprendizado da língua de sinais, para ela também, mas a metodologia do professores, como se o aluno surdo não tivesse ali e fosse só os outros ouvintes, era explícito. E por mais que a gente conversasse e falasse. Tinha muito professor cabeça dura. Eu cheguei a ouvir de diretor de instituto: "ah, esse aluno não devia nem estar aqui, eles têm que procurar um curso de pedagogia, um curso mais fácil".

Então, por isso que eu sempre bato na tecla da barreira atitudinal, que eu acho que foi uma das principais Barreiras que a gente teve, nesse processo de formação e conscientização.

### **Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

A metodologia de trabalho de alguns professores e o não reconhecimento das necessidades de mudança. De mudança, no sentido de rever que ele tem um aluno que precisa de um olhar específico e ele não se importar.

Usar o mesmo plano ali, por exemplo: "esse é o plano de trabalho que eu uso aqui, há 10 anos, eu vou continuar com ele". Então, sem se importar com o novo. Porque a universidade é uma mudança. Então, é nesse sentido.

Eu percebi na universidade, uma quebra de paradigma, porque é comum os surdos... eles foram sempre jogados para o que era 'mais fácil fazer', só o curso de letras libras ou só o curso de pedagogia, que todo mundo sempre teve essa visão.

Mais nesse período, a gente viu os Surdos em outros cursos. Como eu falei: o curso de química, tinha um aluno surdo em odontologia, no ano que eu saí, entrou um aluno surdo no curso de

educação física e falando dos surdos usuários de língua de sinais, porque a gente fazia orientação dos institutos em que haviam pessoas com deficiência auditiva, também, que não eram usuários da língua de sinais.

E tinha no curso de medicina, no curso de enfermagem...então, alguns usuários que não eram usuários da língua de sinal, mas que faziam uso da leitura labial. A gente teve uma dificuldade de um pedido de orientação para o uso da máscara, por exemplo, tem uma pessoa com deficiência auditiva no curso de enfermagem.

E a professora precisava usar máscara com seu equipamento de segurança e como que essa aluna ia fazer a leitura labial, então a gente teve que fazer uma pesquisa uma busca de material de uma máscara que fosse transparente. O estetoscópio, de fazer escuta. Como que ela fazia escuta, se ela tinha deficiência auditiva? Então, a gente também participou, nessa busca, de procurar material. Acabou que a universidade, por meio dos auxílios da assistência estudantil, comprou um digital. Então, era uma coisa assim, era uma orientação, mas a principal dificuldade é... a falta de mudança para o novo, de aceitação para o novo.

Colocar, ali, a aula... vamos trocar a aula 'em cima da hora' ou mandar um texto 'em cima da hora'. Não ter tempo de ler, não ter tempo de se preparar... aí, a gente, enquanto intérprete, precisava sair do nosso papel de intérprete, e auxiliar em outros momentos, como a leitura do texto, no sentido ler junto, para poder entender e poder ajudar o surdo.

### **Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

Falta de conhecimento. E além da falta de conhecimento, a falta de empatia. É uma palavra que tem se usado muito, mas que tem grande significado. Porque, se a gente não pensar em se colocar no lugar do outro, não é só conhecer: "ah, eu conheço, eu sei que ele tem uma limitação ou dificuldade". Se você não reconhecer aquilo e não fizer nada para...eu vou usar a palavra 'ajudar', mas não é bem a visão... para simular, para influenciar de uma boa forma a empatia. Se não houver empatia, então não há...não vai haver mudança.

### **Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Eu acho que em toda área tem desafio, depende de com quem a gente vai lidar, com a pessoa que vai nos receber. Às vezes, eu posso ver ali, no contexto de conferência, uma pessoa que está organizando um evento, que seja muito receptivo, também pode ser que ele não seja. Lá, no contexto de sala de aula, eu posso ter um professor que ele seja bem cabeça aberta, eu posso também não ter. Acho que todo contexto, ele tem dificuldade. Dificuldade de atuação, no sentido de que a gente receber o material com antecedência com a necessidade, principalmente na universidade, que é o lugar que a gente atua em diversos espaços.

Por mais que eu falasse que é no contexto de conferência, mas é uma conferência da saúde, conferência da educação, a conferência Internacional, a gente já recebeu o embaixador de Portugal. E ter que interpretar, porque era uma transmissão, então são diversos contextos, mesmo estando em contexto específico.

Então, todo o campo tem desafio.

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Como intérprete, eu vejo como um avanço o processo de formação continuada.

Porque ele tá...na 5626, o decreto. Mas lá, no contexto do decreto, a formação ainda era em ensino médio. E aí a gente tem a lei brasileira da inclusão, agora, que já sobrepõe.

E aí a gente tem a lei do plano de cargos e carreiras, que não tem dado esse subsídio para o intérprete concursado, apesar de ter a contratação do nível médio. E, então, a confusão, que está tentando ser resolvida por meio da contratação. Para os surdos, isso é um ganho. Porque ele vai ter intérpretes...eu vou dizer 'qualificados' no sentido de formação, porque anteriormente era ensino médio.

Mas, para os intérpretes, isso não é um ganho, porque o intérpretes, concursado, tem ficado, entre aspas, 'para trás'. Ele sabe que tem ficado para trás. Ele tem, sim, se qualificado, mas por querer não pela legislação.

Em contrapartida à instituição, ou as instituições, tem dado estímulo para que os intérpretes participem desses momentos de formação continuada.

Porque eu digo isso, porque lá na universidade, a gente sempre tinha reuniões semestrais de avaliação, e onde a gente percebia que "precisa melhorar nisso, nisso e nisso" a gente fazia uma formação em cima daquilo, só a gente tem a formação em 2 sentidos: da formação de qualificação de nível mesmo acadêmico, que ainda é uma necessidade de mudança na lei, dentro do plano de cargos e carreiras, e a gente tem a formação continuada em nível de aprendizado, que é fazer a avaliação de onde que a gente está 'pecando', vou usar essa palavra...e bater em cima daquele problema para que ele seja minimizado.

A gente precisa desse avanço, na legislação própria, que também já um bom tempo desde 2018, que estava para ser aprovada, nova legislação própria do intérprete, ainda não foi aprovada, está em trâmite. É questão legal, mas a gente tem enquanto...não sei se seria enquanto universidade, mas enquanto setor, no local que eu trabalhava, não tinha essa preocupação na formação do profissional para atendimento à comunidade surda. Eu acho que isso seria um avanço.

O desafio seria a falta de legislação específica, para o favor...não é favorecimento, para o reconhecimento do profissional. Eu trago o comparativo do profissional concursado e do profissional contratado. Falta melhoria na legislação do profissional contratado, PCCR antigo, para que haja, ainda esse reconhecimento. É uma briga que a gente tem muito: "Ah, sou concursado nível médio, não vou para a sala de aula, não vou atuar". Tem que resolver esse embate, na universidade.

Eu acho que, para a comunidade surda, a contratação dos intérpretes de nível superior tem sido um ganho, principalmente porque essas contratações, elas são feitas por meio de banca, coisa que o concurso não é.

Então, para a comunidade, a contratação desses intérpretes de nível superior, além de já terem serem contratados com um nível a mais do que o concurso, eles precisam passar por uma avaliação de banca, aí a gente não corre o risco de pegar intérpretes que fizeram cursos básicos e conseguiram, através disso, eu ganhar uma vaga no concurso.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Do período que eu estive, eu vou dizer que é relativo. Tem coisas que é da universidade e tem coisas que não é necessariamente da universidade, que eu digo, a gestão.

A gente teve uma dificuldade, no curso de odontologia...a gente precisava de equipamento de segurança: jaleco, a máscara, seria equipamento de segurança para a gente, e a universidade resistiu em oferecer. Eu não sei se hoje já ofereceram, mas na época, resistiu em oferecer.

Foi com dificuldade para universidade de nos suprir com os equipamentos necessários para a nossa atuação. E aí a gente está lá, naquele mito: de que o Surdo só pode estar no curso de licenciatura, pedagogia, letras libras, por exemplo. Ela estava no curso de odontologia. Então, a gente precisava se adequar ao curso, e a gente não ia tirar do nosso bolso para comprar equipamentos para o trabalho.

A questão dos materiais, aí eu vou lá naquela questão que eu falei anteriormente, que depende das pessoas: tem pessoas que são muito abertas, que nos mandam com antecedência, pergunta se vai precisar de alguma coisa, como é o trabalho, leva aquela 'aguinha' para a gente, ali na hora da atuação... porque tem outros que nem água leva, a gente fica, lá, em pé.

Não leva nem uma aguinha para a gente.

Quando eu trabalhei, também, éramos poucos profissionais, éramos apenas 3. na coordenadoria de acessibilidade, tá? quando eu falo, eu digo na coordenadoria de acessibilidade. Mas, eu via uma disponibilidade entre os setores que a gente dava apoio, e nos institutos também.

E tinha os intérpretes do instituto de letras e tinha o menino da instituto de artes. Então, quando necessário, a gente tinha essa disponibilidade de revezar, mas pela quantidade de demandas, ainda se tornavam poucos os intérpretes. Por que é uma universidade muito grande, tinham as aulas, os editais, tinham eventos, que a gente fazia, também, a cobertura. Então, pelas demandas, ainda era um poucos profissionais, mas a gente tentava ao máximo respeitar a nossa saúde, fazer o revezamento, trabalhar sempre em dupla.

Então, logo no período de eu saí, houve mais questionamentos, foi também na época dessa lei da contratação de intérpretes de nível superior... eu acho que agora, a universidade está bem mais suprida com esse profissional.

**Certo. Só para ficar claro, vocês acabaram recebendo os materiais que você disse que teve dificuldade para estar lá, no curso de Odonto? Seria o jaleco, não é?**

É jaleco, máscara e luva. Então, até eu sair, não. Mas até eu sair, não foi necessário.

No período até o momento que eu saí, eu saí em março de 2018, não tinha sido necessário, ainda. Tinha sido solicitado com antecipação, por que naquele semestre iria utilizar, para o laboratório de química. Mas até eu sair, não foi necessário, e eles também não tinham disponibilizado antes.

**Perfeito, então as perguntas encerraram. Eu queria saber se tu tem... são essas perguntas, mas eu quero saber se tem alguma consideração a fazer, algum esclarecimento a mais ou uma coisa que queria comentar sobre o assunto, só se quiser, falar alguma coisa?**

Eu só vejo a universidade, a gestão que estava no período que eu estava, e a que está agora, eu vejo que eles tem uma preocupação com essas temáticas, quando eu digo a educação inclusiva, como tudo naquele conceito que eu trouxe, de poder reparar os danos sociais e fazer com que as pessoas realmente, além do acesso pela política de cotas, elas tenham acesso a permanência e concluam seus cursos com sucesso e com êxito, formados, assim como outros... bem formados para a atuação no seu trabalho.

Eu vejo que ser um espaço de formação de pessoas, que trabalharão com pessoas, os professores e profissionais que trabalham na universidade ainda precisam se conscientizar muito. essa questão da barreira atitudinal, que a gente encontra em todo lugar, não só nesta Universidade, em qualquer universidade; e em comparação com a universidade que eu trabalho, enquanto universidade que têm EI , eu vejo que a universidade tem uma preocupação real com as questões de inclusão, sabemos que tem muito a avançar ainda, mas que tem tido, sim, essa preocupação em incluir, formar e fazer de fato aprender, aprender não só o conteúdo, não só o currículo, mas os estudantes que ali entram, seja ele com deficiência ou não, seja um indígena, seja um estrangeiro, que eles tenham a mesma formação, uma formação igualitária para todos.

#### ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T4

**Vamos iniciar. Primeiramente quero agradecer a participação, a disponibilidade do seu tempo, por participar da entrevista sobre a inclusão de surdos na universidade.**

**Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Eu tenho graduação em arquitetura e urbanismo. Eu sou pós-graduada, com especialização em tradutor intérprete de língua brasileira de sinais.

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais? Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

É no geral... assim, eu comecei bem novinha, mas no ambiente religioso, né? Eu comecei aos 13 anos. Então, mais ou menos com 25, depois que eu me formei na arquitetura, foi que eu entrei nessa área mais profissional, né? Então, eu conto, geralmente, de lá para cá. De 2005...2007 para cá.

Na universidade, especificamente, eu entrei em 2017. Fiquei um ano e 2 meses, né? Porque, aí foi quando eu saí com a licença, aí retornei no final do ano passado.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade?**

Bom, na época que eu estava, a gente estava iniciando na odontologia. Então, eu acho que foi bem mas ela. Deixa eu lembrar qual era o outro surdo que tinha na época... foi um período pequeno no curso de química, até a aluna mudar de curso,

até ela sair, na verdade, ir para outro curso, em outra universidade. Eu acho que foi mais nesse período mais com Natália, na odontologia.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

Então, eu atuo muito no contexto educacional, né? Eu comecei como intérprete profissional, em algumas palestras, em alguns congressos, eventos, mas depois eu acabei direcionando muito para um contexto educacional.

Quando eu trabalhei em uma Universidade Estadual, o período que eu estava lá acompanhando as alunas, né? Na época eram 2 e aí depois entrou uma turma... 2 turmas de letras... Não, uma turma de letras-libras, mas que tinha surdo. Depois, numa outra universidade, onde eu atuei, mas não foi como intérprete, mas era o mesmo período: no mesmo período em que eu estava na Universidade Estadual, eu também atuava como docente em outra instituição.

E agora, na universidade também, no contexto educacional, no geral né?

**O que você entende por educação inclusiva?**

É uma pergunta que causa até um pouco de rebuliço, principalmente nesses tempos, né? Depois que que a gente teve algumas manifestações de governo, que é, em certa parte, eu não vou dizer que eu concordo, porque talvez [O ministro da Educação] ele tenha sido infeliz na forma de se expressar, mas eu acho que foi só isso, porque o pensamento dele está correto, está legal. O que que acontece? Durante muito tempo, a gente viu a educação inclusiva somente na forma de você colocar a pessoa dentro de sala de aula, né? "Vamos incluir". Então, pegava aquela criança que era deficiente, qualquer que fosse a deficiência, e colocava em sala de aula. Aí, você não tinha formação do professor para aquela disciplina específica, você não tinha um acompanhamento de outro profissional, né? Eu já ouvi muitos relatos, do profissional pegar essa criança, somente para ter um aumento no salário, né? Então, ele pegava várias crianças, porque ele recebia no final do mês, por criança, um valor x. Então, ele se dizia um profissional inclusivo ou da educação inclusiva por causa disso. Na verdade, essa criança até iria 'atrapalhar', de certa forma, aí foi um termo infeliz que o ministro [da educação] usou, mas era isso. Os professores não eram preparados, não sabiam como lidar.

Eu vou te contar uma experiência particular. Eu morei, logo que eu casei, em 2009, eu morei em Uberlândia. Lá, eu era missionária e me convidaram para trabalhar numa escola, num período onde eu não estava ocupada. Aí, para eu ver essa realidade, para não perder o contato, eu fui era uma escola especial, só que não era uma escola, eu digo, que não era uma escola inclusiva, porque na mesma sala tinham crianças de todas as deficiências. Tinha uma criança com hidrocefalia, tinha uma criança... 3 crianças surdas ou uma criança surda (não me lembro agora), tinha uma criança autista, tinha uma criança... gente tinham todas as deficiências, na mesma sala de aula.

O professor não foi avisado disso, então ele só faltava se descabelar, ele não sabia como atender. Era um professor de Geografia, tinham vários professores, né? Mas nenhum deles sabia trabalhar, e eu também não sabia. Acabava que eu tinha que atender o surdo mas todas as crianças me pediram ajuda: "tia, o que está escrito ali", "tia, o que eu faço agora", "Tia, não

sei o que". Quando eu via, o surdo já estava batendo no outro, o outro já estava lá fora correndo, sabe? Então, era assim, totalmente 'fora do quadrado', sabe? Assim, eu passei um mês lá, e eu não dei conta, eu não dei conta porque acaba que eu teria que atender a pessoa surda, e eu não fazia isso, né?

Na universidade, hoje, isso já acontece de uma maneira bem legal, porque a gente tem a Coordenadoria de Acessibilidade e a gente realmente trabalha dessa forma, né? Todas as divisões que tem dentro da coordenadoria de acessibilidade, seja de visão de libras, a divisão da deficiência física, de visão, da cegueira e baixa visão, todas as divisões trabalham nesse acompanhamento. Então, a gente faz a formação do professor, por mais difícil que seja o "depois disso", porque o professor, além de não está acostumado, não é de uma hora para outra que ele vai conseguir desenvolver esse talento diferenciado, que é o ensino inclusivo, mas a gente faz formação com o professor, a gente coloca ele a par do que ele vai encontrar, de que estratégias ele pode utilizar, de que forma a gente entra para auxiliar, né? Então, na universidade, eu vejo que é um trabalho consolidado. Não... talvez não seja o perfeito, talvez ainda precise ajustar várias coisas, mas eu vejo um trabalho consolidado e que está sempre preocupado em assistir mais aqueles alunos.

Então, eu vejo a educação inclusiva ainda, de um modo geral, como o Brasil, ela ainda não acontece da maneira como deveria acontecer, né? Principalmente na educação básica.

Eu acho que, a princípio, deveria haver uma formação específica do professor, para depois se considerar uma inclusão de fato, desse aluno em sala de aula. Hoje para gente, talvez, trabalhar com com surdos, é mais fácil, entre aspas, por causa das classes bilíngues ou escolas bilíngues. A gente, no papel de tradutor intérprete, porque a gente é o canal, né? Das outras deficiências, eu não sei dizer muito. Mas na educação bilíngue, aos olhos do intérprete, eu acho que a gente já está caminhando numa direção.

Talvez, hoje, o que ainda falta: a formação dos professores em libras e o acompanhamento do tradutor intérprete. Por isso que a gente luta tanto pela escola bilíngue, porque a gente sabe que nem sempre a pessoa do tradutor intérprete, por mais esforço que ela faça, ela não consegue talvez expressar da maneira como deveria esse conteúdo, né?

### **O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Bom, trazendo para o nosso contexto, talvez seja a mesma oportunidade que o aluno ouvinte tem, que um aluno surdo tenha também, ou um professor surdo, enfim.

Eu eu vejo dessa maneira, igualdade de oportunidades é que eles tenham as mesmas oportunidades, ambos ouvintes e surdos.

### **O que você entende por políticas públicas?**

Bom, eu penso que sejam políticas criadas especificamente para o atendimento dessa comunidade. É até uma contradição falar da criação de políticas públicas e de igualdade de oportunidades, porque se talvez a gente tivesse igualdade de oportunidades a gente não precisaria criar políticas públicas, né? Então, eu vejo por esse lado, talvez a criação de políticas públicas, seja para gerar essas oportunidades para esse público.

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Olha, estou pensando... De que forma as políticas públicas têm influenciado... No meu trabalho como intérprete... Difícil em pensar sobre isso...

**Então, vamos pular essa. Depois voltamos com essa pergunta.**

**De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Eu acho que a presença do tradutor intérprete na universidade ela é de grande importância, para que o aluno consiga a acessibilizar um conteúdo que ele necessita... de conhecimento. Eu acho que ele é de grande importância, principalmente nessa questão comunicacional, porque se a gente precisa que o aluno tenha oportunidades e a maioria das pessoas, dentro da universidade, não conhecem a língua de sinais, a gente é o canal. O tradutor-intérprete é o canal para isso. Então, eu vejo de extrema importância a presença do tradutor intérprete na universidade. Não sei se eu respondi.

**Respondeu, respondeu sim.**

**Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Não, não é suficiente. É importante, mas não é tudo. Eu acho que se esse aluno, se ele tiver um material de apoio na língua dele, ele consegue render muito mais. Claro que tem a questão dele em se interessar, dele se esforçar, dele não esperar só pelo intérprete, ou só pelo material de apoio, mas eu acho que, pelo que a gente tem visto, principalmente esses últimos tempos, o intérprete em sala de aula, ele ajuda nessa parte comunicacional, mas ele não é suficiente. Porque? Depois, o aluno vai para casa, e ele precisa estudar esse material. E se esse material não estiver acessível na língua dele, vai ser mais um entrave, né?

**Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Sim, tem vários, tem vários desafios.

Primeiro é fazer as pessoas, que não tem o costume de lidar com um aluno surdo em sala de aula, mudarem de comportamento.

A gente já pegou várias situações em que a gente estava alí, dando toda a formação para o professor, todo o apoio, e ele não mudava a forma de ensino dele. Mesmo a gente orientando. Mais ou menos assim: "eu sou assim, eu faço assim, eu não vou mudar."

Principalmente dos mais antigos. Os mais novos são mais flexíveis, e eles é entendem que eles precisam se adaptar, mas os mais antigos, não. Fica aparecendo assim: "Eu estou perto de aposentar, mesmo. Eu vou fazer qualquer coisa aqui. Então, que 'se virem' depois". Fica aparecendo mais isso, né? Então, essa é uma dificuldade.

A outra dificuldade é com agendas muito 'em cima da hora'. Tanto que a gente pede, a gente solicita, né? Tanto com relação a recebimento de material ou mesmo agenda de aluno: "à,

fulano tem aula". A gente prima muito por não acontecer isso, mas às vezes não depende da gente, né? Por exemplo, a gente atende alunos de outros campus, também, como Cameté, alguns em Bragança. A gente atende também, principalmente agora nesse período de pandemia, que foi tudo remoto, né? E aí, em cima da hora, chegava solicitação, e às vezes não tinha agenda, a gente não tinha intérprete, disponível, porque já estava todo mundo encaixado. E aí era aquela luta, muda agenda, bora buscar apoio de outro setor. Então, a gente fica, de certa forma, de mãos atadas com relação à isso, né? Na dependência das pessoas entenderem que a gente tem um tempo, que a gente precisa organizar uma agenda, porque não é só chegar e interpretar, né? Eu sempre falo para ti, nossa agenda está muito cheia, realmente é. Porque se a gente for somar, no final do mês, não é só a questão da interpretação, mas é o tempo de estudo, é o tempo para pra pesquisar vocabulário, pra conhecer o assunto, então são todas essas questões, né? Não é simples como chegar num evento e interpretar... e que também não é simples, né? Você também tem que ter um tempo de estudo antes, mas dentro de uma universidade onde você lida com contextos de assuntos diferenciados, é bem tenso, é bem difícil.

### **Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

É eu falei um pouco, né? Eu vou repetir. Não é a questão do comportamento... não é como... Acho que é uma questão de pensamento, eu acho. De personalidade, talvez, né? Da pessoa se colocar no lugar do outro, pronto.

Essa seria, eu acho, que uma causa, né? As pessoas não se colocam no lugar do outro ou no lugar de um parente ou em uma situação assim. Você nunca pensa: e se fosse comigo? E se fosse meu filho? Eu agiria da mesma forma? Se um desses alunos fosse um parente, eu agiria da mesma forma ou eu pararia escutaria a orientação que estão me dando?

Então eu acho que uma das causas, é que talvez essa: não se colocar no lugar do outro, não se preocupar com o tempo do outro. Alguns, mesmo sabendo que é necessário, não fazem, né? Talvez isso, eu acho que vai por esse caminho.

### **Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Olha, na área de biológicas a gente viu muito. Na área de biológicas, eu acho que foi onde a gente mais viu essa dificuldade. Hoje, eu acho que já não é tanto, porque eu acho que a gente conseguiu atingir a coordenação. A coordenação conseguiu perceber aquilo que a gente estava querendo repassar, e conseguiu repassar para os professores, mas no início foi bem difícil mudar essa atitude. Acho que, no geral, até agora, com questão sobre experiências, é mais área de biológicas, né?

### **Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Eu acho que, quando a gente consegue resolver essa situação, dessa dificuldade. Quando você vê a mudança de atitude, eu acho que isso é um grande avanço, sabe?

### **Você tem percebido que tem mudado?**

Sim, a gente vê que tem tido mudança. Em alguns momentos, ainda tem alguma situação, principalmente com relação a agenda, que eu falei, né? Que é uma dificuldade, mas aos poucos a gente vai conseguindo conscientizar as pessoas, de que é necessário.

Mas eu já vi um avanço bem grande, quando o professor, por exemplo, procura a gente e fala assim: "que estratégia você acha melhor para essa situação ou para esse aluno" eu acho bem legal, quando eles procuram, quando eles têm a iniciativa de procurar a gente, para saber como é que eles podem melhorar, né?

E quando você vê o sucesso do aluno, né? Eu acho que o mais gratificante é quando você vê, que dá certo, e que ele consegue evoluir.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Sim, sim. Na minha opinião, sim. Nós temos um bom espaço de trabalho, nós temos um grupo bom de intérpretes, a gente sempre atua junto, a gente nunca faz muito tempo... Bom, aí tu está perguntando na época que eu estava ou agora quando eu voltei?

**Na época que tu estavas, de 2016 até 2000.**

Na época que eu estava, a gente tinha uma sala, mas que era dividida com outras pessoas, né? Então, não era uma sala exclusiva nossa, hoje a gente, um espaço próprio.

Uma espaço próprio é na época. Na época que eu estava, nós éramos ainda há poucos. Então a gente não conseguia, eu acho, que atender com... qualidade. A gente, às vezes... a gente estava em dupla, a gente sempre atende em dupla, raramente a gente atendia sozinho, mas algumas vezes a gente ainda atendia sozinho, ou porque a dupla teve um problema ou porque alguma situação aconteceu e precisou cobrir algum outro momento, mas a gente ainda chegou a atuar sozinho. Hoje em dia isso não acontece mais, a gente não atua sozinho. E, desde aquele tempo, a gente começou a criar um protocolo de atendimento, né? Então, a pessoa, quando vai ter um evento, quando vai ter aula, alguma coisa assim, a gente tem um protocolo que a gente orienta, que os professores ou os palestrantes enviem o material com antecedência, a gente tem umas orientações, que a gente dá, né? Então, acho que inicialmente, foi bem difícil, né? Que eles obedecessem isso. Hoje em dia a gente já tem mais respaldo, eles já conseguem visualizar essa necessidade, mas, naquela época, foi difícil esse período inicial.

**Eu vou voltar, agora, para as questões das políticas públicas de educação inclusiva. Vou mudar um pouco a ordem.**

**Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é "Valorizar a diversidade nos processos formativos" e dentre seus princípios encontramos: "O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual". Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Difícil, né? Responder essas perguntas...

Pode parecer que eu 'puxo a sardinha' para o meu local de trabalho, né? Porque realmente é onde eu estou lotada, e é o que a gente vê, né? A gente procura lutar... quando eu falo 'a

gente', é a equipe toda, né? E a gente, apesar de ter as divisões de cada deficiência, a gente visa muito trabalhar junto, todas as divisões juntas, planejamento junto, a gente sempre pensa no aluno, né? Como que o aluno ficaria nessa situação e principalmente no que diz respeito aos auxílios, né? Que a gente também trabalha com os auxílios, né? Enquanto superintendência de assistência ao aluno a gente traduz vários materiais, e a gente acaba conhecendo os auxílios, então, por exemplo, a gente trabalha desde a inclusão desse aluno, através das cotas, né? Desde a entrada dele, o acesso dele à universidade, através das cotas, e talvez isso seja uma política. É uma política pública, né?

Para que ele tenha igualdade de nível... assim não sei se de vagas, né? Porque aí, obedece um pouquinho ao que o governo federal determina, em lei para as cotas, mas a gente tem visto que a gente talvez tivesse um trabalho bem menor do que a gente tem hoje. Isso é um ponto.

A gente, enquanto superintendência, a gente pensa muito na situação do aluno, né? Não só de ter acesso... mas de permanecer na universidade, de conseguir permanecer na universidade. De que forma? Através dos auxílios do Kit PCD [Bolsa de auxílio a permanência para Pessoas Com Deficiência] que é proposto pela universidade. Do kit... tem um outro que eu não vou me lembrar o nome agora... eu acho que é Inclusão digital, alguma coisa assim...principalmente nesse período que a gente viveu, agora, né? Porque a gente nem imaginava passar por isso agora, né? Alguns anos atrás. Teve muita procura de material digital de computador, de *tablet*, para eles poderem ter acesso às aulas e também os chips de internet, então foi de extrema importância.

Então, essas coisas são pensadas, quando a gente se reúne, a gente pensa em momentos de formação para os professores, para que tenham um atendimento de qualidade a esses alunos, a gente pensa em um tempo com esses alunos, para orientar, todos são orientados quando tem o acesso à universidade, né. Então, a gente tem um encontro com todos eles. Geralmente é em grupo, mas agora com a pandemia foi bem individualizado. E aí, a gente pode conhecer mais, da situação dele, da vivência dele, de como que ele se relaciona com a família dele, onde que a gente pode entrar e ser uma ajuda para esse aluno.

O auxílio permanência e o auxílio-moradia, que são formas dele se manter na universidade porque tem alguns que são de extrema vulnerabilidade socioeconômica, né e isso, para eles, é importante: ter condições financeiras de se manter nos estudos.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.”**

**Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

Sim, tem sido aplicado. É uma preocupação nossa, enquanto intérprete, e naquela época que eu entrei também, em 2017, era uma preocupação que já estava em andamento com as intérpretes que entraram antes de mim.

Então, a gente se preocupava muito, desde aquele tempo, mesmo sem a tanta experiência, mesmo sem tanto costume, a gente sempre se preocupou em gravar em fazer vídeos de todos

os editais, instruções normativas, tudo era feito... vídeo, né? Tudo era acessibilizado em LIBRAS.

Hoje, está bem melhor, hoje a gente já conseguiu desenvolver isso. Está com uma qualidade maior, mas mesmo assim a gente estuda: edital por editar, instrução normativa, traduz tudo, em grupo... sozinho, depois em grupo. A gente revisa e aí, pra gente poder fazer a gravação final, né? É, com relação às aulas, também como já foi mencionado, a gente tem uma preocupação grande de ter um material. Antecipadamente, para a gente conhecer, para a gente estudar, para a gente buscar vocabulários que não sejam tão frequentes, né? Para a gente.

É... no geral... a, naquela época também a gente iniciou um glossário com os sinais da universidade. Eu lembro que todos os todos os intérpretes e surdos da instituição foram chamados, foram convidados para participar, não conseguimos ter todos ao mesmo tempo, por causa das demandas que eram grandes, mas a gente iniciou a criação do vocabulário próprio da universidade, que é o que? São lugares, são os setores que a gente não tinha um sinal e hoje já possui esse tipo de Acessibilidade.

Talvez ainda falte a implementação é... eu nem sei como é que está essa situação vou ver, mas a ideia era a gente ter *QR-codes*, onde o aluno pudesse acessar aquele sinal, através do celular, e visualizar que como era o sinal daquele setor ou qualquer pessoa também pudesse ter um contato com os sinais através do QR-code e começasse a ser aprender e tal, mas eu vejo até...

Sim, tem sido cumprida, é como eu te falei, inicialmente, naquele tempo, era mais difícil porque a gente estava entrando, foi um período que eu vivi que também foi curto, né? Mas eu, no meu retorno, agora eu vi como foi importante, porque talvez, se eu não tivesse iniciado, a gente não tivesse o desenvolvimento que a gente tem hoje, né? Então, tem sido aplicado, sim.

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Então, até cheguei a comentar, agora, né? comecei a comentar que se a gente, talvez, se não tivesse essas políticas públicas voltadas para esse grupo, talvez, a gente nem existisse dentro da universidade porque eles não conseguiriam ter acesso, e para quê você precisa de um de intérprete de libras, dentro de uma instituição, se você não tem uma comunidade que necessita desse atendimento dentro dessa instituição? Então, talvez, por esse motivo, seja importante, sim, ter as políticas públicas voltadas pra o acesso e permanência dessa comunidade. E isso acaba gerando para nós uma valorização enquanto profissional. Porque, também, a gente tem a outra questão, a parte da formação, né? A gente, não é só, também, estar ali dentro da universidade, como tradutor intérprete, mas vai chegar um momento que você vai sentir necessidade de novas formações e aí você precisa continuar as suas formações para conseguir dar um atendimento de qualidade, a esses alunos.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

Então, eu acho que, como tudo no mundo necessita de financiamento, talvez se a gente tivesse um financiamento maior ou um interesse, não sei, se chega ser essa a palavra por parte do governo... eu acho que acho que até tem interesse, por parte do governo federal, talvez falte um direcionamento maior para esse setor. Não sei se é isso.

Eu acho que é isso, mas também um...

Eu digo isso porque, nesse momento que a gente está vivendo agora muito foi cortado, né? Muitas verbas foram cortadas, e aí, de certa forma, a gente acabou não conseguindo atender a todos da maneira como a gente gostaria.

Mas eu vejo que tem sido feito e talvez, daqui para frente, só cresça. Eu acho que uma coisa que é importante estar no nosso planejamento atual, e ainda está assim, em processo de ser realizado, são formações para os técnicos e servidores, né? Específicas para eles... de atendimento, que o aluno possa se sentir livre de ir a qualquer setor e saber que ali ele vai ser atendido na língua dele, que não necessariamente ele precisa estar com o intérprete do lado dele.

Mas, que ele, aí, vai ter uma pessoa que possa atendê-lo, eu acho que isso falta, eu acho que isso é necessário.

**Só para deixar claro, no início tu mencionou aquela frase, foi do ministro da educação, não é? Que ele disse que o deficiente junto do aluno [normal], atrapalha. E tu diz que ele foi infeliz, na forma que ele colocou, mas que tem razão de ser, pela forma que a [educação inclusiva] tem sido feita.**

Sim, sim. Talvez ele não soube usar a palavra correta, e na verdade ele até se consertou, na hora, né? Ele mesmo falou isso, quando ele falou 'atrapalha'. Ele falou: "talvez não seja essa a palavra correta para usar", porque, de certa forma é verdade, né? O professor, se ele não tem um preparo específico para atender aquele aluno, na hora que ele precisar, vai ter um aluno... trazendo para para o lado do surdo, ele não vai saber lidar com esse aluno surdo, porque ele não conhece a libras, e aí ele vai acabar não atendendo, nem o aluno ouvinte nem o surdo, da forma como ele deveria, né? Então, atrapalha ambos os alunos, né?

**Então, encerramos a entrevista por aqui.**

**Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Primeiro eu vou para formação específica. Eu sou professor de libras, eu sei que isso não habilita a pessoa ensinar, ponto. Licenciatura em letras libras, normal. Porém, eu tenho a certificação para tradução e interpretação do Pró-libras. E... um pouco antes do letras libras, eu também consegui a certificação para ensino da língua, como instrutor e eu não cheguei a concluir, mas fiz parte da primeira turma de bacharelados em letras libras, que foi aquele convênio da Universidade Estadual com a Universidade de Santa Catarina.

Fora a parte, eu sou analista e desenvolvedor de sistemas, sou acadêmico de administração e acadêmico de gestão de TI, pensei em fazer uma pós em LIBRAS, mas mudou os meus planos, então deixei de mão esse projeto, aí fica só aquelas formações que eu citei antes.

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais?**

Quinze anos, quinze anos de contato com LIBRAS.

**Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

Na universidade, foi entre 2015 a 2018, se eu não estou enganado. Eu não tenho certeza se foi início de 2018, se foi meado de 2017, mas eu acho que foi isso.

Entendeu, aí tirando isso, houve interpretações esporádicas, depois disso eu estou falando interpretação em sala de aula, para turmas.

**Quais as áreas que tu mais atuou tanto na tua vida como intérprete, em geral, como dentro da universidade?**

Na verdade, diferente da maior parte dos meus colegas, a minha experiência foi bem heterogênea, só que a história é mais antiga, né? O que convém para ti saber é que, na universidade, predominante, foi o curso de licenciatura em letras libras, ensino da língua portuguesa como L2 para surdo e ocasionalmente eu trabalhei interpretando lá na escola de dança teatro da universidade com a professora Surda, dando um suporte. depois, ficou outro intérprete com ela. e também com aquela outra moça surda, eu esqueci o nome dela, rapaz... que é acadêmica de odontologia... foram só essas experiências em sala de aula dentro da universidade.

E também como intérprete de um professor Surdo, no Instituto de Matemática e Ciências, na defesa do mestrado dele, também teve isso aí, tirando essas experiências que foram bem específicas da universidade, o resto foram eventos... aquele encontro de letras nacional que teve, de outros eventos menores que eu cheguei a interpretar lá.

Agora, fora da universidade, como eu te falei, a minha experiência, diferente dos meus colegas, ela foi muito heterogênea, por conta das instituições que eu tive contato. Eu interpretei em todos os níveis de ensino que tu puder imaginar: fundamental menor, dando apoio para a criança surda. Ensino médio, lá na escola, colégio Ipiranga. Superior e pós, dentro do superior, né? Tanto da pós de educação inclusiva, na pós em libras, se eu não estou enganado...dos cursos, cara, dos mais diversos: matemática, química, Redes de

computadores, entendeu? Deixa eu ver o que mais... pedagogia, engenharia mecânica, eu acho que, se eu pudesse destacar, eu citei 5 aqui... esses 5, eles estão bem evidentes, mas no geral foi isso. E, algumas vezes, curso de pedagogia teve uns contratos esporádicos, também, para outros cursos, por uma outra faculdade que foi a parceria da FAEL.

### **O que você entende por educação inclusiva?**

Tá bom, vou falar o meu parecer sobre educação inclusiva. Tu queres saber a minha definição sobre a educação inclusiva, ou qual o meu parecer em relação ao panorama da educação inclusiva, atualmente?

### **Pode ser os 2. Pode ser o que tu entende, primeiro.**

Beleza. O meu conceito de educação inclusiva.

Educação inclusiva é aquela modalidade da educação que utiliza abordagem da inclusão. Então, das diversas formas, nas palavras do direito, meu irmão é advogado, ele usa muito isso, né? Uma estratégia de tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais na medida da sua desigualdade. Então, relacionado à inclusão, atender todas as especificidades, todas as particularidades, dos diversos grupos distintos, contemplados através das mais diversas estratégias possíveis, para poder, dentro do prisma da educação, promover educação com equidade.

Muito bonito, no conceito, mas assim, na minha visão do cenário, eu sou de um tempo em que inclusão... inclusão, falando de educação de surdos, era visto como algo que ainda não estava nem conseguindo ser alcançado. Hoje em dia, a gente sabe que é ineficiente, né? Que existem outros paradigmas, como o bilinguismo. Eu já ouvi falar, muitos anos atrás, de uma tal de 'escola nova', que eu não sei como ficou. Hoje, muitos surdos já defendem uma escola de surdos, para surdos. Estão usando, pelo menos, o argumento do bilinguismo como gancho para poder alcançar de fato o status, que tão desejada, assim... dentro de uma instituição de ensino que seja voltada para eles. Então, acredito que, num sentido geral da inclusão, meu amigo, é um processo que está caminhando a passos de formiga. Eu acredito que houveram avanços, eu acredito que hoje, em termos de informação, comparado com o que era, antes as pessoas conseguem buscar muito mais. Eu sou de um tempo em que havia muita gente, ainda se, considerando de vanguarda, né? Eu mesmo, pelo menos na interpretação aqui na cidade, era a ponta de lança, era contado nos dedos os intérpretes, quiçá outros profissionais.

Então, eu acredito que a inclusão avançou, mas continua sendo ineficiente. A opinião mais sincera que eu posso te dar é que nós, entre aspas, 'profissionais' que atuamos nessa linha, não passamos de 'remendos', porque a sensação que tu tem de verdade... olha, eu vou te falar uma experiência pessoal minha, o conhecimento a, experiência de libras que eu tenho, as ideias e tudo mais, eu cheguei a trabalhar numa determinada escola e eu sentia à vontade, eu tinha como, botar para fazer muita coisa acontecer, no sentido de formação, de nivelamento, interpretar basicamente qualquer coisa.

Cara, de nada adianta, se o aluno não está interessado. Se o ouvinte, aluno de escola pública, já é muito aquém, nesse sentido da conscientização, de

que tem que correr atrás, buscar o dele, 'blablabla'...quicá o surdo, que já perpassa por toda aquela situação de ou poucos profissionais para interpretar, ou a questão do próprio profissional itinerante, não dar conta da demanda. Então, eu me senti, sinceramente, um grão de areia na praia. E entendi que "uma andorinha, só, não faz verão" e tu pode ter habilidade e a competência que for, tu vai chegar num ponto em que tu vai ver o aluno com aquela dificuldade, tu vai ver que tá tá no teu alcance ao mesmo tempo não tá e tu vai te sentir impotente. Então acredito que os outros profissionais, que realmente vestem essa camisa que atuam nas linhas de frente, eu digo que tu tem que ter muito estômago para lidar com essa situação, porque tu literalmente vai vibrar com qualquer vitória pequena que tu conseguir, né?

E é complicado porque aquele resultado almejado, que a gente vê nos livros, nas teorias, tu não vai alcançar tudo, está sendo um remendo, tu está tentando salvar desesperadamente o que der para salvar, mas é complicado, é muito complicado. Eu acredito que a inclusão, para chegar (isso, falando de inclusão, mesmo) dentro do seu patamar ideal, ou pelo menos ficar o mais parecido possível com aquilo que os livros falam, no sentido de idealização, falta muito. Cara, em termos de estrutura, em termos de capacitação profissional, hoje, eu sei que os profissionais, pelo menos os de hoje, são muito mais engajados. Eu sei que, hoje em dia, a informação é muito mais difundida, mas é um conjunto dentro desse sistema. Se falar de super estrutura, gente está falando das políticas públicas, está falando da legislação, a gente está perpassando pelos interesses das lideranças políticas...Aí tu sabe que o jogo em si ele é muito complexo porque tu pisa no calo de alguém, está falando das secretarias de educação, para depois chegar e nos profissionais, que estão atuando na linha de frente nos espaços, estão recebendo apoio... qual é o interesse do gestor e da própria comunidade, da família... Então, é complexo demais, cara, é complexo e aquém, entendeu? Se eu pudesse definir com uma palavra eu diria: a inclusão, no Brasil, no nosso cenário atual, por mais que tenha avançado continuar aquém.

### **O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Bom, assim, para mim, ainda continua muito aberto, se for igualdade de oportunidade entre surdos, eu posso dizer uma coisa... mas se for entre ouvintes e surdos, aí eu o meu argumento já vai ser outro, então vou falar as 2 coisas, partindo do princípio que eu entendi isso.

A igualdade de oportunidades, entre surdos, é ambos terem as mesmas condições, entendeu? E a gente sabe que, na verdade, isso não acontece mas, de acesso à informação, educação básica, mesmo... porque o surdo que ele ingressa no nível superior, ele carece muito, tu percebe a importância da educação básica para um cidadão, quando olha para um surdo, entrando no ensino superior, e tu percebe que ele, em grande parte, não tem base. Ele vai pegar a base "*on the fly*", enquanto está cursando e tu sabe que existe um índice de insucesso, de evasão, relativamente substancial... mas é isso mesmo, cara, e a igualdade de oportunidade, entre esses sujeitos surdos, é ambos poderem competir ou estudar ou aprender em condições equiparadas de qualidade, de acessibilidade, etc e tal.

Quando a gente vai para o cenário maior, porque a comunidade surda, a sociedade surda está inserida em um universo ouvinte, hegemônico, por assim dizer, a gente percebe que o jogo é mais desleal, porque a gente volta para aquele meu argumento anterior: já é complexo para quem é ouvinte... Porque, querendo ou não, são experiências diferentes, instituições diferentes, em realidades diferentes, com profissionais diferentes, com níveis de excelência

de educação diferentes, entendeu? Aí, tu coloca o surdo, que já está aquém, que já está numa situação precária, mesmo com todo o esforço que qualquer profissional da área possa ter. E aí, a gente entende que, a igualdade, num cenário ideal de condições, seria o surdo ele...simplesmente diferir do ouvinte, na sua forma de se comunicar, mas se tu sentar assim, numa roda de bar, numa conversa informal ou formal, entendeu, numa sala de aula, tu percebe que esse cara, ele tem argumento, que esse cara, ele tem conhecimento crítico, que ele vai até conseguir te dobrar, se tu bobear, que a diferença ela vai chegar na camada da comunicação. Se tu perceber que tu está numa situação dessa, e a única diferença entre os sujeitos é a sua maneira de interagir com o mundo, tu percebe que, por trás, existe essa igualdade, que lá atrás os 2 tiveram bases.

Então, a igualdade, nesse sentido de oportunidades, seria todo um conjunto de fatores e de elementos, entendeu? Que pudesse contribuir com a educação, de um modo que eles tivessem, de fato, diferindo apenas na sua essência enquanto sujeito, mas por outro lado com todas as competências necessárias para poder lidar com aquela situação, no âmbito, seja de ensino médio, fundamental ou superior, tu está olhando para 2 pessoas, está dizendo "poxa, esses 2 caras sabem exatamente a mesma coisa", cada qual se comunica exatamente, na verdade, de forma diferente, entendeu? É isso que eu penso e a minha conclusão é que, de fato, não existe, também, nem entre surdos, né?

Ou melhor, nem entre ouvintes e surdos, que é o que é mais evidente, quanto mais entre surdos, porque a gente percebe que eles têm essas disparidades.

Eu já ouvi uma discussão, eu não sei se vai servir para ti, mas até uns anos atrás, era dito que, por mais que se fale muito de surdos oralizados, em relação ao aprendizado, porque a gente sabe que a LIBRAS, ela facilita muito o acesso à informação, por conta dos *inputs* naturais, mas também se percebia que os surdos oralizados, que tinham contato com a língua de instrução, do sistema educacional hegemônico, que estava com certeza associado também aos registros, aonde essa informação instrumentalizada é veiculada, que no nosso caso é a nossa língua portuguesa, esses surdos que tinham domínio, por mais que não soubessem tanto a LIBRAS, quando a gente reforçava o *input* natural, com base nas informações que eles já conseguiram buscar no material de complemento, tinha um êxito muito maior do que um surdo 100% sinalizado.

Cidadão, no dia a dia, demonstrava muito mais desenvoltura para lidar com as situações do dia a dia, mas se 'embananava' no que diz respeito a uma sala de aula, no que diz respeito a uma atividade, por mais simples que fosse.

Esse surdo, no caso, que já teve uma certa habilidade com português oral, vamos dizer, ou até escrito.

Domínio da língua oral e na modalidade escrita, querendo ou não, dá uma vantagem, porque o sistema favorece o acesso à informação e ao conhecimento porque utiliza muito dessa língua.

### **O que você entende por políticas públicas?**

Meu conhecimento é muito parco, mas eu diria que é mais empírico do que outra coisa, porque eu vivi esses períodos. Eu, apesar de não estar tão atuante quanto era, mas eu observo muito, eu percebo a diferença, porque eu lembro como era antes e vejo como é que está

sendo agora. Então, até comparo, em relação a alguns resultados almejados e tudo mais, eu vejo, enfim...

Assim, a política pública, tu sabe que é o conjunto de aparatos, sejam eles instrumentais, normativos, ações, planejamentos, táticas. Todo tipo de atividade de voltar a execução no viés público, determinado pelo poder público, direcionado a determinado grupo ou situação.

E falando das políticas públicas relacionadas aos surdos, eu digo que, em meados da vigência do decreto de nº 5626/2005 para cá, que data inclusive com a minha entrada no universo da libras, muita coisa só estava no papel.

Na verdade, grande parte das coisas estavam no papel. A briga maior era pelo reconhecimento do profissional, eu lembro que, naquele tempo muita gente corria atrás do PROLIBRAS. O PROLIBRAS era a porta de entrada para ti, pelo menos, dizer "olha, eu estou capacitado... entre aspas." É habilitado, não é nem capacitado. "Eu estou habilitado", mas como o processo de habilitação, ele era considerado, até então. Quem fala... você virou lenda urbana "pô, não é pra qualquer um ter o PROLIBRAS" e tal, então isso ficava subentendido que tu era capacitado, porque tinha habilidade necessária para poder conseguir aquela habilitação. Ponto.

Mas, falando no sentido geral, inclusão da libras dos cursos, nos currículos dos cursos, na formação de determinados profissionais da área da saúde que podem lidar eventualmente com o sujeito surdo, nas grades dos professores, a própria difusão da LIBRAS enquanto língua reconhecida, associada à implantação de profissionais em determinados espaços de acesso à informação. Eu posso te dizer que teve melhora, teve sim. Mano, eu fui intérprete, num período em que... nas palavras do próprio Darley Oliveira, do rapaz do Master Libras: LIBRAS virou tendência, LIBRAS virou negócio, LIBRAS virou *Business*.

E, querendo ou não, existe, de certa forma, há o mérito da política pública. Porque, por força de lei, hoje é necessário a presença do intérprete em determinadas situações.

Eu lembro que, no ano passado, como eu te falei, eu fui intérprete da campanha, da campanha do pelo pessoal do MDB.

Era mais ou menos assim, a sensação que eu tinha: "cara, como assim tu não tem um intérprete na tua janelinha. Cara, como assim a tua janela é tosca." Entendeu?

"Cara, como assim tu não está prestando atenção que o trem intérprete não está acompanhando, porque o rapaz lá do audiovisual não sincronizou direito o vídeo da interpretação com um texto que está sendo transmitido lá pelo locutor?"

Então, acabou agregando valor ao negócio, tu tá entendendo? Isso acontece, de certa forma a política pública, nesse sentido, funcionou. Continua sendo insuficiente, continua sendo aquém, porque o que seria o ideal, falando de acessibilidade? Que o Surdo assistisse o telejornal com intérpretes permutando ou que, no mínimo, alguém colocasse... porque, já que muito da programação televisiva é gravada, algum tradutor responsável colocasse como *closed caption*, por exemplo, um *sign write* ou uma glosa, um *elan*, ou o que quer que seja, entendeu? Outra coisa, nesses programas de auditório, assim como acontece com os shows, hoje... show, se não tiver intérprete, é até esquisito.

Virou meme, show de rock nos Estados Unidos, show de rap, entendeu? Então, hoje o intérprete, ele está muito presente. Quem souber...eu digo que, hoje em dia, depende, por enquanto, mais do profissional e é essa parte que eu acho errado. Para ele poder se projetar,

para ele poder se fazer presente, para ele poder utilizar da norma, para poder ganhar espaço. Enquanto a gente estiver lutando, para tentar forçar um negócio que deveria ser natural, eu digo que, nesse sentido, a política pública está aquém.

Eu digo que também houve avanços porque, no tempo que eu comecei, não existia isso. E eu lembro do tempo que só existia o dicionário Acessibilidade Brasil, que hoje é bem defasado e a maior parte do meu vocabulário daquele tempo eu cacei lá, e o que não tivesse... Não tinham muitos profissionais, não tinha muita pesquisa, não tinha muita difusão, para ti poder correr atrás de boas referências.

Então, querendo ou não, houve esse avanço. Então, no sentido das políticas públicas, houve um avanço, ele ainda é aquém, mas hoje tu vê que a LIBRAS, ela pelo menos é reconhecida. Hoje, numa conversa de rua, se tu falar LIBRAS o pessoal vai dizer "ah, é aquela linguagem do surdo-mudo", vão falar, dentro do seu entendimento limitado, mas já vão reconhecer, entendeu?

Então, não dá para dizer que está ruim, mas dá para dizer que dá para ficar melhor, entendeu? Eu sinto avanço. Eu acho que é a futura, cultura, não sei, que a programação toda de animação para criança é adaptada em LIBRAS. Cara, até mudam intérprete, dependendo do personagem que tiver falando, tu está entendendo?

Muito legal, eu vi na TV, eu fiquei besta, assim... e a interpretação não é 'meia boca'.

Hoje tu vê aquele canal lá, TV Senado é 100% em LIBRAS.

Entendeu, aí existem os fatores sociais, os fatores políticos, os interesses de todo o mais por trás, eu digo que uma coisa que esse governo Bolsonaro, não entrando no mérito de defender ou não por que hoje eu crítico muito, mas teve uma questão marcante da primeira-dama ser uma usuária de LIBRAS, tá entendendo? Eu sei que a comunidade surda brasileira ela está muito dividida, e tem gente de peso que defende.

Então isso, querendo ou não, colocou muita evidência, também para o intérprete, colocou muita evidência para língua, muita evidência para a comunidade surda. Eu não sei os impactos, porque realmente eu já não estou acompanhando, nesse sentido, mas eu sei houve um antes e houve um depois, e nesse depois se tornou ainda mais forte, a presença dos profissionais nas janelas, a presença da libras das instituições.

Talvez não da melhor forma, mas, hoje, todo mundo tem consciência. Tem surdo? Eu estou procurando intérpretes. Hoje, eu tenho até facilidade para negociar com as pessoas que procuram esse tipo de acessibilidade, porque eu já tenho o poder de barganha, porque eu já posso defender, eu sei que o pessoal vai entender que eu estou agregando um negócio e não me tornando despesa ou subterfúgio para isenção fiscal, porque estou entrando lá com um viés de ação social, entendeu?

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Olha, não necessariamente influencia agora, porque eu já não sou mais intérprete de universidade, mas... naquele período, eu posso dizer que não houve muita essa questão de uma influência positiva. É mais a questão da difusão da pessoa ter consciência e "ah, eu não quero que tenha nenhum surdo batendo na porta do MP[Ministério Público] , envergonhando, manchando a minha gestão.

Então, eu tenho que oferecer, porque se eu oferecer, além de contemplar e além de mitigar esse tipo de situação, eu também posso vender a ideia e usar como trunfo, de que eu estou colocando um modelo que funciona, pautado naquilo que está na lei, estou gerando acessibilidade, então existe um impacto de agregação de valor do meu trabalho, da minha gestão, fazendo isso, e isso para a visão do gestor.

Aí entra o intérprete na história. O intérprete, ele sabe que ele vai ter uma porta aberta, e nesse sentido é bom, porque favorece, antes não. Era quase como se tu tivesse implorando para a pessoa te contratar, porque tinha um Surdo lá, e aí depois passou um tempo e a discussão era tá, eu já sei que vou te contratar, mas eu só vou te pagar isso porque eu não valorizo o teu trabalho, entendeu?

Então, no meu caso, hoje foi aquilo que eu falei na última resposta.

Hoje, com tudo o que aconteceu, eu acredito que o intérprete, quando está capacitado, quando está habilitado, quando está se está tudo certinho, ele tem poder de barganha para poder garantir um retorno, que valorize, que seja compatível com o seu esforço ou no mínimo, no mínimo ele pode se meter numa situação muito desconfortável em termos de contrato, mas pode usar disso, porque a pessoa vai precisar, para poder, dependendo até da própria organização da classe, para poder barganhar, uma condição melhor para trabalhar. Eu estou falando isso só no viés do trabalho do intérprete, né, no sentido do contrato.

Eu acho que existe esse impacto positivo, mas eu acho que ainda dava para ser melhor. agora, é complicado, cara, porque te falando como gestor, eu vou te falar como gestor, gestor público ainda mais, que que o orçamento ele é sempre engessado, existe toda uma diretiva, ele não pode simplesmente pegar o recurso e destinar para o intérprete.

No setor público existe muito procedimento, existe muita exigência, a própria lei, tu pode falar melhor do que eu, porque tu és o advogado.

A impressão que dá é que ela entra em contradição e ela tenta se ajustar, para encontrar o melhor caminho, para poder solucionar uma situação, por exemplo que não estava prevista, que não estava amparada. Então, no nosso caso, que tudo aparentemente soa muito novo, eu não sei nem se tem política pública relacionada à condição laboral do intérprete.

Em alguns pontos avança, como nessa questão de conseguir espaço para trabalhar, em outras, ainda eu digo que peca muito, porque eu não sei se é desinteresse, falta de pauta, falta de articulação, mas eu sei que não tem.

Entendeu...o radiologista, eu vou fazer um paralelo, o Radiologista, trabalhando intensivamente, um determinado momento a lei ampara, porque existe artigo, existe tese que comprova que determinado período exposto àquele agente lá, o corpo da pessoa, querendo ou não, vai degradando, vai prejudicando a situação do trabalho, etc e tal.

A gente sabe, é usual, tu sabe também, que o intérprete ele passa um período e já é de consenso, "ah, o intérprete de 10 anos, no mínimo, está com a mão lesionada."

As próprias condições de ergonomia, e eu não vejo nada legal. O intérprete, depois de tanto tempo, ele tem direito a quê? Ele pode ser um parado de que forma? Já que a gente sabe que o intérprete está nessa condição, então obrigado que no mínimo seja... eu vejo, por exemplo, falando da universidade...que esta universidade foi muito feliz em institucionalizar. Hoje é regra: se for chamar um intérprete chama sempre outro para fazer par, passou de 1 hora interpretando é 2, e isso eu vejo, tu sabe melhor do que eu, mas na maior parte das outras instituições ainda é necessário muita conscientização para isso.

Então, não tenho uma resposta 100% favorável e também não vou ficar 'metendo pau' só posso te dizer onde dá para melhorar, nesse sentido.

**Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Rapaz olha, eu acho até engraçado falar disso, eu tenho medo de ser grosso no uso da palavra, porque é ignorância não é maldade, mas eu eu senti que, nesse sentido, a princípio, o discurso de inclusão de surdos era explicitamente, especificamente, inclusão de surdos, sujeito surdo na sua condição é relacionado tanta aos seus aspectos fisiológicos, quanto comunicativos, cultural, social e tal, que que era defendido, e tudo mais.

Hoje, eu vejo que o discurso por trás do respeito às diferenças, ele se tornou muito mais forte nessas últimas gerações, né? Nessas gerações mais recorrentes de intérpretes acadêmicos, professores, pesquisadores e surdos. Hoje a comunidade surda ela caminha praticamente com outras 2 pautas, se tu for parar para analisar, na verdade com 3 pautas.

É a pauta LGBTQI+, eu não sei se tu ver dessa forma, mas entre os meus conhecidos aqui, tantos surdos quanto ouvintes, membros da comunidade com quem eu falo é comum ver, perceber que a comunidade surda se tornou praticamente uma comunidade LGBT. Tem aquelas piadinhas que fazem de cabeleireiro, "a, trabalha como cabeleireiro, não sei o que e tal", entendeu?

No meu tempo, se tu dissesse tu era um ser humano do sexo masculino, diziam que, ou tu estava 'pegando' uma surda, ou queria 'pegar' uma surda, entendeu? Ou tu queria 'pegar' uma intérprete. Hoje não. Hoje tu diz que trabalha com libras, o pessoal já imagina que tu, no mínimo, é ligado com uma dessas pautas. A outra pauta, é a pauta da das pessoas negras, e a outra é as pautas feministas. Essas pautas, relacionadas a esses grupos específicos, que lidam com diversidade, elas estão muito atreladas dentro da comunidade surda.

Raramente tu vai ver um surdo...diria, um militante, um surdo que de fato é ativo na comunidade surda, que no seu discurso ou nos seus eventos, não tratem ou não faça interface com nenhuma dessas outras pautas, pelo contrário. Na minha prática profissional, eu tenho observado isso. Ou melhor, no decorrer do tempo sim.

E hoje, não tem como desassociar, porque tu está falando de surdo, e eles têm aquela consciência que a gente está defendendo o nosso grupo, a gente tem que fortalecer o outro grupo, que também está lutando, porque a gente sabe é quais dificuldades, quais mazelas nós sofremos enquanto o grupo diferente, que sofreu discriminação. Então, eu vejo que fortaleceu muito e de certa forma acabou influenciando, porque eu vejo essas características muito evidentes entre os surdos acadêmicos, eu não estou me referindo a surdos de gueto, eu não estou nem entrando no mérito das escolas ou das rodas e tudo mais, mas nesse sentido academicamente falando, eu vejo que a comunidade surda, eu vejo que a discussão por trás da surdez enquanto condição que torna um indivíduo, dentro de um grupo maior, como um sujeito específico que carece de um atendimento diferenciado, também perpassa pela discussão de: "se ele também merece, quem mais merece? De que forma a gente pode tratar?".

Então, eu acho que ficou um grande mingau, entendeu? Essa questão de diversidade, porque ela entranhou de uma forma que tu não trata mais só do sujeito surdo. A, legal surdo, mas é um surdo também de origem humilde, é um surdo da favela.

Porque da favela, está ligado, aí já puxa a questão do negro, aí depois já busca o dia a dia, aí vai em relação à questão da mulher, entendeu? E por aí vai. Eu vejo muito assim, sabe?

A experiência mais forte que eu tive nesse sentido foi a 23ª feira pan amazônica do livro das multi vozes, que eu fui intérprete lá na equipe e eu praticamente estava respirando isso, durante aquela semana todinha que eu trabalhei, e o meu foco era exclusivo dos surdos, mas não tinha como desassociar, tanto na minha interpretação quanto em relação às pautas que eu percebia, que o público estava buscando.

É mais quem está entrando ainda, no mundo dos surdos, ou está em um nível de formação talvez mais simples, que começa, por enquanto só buscando materiais ou discussão relacionados especificamente só à LIBRAS, mas quando vai mais além, não percebe que abre esse leque e sempre voltado à diversidade.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

Vamos falar da universidade, que é o universo nesse sentido da pesquisa e extensão, e até a própria educação regular, de sala de aula.

A minha experiência nesta Universidade havia que essas medidas, essa preocupação, pelo menos até o tempo que eu estava, se estendia aos cursos da área de educação, especificamente a faculdade de letras... não, minto, desculpa... No Instituto de Letras e dentro do instituto de letras, só orientada na faculdade de letras e dentro da faculdade de letras só focada e direcionada nos cursos que, ou tratavam de LIBRAS, como parte da pauta da formação curricular, ou que tinham um sujeito surdo lá dentro, tirando isso, mano...

Tanto que, tu percebia a diferença na forma como eles lidavam, porque são os gestões distintas, né? São faculdades distintas, dentro de um grande núcleo universitário, então tu percebia que havia diferença, por exemplo, na forma como eles lidavam com outros surdos, com outras medidas, em outras faculdades, que lidavam com outros surdos de outras áreas, então a visão ela não era hegemônica.... hegemônica, não, desculpa... ela não era homogênea. Aí, eu não sei, é muito interesse de quem está por trás e a necessidade, mas eu não creio que seja assim como tu falou: "porque a instituição é obrigada blá blá blá contemplar em toda a sua totalidade, em todos...". Não, não. É muito interesse e demanda.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

A gente "sente onde o cinto aperta". Eu vou te falar, eu vou te dar uma visão estratégica, na verdade. Depende muito do objetivo da instituição. Eu acredito que se a instituição objetivasse, de fato, atrair essa demanda para os seus cursos, em suas determinadas áreas, ela teria essa condição, sim.

Porque eu acredito que, com recurso, no mínimo conseguiria montar uma equipe de 2 intérpretes para cada curso, poderia cativar dentro do processo ou de formação ou através de programas de extensão e etc, etc, etc... com que o público surdo se interessasse por aquele determinado assunto, daquela determinada área. Às vezes, O Surdo até quer um curso diferente, que não seja pedagogia, que não seja LETRAS-LIBRAS, mas esbarra com uma falta de acessibilidade.

E a gente sabe que começa sempre pela colocação de um intérprete lá, e a gente sabe que isso não é suficiente, porque existe a questão da adaptação do conteúdo, do próprio esclarecimento e conscientização da comunidade docente daquela faculdade em si, entendeu? Existe uma série de medidas, que quando tu pensa em uma política pública para poder alcançar essa efetividade, tu pensa em todos os elementos que interagem com aquela instituição. A gente está falando da comunidade externa, os familiares, de alunos que já estudam, a própria comunidade em si, através da aplicação da do resultado destas pesquisas, entendeu?

A gente pensa também nos docentes, a gente pensa... a universidade, se eu não estou enganado, ela tem cursos pré-vestibulares, também, né? De preparação para o vestibular, ela tem curso de inglês, de línguas estrangeiras, que oferece para a comunidade externa que não são os acadêmicos da instituição.

Se ela começasse por aí, aplicasse estratégias de acessibilidade à sujeitos surdos, aí, já chamava mais atenção. A gente está falando de uma instituição que fica no maior bairro da cidade, ele é um bairro gigantesco, tu olha no mapa, tu analisa... a comunidade surda desse bairro, ela é expressiva, cara. E outra, a instituição com toda essa estrutura, é capaz de chamar atenção dos surdos dos outros bairros e trazer para lá o resto é efeito cascata. Olha, a gente está vendo uma instituição que tem intérpretes, é o que chama logo atenção, tem intérpretes. Os intérpretes estão lotados para as instituições, para as faculdades em si, os professores eles estão conscientizados de como lidar com esse sujeito... já é um começo. E a gente sabe que existe... como é o nome, cara... aparato legal que que ampara, já isso.

Então, não precisa mais entrar no viés da lei, mas sim só na própria reunião, do planejamento e a execução.

Cara, eu penso que dessa forma o negócio é bem mais simples, mas tem onde agir, entendeu? Começa atingindo a comunidade externa, e aí o resto...eu diria assim que seria... tem um termo para isso... seria recursivo, porque é uma prática que querendo ou não é um layout muito padrão, cara.

Eu quero atender um surdo, eu preciso de intérprete. Eu tenho intérprete, eu preciso dar condições pra esse intérprete. E quando eu falo de 'condições para os intérpretes', eu acabo atingindo o docente, porque o docente ele trabalha em conjunto com o intérprete, e o docente tem um papel educacional/pedagógico, o intérprete ele tem um papel comunicativo e os 2 juntos eles casam de modo que eles tentam se articular na melhor forma, de poder contemplar aquele sujeito surdo. Se o grupo docente também já está afetado, tudo isso só aconteceu porque o gestor também estava.

E aí o reflexo se dá nos docentes, que convivem com o sujeito surdo, ou com a comunidade externa que observa e o resto espalha, entendeu?

Eu penso dessa forma.

## **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Um intérprete ele contribui de 2 formas. Ele não atinge só o sujeito surdo, ele atinge a comunidade, entendeu? Quando eu falo 'ele atinge a comunidade' é porque, querendo ou não, existe um impacto primeiro visual e depois das próprias conversas. Existe um impacto de conscientização, tanto com os docentes quanto com os discentes.

E muda a visão da pessoa, eu digo por experiência própria, eu já interpretei em salas de cursos específicos que não necessariamente tem a ver só com essa questão de libras ou inclusão, etc e tal.

Uma experiência mais emblemática foi no curso de redes que eu interpretei em Castanhal, os alunos dizem "cara, eu tinha uma visão, hoje eu estou saindo daqui pensando em contemplar essa demanda, hoje eu vejo isso de outra forma".

É uma pessoa que fala para 2, que fala para 4, que fala para 8 que falar para 16, parece aquelas pirâmides de marketing multinível, né?

O 'marketing de boca' - já disse o CEO da Yahoo, há muito tempo atrás, no livro de marketing de permissão - é o melhor que existe. Então o trabalho do intérprete, ele causa esse impacto. 'De quebra', eu diria que esse o impacto maior, e 'de quebra' ele dá acesso a informação para o surdo que está querendo aprender aquele conteúdo que está lá, está entendendo?

Acho que o maior beneficiado é o sujeito surdo, porém o impacto é na comunidade.

## **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por que?**

Com certeza não. Com certeza não, porque só vai ser inclusão se o aluno se sentir incluído e para ele se sentir incluído, existe todo um processo por trás. ele tem que se sentir parte de um grupo e esse grupo é composto por aqueles elementos que eu te falei. Então, se 'essa galera' não estiver sensibilizada, do que adianta colocar um intérprete? A, tu colocou intérprete. O 'cara' é fluente... pá! Mas o professor não facilita, o intérprete não vai ensinar o conteúdo, ele não é habilitado para isso, ele não tem competência técnica para isso, ele não é pago para isso.

E aí, uma hora ou outra, tu vai calejar o intérprete, tu vai lesionar a tua ferramenta de comunicação, o surdo vai ser impactado.

Aí o surdo, que já não vai sentir inserido no grupo, que não vai se sentir contemplado pelo seu professor, e que não vai ter a sua necessidade de acesso à comunicação atendida na sua excelência. Por consequência, vai querer se afastar.

Cadê a inclusão? Quebrou o processo todinho, porque tu não deu apoio para o cara que justamente media essa situação, entendeu?

## **Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Tu sabe que os desafios são muito grandes, mas se eu puder colocar...'bora' colocar uma lista de cinco aqui. Cinco problemas.

O primeiro é remuneração.

Cara, não tem... as pessoas podem falar o que for, professor pode vim aqui e descer um milhão de argumentos para mim, meu amigo, eu tiro o chapéu para todos os intérpretes de libras... eu tiro o chapéu. Porque é muito tu 'vestir a camisa' é muito ter estômago para ti lidar com... Tu vai estragar o teu cognitivo, cara. Tu vai estragar o teu cognitivo. Tu vai aprender muita coisa mas tu vai 'cagar' com a tua memória de trabalho, está entendendo? Então, eu acho que o intérprete, ele deveria receber uma remuneração que fizesse pelo menos ele trabalhar sorrindo, todo Santo dia, porque aí ele poderia produzir com mais qualidade.

Aí entra, paralela a produção com qualidade, entra a condição ergonômica.

O mínimo que se pede, não é só que o intérprete vá, bem pago, fazer o trabalho dele, mas é que ele consiga ter saúde para aguentar a regularidade da atividade, né? E aí há necessidade dele trabalhar com mais alguém, entendeu?

O outro desafio, cara, é tu lidar com o professor. E aí, é necessário um apoio da gestão educacional.

No mínimo, antes de começar, tu chama intérprete, tu contrata o intérprete, tu explica para o intérprete, tu apresentou o intérprete para o professor... isso não é suficiente. Tem que reunir todo mundo e dizer: "olha pessoal, nesse curso, a gente tem uma demanda específica, esse é o profissional tal, 'bora' sentar aqui e ouvir o que ele tem a dizer".

Ele sabe onde o 'cinto aperta' e verificar de que forma a gente pode contribuir com o trabalho, porque quem não sabe ensinar essa demanda é a gente. E quem entende como essa demanda funciona e a melhor forma de poder atender, para no mínimo não 'dar merda', para no mínimo não dá um processo contra a instituição, se for para ser bem cru, assim, eu ia por isso.

O quarto desafio é a própria comunidade, entendeu? Porque é complicado, cara, tu está lidando com pessoas que têm visões diferentes que vão tentar impor a sua visão, que vão vir com a sua concepção pré-concebida em relação a isso, esse é outro desafio, tu lidar com o alunado. E aí tu precisa do apoio da gestão, e tu precisa do apoio da próprio professor, porque querendo ou não, o bom hábito, o valor, no sentido daquilo que a gente ensina, em termos de de conduta, em termos de moral...a gente passa muito pelo exemplo. E o aluno, apesar dele ter uma carga muito grande para acrescentar nessa troca, que é o processo de ensino aprendizagem, ele também pega muito pelo exemplo e, até então, o gestor da sala não é o intérprete, é o professor.

E o aluno ele vai convergir em relação ao professor, então se o professor tiver uma conduta aquém, o aluno também ele vai tender a ter, também, a mesma coisa, até a replicar que Deus o livre e guarde.

E aí entra a outra situação estava na ponta da língua... o próprio sujeito surdo.

Pronto é o próprio sujeito surdo ele ele é o desafio porque querendo ou não está lidando com o sujeito, que tu não sabe nem se está vindo com um pouco de base, e eu acredito que, a atrelado a esse elemento, existe até uma sugestão. Eu sei que hoje as faculdades se preocupam muito com a qualidade, do resultado do serviço que está sendo vendido. Porque, querendo ou não, é o que sustenta a marca falando de instituição particular. Na pública, existe a questão da promoção do resultado, também, porque eu acho que está atrelado, né? Recebe verba de acordo com a qualidade, porque o governo está vendo que a verba está sendo bem empregada, portanto se tiver bem empregada continua injetando mais recursos, acredito que seja algo assim. Então, eu vi que há uma preocupação, existem cursos de nivelamento nas instituições.

Que tal estender o nivelamento para esse sujeito surdo, que já está vindo sem base? No mínimo, um nivelamento em português e matemática, num contra turno ou numa oficina ou da forma que a instituição achar melhor... com a presença de intérprete ou um professor que consiga lidar ou os dois, né? Um professor que sabe LIBRAS, que necessariamente não vai ministrar em LIBRAS, mas que vai saber interagir com o aluno, ao lado de um intérprete, que possa passar aquele conteúdo, e aí dentro desse processo está nivelando e colocando o surdo, pelo menos em 'pé de igualdade'...de igualdade não, mas de aproximação, com os outros alunos que estão na sala de aula, esse é um outro desafio do intérprete, porque o máximo que ele pode fazer é dizer "que tal fazer isso?", mas ele não pode passar por cima do sistema, né?

### **Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

Desconhecimento. As pessoas não fazem por mal. O desconhecimento, é aí que mora o perigo e a pior coisa que existe, sinceramente, para mim, é a certeza. Porque quando tu está em dúvida, tu está preocupado em ajustar a tua conduta ou a tua linha ou atuação, para estar dentro de uma margem de acerto aceitável ou dentro de uma margem de erro minimamente incômoda, para ti poder seguir em frente com qualquer coisa que seja.

Agora, quando tem certeza, não.

Quando tem certeza, tu te fecha na tua visão de que aquilo é o certo.

E aí, tu está cego para tudo aquilo que tu considera errado e que pode ser certo, porque o certo para ti pode ser o errado para o outro.

Então, falando, aplicando no nosso contexto, muita gente, por desconhecimento ou por orgulho ou por vaidade ou por qualquer coisa que seja, mas se resume à ignorância realmente do assunto, vulgo leigos, impõem mesmo. "Não, cara, porque tu está mexendo a mão aí, tá atrapalhando a aula" ou "para que que tem que ter um intérprete aqui, o cara consegue ler lábio". Não entende, por exemplo, que até pra gente, que é ouvinte, a comunicação oral, o *input* auditivo, o que a pessoa está falando, é só é 10% de toda a informação que a gente está absorvendo, entendeu?

Então, eu acho que trabalhar com a comunidade, eu diria que...talvez a falta de um planejamento, de uma reunião, para poder começar esse trabalho de conscientização, antes do intérprete de fato entrar em ação, ou seja, essa falta de contato com os professores do período, no mínimo, e com um gestor (há uma falta de interesse da gestão, também, existe todo um conjunto) é o que culmina na lida do intérprete que está em exercício e faz com que o trabalho dele seja pesado.

Eu já passei pelas 2 situações, uma em que teve toda uma preparação, para depois eu realmente começar a interpretar, e por conta desse preparo o processo todo ser fluido...

como também teve: "a, vou te colocar aqui, pronto. Tu já sabe o que que tu tem que fazer, porque já faz isso há muito tempo, certo?". E aí, eu ter trabalho com cada professor que entra com cada turma, que eu ia com cada surdo que aparecia e tentar fazer eles entenderem, que não é porque são sujeitos surdos que se comportam do mesmo jeito.

Cara, eu diria que é essa...eu não digo que é a raiz do problema, mas que é o cerne do desafio, entendeu? Querendo ou não, existe um procedimento. Qual o procedimento? Você verifica se o profissional está atendendo, realmente, a necessidade de que tu estima, e da feita que tu inclui esse profissional no teu quadro, tu tem que interagir ele com um grupo, tu tem que determinar, montar um plano de ação, para essa galera, entendeu? "Olha, vai ser assim, você tem que entender que a situação é essa, 'bora' trocar informação e montar uma tática e toda

vez que vier um aluno novo, toda vez que vier um outro surdo, a gente recebe dessa forma, a gente tenta entrosar ele desse jeito na turma, a gente pode montar aqui uma tática de revezamento entre os grupos, a gente pode tentar sensibilizar a família do surdo para fazer...". Se não tiver isso, antes, cara...o resto é 'pedreira', né? Como dizem.

**Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Como eu te falei, né? Tudo perpassa pelo tanto... pelo nível da ignorância do ambiente. Então, eu diria que isso é menos propenso de acontecer, falando de interpretação no ensino superior, naquelas faculdades ou naquelas instituições, falando assim isoladamente, como uma instituição de ensino superior, que lida com cursos de áreas que conversam com a área da LIBRAS, como por exemplo, área de educação, mais especificamente falando disciplinas da área de humanas, entendeu? Que dialogam mais sobre o ser humano, então, tu percebe que tu tem menos dificuldade de lidar com essas pessoas. Nos cursos de exatas ou socioeconômicas, que geralmente não existe muito esse tipo de de conversa, tu acaba tendo um pouco mais de entrave, porque não faz parte de uma pauta que seja comum, porque, até então, não era um conhecimento que se considerava necessário à prática do profissional atuante, e pelo fato da maior parte dessas pessoas não ter tido, em processos anteriores, o preparo e a formação necessária para lidar com isso, entendeu?

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Na universidade, cara, hoje tu vê que...assim, eu tenho observado algumas coisas que a universidade tem feito. Hoje, tu vê que a maior parte dos comunicados oficiais, pelo menos das instituições que lidam com esses surdos, estão em LIBRAS. Hoje, eu vejo um trabalho, também, muito bacana de *lives*, cara. Eu fui um dos primeiros intérpretes a participar de *live* interpretando, e foi de brincadeira. Sem brincadeira, até falaram comigo: "Leo, tu apareceu, não demorou muito, apareceu um bocado de outros". E, no meu caso, foi de brincadeira, porque foi um negócio de um hobby, com uma falta do que fazer, um dinheiro bacana e quando eu vi, realmente contagiou. E, pô, cara, hoje tu vê a universidade com um trabalho muito legal de educação, de ensino remoto com intérprete, com aparato, quando não é o *Zoom* é aquele...meu Deus do céu, rapaz..

Além do *meet*, tinha um outro, eu até detesto ele, porque tu fica espelhado quando tu vai interpretar...que é só no *browser* que tu acessa...enfim, eu esqueci agora, eu esqueci... eu odeio, eu odeio tanto que eu tinha o nome na cabeça, desse negócio, mas tu vê que existe estrutura e não é só um intérprete tu vê que tem uma equipe profissional, que está lá para dar o suporte, mesmo. Em TI [Tecnologia da Informação] até o próprio professor, melhorou muito, nesse sentido.

E, existe muito mais articulação. Então, eu acho que avançou muito, nesse sentido, falando especificamente nesse contexto. Hoje, a gente percebe que, entrou um surdo, a instituição, da maneira que achar que deve, mas já considera "pô, a gente tem que contratar um profissional", entendeu? Outra forma que melhorou, foi aquilo que eu te falei. Hoje, a LIBRAS é mais difundida, então não é tão estranho assim para uma turma ouvinte, que não

teve contato prévio, enxergar um surdo dentro da sala de aula, já não causa incômodo, não causa estranhamento.

Hoje, os professores já têm uma noção de que, no mínimo, tem que olhar para o surdo enquanto estiver falando, tem que escrever, eles já estão mais abertos, entendeu? Até à sugestão... o intérprete dizer "olha, professor, quando usar um termo muito específico, por favor, escreva no quadro" A gente percebe, hoje, isso. E falando da universidade, para mim esse mérito, esse filho, é desta universidade. É sempre colocado 2 intérpretes, dentro da sala de aula, para lidar com o surdo. Isso daí, eu 'tiro o chapéu' acho isso muito legal. Os eventos, quando rola um evento, eles se preocupam em saber se tem demanda de surdo, e ainda que não tenha, deixa de sobreaviso pelo menos um intérprete, através de procedimento (eu não sei como que funciona, mas eu sei que pedem intérpretes emprestados) e quando não tem, solicita um 'por fora', porque tem liberdade para fazer isso.

Então eu percebo que existe essa preocupação, o surdo, dentro da universidade, ele não anda no escuro nos espaços em que ele entra, se ele tiver que ir para um lugar, ele é reconhecido. A instituição busca o preparo mínimo possível para poder receber. Como eu te falei: alguém, mas é melhor que nada. Agora, essa é uma consideração de um intérprete que começou na em uma universidade particular, que começou há muito tempo atrás, entendeu? Quando a esta universidade particular ainda era a instituição referência, por assim dizer, no sentido da inclusão.

Eu lembro de um tempo, em que eu olhava para esta universidade, eu dizia: "cara, uma universidade tão avançada e ao mesmo tempo tão retrógrada, no sentido da libras". A LIBRAS estava avançando em várias outras instituições e nesta universidade ainda se discutia se LIBRAS era língua ou não, depois de já existir, em 2012, a lei das 10.436, cara.

Eu achava vergonhoso. Hoje, eu acredito que esta universidade 'deu a volta por cima'. Ela dá um exemplo para as outras instituições, de como trabalhar sistematicamente com isso, apesar de que, em conversas com colegas, eu entendi que, na verdade, isso é muito mérito do próprio empenho do intérprete, lá dentro, em fazer esse trabalho de conscientização, em se articular com a gestão, para poder fazer, de fato, acontecer. Não foi uma coisa espontânea ou uma sensibilização que partiu, de fato, do pessoal que já estava lá.

Então eu acredito que o mérito dessas vitórias, sinceramente, é dos intérpretes da vanguarda, sem brincadeira, e eu tiro o chapéu e parabeno porque olha, o resultado do trabalho de vocês está bom. É a melhor coisa do mundo? Não.

Mas eu sei o tanto que avançou.

E eu sei que dá para avançar muito mais, eu sei que o caminho é esse, o fato de tu estar fazendo um mestrado nessa linha, está buscando esse feedback, é prova disso, também, entendeu?

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Nesse sentido, eu não tenho que reclamar, eu não tive o que reclamar. A minha experiência pessoal, eu sempre recebi o material prévio, quando eu não recebia dos professores ou dos coordenadores, era os próprios intérpretes que já se articulavam em buscar, entendeu?

O fato de ter sempre 2 intérpretes, isso eu não vou tirar, cara.

Eu acho eu sempre achei muito bacana a própria escala entre os intérpretes, porque necessariamente não eram 2 intérpretes para aquela situação o tempo todo, então tinha essa troca, eu achava isso muito legal. Eu acredito que, pelo menos a fase que eu peguei, foi uma fase boa, não sei como está agora, mas a fase que eu peguei foi uma fase boa e se melhorou de lá para cá. Então eu digo que a instituição, para o intérprete, no sentido de condição laboral, tá legal. No sentido do pagamento, eu volto a dizer: meu amigo, eu não sei quanto você está recebendo agora, mas eu vou falar, por mim eu acho que a intérprete de LIBRAS deveria receber, jogando para baixo, cinco mil reais, jogando para baixo, entendeu?

O trabalho, cara, não tem, não tem ninguém pra fazer esse trabalho, não tem ninguém pra engolir esses sapos, ai pra tolerar esses desafios, é muito fácil falar, difícil estar no lugar do cara, que já passa por toda essa pressão e ainda tem que ter, no máximo um *delay* de 10 ou 15 segundos, que é feio pra caramba de ficar parado ouvindo para poder interpretar, então tem muita intérprete lá com qualidade, que realmente faz um negócio *on the fly* eu acho que isso... essa questão...mais no viés contratual, mas no viés da condição de trabalho, da rotina, está de bom tamanho.

**Perfeito é as perguntas encerraram. Está aberto, agora, para fazer algum comentário, se quiser complementar alguma das perguntas, comentar qualquer coisa, ou então já pode encerrar. Se quiser, fique à vontade para fazer algum comentário.**

Eu acho que eu sou prolixo 'pra cacete', caramba. Eu falei muito, eu só espero ter contribuído dentro daquilo que tu falou. Eu acho legal, porque, sinceramente acho que foi a primeira vez que eu tive uma conversa franca contigo, de modo que eu pudesse contribuir...não é nem contribui, mas que eu pudesse falar o que, de fato, eu vivenciei e mostrar para ti o pouco que eu sei, dentro desse período que eu que eu perpasssei aí, nessa área. Eu acredito que a interpretação é uma área de transição. Essa, eu ouvi do professor Silvio Santiago: "ninguém vai ser intérprete para sempre. Se for, então tu não é interprete, tu é empreendedor, só que tu transformou interpretação em negócio". Se não for isso, todo mundo que entra na interpretação acaba abrindo uma porta para uma situação melhor.

Porque, como eu te falei, por mais que as condições do dia a dia sejam boas, as condições realmente de remuneração, de valorização, ainda estão muito aquém, então tem muita intérprete que acaba abrindo uma porta o ensino, aí se torna intérprete e professor para poder complementar ou que realmente abraça uma outra área que interpretou, que foi o meu caso, entendeu?

Interpretei na área de TI, gostei muito, aproveitei que minha família tem uma empresa, agreguei negócio com tudo aquilo que eu aprendi, enquanto eu estava interpretando e aproveitei e fiz o meu curso nisso e aprendi muita coisa sobre outras coisas que eu aplico também no negócio da minha família. E assim como aconteceu comigo, acontecem com muitos outros.

Entendeu, então eu acho que existe esse negócio que é bom porque há uma rotatividade muito grande principalmente agora que ela está sendo muito procurada. Hoje, tu vê surgindo vários intérpretes, hoje eu vejo nessa geração atual que está vindo um potencial muito bom, é performático, por assim dizer, eu acho isso muito legal mas ao mesmo tempo é preocupante.

Se é uma área de transição, se não tem um alto grau de empresariedade, que a capacidade de manter aquele profissional de peso, para viver disso para sempre, para poder contribuir e

agregar valor a esse surdo, que tem essa necessidade e essa instituição, que se beneficia com os louros do resultado desse trabalho, então tem alguma coisa errada.

Aí fica para reflexão.

**Muito bom, vou encerrar aqui a gravação.**

### ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T6

**Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Bem, a minha formação é a graduação em Letras-Libras bacharelado.

Eu tenho PROLIBRAS de intérprete de 2007.

Sou tenho mestrado em linguística, letras-linguística, né? É basicamente isso, a minha formação já é para intérprete, praticamente. Minha formação inicial, né?

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais?**

**Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

No geral, eu comecei a atuar profissionalmente em 2009, em eventos quando eu fazia minha graduação. Aí depois eu interpretei no ensino básico, no ensino fundamental, no caso, interpretei também no ensino médio, no terceiro ano do ensino médio, posteriormente eu comecei a interpretar no ensino superior no curso de pedagogia, cursos de contabilidade, de ciências contábeis.

Nesta Universidade, eu comecei a atuar em 2016, prestando serviço, né? E... como concursada, efetiva, eu comecei em 2018, até os tempos atuais. No geral, 12 anos. E nesta universidade, de 2016 a 2018 com contrato e a partir de 2018 como concursada.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade?**

Eu atuei no Letras-Libras, licenciatura. E no curso de odontologia. É onde eu tenho mais atuado. Eu acho que, em três áreas, no caso: educação física, odontologia e Letras-Libras. São as três áreas onde eu atuei mais, acho que as três estão equilibradas, assim, não tem uma que eu interpretei mais do as outras.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

Na área da educação e da letras.

**O que você entende por educação inclusiva?**

É uma forma de incluir as pessoas com deficiência no ensino regular, né? Participando no ensino com outras pessoas que não tem deficiência. Para mim, é isso.

**O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Eu acredito que as pessoas que fazem parte do público da educação inclusiva, elas tem a mesma oportunidade quando elas tem as mesmas...digamos assim, elas tem a mesma possibilidade de realizar atividades, participar em todos os contextos dentro da universidade, assim como os ouvintes. No caso das pessoas surdas: é ter informação na sua própria língua, para mim isso que é inclusão.

**O que você entende por políticas públicas?**

Para mim políticas públicas são ações voltadas para a inclusão, né? De pessoas surdas. Por exemplo...os professores que terão contato com esses alunos surdos, ter formação, né? Eles tenham conhecimento das metodologias, que eles precisam utilizar para poder inserir. Oportunizar o ensino de maneira igualitária. Providenciar, por exemplo, serviços, para que o aluno se sinta incluído, sinta que ele está recebendo as informações assim como os ouvintes, e também se sinta apto a se comunicar com as outras pessoas, no caso, essas políticas públicas elas incluem o serviço de interpretação, né? A tradução e interpretação dentro da universidade, também.

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Bem, como eu trabalho na universidade, no setor de assistência estudantil e dentro dele a gente tem o Setor de de Acessibilidade.

Eu acredito que, por ter esse Setor, possibilita que essas políticas públicas elas sejam colocadas em prática. E isso tem oportunizado o trabalho dos intérpretes, porque se não houvesse essa política pública dentro da universidade, seria mais difícil de as pessoas surdas terem acessibilidade, né?

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos” e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?

Bom, eu vejo muito é isso ser aplicado a partir das ações da Coordenadoria de Acessibilidade, em conjunto com o setor de Assistência Estudantil, com a reitoria e as pró reitorias, principalmente a pró reitoria de graduação, onde é a equipe tem feito um esforço em conjunto para oferecer formações para os professores, para os funcionários em geral, servidores em geral e é como se a gente estivesse fazendo (eu digo "a gente" porque eu faço parte dessa equipe) uma espécie de fusão dessas necessidades das pessoas surdas, né? E a gente, em

parceria também com o Setor de Capacitação e Desenvolvimento, com a gestão de pessoas, nós temos ofertado, desde o ano de 2020 formação para todo o público-alvo da educação inclusiva, né? Especificamente, eu tenho participado dessas ações, no que diz respeito às pessoas surdas, né? Informar os servidores da Universidade, especificamente os professores, também.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

Bem, na prática, eu acho que com o trabalho que a gente já tem feito dentro da Coordenadoria da Acessibilidade, muitos já têm essa consciência, né? Por exemplo, quando vai organizar um evento, já solicitar um intérprete para estar ali acessibilizando a informação. Os professores também, nesse período de pandemia, eles acabaram utilizando outras metodologias, por exemplo, gravação de vídeo aula.

E nessas vídeo aulas, ele já tem a consciência de que precisa ser traduzida para a LIBRAS, também, então eles têm solicitado a nossa participação, nessa tradução.

E a universidade, ela tem se esforçado em atender todas essas solicitações. Infelizmente a gente ainda tem um número muito pequeno de intérpretes na universidade, para uma demanda muito grande que começou a partir da pandemia, em que todos os conteúdos estavam sendo transmitidos online, então o acesso de pessoas, não só da universidade (pessoas surdas) mas de outras instituições, fizeram com que as pessoas tivessem essa consciência, né? De que o conteúdo tem que ser acessível para todos.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

Bem na minha visão é... porque assim, desde 2019 se eu não me engano a partir daquele decreto que extingue o cargo de tradutor intérprete do quadro de servidores efetivos, do PCCTAE eu acho que dificulta um pouco essa Acessibilidade, né? Por quê?

A Universidade ela vai depender de contratação e geralmente o contrato ele é temporário, né? O profissional também, que é contratado, ele não tem uma segurança. Então, a gente observa que: se aparecer novas oportunidades, melhores do que aquela que está ali na universidade ele vai deixar a universidade. Isso deixa também o desfalque, né? Nessa equipe que existe de intérpretes dentro da universidade.

Então, na minha visão, uma política pública que poderia contribuir para a melhoria da acessibilidade para surdos dentro da universidade, seria que existissem cargos de intérpretes efetivos para que todos os conteúdos dentro da universidade fossem acessibilizados. Porque a necessidade não é só apenas interpretação simultânea, durante as aulas, existe a necessidade também de todos os conteúdos, por exemplo: editais, instruções normativas, o próprio regulamento da graduação, que é em língua portuguesa, ela deve ser traduzida para LIBRAS, ela deve ser acessível para todos que estiverem na universidade, o regulamento das pós-graduações... então existe uma infinidade de documentos ali, que estão acessíveis apenas na língua portuguesa que precisa de uma equipe maior, né? De tradutores intérpretes para fazer essa acessibilização linguística, né? Então, se existe um número pequeno de intérprete

na universidade, essa demanda ela se torna muito grande até às vezes impossível de ser feita, né? E se existissem servidores efetivos, esses documentos estariam sempre sendo renovados, traduzidos, e o surdo teria mais interesse em uma universidade que seja inclusiva e que respeite a diversidade. Essa é a minha opinião.

### **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Bom, eu acho que o intérprete ele contribui justamente porque ele é uma ponte, né? então ele faz essa Tradução, essa interpretação de uma língua para outra, tanto da libras para língua portuguesa quanto da língua portuguesa para libras, então ele é, sim, um dos serviços disponibilizados que possibilita sua inclusão.

### **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Eu acredito que não seja suficiente, né? Porque os professores também precisam ter essa consciência de que eles precisam é organizar suas aulas, esses conteúdo de maneira acessível para os surdos também, utilizando estratégias visuais, né? Porque o que eu percebo é que muitos professores, quando preparam os seus materiais, apresentação de slide, apostilas, eles utilizam muito a língua portuguesa. Então, acredito que essas estratégias e recursos visuais como imagens vídeos, contribuiriam também para a acessibilidade, então não é só a responsabilidade...ela não vai recair totalmente sobre o intérprete para que o aluno seja incluído, mas os professores também precisam ter essa consciência e trabalhar junto com os intérpretes para haver a inclusão de fato.

### **Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Bom, não generalizando, mas eu percebo que alguns professores, algumas pessoas, elas não encaram os profissionais intérpretes como profissional, né? Parece, assim, que o intérprete é apenas um instrumento que está ali, né? Vai lá e traduz para ele que eu estou falando e pronto. A gente não percebe esse respeito, assim... da parte do de alguns profissionais... como profissionais, mesmo. Nós somos profissionais intérpretes. Então, eu percebo que existe essa falta de consciência, também.

Outra coisa, que eu percebo, são Barreiras atitudinais, né? Essas Barreiras atitudinais, são formas das pessoas verem o surdo...os surdos, no caso. Eu já presencia algumas situações que funcionários da faculdade achavam que aquele curso não era pro surdo, simplesmente pelo fato dele ser surdo. Entendeu? Então, até sugeriu, indiretamente, que aquele aluno mudasse de curso.

Principalmente, assim, da área da saúde onde algumas pessoas tem uma visão mais limitada, né? Então, a atitude da pessoa de achar que só o fato da pessoa ter uma deficiência, ela não é capaz de progredir, de se formar em alguma determinada área. Então, essa atitude com relação a pessoa com deficiência, influencia bastante na atitude com relação ao intérprete, né? Achando que o intérprete ele é... ele é um simples objeto, digamos assim, né? Que está lá, só para passar a informação. E nós, enquanto intérpretes, nós temos formação específica,

nós estudamos, dedicamos muitas horas do nosso tempo para poder se formar e chegar uma pessoa e a pessoa não reconhecer isso, é muito frustrante, às vezes, né? E essa é uma das dificuldades que a gente enfrenta.

**Você pode me informar qual é o curso? Não vai ser informado o nome da pessoa que falou, não te preocupa. Pode dizer qual curso foi?**

Curso de odontologia.

**Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

Eu acho que é uma questão cultural, como a sociedade se posicionou desde os tempos antigos até um alguns tempos atrás, com relação às pessoas com deficiência, né? Então, a sociedade encarava essas pessoas como inúteis, né? Incapazes...muitas vezes eram segregados em instituições especializadas. Eu acredito que essa visão, ela se tornou cultural, né? E tem grande influência na visão das pessoas, hoje. Apesar de a gente já estar no século 21, tem uma visão mais modernizada, mais consciente, apesar da gente ter leis e políticas públicas e também movimentos das próprias pessoas surdas, que lutam contra o capacitismo, eu acho que, apesar de tudo o que a gente já tem hoje de positivo, ainda, a gente ainda tem uma influência forte cultural, né? Com relação a esse preconceito.

**Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Para mim, na minha experiência de atuação, nas áreas que eu já atuei dentro da universidade, não existe uma que é mais que a outra. Eu digo assim, que a área da educação... eles têm um pouco mais de consciência da importância da inclusão de pessoas com deficiência, mas mesmo a área da educação ainda deixa a desejar algumas vezes, né? Porque...eu penso que a visão sobre inclusão, às vezes, ela desconsidera a língua. Às vezes, ela desconsidera a língua de sinais, né? Porque a língua de sinais, ela é um instrumento, ela é direito da pessoa surda. Quando as pessoas não conseguem ver isso, a gente percebe essas dificuldades.

**Então, na tua visão, tu acha que não tem uma área específica, que não tem uma área que tem mais destaque que a outra, que tem mais dificuldades que a outra, tu não identifica assim?**

Eu acho que a área da saúde, na área da saúde a gente encontra mais dificuldades.

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Olha os avanços, os principais avanços que eu percebo, dentro da universidade, é a questão da possibilidade de contratar mais profissionais, né? Antes, há uns dois anos atrás, nós tínhamos uma defasagem de profissionais intérpretes na universidade, e isso sobrecarregava bastante o nosso trabalho, né? porque a gente tinha que atender vários cursos, com apenas 2 profissionais. Um avanço que a gente percebeu, é que a própria universidade se empenhou

em buscar novas formas de contrato, de novos profissionais intérpretes. Isso foi um avanço significativo, porque os Surdos viam que a universidade é uma instituição que se preocupa com a acessibilidade, então isso acaba abrindo portas para os surdos. Para mim, um grande avanço foi esse.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Sim. Eu não digo, assim, a universidade, mas as pessoas que compõem as faculdades, os professores... a gente tem feito um trabalho de solicitar [os conteúdos] com bastante antecedência. Alguns até enviam, com antecedência, mas outros enviam, por exemplo, com 2 horas antes de de começar a aula e isso se torna impossível, né? Do intérprete se preparar, estudar, buscar sinais, buscar o conceito na própria língua portuguesa, daquele termo específicos que os professores vão usar, né? Então, em parte, eles tem, sim, respeitado esse aspecto do nosso trabalho, mas, em parte, não, porque eles muitas vezes enviam com atraso, né? E, às vezes, nem enviam também.

**As perguntas acabaram, encerrou. Eu queria abrir para ti fazer algum comentário, caso queira falar alguma coisa, complementar alguma das respostas que tu queira falar alguma coisa a mais, dar alguma informação, dar alguma... qualquer coisa que tu queria falar, ou caso tu não queira falar, não é obrigado.**

Não, acho que é suficiente.

**Bom, agradeço pela oportunidade, pelo tempo de te ouvir, vou encerrar a gravação por aqui.**

### ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T7

**Qual sua Formação acadêmica? Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Então, eu tenho ensino médio, né? Como tradutor eu tenho o PROLIBRAS de instrutor e de tradutor do MEC, né? Que segundo me informaram, seria de nível técnico, na época que foi feito, eu não sei se ainda é assim, que é visto, né? Mas essa é a minha formação na área.

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais?  
Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

Certo. Então, em geral, são 21 anos e dentro da universidade, são 7 anos.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade?  
Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

Certo. Então, dentro da universidade, eu tenho atuado mais dentro das ciências humanas, né? A área de letras, ali, onde eu atuo mais. Agora fora tem sido mais dentro do contexto religioso.

Porque eu, desde o início, ali como testemunha de Jeová, estava trabalhando na congregação. Então, eu não sei se é dentro de alguma ciência, que está falando aí, seria essa mais ou menos a resposta.

### **O que você entende por educação inclusiva?**

Educação inclusiva é quando você tem condição de dar atenção para cada pessoa dentro da sua especificidade, né? Eu acho que as pessoas olham muito assim para o deficiente, mas não é só deficiente, eu acho que, inclusive, inclui todo mundo, né? Inclui aquele que é tímido, inclui aquele que aprende de maneira mais visual, aquele que tem que tocar na coisa, para poder aprender melhor, né? Acho que quando se dá atenção à especificidade de cada aluno, acho que isso é verdadeira educação inclusiva.

### **O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Então, acho que aí, no caso, seria preciso levar também em conta o contexto da vida de cada pessoa. Para poder proporcionar para ela uma igualdade. Eu não falo necessariamente de facilitar as coisas, para um determinado grupo. Mas, eu acho que seria mais uma compensação, sabe, por exemplo, uma determinada vaga de emprego ou, na universidade, as pessoas que tiverem acesso a uma educação melhor, elas vão ter mais facilidade de conseguir essas vagas, né? Embora estejam abertas ao público.

Então, eu acho que uma igualdade de oportunidades, seria pensar: de que maneira poderia se compensar aqueles que tiveram menos acesso a uma educação, né? Para que eles também tenham a oportunidade de disputar ali, de igual para igual essas vagas na universidade, de emprego, concurso, etc.

### **O que você entende por políticas públicas?**

As políticas públicas, eu entendo que são documentos do governo, que servem como base para uma tomada de decisões, que vai afetar as pessoas no país, no estado, ou no município. Esses documentos, eles são muito baseados, assim, na ideologia de quem está lá, né? E aí, ele vai definir, ali, as políticas públicas que vão reger a área da educação durante aquele período que estiver governando.

### **Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Eu acho que que as políticas públicas, nos últimos anos elas tem, de certa forma, garantido, dentro da universidade, que os surdos tenham acesso a esses serviços de Acessibilidade, que são os intérpretes, né? E isso é uma coisa muito recente, né?

Mas eu tenho visto como uma coisa positiva, dentro da universidade. Eu sei que falta muita coisa para gente chega lá, no ideal, mas eu acho que as coisas estão progredindo.

**Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos” e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica,**

**de gênero e de orientação sexual". Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Bom, eu acho que isso tem contribuído, para que a comunidade surda, ela ganhe espaço dentro da área acadêmica, né? Por exemplo, onde eu trabalho, por muito tempo quem foi chefe de Câmara foi um Surdo. E agora, o chefe de Câmara é uma outra surda, então eu penso que isso faz com que eles se sintam valorizados, né? Porque, às vezes as pessoas podem pensar que um surdo não vai "dar conta" de assumir um cargo de chefia, é muita coisa para fazer e é mesmo uma responsabilidade muito pesada, mas ele "dá conta", sim, né? E eu entendo que os pares desses surdos, professores que trabalham com eles, entendem que eles "dão conta", que são responsáveis, e isso faz com que eles ganhem espaço dentro da universidade.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: "As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior." Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

Ok. Olha, eu acho que as coisas, elas não estão no ideal, ainda não. Mas, elas estão indo num ritmo muito bom, uma hora a gente "chega lá". Por exemplo, na universidade, existe um núcleo, uma Coordenadoria, que ela é focada especificamente em oferecer essa acessibilidade para os surdos. Isso é uma coisa muito nova, mas por exemplo, eles já, lá na universidade, que é um lugar muito grande, é chamado de cidade universitária, né? Então, eles saem com os surdos, por exemplo, para definir sinal para cada lugar, por exemplo: um sinal pro ILC [Instituto de letras e comunicação], um sinal para a reitoria, pro banco...eles estão providenciando placas, com esses sinais, para que o surdo, ele possa olhar a placa, ver o sinal do lugar e saber para onde ir. Mais ou menos, né?

Então, assim, eu acho que são passos, são pequenos passos, que são dados. As pessoas... eu sei que existe uma tendência muito grande de sempre criticar o que falta, né? Mas acho que é bom a gente olhar, também, o que está sendo feito. Então, essa por exemplo, no curso onde eu trabalho, por muitas vezes tem 3 intérpretes atendendo uma surda, então, eu acho que isso é uma coisa incrível, uma coisa muito boa.

Eu sei que ainda faltam algumas coisas, por exemplo, os professores podem se empenhar em passar vídeos que tenham legendas, ou tenham traduções. A gente ainda vê casos, ainda, de professores passando vídeos que não tem nem legenda e nem tradução, né? E o intérprete tem que "se virar" na hora, mas eu acho que a gente tem que comemorar os passos já estão sendo dados. Então, eu sei que a gente tá longe ainda do ideal mas eu diria que a gente está progredindo, diria que a gente está progredindo no ritmo muito bom.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

Então, a medida que surdos novos vão entrando na universidade, eu acho que é importante continuar assegurando acessibilidade para esses surdos, né? E para isso é importante a contratação de mais intérpretes. Isso é uma coisa muito importante, né? A gente tem surdo entrando para o mestrado, entrando para licenciatura. Na minha visão, os intérprete que estão agora, eles não dão conta de toda a demanda, principalmente porque nesse ano, por exemplo, as aulas estão sendo o dia inteiro.

Então, os intérpretes, por exemplo, ficam o dia inteiro com uma surda de manhã e de tarde, né? Aí, quando entra outro surdo na universidade, esses intérpretes não conseguem, por exemplo, dar atenção para essa de manhã e pro outro de tarde, porque tem que ficar o dia todo com essa daqui. Então, quem que vai dar atenção para aquele outro surdo? Então precisa contratar novos intérpretes, né? Eu penso também que os institutos dentro da universidade, eles têm páginas oficiais, então essas páginas, elas poderiam se empenhar em traduzir, para libras, as informações que elas disponibilizam ali, para o público em geral, né? Para que o surdo também possa ter acesso a documentos, aos vídeos que eles colocam lá. Então são algumas implementações, que eu acho que ainda falta, né? Mas, eu acho que já tem gente pensando nisso, lá.

### **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Eu acho que essa é a maneira que o surdo tem, de ter acesso ao conhecimento acadêmico, né? Se ele tivesse acesso só ao que já está em língua de sinais, ainda ficaria muito reduzido, muito ruim para ele, né? Então essa maneira que ele tem, ali, o acesso às leituras, às explicações dos professores, seminários, palestras, tudo através do intérprete.

### **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Eu acho que não. Acho que que seria interessante, os professores... porque é uma questão de de método, de estratégia. Então, o método que um professor vai ensinar a língua, por exemplo, para um para um aluno ouvinte, é diferente do método que usaria para ensinar o surdo, né? Então não é só uma questão de colocar o intérprete lá e está tudo resolvido. O professor tem que adaptar as estratégias dele, de ensino.

### **Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Certo. Eu acho que existe muitas teorias novas, que estão surgindo. Às vezes, o professor traz para a sala de aula, alguma teoria que o intérprete nunca ouviu falar, né?

Por exemplo, semana passada, eu estava interpretando sobre educação disruptiva. Eu nunca ouvi falar disso, entendeu? Então, essa é o maior dificuldade. É uma coisa boa que muita gente esteja estudando esses assuntos, mas quando traz para dentro da sala de aula sem o conhecimento prévio do intérprete, a respeito daquele assunto, isso, eu acho que diminui a qualidade da tradução. Acho que é bom quando o intérprete conhece o assunto também.

### **Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

Então eu penso que, de repente, seria é uma questão do professor compartilhar com intérprete, né? Através de um diálogo, através de uma reunião, antes de começar a disciplina,

alguma coisa assim, compartilhar com o intérprete que tipo de teorias ele vai passar ali, quais são os conceitos que ele acha importante, né? E eu acho que a causa dessa dificuldade é justamente a falta dessa reunião, antes da disciplina começar.

Basicamente, o professor aparece na sala, aí o intérprete aparece, né? Aí, a gente começa a traduzir o que o professor está falando. Então, se enviasse alguma coisa antes para gente, ou se pudesse conversar mesmo com a gente, eu acho que seria mais interessante.

**Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Sala de aula, porque quando é palestra, o palestrante faz isso, entendeu? Ele se senta com a gente antes, ele conversa, fala o que que ele vai falar. Se ele for passar *slides*, ele passa para a gente antes, esses *slides*. Então, palestra é mais tranquilo. É sala de aula, mesmo, que é mais essa dificuldade.

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Eu acho que uma conquista muito importante, para os intérpretes aqui, é a universidade entender que o intérprete, ele foi chamado, ele fez o concurso, para fazer interpretação, não é para fazer trabalho de Secretariado. O secretário é uma coisa. Antigamente era assim: os intérpretes aqui dentro da universidade, faziam o serviço de secretariado também. e não, eu acho que isso foi uma conquista botar intérprete só para interpretar.

E uma outra coisa, que eu tenho valorizo muito, também, dentro da universidade, que eu vejo e que falta em outros lugares, mas dentro da universidade tem, é esse rodízio, né? Da gente interpretar um tempo e parar um tempo. Eu acho que isso é uma coisa muito importante. Às vezes, a gente acaba interpretando sozinho, mas isso é uma coisa muito pontual e geralmente a gente está sempre em 2 ou 3. Então, eu acho que essa foi uma conquista muito importante que a gente precisa se lembrar dentro da universidade.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Então, quando a gente estava, antes da pandemia, a gente tinha uma sala para gente, né? Tinha lá, cadeiras, tinha mesas, computadores, notebook. Eu acho que que era uma coisa boa. Eu acho que o revezamento, também, acho que está bom, não tenho o que falar. Mas eu acho que esse acesso antecipado aos conteúdos está faltando, está faltando isso daí.

**As perguntas encerraram, mas se quiser fazer algum comentário final, emitir alguma opinião, esclarecer alguma coisa, fique à vontade.**

Eu acho que deu para abranger, de forma geral o nosso trabalho, que a gente tem feito. Eu queria parabenizar pela pesquisa, eu acho que é importante.

**Está bom vou encerrar aqui, a gravação.**

#### ENTREVISTA DO INTÉRPRETE T8

##### **Qual sua Formação acadêmica?**

Eu sou formado em letras-libras, bacharelado, que é específico para formar intérprete/tradutor. Antes, eu fiz cursos que eu não terminei, de graduação. O que eu cursei por mais tempo foi Ciências Sociais, na universidade. Faltava 1 ano, mas até hoje eu não concluí. Agora estou terminando o mestrado.

**Tem alguma formação ou certificação específica como tradutor e intérprete de língua de sinais? Qual?**

Eu também tenho o curso de intérprete da Associação dos Tradutores e Intérpretes de LIBRAS do estado, foi o primeiro curso, que começou em 2008, aliás 2007. Se eu não me engano, começou em 2007. Não sei se foram 04 anos. Eu tenho também esse curso da Associação de Intérpretes, com certificado pela secretaria de educação de Castanhal.

**Foi a duração de 04 anos, mais ou menos, é isso?**

Eu acho que foi. No meu currículo Lattes tem essa informação, depois tu vê. Acho que foi de 2007 a 2011. Deve ser 04 anos, ou 03 anos, não sei.

**Tu também tem a certificação, do PROLIBRAS?**

É, eu tenho o PROLIBRAS, também. Acho que eu tenho de 2009. O primeiro PROLIBRAS que eu fiz, foi para ensino. Eu desisti da segunda prova. O segundo PROLIBRAS eu fiz para intérprete. Depois eu fiz um terceiro, não sei quando. Eu tenho dois de intérprete e um de ensino.

**Quanto tempo de experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais? Quanto tempo de experiência dentro da universidade?**

Eu estagiava no Museu, e já fazia algumas atividades de intérprete, mas era como estagiário. Acho que foi em 2008 que eu comecei no museu, como estagiário. Depois eu comecei a trabalhar em pequenos eventos, palestras, ligados à Associação de Intérpretes do Estado, eu interpretava. Acho que pode considerar desde 2008. Na universidade foi desde 2014, 28 de fevereiro de 2014, que a gente entrou, eu e a Valéria.

**Então são 13 anos como intérprete, em geral. E 07 anos como intérprete da universidade, é isso?**

Sim, é isso.

**Em que áreas do conhecimento você mais atuou dentro da universidade? Em que áreas do conhecimento você mais atuou como tradutor e intérprete de língua de sinais, em outros locais?**

É mais Letras-libras e Artes, lá no Instituto de Arte.

**Teve uma área que mais se destacou?**

Eu acho que má nos eventos esses eventos que eu interpretei logo no início era sempre de educação especial, de pessoas com deficiência: Congresso estadual das pessoas com deficiência... era mais nessa área de Acessibilidade, tecnologias assistivas. Nesse campo da educação.

### **O que você entende por educação inclusiva?**

Basicamente é quando o tem a presença de pessoas com deficiência. No caso, como os surdos são considerados, de determinado ponto de vista, como pessoas com deficiência então eles seriam público dessa educação inclusiva. Mas é meio problemático, tem a uma questão, uma discussão de que, na educação básica, não seria adequado, mas no caso do da educação superior isso se aplica. Talvez seria mais interessante, no caso das pessoas surdas, sempre pensar em educação bilíngue, em vez de educação inclusiva.

### **Então, no caso, você entende a educação inclusiva como essa presença da pessoa com deficiência no ambiente, é isso?**

Talvez a presença de 2 tipos de alunos: da pessoa com deficiência e pessoa sem deficiência, no caso.

### **O que você entende por igualdade de oportunidades?**

Eu acho que seria ter um ambiente que respeite as diferenças de modo de aprender ou diferenças culturais também, que leva em conta isso. Porque o modelo histórico maior é baseado na pessoa que não tem deficiência, a pessoa que vem da elite, de uma cultura ligada ao ocidente, ao modelo europeu, né?

### **Então acho que seria olhar para esses outros públicos e tentar respeitar. Ter um cuidado na hora do ensino, na questão do ensino.**

No caso específico dos surdos, seria, eu acho, um olhar para a língua, no caso que a gente trabalha, um olhar específico para a língua e para a cultura surda.

### **O que você entende por políticas públicas?**

Então, eu entendo que existe uma legislação, voltada para a educação (ainda educação especial, né?) que agora está se modificando. Para entender esse conceito, seria mais adequada a educação bilíngue ou a educação de surdos, né?

No caso dos Surdos, tem uma série de leis, né?

E quando a gente teve a primeira aluna surda lá na universidade, a gente foi buscar quais seriam as leis que amparam.

E tem a lei, por exemplo, do AEE [atendimento educacional especializado], que diz que o aluno deve receber, no contraturno, o ensino, uma carga horária, um professor (o acompanhamento de um professor) com uma carga horária específica, nesse contraturno.

Então esse AEE, isso deveria também existir na educação superior.

Só que na minha experiência eu nunca vi esse acompanhamento, do professor, um tempo extra. Então sempre, no caso dos alunos surdos, na realidade que eu trabalhei, né? Sempre esse AEE foi feito apenas foram intérpretes.

Que não é adequado, porque o papel do intérprete não é mesmo do professor e deveria ter esse AEE, eu acho.

E o mesmo, por exemplo, essa lei de Acessibilidade, ela exigia (ela exige, né?) os núcleos de Acessibilidade.

Que na universidade, só começou a existir, eu acho, depois da coordenadoria de acessibilidade. Então a questão das pessoas com deficiência e dos surdos era tratado nesse Núcleo de Inclusão Social (NIS). Só que é uma questão muito geral esse Núcleo de Inclusão Social, porque ele se preocupa também com a questão dos alunos em vulnerabilidade econômica ou então os alunos indígenas, quilombolas, né?

Então ficava uma questão muito geral.

E nas nossas conversas, de como seria o nosso melhor trabalho, a gente sempre falava que é a lei exigia núcleo de Acessibilidade.

É então seria importante é criar esse núcleo. E aí surgiu a coordenadoria de acessibilidade, né?

Eu acho que é positivo porque é uma demanda, é uma questão bem específica, né?

No caso dos estudantes Surdos e os outros com deficiência, né?

Eu acho que tem uma estrutura da legislação que não é realizada, mas que nos dá apoio porque seria através dessa legislação que a gente teria garantia, desse serviço de educação voltados para esses públicos específicos, né? Os surdos, também os quilombolas, indígenas, estrangeiros, né?

Talvez fosse até mais interessante os surdos estar junto com esses grupos - estrangeiros, quilombolas, e indígenas, que tem uma questão linguística mais específica -do que eles estarem junto com as pessoas com deficiência. Que seriam serviços um pouco diferentes, eu acho. Só que, por exemplo, se a gente tivesse o mínimo que, se fosse esse AEE, que até eu acho que a aluna surda, ela reivindicou.

O primeiro aluno surdo que a gente teve reivindicou esse AEE.

Mas, tipo assim, a resposta era que ele aqui eles não tinham direito e que isso só acontecia no ensino básico, que no ensino superior não existe isso de AEE?

Mas, eu acho que a política ela tem a parte da legislação, né? Mas tem a parte do que as pessoas fazem, né?

Eu acho, em relação ao que as pessoas fazem, por exemplo, os próprios projetos de extensão que a gente já experiência no curso de letras libras.

Eu acho que eles são iniciativas que foram mais impactantes do que a própria estrutura da legislação, das regras que não são tão cumpridas à risca, entendeu? A própria questão, por exemplo, do intérprete, né?

A legislação fala, hoje, A LBI (Lei Brasileira de Inclusão) fala que o intérprete, para atuar nas salas, tem que ter curso superior.

Só que isso é uma lei que não faz sentido, porque os nossos concursos são de ensino médio. E também não teria sentido o nosso concurso ser de ensino médio e só porque o colega, por exemplo, tem ensino médio ele não atuar na sala de aula. A lei especifica sala de aula. Se a lei fosse interpretada numa forma que beneficiasse a qualidade do ensino nós deveríamos ter concursos de nível superior, mas não excluir: não, por exemplo, impedir que o colega trabalhasse na sala de aula, mas isso acaba tendo conflito. Por exemplo, a gente está um pouco ilegal se a gente trabalha em sala de aula porque já que o nosso concurso ensino médio. Então eu tenho uns conflitos, mas a gente tem que ter equilíbrio de mas é a melhor decisão fazer o melhor para pensar no melhor trabalho, no sentido da formação dos alunos surdos, dos alunos ouvintes também, né?

Então acho que a política é formada pela legislação, pela parte da estrutura, e pela parte da atitude, de como é encarado essa política. Eu acho que as atitudes e tudo isso, eu acho que a gente ainda deixa a desejar, não é?

Mas eu acho que nós, intérpretes, a gente sempre contribuiu positivamente nisso porque a gente é visto, até com relação àquela a legislação do AEE.

Porque a legislação do AEE fala em "recursos de Acessibilidade" aí nós, intérpretes, somos vistos como recursos de acessibilidade, mas o AEE, que teria que ter uma carga horária dos professores, isso nunca foi feito, nem sequer cogitado.

Quando uma aluna reivindicou, se não me engano, a resposta foi que "isso não existe assim no ensino superior" ou então "a, vamos tentar, vamos ver para o futuro".

Tipo assim, a responsabilidade por essa acessibilidade linguística, no caso dos surdos, é sempre é colocada só para os intérpretes, eu acho.

**Na sua opinião, de que forma as políticas públicas tem influenciado sua atuação como intérprete de língua de sinais, na universidade?**

Hmm... eu acho que a gente teve um retrocesso muito grande, eu acho que foi a partir do governo do Temer, que foi extinto o nosso cargo, né?

Então não tem novos concursos e não tem perspectiva de ter, né?

Aí começaram a ser contratados... isso até foi positivo, eles serem contratados, mas é muito ruim porque eles saem da universidade, então os contratados (temporários, né?) Eles ficam 2 anos, no máximo. No mínimo um ano, eu acho, se ele trabalhar bem, né? E depois ele sai. É muito ruim, porque eles não conseguem ter uma longevidade, contribuir de uma forma mais efetiva.

Acho que isso é muito ruim.

Mas por outro lado se tivesse um número maior, também contribuiria porque acho que são poucos. Eu não sei como é organizado essa questão de vagas, mas eu acho que na universidade que é uma das maiores universidades, não eu acho que é muito pouco o número de intérpretes. Acho que deveria ter mais.

Mas eu acho que essas políticas estão avançando, no caso dos das pessoas surdas, acho que elas estão reivindicando. Tem uma nova lei agora da educação, que torna a educação de surdos uma modalidade.

Só que só que a gente vê, nos últimos anos, um retrocesso muito grande com essa questão da extinção do cargo de intérprete.

Então, eu acho que tem influenciado de forma negativa, né? Principalmente pela extinção, no caso, do intérprete. Tem faltado ainda, né?

Tem sido um retrocesso muito grande. Eu acho que a gente teve um passo inicial, que foi quando o nosso cargo foi criado, eu acho que foi quando teve aquele programa "viver sem limites" e aí foi criado os cursos de Letras-Libras e os cargos de intérpretes.

Isso foi muito importante, que isso que deu início ao nosso trabalho dentro da universidade, né?

É, aí depois, de lá pra cá só teve retrocesso, né?

Porque não teve continuidade dessa política.

**Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2025) um dos objetivos estratégicos da Universidade é “Valorizar a diversidade nos processos formativos” e dentre seus princípios encontramos: “O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual”. Na sua experiência como tradutor e intérprete de língua de sinais, de que forma esses valores tem sido aplicados para a inclusão de Surdos?**

Pois é, eu acho que não tem sido coordenado isso, na forma de uma política mesmo, uma política organizada que tenha, que tem esse objetivo. Eu acho que as atitudes, nesse sentido de valorizar essa diversidade, são muito individuais, pontuais, né?

É fica muito limitado a questão, do intérprete, da interpretação de libras.

Eu acho que não há um engajamento de outros servidores, como os professores, que tem um papel importantíssimo na universidade.

É eu acho que tinha que haver uma política mais organizada, em termos da educação de surdos. Eu acho que tinha que ter um cuidado mais específico.

Por exemplo... não sei de que forma, mas eu acho que poderia ter um órgão que tratasse de educação de surdos, por exemplo, dentro da coordenadoria de acessibilidade, mas que fosse mais específico, mais organizado, que congregasse mais o os profissionais, não só os intérpretes, mais professores também, pensassem em políticas que apoiassem a permanência das pessoas surdas, porque eles têm muita dificuldade, muita dificuldade para realizar os cursos, né?

E acho que se houvesse essa esse cuidado maior um órgão específico, uma Coordenadoria, por exemplo, específica para a educação de surdos, eu acho que seria muito melhor, para valorizar essa diversidade.

**De acordo com o Decreto nº 5.626 de 2005, em seu artigo nº14: “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.” Na sua experiência, em que medida essa previsão legal tem sido cumprida na prática?**

Eu acho que a gente não avançou na nessa questão de educação básica (da educação infantil, nem educação básica, né?) no caso da universidade. E a gente mal consegue realizar a educação superior. Eu acho que seria bom, porque nas escolas de aplicação, eu acho que o pensamento seria que elas fossem as pioneiras no sentido de inovar nas formas de educação lá, inclusive nessa questão da educação inclusiva, deveria ser um campo de experimentação de inclusão das pessoas da educação inclusiva, né?

Mas eu acho, pelo menos a escola de aplicação da universidade, a única coisa que eu vejo, que eu tenho conhecimento, são eventos que eles realizam, palestras.

Não soube de nenhum aluno surdo.

Já soube, parece, que já tiveram alunos autistas lá, algumas outras deficiências.

Eu soube que foi é foi contratada uma surda, como intérprete de lá.

Eu também tenho uma colega que trabalha lá, quer dizer, uma conhecida que trabalha lá, como professora de educação especial, mas eu não tenho visto, assim ações de realmente inserir o aluno Surdo, o aluno ou aluna surda lá.

Eu acho que seria válido, mas eu acho que também é uma questão de que tem que ter mais intérpretes, somente mais intérpretes, né? Porque é geralmente o caminho inicial.

Seria a inserir o intérprete de depois pensar num numa organização maior dos professores. Mas também pensar, por exemplo, que se tivesse um professor de LIBRAS lá, um concurso, uma vaga para professor de LIBRAS ou então professor surdo, né? Principalmente.

Mas eu acho que caminhou muito pouco essa questão do ensino básico.

Também a comunidade surda, também é um pouco responsável. Eu acho que, quer dizer é uma impulsionadora, não responsável, mas seria uma impulsionadora.

**Tanto a comunidade surda, quanto à comunidade dos pais de surdos, eu vejo que tem uma ausência muito grande de representação política de dos pais dos surdos e da própria comunidade surda, para que essa política fosse mais efetiva, né?**

Eu acho que não teve iniciativa nenhuma em relação à educação de surdos.

**No ensino básico, né?**

Só fazem eventos. Eu não sei se teve algum aluno com deficiência auditiva, talvez tenha tido, porque eu soube que foi contratado um intérprete para lá. Só que eu não sei como ele atuou, não ficou muito claro isso. Eu acho que não teve, assim, uma iniciativa para incluir um aluno surdo lá.

E na questão do ensino superior tem visto que tem tido essa garantia de comunicação informação e nos processos seletivos nas atividades conteúdos curriculares desenvolvidos. tem ocorrido no ensino superior isso que tu diz?

Eu acho que, no caso do processo seletivo, teve um grande avanço que foi a tradução da prova do ENEM [exame nacional do ensino médio] para LIBRAS. Acho que isso foi positivo. Só que a partir do ingresso dos alunos, não tem uma organização para tentar suprir a necessidade desses alunos, de formação, o que corre o risco deles abandonarem né?

Eu acho que as políticas, por exemplo, de auxílio elas restringem muito a uns públicos que têm vulnerabilidade, mas é uma coisa irreal, assim porque, eu acho que o limite que eles tem, a família tem que ganhar muito pouco para que eles tenham qualquer auxílio, né? Pelo menos na regra. Que isso acho que é até irreal, que acho que famílias, não tem nenhuma família que sobreviva, mas eu acho que é por conta do trabalho informal algumas trabalham informal, então acaba que não fica visível a renda total, acho que tem um limite muito baixo, desse apoio, e muito pouco apoio.

Eu soube que os alunos que já estudaram com a gente, eles tiveram, acho, alguns apoios, mas foi muito complicado, né? Complicado para eles conseguirem esses apoios. Aí, é muito arriscado aluno abandonar ou então um aluno trocar de instituição, que é como se fosse um abandono também.

**De que forma essas políticas públicas poderiam alcançar maior efetividade, no contexto da universidade?**

Eu acho que a gente deveria pensar numa coisa específica para a educação de surdos, né? Porque, por exemplo, a coordenadoria de acessibilidade trabalha com todas as pessoas com deficiência eu acho que é muito amplo. Eu acho que, por exemplo, deveria ser centralizado esse serviço dos intérpretes, né?

Mas isso tem que partir de uma atitude institucional, não dos intérpretes individualmente, porque se não... se os intérpretes forem dizer como eles querem o trabalho deles, só eles, isso não vai ter credibilidade, porque vai parecer que é alguma coisa egoísta, só para os intérpretes. Isso tem que partir principalmente dos surdos, dos professores e alunos Surdos. E eu acho que, até certo ponto, eles se manifestaram, sim. Antes da separação dos intérpretes, eu soube que eles pediram que existisse a centralização dos intérpretes, isso não foi atendido pela instituição, foi ignorado.

Inclusive com atitudes, assim, bastante ouvintistas, eu achei, de considerar que os surdos não deveriam se manifestar sobre um serviço que é principalmente voltado para o para o direito linguístico deles, né?

Eles se eles se manifestaram a favor dessa centralização dos intérpretes e isso foi ignorado, não sei até que ponto foi ouvido pela instituição. Mas pelo que eu percebi, isso foi ignorado. E aí eu acho que agora seria um momento de unir as pessoas que trabalham nessa área de educação de Surdos na universidade deveriam estar todas em um mesmo centro, em um mesmo órgão, pensando na forma melhor de educar as pessoas surdas, eu acho que esse seria um passo importante.

Seria uma "coordenação de educação de surdos."

Tu acha que tanto essa questão da diversidade não respeita a diversidade quanto essa determinação do decreto 5626 e que fala sobre é a garantia da comunicação, informação, educação em todas as atividades e conteúdos desenvolvidos na universidade, isso poderia ser mais efetivo se houvesse uma maior união assim, né?

Isso eu acho que deveria ter esse "núcleo de educação de surdos", mas que congregasse todos os intérpretes, os professores surdos, professores que pesquisam professores de LIBRAS, professores é que pesquisam a educação de surdos, deveriam se reunir e traçar políticas prioritárias para os alunos surdos, eu acho que seria o passo para valorizar, fazer aquela valorização da diversidade que tem no PDI, porque eu sempre está muito separado, muito segregado, as pessoas que trabalham nessa questão de educação de surdos na universidade, muito espalhados e assim não tem organização nenhuma e aí fica difícil e acaba prejudicando os alunos surdos e essa questão da educação de surdos.

### **De que forma o intérprete de língua de sinais contribui para a educação de inclusiva de Surdos, na universidade?**

Ele é considerado o único elemento, dessa educação inclusiva de surdos.

Toda a demanda, parece que ele é visto como o único recurso de Acessibilidade, eu acho. E isso tem que ser tem que ser mais fragmentado com outros servidores como, principalmente, os professores, mas também outros funcionários, psicólogos, os assistentes administrativos, pedagogos, né?

Eu acho que é isso.

### **Na sua opinião, a presença do intérprete em sala de aula é suficiente para garantir a inclusão dos alunos Surdos? Por quê?**

Acho que não, porque a educação vai muito além de uma interpretação de aulas, né?

Os conteúdos ou o conhecimento que eles têm que adquirir, para se formar é muito mais complexo.

Então deveria ter mais intérpretes, para que fosse possível os intérpretes estudarem realmente, convencionarem sinais e também seria necessário monitores, professores que fizesse o AEE, eles têm direito, mas isso não é feito, tinha que ter professores que tenham uma carga horária para trabalhar no turno contrário, para fazer um reforço, que é isso que o AEE preconiza. E também com mais intérpretes a gente poderia traduzir mais livros, fazer um trabalho mais com mais calma, não só interpretar, porque a interpretação é feito muito na hora, então a gente perde muita informação, e se prejudica muito os alunos e dificulta o trabalho dos intérpretes.

Acho que não é suficiente só um intérprete, não.

**Quais os desafios ou problemas que interferem na atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Eu acho que falta uma primeiramente falta uma coordenação dos intérpretes da instituição inteira porque é impossível... é complicado fazer uma atuação separada, porque a universidade ela não é separada em institutos e faculdades. Ela não é separada é no sentido que muitas atividades são em comum, são interligadas. Então essa coordenação, essa falta de unificação de uma equipe só de intérpretes, eu acho que isso é o principal ponto, que dificulta.

Segundo: a falta de profissionais. Eu acho muito poucos e muito poucos intérpretes para trabalhar. Acho que, basicamente, esses 2.

E também, eu acho, que a visão do intérprete, às vezes, só como um recurso de Acessibilidade, que não precisa estudar, como se fosse uma máquina, assim: um tradutor automático que não precisa estudar, talvez não precise fazer cursos de formação. Essa questão do estudo, do curso de formação, ou então de outros trabalhos de tradução, por exemplo, de livros. Isso seria resolvido, se a gente tivesse essa coordenação e esse maior número de profissionais, acho que isso é outro ponto, né? A falta de oportunidade de estudar mais, de realizar outras iniciativas como a tradução de livros ou então fazer mais outros cursos, que contribuam, né?

**Na sua opinião, quais são as causas desses desafios ou problemas?**

Eu acho que a gente pode separar entre esses problemas que é a falta de organização e no número de intérpretes. Mas também eu acho que a gente pode pensar que existe essa questão da visão do profissional, de como ele, o intérprete, é visto, né? É, como eu falei, muitas vezes ele é visto apenas como um tradutor automático. Então essa visão, acho que mudou muito desde o início quando a gente entrou na universidade, né? Eu acho que, no início, não sabiam o que a gente fazia. Também tinham poucos surdos na instituição. Na verdade, tinha uma professora surda, que ela estava de licença. Aí, logo depois, entrou uma aluna surda. Então, a visão, era uma visão que a gente...quando a gente entrou, era uma visão de que a gente estava lá, mas a gente não era necessário nesse momento, que é 2014, que é quando a gente entrou. Era como se tivesse uma vaga sobrando, e fizeram concurso para intérprete, como se não fosse necessário na instituição.

Então houve, inclusive, a tentativa de direcionar o nosso trabalho para outras funções, ou seja, como se fosse um desvio de função, né? Para a gente fazer trabalhos administrativos, de controle de livros na biblioteca, né? E a gente insistiu e, junto com os surdos, a gente foi mostrando qual era realmente o nosso trabalho e que era diferente desse trabalho de simplesmente assistente administrativo, não que seja um trabalho inferior, é um trabalho tão importante quanto o nosso, mas é diferente, é diferente a natureza do trabalho.

E aí, depois, foram entrando mais alunos surdos na universidade e o nosso trabalho foi aumentando foi ficando mais intenso e também entraram outros colegas, intérpretes, isso vai mudando a visão. Então a gente conseguiu mostrar, e a universidade conseguiu mudar essa visão de que o intérprete seria um assistente administrativo, que era a visão que eles tinham no início. Que inclusive, no início, não indicavam a gente para interpretar na sala de aula, depois com os surdos...uma aluna surda teve que reivindicar isso e os outros alunos surdos tiveram que reivindicar, porque não era uma coisa óbvia.

É existia uma ideia de que o aluno poderia ser deficiente auditivo, ele poderia não querer ou não precisar de intérprete e seria melhor. A visão, que a gente percebeu, é que a ideia que seria melhor que ele não precisasse de intérprete. Então, no início, foi indicado que a gente não interpretasse as aulas, para uma aluna que era surda, mas que ainda não era tão fluente em LIBRAS e como ela oralizava, então aparecia aquela não precisava. Então, foi indicado que a gente não interpretasse as aulas. E depois, com isso, essas exigências dos alunos surdos, eles foram percebendo que era necessário. Então, depois a gente começou a fazer o contrário: uma aluna que era deficiente auditiva, a gente interpretava no início e depois, verificando que ela não precisava, que ela não... ela não precisava e não queria, na verdade, não precisava, ela não buscava, não gostaria desse serviço de LIBRAS, porque ela conseguia fazer leitura labial. Então a gente saiu, o nosso trabalho saiu, então essa foi vista uma forma mais adequada, porque foi visto a forma mais adequada: que é oferecer um intérprete no início, sem saber se o aluno vai se adaptar ou vai querer mesmo o intérprete e depois verificar e retirar. E não oferecer no início, né?

Porque parecia, que era visto, que era melhor que os intérpretes estariam fazendo trabalhos de assistentes administrativos, do que de intérpretes. E aí mudou, acho que a gente conquistou, com o nosso trabalho, também com com a intervenção dos surdos, dos professores surdos e alunos surdos, mudou essa visão de que o intérprete deveria ser assistente administrativo, e não intérprete, mas ainda tem uma visão muito mecanizada do nosso trabalho, de não pensar na questão do estudo e também nas outras necessidades (mais intérpretes, né?) e de planejamento e organização, deixa muito a desejar ainda.

Eu acho que a gente pode dividir em 3 fases, no caso: quando a gente entrou era visto como um intérprete não necessário e como um assistente administrativo; e agora nós conseguimos ser visto como intérprete, mas como se fosse uma máquina. assim, que só colocar o texto, só. Assim como se fosse um scanner, ir falando e o intérprete vai interpretando, como se fosse uma máquina, sem precisar estudar, sem precisar de mais colegas, ou então outros tipos de trabalho que não interpretação. E o terceiro seria uma visão, acho, que mais organizada do intérprete como um trabalho mais complexo que precisa estudar, precisa de colegas, que ele não necessariamente faz só interpretação ou traduções rápidas, tipo de edital faz em 2 dias, que é quase como uma interpretação também.

É eu acho que essa visão seria uma visão para o futuro que a gente poderia ter, para melhorar o trabalho

### **Em que contextos, área de conhecimento ou ambiente você tem percebido maiores desafios?**

Pois é, eu acho que qualquer, quer dizer, qualquer área, fora da área de letras e de educação, que é a área que a gente está mais acostumado a interpretar, todas essas áreas é um desafio

muito grande, né? No caso, eu tive a experiência de trabalhar no mestrado em matemática, né?

Que foi muito complicado, porque era uma área muito diferente, muito complexa, muito diferente dessa área de letras que a gente está mais acostumado.

Então acho que essas áreas são muito complexas, deveria ter um...eu acho que não um cuidado maior, porque tinha que ser coordenado isso, em todas, porque pode ser que letras também tenha complexidade.

É porque, por exemplo, agora passou um aluno mestrado em letras, né?

E a gente vai interpretar.

Quer dizer, ainda nem sei direito como a gente vai interpretar, justamente essa falta de organização né?

Mas eu acho que...qualquer área basicamente fora da graduação em letras e fora das licenciaturas, das licenciaturas mais de humanas, assim.

É... por exemplo, a área de ciências exatas como foi o mestrado em matemática, são mais complexas.

**Na sua experiência, quais são os avanços e conquistas mais significativos na sua atuação do intérprete de língua de sinais, no contexto da educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Eu acho que as principais conquistas foram os alunos, que os nossos alunos conseguiram se formar, dentro do curso de letras-libras que já foram 2 alunos surdos, eu acho que foram as maiores conquistas.

E acho que essa algumas conquistas, fora essas que foram as maiores, né?

Eu acho que outras conquistas menores, mas que são importantes também.

A segunda, eu acho, maior conquista é a vinda de outros, de mais profissionais...

Desde o primeiro concurso, eu acho que sempre, quando tem profissionais que possam trabalhar, concursados, isso é uma conquista, eu acho. A segunda maior conquista. São os profissionais que trabalham na instituição, tanto os concursados e depois os contratados, são conquistas também.

Mas eu acho que as maiores são esses 2 alunos, que conseguiram concluir, eu acho que com muita dificuldade, mas eles se esforçaram e também houve um esforço dos profissionais da instituição, de nós intérpretes, também de professores, né?

Mas eu acho que principalmente de nós intérpretes, para que tivéssemos essa conquista.

Acho que é isso.

**Na sua experiência, a universidade tem oferecido boas condições de trabalho (espaço físico, revezamento entre os intérpretes, acesso aos conteúdos com antecedência, etc) para sua atuação como intérprete de língua de sinais?**

Não, acho que ainda deixa muito a desejar, né? Nessas condições de trabalho, o próprio espaço para trabalhar, a nossa sala que é dividida com os professores. Também essa organização de antecipar as demandas de organizar, de saber. Para ter uma ideia, eu voltei do mestrado, eu não conhecia os surdos e ninguém sabia me dizer quem eram os alunos surdos, o nome deles, se eles precisavam de intérprete ou não.

Então acho que está ainda falta muito organizar essa questão do espaço físico, material, computador, é muito antigo computador que a gente usa, não teve renovação, já está quase quebrando, né?

Questão de sala de aula... também não temos recursos... temos assim, muito difícil... a gente consegue material de Câmera, de um espaço de estúdio, eu acho que, assim, ainda falta muito.

Mas as condições básicas...acho que o mais importante seria as condições básicas: seria uma sala que fosse para os intérpretes, que não precisasse dividir. E mais profissionais, eu acho, mais colegas, para fazer um trabalho melhor.

**Perfeito, acho que encerramos por aqui, agradeço a participação, se tiver algum comentário a mais, sobre esse assunto, se quiser comentar alguma coisa, pode ficar à vontade. As perguntas encerraram, mas o complemento, se quiser complementar alguma coisa, uma opinião...**

Deixa eu pensar...não, acho que eu disse tudo.

Eu queria destacar um pouco aqui, a questão, eu acho que é importante destacar...

Essa questão de quando os surdos se manifestaram, em favor da centralização [dos intérpretes].

Eu percebi que houve essa reação, que eu percebi como ouvintismo, ou audismo na minha dissertação eu falo em audismo, que é essa questão de, um pouco, inferiorizar as pessoas, como se elas não pudessem ter essa reação, né? Não sei... esse poderia ser um motivo de pesquisa maior, mas é... mas eu acho importante destacar porque...

Não, eu queria destacar essa questão que, depois do segundo concurso, os surdos se manifestaram em favor da centralização das intérpretes, que eles não fossem lotados em unidades diferentes na Universidade.

Depois dessa manifestação, eu percebi que houve uma reação ouvintista, né? Dos ouvintes. Eu vi eles chamando os Surdos para reunir e eu achei isso uma questão muito negativa, acho que o fato mais negativo que eu já vi nessa trajetória da universidade, negativo tanto para educação de surdos quanto para os intérpretes.

Eu achei que, já que tu perguntou da conquista, mas falando do fato mais...da derrota, eu acho que o fato mais triste, foi esse. Eu senti que é como se eles não pudessem se manifestar, eu achei que a mensagem que passou foi assim: "vocês não deviam falar sobre isso, vocês não deviam é se manifestar dessa forma." Porque foram tanto professores surdos, quanto alunos surdos, que fizeram um documento. Já que tu vai colocar pseudônimo, eu posso falar.

**Pode falar.**

Aí, fizeram a centralização dos intérpretes, inclusive eu dialoguei muito com eles, porque eles realmente queriam saber o que os intérpretes achavam, o que alguns intérpretes acharam dessa questão. Aí, logo depois desse documento, eu não... depois, eu não sei muito bem, acho que poderia até perguntar para eles, o que aconteceu, mas depois eu não sei.

Mas eu vi pelo menos uma reunião assim, em que eles [os Surdos] foram chamados assim: "olha vocês não deveriam ter feito isso, é muito grave, vocês podem. tipo assim, eu acho que deve ter tido até ameaças, assim vocês podem é ser processados administrativamente porque

vocês fizeram esse documento. Eu achei uma coisa, assim, muito agressiva. Muitas vezes os ouvintes que não tem contato com a comunidade surda, dentro da universidade, eles se assustam com algumas coisas, por que eles não estão acostumados a ver os surdos como como sujeitos, como sujeitos que se manifestam, que tem opinião própria, que tem posição política. As vezes só olham o surdo como aluno, que não tem tanto conhecimento quanto os ouvintes.

É claro que todos nós, às vezes, cometemos atos de preconceito, que é uma questão histórica e também uma questão de aprendizado.

Então a gente também não pode coordenar, dizer que esse ouvintes cometeram crimes, não, mas eu considero assim que foi uma atitude, assim, preconceituosa mesmo. Eu acho que foi uma dela uma derrota muito grande, nessa questão da educação de surdos dentro da universidade, né?

Então acho que, cotidianamente, a gente vem mudando essa visão ouvintista que a universidade, por conta de questões históricas, tem: que é do desconhecimento dos ouvintes em relação à cultura surda, a desvalorização, o preconceito, achar que o surdo não vai atingir tal nível, né? Poder conquistar um diploma ou conquistar um determinado nível de conhecimento. Eu acho que, também, o nosso trabalho passa por isso: por essa mudança de concepção, de conceber a pessoa surda. Então acho que isso já melhorou muito, a gente vem conquistando. Cada dia, a gente vem conquistando mais.

Mas, eu acho, que eu destacaria esse episódio junto com a conquista, que foi a maior conquista, que foi do nossos dois alunos surdos, que concluíram a graduação. Acho que o mestrado também, acho que tivemos dois alunos surdos no mestrado, foi uma conquista também, só que como o mestrado é mais curto e não é tão básico quanto a graduação, eu destaco mais a os dois graduados.

**Perfeito, só pra contextualizar, esse pedido de centralização, foi em que ano, mais ou menos, foi em que período?**

Foi um pouco depois do segundo concurso.

**No caso, depois de 2016?**

Isso. Deve ter sido 2015, ou início de 2016. Fui assim, depois do resultado do concurso, mas ainda não tinham chamado vocês, eu acho. E foi protocolado, tu até pode buscar, se tu quiser, te interessar, tu pode buscar o registro, porque isso foi protocolado. A professoras...elas devem ter esse registro.

Só um último comentário. Eu acho que é uma oportunidade, essa tua pesquisa, eu acho que é uma oportunidade de registro dessa história, né? Eu acho que registro dessa história e melhoria, né? A partir dessa pesquisa, a gente pegar pontos, para incentivar a gente a melhorar.

Não nesse sentido de criticar para prejudicar, e sim criticar para melhorar, eu acho que é uma oportunidade, de registrar essa história, porque às vezes, tem pontos, assim, que não cabe à gente, como indivíduo, mostrando nome, falar disso. É que às vezes é a única oportunidade que a gente tem de falar de uma forma mais aberta sobre esses acontecimentos da história dos intérpretes, eu acho que é através de pesquisas como essa, eu acho muito importante.



## **APÊNDICE II**

### **QUESTIONÁRIO REALIZADOS COM PROFESSORES**

#### QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR P1

**1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto do ensino superior?**

Sou professor nesta Universidade, leciono na graduação. Considerando a primeira pergunta, sobre o contexto da educação inclusiva no contexto do ensino superior, na verdade existe um setor na universidade que viabiliza a educação inclusiva do surdo em vários cursos como química, etc, vários cursos onde o surdo participe, mas este setor também responsável pela inclusão em todos os Campus em qualquer município como Castanhal, Marabá, Altamira, etc. Também existe um outros setores na Universidade, um instituto que nele estão localizados trabalhando professores surdos juntamente com intérpretes de Libras e quando há necessidade de intérpretes, tradução de alguma demanda esses profissionais são chamados para atuar em sala de aula, este instituto possui 4 intérpretes que auxiliam neste processo com aluno e professores surdos.

**2. Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

Sim. Existe sim porque existem dois setores na Universidade para essa viabilização. Há intérpretes e tradutores os quais atuam na graduação no instituto e o setor de acessibilidade, que auxilia na inclusão de vários tipos de deficiência como autista, problema mentais, cego, surdo-cego, etc. Este setor viabiliza a inclusão, também trabalha com surdos, foca na área da surdez e possui no quadro profissionais intérpretes e outros recursos para surdos. Quando há necessidade de intérprete, é preciso entrar em contato antes com este setor e agendar para garantir o intérprete, esses tradutores possuem um cronograma para suas atuações, isso auxilia no trabalho de inclusão do surdo na universidade, caso o professor precise de algum auxílio pode ter o apoio deste instituto.

**3. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Na minha opinião, não. Eu mesmo nunca presenciei da parte de políticos em geral, vereadores ou prefeitura interesse em auxiliar ou influenciar neste processo de inclusão na universidade, não vejo medidas de incentivo por parte deles pelo menos não aqui no instituto. Talvez no setor de acessibilidade tenha algum contato ou alguma influência de políticas até por envolver outras deficiências.

**4. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Então, entendo que para isso é preciso uma atuação de todos os setores como os políticos, nós surdos precisamos nos reunir e refletir sobre estes critérios que são necessários sim porém uma articulação do nosso instituto com os políticos não existe, talvez fosse interessante o setor que é responsável pela inclusão de vários tipos de deficiência, que eles entrassem em contato para se articular melhor e realizar estes critérios, já foram feitos em auditório reunião com surdos as quais estabeleceram esses critérios como a criação de mais cargos de intérpretes em diversos setores, guia-intérprete, acompanhamento de autistas medidas para várias deficientes, também são necessárias placas para indicando vaga de estacionamento para surdos, são vários critérios. Ainda não vi iniciativa do setor responsável pela inclusão de várias deficiência para execução destes critérios, mas vamos esperar como as coisas se desenrolam, mas considerando o instituto não existe influência de políticas, não.

**5. De que forma o professor pode contribuir para a educação inclusiva de Surdos, no contexto da Universidade? Somente a atuação do professor é suficiente para garantir esse processo? Sim? Não? Por quê?**

O professor não é único responsável pela inclusão não. Na verdade, esta responsabilidade é depositada mais no intérprete, os papéis são invertidos. O intérprete é o que mais auxilia neste processo ele que se envolve neste cronograma de disciplinas, palestras, seminários, congressos, etc. Ele é o principal responsável

neste processo, é ele quem faz as traduções dos materiais em texto, *slides* em *power point*, a atuação dele é muito abrangente, quando surdo não entende ele usa gravuras para auxiliar neste entendimento, o professor só repassa, o intérprete é o principal neste processo, quando se trata de contexto onde o professor é surdo e o aluno também aí a interação flui melhor a interação é direta entre eles nas explicações atividades, etc e o aluno surdo entende tudo que é proposto pelo professor. Agora, quando se trata de alunos ouvintes com professores surdos é imprescindível a atuação do intérprete para o entendimento do aluno ouvinte claro isso se o aluno ouvinte não souber libras, caso saibam a interação acontece.

**6. Em sua opinião, a sua atuação, como professor, no contexto da educação inclusiva de Surdos é dificultada por problemas (obstáculos, dificuldades, etc)? Se sim, pode dar alguns exemplos? De que forma esses problemas podem prejudicar a prática da educação inclusiva? Se não, por quê?**

Eu não encontro nenhum problema não minha atuação não, para mim é ótimo porque ensino na minha primeira língua, então o trabalho nas atividades da disciplina corre naturalmente, posso fazer vídeos, os recursos são diversos. Entretanto, por outro lado tem a relação com os ouvintes que às vezes é difícil por conta dos níveis dos alunos surdos e ouvintes na Libras que são diferenciados, mas é bom porque um pode ajudar o outro. Para mim não há nenhuma obstáculo quando se trata de eu ensinar os alunos surdos porque compartilhamos a mesma L1 o que não acontece com os ouvintes se for sinalizar de forma natural, os ouvintes se atrapalham e acabam não entendendo, já os alunos ouvintes que possuem uma fluência maior na libras, estes não sentem dificuldade.

**7. Como descreveria a sua experiência e prática profissional em termos da sua contribuição para o sucesso da educação inclusiva de Surdos?**

Minha maior experiência é na educação de surdos, tenha ampla experiência nesta área, eu atuei com vários grupos de alunos um com quase 14 pessoas onde tinha 1 surdo e já se formou conseguiu se desenvolver muito bem, outro grupo com 15 pessoas dentre eles 1 surdo também teve êxito e mais recente um grupo de 19 alunos e minha experiência, relação de ensino-aprendizagem com cada um deles foi muito boa, minha contribuição como profissional tem sido no ensino das disciplinas de Libras eu ensino desde a parte introdutória até a disciplina libras 7, também atuo nos estágios auxiliando os alunos para que eles aprendem a como atuar em Libras e no português para surdos como segunda língua, é uma troca de experiência muito boa, também produzo artigos científicos e Literatura Surda, em várias disciplinas já há 6 anos na universidade o que é muito importante pois é um local para se produzir e compartilhar essa experiência pois os alunos surdos que estão na universidade precisam desta formação para ocupar as vagas de trabalho na sociedade. Nós que trabalhamos no meu setor somos 4 professores 3 surdos e 1 ouvinte todos 4 são muito bons, como mais tempo para pesquisa, cursos, cursos à distância, etc com essas

medidas poderemos desenvolver melhor este assunto com mais profundidade dentro da universidade e a experiência do professor surdo é essencial para este processo.

#### QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR P2

- 1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto do ensino superior?**

Considerando a educação inclusiva na Universidade, o meu entendimento e o que tenho presenciado é assim vou exemplificar onde há um aluno surdo existe a presença do intérprete em todas as aulas para a interpretação do que está sendo ministrado pelo professor oralmente, além disso, é necessário adaptações para outros tipos de deficiência também o cego ocorrer a audiodescrição, adaptações dos materiais para Braille, é isso que entendo quando considero a inclusão, é também fazer o acompanhamento do aluno deficiente garantindo acessibilidade.

**2. Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

Sim. Pratica a educação inclusiva sim, mais ou menos, não é 100% porque existem professores que não refletem sobre adaptações necessárias para o aluno surdo, apenas colocam um intérprete havendo uma relação entre surdos e intérpretes, mas o professor mesmo não proporciona adaptações para o aluno surdo.

**3. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, porquê?**

Sim. Acredito que as políticas influenciaram sim. Com a declaração de Salamanca, por meio do qual foi determinado a inclusão de pessoas com deficiência no mesmo ambiente das ditas “normais”, essa determinação foi iniciada na educação básica, mas teve repercussão no ensino superior sim, pois as universidades não podiam mais fechar o acesso dessas pessoas deficiência, elas precisarem abrir espaço, acesso a elas. As políticas também influenciaram na abertura de vagas, cotas para deficientes por causa dessas medidas muitos deficientes conseguiram ter acesso ao nível superior, ou seja, houve grande influência sim. Muitas outra como a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, ela determina acessibilidade a pessoas deficientes como a presença de intérpretes, audiodescrição, etc.

**4. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas têm possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Na minha opinião é de extrema necessidade que o profissional seja sensível a realidade do aluno, seus limites para que sejam feitas adaptações efetivas e não adaptações pela metade por exemplo coloca-se o intérprete em sala de aula porém falta da parte do professor fazer adaptações em seus materiais onde tenha destaques mais visuais para melhorar o entendimento do aluno, isso é um problema. Outra exemplo é com alunos cegos, ele não pode ver o que está sendo explicado, coloca-se a audiodescrição, mas não é só isso, existe um real necessidade do professor fazer adaptação do material que está sendo explicado, uma didática, conversar com este aluno, são estes os exemplos que tenho para falar.

**5. De que forma o professor pode contribuir para a educação inclusiva de Surdos, no contexto Universidade? Somente a atuação do professor é suficiente para garantir esse processo? Sim? Não? Por quê?**

Sim. É extremamente necessário que o professor esteja próximo deste aluno para conhecer suas necessidades, elencar e assim poder entender como devem ser feitas as adaptações do material didático para este aluno ou quais outras necessidades este discente precisa, essa necessidade de proximidade com o aluno é imprescindível para entender como o aluno se sente. Eu sei que o professor não tem tempo suficiente para essas adaptações, às vezes ele não consegue pensar em como fazer, não tem experiência na área, são muitos limites, barreiras por esse motivo a acessibilidade na universidade é muito limitada, não é muito boa não.

Só a atuação do professor não é suficiente para garantir a acessibilidade não. Para garantir a acessibilidade o professor precisa está de fato preocupado em detalhar sua didática, todo seu material mesmo assim só isso não é suficiente, é preciso sim o acompanhamento de outros profissionais especializados como intérprete, profissionais de audiodescrição, cada profissional de determinada área de cada deficiência dando suporte para o docente e para garantir este processo, pois o professor não tem como possuir conhecimento de todas as áreas de deficiência, os profissionais poderão auxiliar neste processo de adaptação do ensino, mas sei que em geral não é isso que acontece nem o professor faz.

**6. Em sua opinião, a sua atuação, como professor, no contexto da educação inclusiva de Surdos é dificultada por problemas (obstáculos, dificuldades, etc)? Se sim, pode dar alguns exemplos? De que forma esses problemas podem prejudicar a prática da educação inclusiva? Se não, por quê?**

Sinto muito mas eu ainda não tive experiência de dar aula para aluno surdo, dentro da disciplina Libras que eu ministro até hoje não tive oportunidade, só tive um aluno D.A. (deficiente auditivo), mas ele aprendeu rápido, lia os lábios e observava a sinalização, mas ele continuo D. A eu deixei, ele nunca assumiu a identidade surda eu percebi e respeitei o posicionamento dele. Eu já tive uma experiência num projeto de pesquisa tinham alguns alunos surdos e outros surdos já graduados participaram deste projeto e nossa relação era mediada pela nossa L1, língua de sinais, e o trabalho fluía naturalmente a dificuldade era com os participantes ouvintes que tinham um pouco de dificuldade por causa da língua (libras) e eu pedia para que os surdos falassem mais devagar.

Considerando a educação inclusiva, eu já tive experiência com aluno autista, eu precisava simplificar, fazer muitas adaptações pra ele, mas ele conseguiu sim aprender Libras ele tinha um pouco de dificuldade na parte teórica, mas na prática ele conseguiu sim eu fazia prova adaptada, distribuía frase para que cada aluno ouvinte viesse à frente para apresentar em Libras, expressar o que já havia dado tempo para estudar, na vez dele eu estava sempre próxima e solicitava que ele expressasse em libras frases com sinais que ele já havia aprendido e ele se expressava em libras

perfeitamente, eu ficava admirada. Eu fiz essas adaptações com eles devido a experiência que já tive com uma aluna com baixa visão eu precisava ficar muito próximo dele sinalizando também em enviava o material em PDF, minhas aulas eu enviava antes para que ele pudesse acompanhar, deixava na sala ele sempre próximo de mim e o aluno conseguia visualizar facilmente.

Eu sinto falta de profissionais especializados para acompanhar este processo, na minha opinião, não é legal apenas um profissional envolvido neste processo de ensino é preciso um outro profissional para acompanhar este processo e verificar a aprendizagem de fato se está acontecendo.

**7. Como descreveria a sua experiência e prática profissional em termos da sua contribuição para o sucesso da educação inclusiva de Surdos?**

A minha, primeiro, eu como professora preciso ficar próxima do aluno para verificar como ele se sente, seus limites, dificuldades, utilização de muitos recursos materiais didáticos visuais, a presença do intérprete, adaptação de todo material de forma visual porque ficar só falando não dá é sem graça, não adianta, eu sei que a maioria não trabalha com materiais visuais é gosta somente a oralidade sei que cada um tem seu jeito, sua metodologia o principal pra mim é o recurso visual e presença de intérprete também é necessário haver um respeito pela escrita do surdo que é diferente, seria só isso, eu acho, também estímulo em fazer o aluno participar de trabalhos em grupo porque sozinho fica mais difícil, essa troca é entre os colegas é necessária.

## QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR P3

### **1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto do ensino superior?**

Eu fiquei um pouco confuso, vi o que a tradutora no vídeo disse e agora você, mas vamos ver se é isso que você quer, olhe minha resposta. Você quer saber do ponto de vista da minha atuação na educação inclusiva ou eu como telespectador neste processo a pergunta diz respeito a qual dos dois?

#### **Das duas perspectivas.**

Então, seria da minha perspectiva como profissional da educação e também da minha época de aluno?

#### **Não, da perspectiva atual como professor. Só um minuto vou explicar melhor: seria de 2016 até 2020, sua experiência neste período. O que você acha sobre a inclusão?**

Entendi. Olha vou explicar para ficar claro. Eu estudei em pedagogia com os surdos sobre inclusão foi lá que aprendi, mas como era pouco tempo, era uma carga horária pequena não foi tratado com tanta clareza não, aprendi o básico.

Depois de um tempo, os surdos se posicionaram contra a inclusão e refleti sobre isso e considerei que o melhor era que fosse um trabalho totalmente focado com os surdos sem a educação inclusiva. Depois eu consegui uma vaga para trabalhar na prefeitura, AEE para surdos, mas foi lá que comecei também a ter contato com diversas deficiências e achei muito legal os trabalhos que realizavam com pessoas Síndrome de Down e aprendi muito. Trabalhei com cego e aprendi Braille, isso ampliou minha visão sobre inclusão.

Então, comecei refletir sobre aquele posicionamento inicial e verificar que os surdos estavam equivocados, pois há uma necessidade desta abertura para os trabalhos na perspectiva inclusiva, pois os dentro da surdez existem também variações por exemplo surdo que é cego, síndrome de Down, autista então como se desenvolveria o trabalho por isso há necessidade de inclusão de trabalhos nesta perspectiva, netão de fato concluí que eu tinha um posicionamento errado, alguns surdos ainda defendem esse pensamento inicial e respeito a eles. Quando eu passei no concurso da Universidade, verifiquei mais ainda a necessidade do trabalho inclusivo. Lá, foi me dado a ementa da disciplina de inclusão e fiquei perturbado, agoniado, pois vi o quanto eu tinha de conhecimento nesta área era muito escasso, então solicitei materiais com este tema, comecei a me dedicar nos estudar destes materiais, suei para aprender, fiquei muito nervoso, quase chorei, porque eu nunca tinha dado aula

sobre educação inclusiva, foi então que confirmei ainda mais a importância da educação inclusiva e pude ampliar minha visão.

**Entendi, foi difícil, né? Querida que você falasse, na sua opinião, sobre o conceito de educação inclusiva considerando a universidade.**

Quando se fala sobre inclusão na Universidade, geralmente é abordado sob perspectiva mais teórica como a Declaração de Salamanca, LBI, o que é a pessoa com deficiência, as mudanças de nomenclatura e sempre se aborda a perspectiva histórica. Nas disciplinas sobre o assunto são 20 h de parte teórica e 20 h de parte prática, mais 20 h de apresentação de seminário momento em que eu avalio e oriento os alunos sobre este assunto geralmente divido em grupos a turma e dou uma especificidade para que cada grupo estude e apresente, um grupo apresenta sobre cego, outro surdo, outro Síndrome de Down de maneira que se estude sobre várias deficiências oriento que falam da questão teórica mas que também apresentem materiais adaptados para cegos, surdos, autistas questões práticas sobre como atuar com cada deficiência. Eu tenho uma amiga que é professora que está de licença para o doutorado e verifiquei o material dela sobre este assunto e não gostei pois ela abordavam mais a parte teórica e não tinha prática, seminários, fica só na teoria não acho que o aluno aprenda desta forma, quando este aluno chegar no ambiente de trabalho não vai saber como fazer as adaptações necessárias, eu recebi o material dela, agradeço muito, mas resolvi fazer essas modificações para melhoria da disciplina tracei estratégias e caminhos para os alunos e eles adoraram tanto que avaliação deles sobre mim foi de 100%, já o dela era de 75%, o que me ajudou nisso foi aquela minha experiência de trabalho que tive na prefeitura AEE, trabalhei lá 6? Não, 9 anos lá. Eu conversando com outra professora surda da Universidade, ela me questionou se eu concordava com a educação inclusiva e respondi que sim e ela quis saber o porquê, eu expliquei que já ampliei minha visão pois entendo que somos seres humanos como qualquer um e que ficar separando não está certo, separar em grupos e isolar não dá, até porque dentro da surdez temos vários tipos como surdos que são cegos também ou Síndrome de Down, autistas o foco não pode ser só na surdez, e essa professora ficou balançada, percebi que ela também ficou amedrontada porque se formou em pedagogia e foi logo atuar na Universidade, diferente de mim que tive a experiência de atuação na prefeitura e depois fui para Universidade.

**Em resumo, você entende que para a educação inclusiva precisa dessas estratégias e adaptações de ensino nas variadas deficiências.**

Entrevistado: Sim, os materiais mesmo que estão na rua podem ser usados reaproveitados, reciclados para fazer os materiais, não há necessidade de gasto de dinheiro e mostro nas aulas para os alunos e eles ficam perplexos e entendem. Teve um aluno que pegou madeira na rua e deu ao pai ele serrou e produziu um dominó para cego, que maravilha! Não precisou comprar algo caro o pai serrou e colocou cola, pronto, ficou perfeito.

**2. Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

Sim. Você conhece o Núcleo de Acessibilidade de Castanhal? Eles sempre dão formação sobre surdez, mês que vem que vem será sobre cego para o uso da bengala, eles já deram um curso de formação para professores ao curso de veterinária para aprender a adaptação das tesouras para pessoas que tem deficiência nos dedos realizar os procedimentos de corte com tesoura adaptada para quem tem 3 dedos, eu não participei deste curso não, mas eu vi os profissionais discutindo para fazer as adaptações necessárias.

**Então você considera que há sim devido a esses cursos de formação e essas estratégias traçadas.**

Sim

**3. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Sim. Por exemplo em Castanhal alguns conhecem as políticas. Eu não sei, mas por exemplo, eu sabendo da lei posso mostrá-la e discutir para resolver alguma questão e devido à lei rapidamente pode ser resolvido. Por exemplo, aconteceu comigo na Universidade que entrei um banheiro adaptado para cadeirante, tudo com rampa, acessibilidade pronta e quando eu abri a porta para entrar no banheiro, estava cheio de material de limpeza tudo jogada lá, com vassoura por eu ter o conhecimento da lei eu fui até à coordenação do Campus e conversei com o coordenador expus a questão da lei, falei sobre vários pontos, ele ficou sem graça, engasgou e retirou todo material de lá, foi feita uma limpeza no banheiro, ou seja, ele sabe da lei mas não dá importância.

**4. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas têm possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Você conhece a professora (nome)?

**Não conheço.**

Ela é um pessoa que não fica calada retraída, ela não tem medo, ela fala mesmo, discute, não aceita, ela é psicóloga, ela é mais experiente. Eu sempre via as coisas e ficava calado, lamentando, eu nem sempre fazia as reclamações, mas ela fazia sozinha e todos os outros vinham para cima dela. Quando nós dois nos aproximamos, começamos nós dois enfrentar as irregularidades, então sugeri que a gente criasse uma formação para profissionais para um curso de LIBRAS, cego, vários tipos. Porque

a Lei já fala isso mas na prática não tem e eles procuram ocultar essas leis, mas eu e essa professora tiramos as leis da obscuridade trouxemos à tona e começamos a exigir que fossem respeitadas e começamos esse movimento de mudança, tudo com base nas leis. Eles argumentavam que não havia deficientes, mas, que nada! Foram aparecendo vários e os funcionários ficaram agoniados.

**Então, para que as políticas públicas se concretizem você entende que precisam pessoas na instituição para lutar por isso e fazer acontecer?**

Sim, isso mesmo.

**5. De que forma o professor pode contribuir para a educação inclusiva de Surdos, no contexto Universidade? Somente a atuação do professor é suficiente para garantir esse processo? Sim? Não? Por quê?**

Houve uma reunião com o grupo de Pedagogia e só tinha uma professora que trabalhava com inclusão e o meu foco era só na área de Libras. Essa professora me chamou e me convidou para trabalharmos juntos com a inclusão na Universidade pois disse que essa área ficava tudo pra ela, então nós dividimos o assunto entre nós dois eu fiquei com Libras, inclusão e metodologia dos ensino para surdos com essas três disciplinas antes era só com Libras mas acrescentei a inclusão, mas não ministro totalmente sobre inclusão, pois ainda estou aprendendo já tenho 8 anos de experiência, ampliei muito minha visão mas não tenho conhecimento 100% ainda falta muito, muitas informações eu perco devido não ouvir, muita coisa muda nesta área tenho que está sempre me atualizando recebendo novos materiais, quando estou dando aula eu vejo já mudou, tem novas informações aí tenho que rever, as vezes, me dá até vergonha. Os ouvintes são melhores do que eu neste tema e gosto de estar perto deles aprender para depois ministrar. Um exemplo disso foi a nomenclatura “deficiente” eu estava usando e um aluno me disse que não usava mais mas era PCD, eu falei “eh?” deixa eu ver e fui pesquisar e vi que realmente eu estava equivocado, nós surdos perdemos muitas informações por conta de não ouvir então é preciso estudar antes com antecedência para poder ministrar, mas eu percebo que os professores sabem pouco sobre inclusão eu sei porque eu junto com esta professora ministramos palestra pra eles sobre este assunto, curso de formação, por exemplo quando eu dou aula de libras eu explico sobre o que é o surdo, como nasce surdo, porque a libras é a língua natural do surdo e os alunos em geral não sabem mas vão aprendendo.

Queria acrescentar sobre o PARFOR, nós estávamos reunidos e o responsável me deu o cronograma com as disciplinas e comecei a procurar sobre Libras e estava um professor responsável por Libras e eu perguntei quem era este professor e foi me mostrado na hora e eu perguntei se podia fazer uma colocação e eu perguntei se ela sabia Libras, sobre as leis etc e ele respondeu que não, perguntei como ele iria dar aula então, ele responde que não sabia mas que ia falar só teoricamente, eu disse vocês me desculpe mas isso tá errado, eu solicito que isso seja trocado e que eu ministre pois é minha língua e o professor na hora aceitou e retirou o nome dele, pois

ele sabia que estava sendo dada aquela disciplina de maneira aleatória de qualquer jeito, eu até pedi desculpa, ele disse que não tinha problema nenhum, aí perguntei se ele já tinha ministrado essa disciplina ele disse que sim e perguntou como tinha feito, o professor respondeu que só falando, por isso agora eu não fico mais calado, eu falo exige, chamo, exponho, todos lá já sabem que a parte de Libras é minha, pois ninguém conhece Libras, as reflexões. Não conhecem a lei, ninguém sabe das adaptações, somente eu, eles aproveitavam só por questão financeira.

**6. Em sua opinião, a sua atuação, como professor, no contexto da educação inclusiva de Surdos é dificultada por problemas (obstáculos, dificuldades, etc)? Se sim, pode dar alguns exemplos? De que forma esses problemas podem prejudicar a prática da educação inclusiva? Se não, por quê?**

Eu reflito sobre isso e penso que os professores têm formação em pedagogia e dentro dela existe a inclusão, então professor é obrigado a possibilitar a inclusão sim. Por exemplo, o Letras Libras não tem disciplina de inclusão, o foco é somente nos surdos, mas na pedagogia fala sobre inclusão sim então é de responsabilidade de cada professor sim, mas eles não querem trabalhar a inclusão porque eles não tem experiência nunca trabalharam com deficiência, só essa professora e eu trabalhamos a inclusão, ela e eu sabemos libras, braile. Por exemplo os temas de tcc sobre inclusão tem vários pra ela orientar, eu peguei 2 pra ajudar, mas algumas palavras no texto dificultavam meu entendimento então eu precisava da presença do intérprete, depois eu chamava o aluno e orientava, era muito bom porque esse trabalho me dava muitas informações e eu aprendi, aumentava meu vocabulário. Só o professor não garante uma inclusão na totalidade. Por exemplo eu não sei sobre tudo na inclusão, então em determinadas áreas eu peço a presença de outro profissional para explicar e palestrar sobre uma área que não domino, também chamo intérpretes para ajudar ou bolsistas, esses ajudam muito neste processo de inclusão devido aos projetos de extensão.

Tem muitas dificuldades sim, obstáculos como em algumas ementas, são muito difíceis de serem entendidas muitos intérpretes também as vezes não entendem, os termos de algumas doenças por exemplo, então preciso convidar profissionais de fora da Universidade, são da AEE de Castanhal pra falar sobre determinados assuntos e vou anotando aprendendo e quando é da próxima vez, eu mesmo já tenho condições de ministrar, Essas ementas eu não posso apagar pois elas são padrão da Universidade, é do sistema é obrigatório seguir. Em relação à ementa, as dificuldades são de duas formas, uma que é a maior é quando se trata de textos sobre inclusão, em relação às práticas, fica fácil porque é visual, mas a parte teórica é complicada por exemplo terias na área da surdez eu explico tranquilamente, Síndrome de Down, mas sobre cego não, de forma geral sim mas ponto por ponto não, cadeirante também é fácil, de forma geral todos os assuntos sei adaptar, ensinar mas quando se trata de aprofundar determinadas áreas aí fica difícil.

**7. Como descreveria a sua experiência e prática profissional em termos da sua contribuição para o sucesso da educação inclusiva de Surdos?**

Desde quando eu trabalhava no curso de Libras em uma Universidade particular, eu sempre tive a prática de chamar outros profissionais para palestrar sobre os aspectos legais da Libras e depois eu ia dar aula de Libras. Os alunos sempre vinham comigo e perguntavam: por que você não fala sobre o que eles falaram? Por que você mesmo não explica? Eu ficava na minha, mas dava a impressão de eu, como surdo, não era capaz e aquilo me fez sentir mal.

Então, conversei com os surdos, outros professores e falei sobre isso e a necessidade da gente se mostrar capaz, mas eles não davam atenção.

Depois de um tempo, eu passei no concurso da Universidade e aí me vi numa situação complicada, então eu chamei minha ex-aluna, uma grande amiga, foi minha madrinha de casamento me ajuda sobre essas questões da lei, eu estudei muito sobre isso, foi ela quem me estimulou a fazer o concurso da Universidade, eu não queria, tinha muito medo, porque era nível superior, em nível que eu nunca tinha trabalhado somente, na educação básica.

Ela disse: não, não, você vai, sim! E a gente foi estudando junto e aquele peso da dificuldade foi ficando leve e tudo foi se tornando fácil e comecei a palestrar sobre isso e pronto, foi muito emocionante para mim.

Na Universidade tem muitos outros professores surdos que não concordam comigo e considero que eles continuem com a abordagem dele focando a surdez, mas eu não, eu abro para todos pardo, negro, índio, homossexual, obesos, magros é preciso aprender a se abrir para todos esses grupos, todos fazem parte da inclusão.

Já há 9 anos trabalho na Universidade de Castanhal e não estamos em 100% por acho já atingimos 50% neste assunto e é necessário continuar nesta luta, estudando para melhores êxitos no futuro.

**QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR P4**

**1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto do ensino superior?**

Eu entendo sobre a educação inclusiva de surdos, mas não entendo inda com profundidade porque eu ainda não estudei, li muito sobre isso falta buscar mais informações para entender melhor sobre as políticas públicas e também sobre as políticas linguísticas eu ainda não entendo. Então, agora sobre a educação inclusiva de surdos dentro da educação superior, na minha visão são necessárias adaptações para os surdos, intérpretes, melhor acessibilidade para comunicação com a sociedade que compõe a universidade é isso que entendo.

**2. Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

O que eu vejo é os alunos graduandos escutam muita teoria e pouca prática, eu me refiro a eles saberem o que um aluno surdo precisa na escola regular, falta essa vivência prática, se não tem a prática fica só no campo da teoria, então vejo que isso não tem na universidade e isso vai prejudicar o aluno surdo com este profissional chegar nesta escola. Atualmente, na Universidade tem alguns professores que tem refletido sobre esta necessidade da prática e tem se proposto a enfrentar a realidade de como é na escola de surdos, pois sem essa prática não tem como o graduando conhecer essa realidade.

**3. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Para mim, não tenho uma resposta certa, o que eu vejo é como falei antes eu não sei muito sobre políticas públicas, eu sei muito sobre a área que sou professora, mas continuando, em relação as políticas públicas, vejo que professores surdos ou ouvintes que participam de movimentos na Associação de surdos sofrem influência sim, mas não sei responder ao certo.

**4. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas têm possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Em relação aos critérios, são necessários muitos considerando a educação de surdos porque o acesso ao surdo não está pronto, satisfatório mas antigamente era bem pior, agora melhorou, está estável mas precisa melhorar bastante, é preciso mais acesso como presença de intérpretes, também acesso comunicacional em qualquer ambiente, a necessidade de intérpretes em qualquer ambiente, não somente na escola, além disso no mercado de trabalho em qualquer evento de qualquer área, não somente em eventos sobre surdez, não, são em todos, o surdo olha a sociedade ouvinte e ele quer se desenvolver assim como ela de maneira igualitária.

**5. De que forma o professor pode contribuir para a educação inclusiva de Surdos, no contexto Universidade? Somente a atuação do professor é suficiente para garantir esse processo? Sim? Não? Por quê?**

No meu ponto de vista, o professor surdo ajuda muito o aluno surdo nas explicações, atividades, na parte teórica. Por outro lado, tem professores que não sabem LIBRAS mas entendem da área da surdez, como ele não sabe LIBRAS é necessário a presença do intérprete de Libras para auxiliar no entendimento do aluno surdo neste processo com as atividades, parte teórica, a mediação neste processo é necessário por meio do intérprete ou se o professor ouvinte mas bilíngue fluente em LIBRAS ele pode ensinar de maneira personalizada o aluno surdo, nesta situação não há necessidade de

intérprete, esta é minha visão. De qualquer forma, para mim, o principal responsável neste processo é o professor, não é o intérprete, este deve se manter neutro, ele apenas media essa relação linguística.

- 6. Em sua opinião, a sua atuação, como professor, no contexto da educação inclusiva de Surdos é dificultada por problemas (obstáculos, dificuldades, etc)? Se sim, pode dar alguns exemplos? De que forma esses problemas podem prejudicar a prática da educação inclusiva? Se não, por quê?**

Para mim, existem dois obstáculos. Um é em relação ao intérprete quando não tem uma fluência em LIBRAS, isso, às vezes, atrapalha minha atuação e também atrapalha o aluno surdo. Outro ponto que dificulta o meu trabalho é que este aluno chega na universidade sem ter internalizado o bilinguismo de fato, ele é 80% bilíngue, tem muita limitação na leitura em partes teóricas mais pesadas fica muito limitada a aprendizagem isso atrapalha meu trabalho como profissional. Por outro lado, quando o surdo é bilíngue é muito melhor para trabalhar, quando ele se esforça para leitura e tem iniciativa de pesquisar isso facilitar o processo e também essa dificuldade diminui, às vezes, com a presença do intérprete.

- 7. Como descreveria a sua experiência e prática profissional em termos da sua contribuição para o sucesso da educação inclusiva de Surdos?**

No meu ponto vista, na universidade, não na escola bilíngue, para um melhor desenvolvimento da inclusão do surdo, primeira lugar é preciso a presença de intérpretes, presença de professores bilíngues além de criação de vários projetos que possam estimular a atuação do surdo.

#### QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR P5

- 1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto do ensino superior?**

Entendo que a educação inclusiva afirma a existência da diversidade de sujeitos e objetiva a melhoria da qualidade de ensino adequando-o a todos os público para oportunizar equidade educacional e oferecer atendimento diferenciado ao passo que reconhece as particularidades

de cada indivíduo para garantir o bem-estar no processo de inserção no ensino superior, bem como o respeito à toda condição humana.

**2. Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

Acredito que esta universidade avançou, consideravelmente, no que se refere à prática de educação inclusiva oferecida tanto aos discentes quanto aos servidores surdos. Para exemplificar, posso citar as iniciativas de atendimento e inserção social desenvolvidas pelo Setor de Acessibilidade, que acompanha a pessoa surda durante seu percurso no ensino superior; os cursos de Libras voltados aos servidores no Setor de Capacitação de Servidores; os cursos livres de Libras que se estendem à comunidade geral; o curso de graduação em Letras LIBRAS e Português L2, voltado à formação de professores; a Superintendência de Assistência Estudantil da pessoa com deficiência e o serviço de tradução e interpretação na Língua Brasileira de Sinais.

**3. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Penso que sim, as políticas públicas têm influência no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade. Isto porque tais decisões definem a oportunização desses processos. Contudo, os movimentos sociais dos indivíduos surdos nas diferentes esferas da sociedade, e também na virtualidade das redes sociais, influenciam as políticas públicas de todo o Brasil, inclusive nesta Universidade, fomentando a tomada de consciência no que se refere a humanização deste público, oportunizando acessibilidade em Libras e outros serviços que geram visibilidade, inserção social e atendem as particularidades dos surdos/deficientes auditivos.

**4. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Prioridade da cota PCD aos surdos que prestam concurso público, que inscrevem-se em curso de graduação e pós-graduação; oferta de materiais adequados aos surdos nas provas de concurso público; garantia de intérprete de Libras; acessibilidade da informação; editais de concurso adaptado aos surdos, etc.

**5. De que forma o professor pode contribuir para a educação inclusiva de Surdos no contexto Universidade? Somente a atuação do professor é suficiente para garantir esse processo? Sim? Não? Por quê?**

O papel do professor e da equipe pedagógica ajudam no processo de implementação de educação inclusiva ao compartilhar a experiência da comunidade surda nos espaços da Universidade.

Isto fomenta as discussões sobre como melhorar o atendimento ao aluno surdo e aos servidores surdos. Mas, não somente a ação do professor será efetiva, é preciso que haja a mobilização das iniciativas inclusivas, como o Setor de Acessibilidade, a qual os alunos

solicitam o apoio para acompanhamento de suas necessidades. Isto sensibiliza o respeito ao nosso espaço enquanto surdos e oferece visibilidade e bem-estar no nosso ambiente de trabalho.

**6. Em sua opinião, a sua atuação, como professor, no contexto da educação inclusiva de Surdos é dificultada por problemas (obstáculos, dificuldades, etc)? Se sim, pode dar alguns exemplos? De que forma esses problemas podem prejudicar a prática da educação inclusiva? Se não, porquê?**

Sim, ainda há diversos obstáculos na atuação enquanto professor surdo nesta Universidade. A equipe técnica de intérpretes e professores precisa de estímulo e motivação para que realizem um bom trabalho. É necessário que haja melhoria na formação de intérpretes de LIBRAS para que haja precisão e coerência na tradução, garantindo, assim, acesso de qualidade à informação repassada aos surdos. Outros aspectos da inclusão do professor surdo também devem ser observados: os servidores e professores ouvintes, ao atender uma pessoa surda, poderiam comunicar em LIBRAS, não havendo esta possibilidade devem estar sempre acompanhados dos intérpretes como “suporte comunicacional”; é fundamental a criação de um setor de revisão de português como segunda língua apropriado aos alunos e professores surdos e, dessa forma, oferecer mais tradutores/revisores de português para surdos; vale ressaltar que ainda faltam mais servidores surdos para acolher e atender o aluno surdo da Universidade.

**APÊNDICE III**  
**QUESTIONÁRIOS REALIZADOS COM GESTORES**

## QUESTIONÁRIO DO GESTOR G1

**1.O que você entende por educação inclusiva, no contexto da ensino superior? Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

Educação Inclusiva são aquelas práticas formativas que têm assegurado o direito de tod@s os sujeitos interessados naquela formação, independente de sua condição física, etnia, gênero, idade, religião etc, **garantindo condições subjetivas e Objetivas para a sua realização**. A Universidade exercita a educação inclusiva ao reconhecer o direitos de tod@s, inclusive d@s surd@s, acompanhando @s alun@s surd@s com o serviço de intérprete de libras nas aulas e eventos acadêmicos.

**2.Em sua opinião, o setor de assistência estudantil e de acessibilidade têm contribuído para a educação inclusiva de Surdos, na Universidade?**

Sim. Por meio da garantia do serviço de intérprete de libras para tod@s @s alun@s surd@s a universidade assegura as condições materiais necessárias para que @ alun@ surd@ possa acompanhar as aulas e participar das atividades acadêmicas de seu curso. A Universidade, por meio do setor de Assistência Estudantil e de acessibilidade também busca promover uma cultura de inclusão, para que toda a comunidade acadêmica mantenha uma relação de respeito a diversidade de seu alunado.

**3.Em sua opinião, quais são os principais desafios e os avanços mais significativos na sua atuação profissional no contexto da educação inclusiva de Surdos? Por quê? De que forma esses desafios e avanços influenciam na prática da educação inclusiva?**

No âmbito da Universidade a principal dificuldade está relacionada a diminuição do orçamento destinado aos serviços de assistência e a acessibilidade estudantil. Tanto os programas INCLUIR quanto os planos nacionais de assistência estudantil têm seus recursos diminuídos, ao passo que tem aumentado o número de alun@s em vulnerabilidade socioeconômica e @s alun@s PCDs.

**4.Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Muito, os cortes de verbas destinados a acessibilidade estudantil têm colocado muitas dificuldades para que a Universidade mantenha as suas políticas de inclusão.

**5.Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas têm possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

É necessária uma retomada do processo de reconhecimento do direitos de tod@s os indivíduos a uma educação superior, inclusive os PCDs. Isso significa reconhecimento de direitos, infra-estrutura adequada e investimentos públicos necessários para que se assegure

qualificação profissional e condições materiais necessárias para que as IFES possa implementar ações de acessibilidade estudantil.

## QUESTIONÁRIO DO GESTOR G2

### **1. O que você entende por educação inclusiva, no contexto da ensino superior? Na sua opinião, a Universidade pratica a educação inclusiva, no que diz respeito aos Surdos?**

A educação inclusiva é uma filosofia da prática, um paradigma, que infelizmente nem todos praticam. Esse paradigma vai na direção do direito da pessoa em participar nas mesmas condições que os demais das políticas públicas como prática social. A educação inclusiva permite que as pessoas que foram historicamente e socialmente excluídas do âmbito educacional ou das políticas educacionais possam ter o direito de estar inclusas. No ensino superior, a educação inclusiva perpassa pelo direito dos estudantes, socialmente e educacionalmente excluídos, possam participar com dignidade e respeito às suas singularidades no acesso à universidade, por meio de políticas de ações afirmativas e ainda pelo direito de estar e permanecer com sucesso. Quando se fala da educação inclusiva e envolve o surdo, ao mesmo tempo, o "permanecer" depende de outros autores, que da mesma forma são imprimidas das políticas públicas, tais como o serviço do tradutor intérprete de Libras, práticas de avaliação que assegurem a singularidade linguística do surdo como a Língua portuguesa como Língua 2 e o uso da pedagogia visual como prática metodológica. Na universidade, podemos afirmar que pratica, em parte, já avançou em políticas de ações afirmativas por meio do avanço do sistema nacional de cotas e da vaga adicional, da inclusão do curso de Letras Libras como espaço de formação de outros docentes que possam trabalhar com surdos e com um número razoável de intérpretes de Libras, mas quanto à metodologias diferenciadas e de práticas avaliativas há muito o que avançar com os docentes. Na mesma direção, penso, que já avançamos em programas, projetos de extensão, formação de tradutores intérpretes (3 cursos de extensão oferecidos pela universidade), formação de técnicos e professores em Libras, oferecido pelo Centro de Capacitação da Universidade, já estamos chegando na 10ª turma, curso de extensão de Língua portuguesa para surdos, apoio dos TILS em tradução e interpretação aos alunos surdos matriculados e editais de PS e Programas estudantis acessíveis em Libras,

### **2. Em sua opinião, o setor de assistência estudantil de acessibilidade têm contribuído para a educação inclusiva de Surdos na Universidade?**

Acredito que sim, na medida do possível e dos recursos que existem na Universidade. Atualmente o Setor de acessibilidade possui 3 programas que atendem os Surdos, são eles: Programa de apoio especializado e Individual - PAI -PcD, Programa Bolsa acadêmica de acessibilidade e Programa Pró-pedagógico. O primeiro mapeia e cadastra os alunos no sistema gerencial de assistência estudantil, permitindo construir planos de ação individual e com a disponibilização do serviço de tradução e interpretação em Libras; o segundo, garante

monitoria para alunos com dificuldades de aprendizagem; o terceiro, garante apoio pedagógico e psicológico aos alunos, incluindo surdos. Fizemos questão de contratar um pedagogo que domina a Libras, para que a conversa e o atendimento possa ocorrer com mais facilidade e de forma direta com o profissional. Além disso, o setor de assistência estudantil publica anualmente como política de permanência adicional 2 auxílios financeiros diretos: Auxílio permanência e moradia PcD e o auxílio de tecnologias assistivas para PcD. A Setor de acessibilidade ainda consolidou em 2018 o subprograma PIBIC PcD, onde alunos surdos também já foram contemplados por docente para participar como aluno da iniciação científica. Somado a isso, em 2021, o Setor de acessibilidade aprovou para atender melhor esse público, para avançar na inclusão desse público 2 projetos de extensão: 1) Curso de tradutores e intérpretes de Libras, em parceria com a associação de surdo e a associação de intérpretes e o curso de extensão em sinalário de sinais dos cursos de Educação física, odontologia e sistemas de informação. A página do Setor de acessibilidade, ainda é um espaço onde o público pode encontrar cartilhas orientadoras, incluindo como trabalhar com surdos, editais em Libras, Instrução Normativas em Libras e salários da UNIVERSIDADE, projeto da Setor de acessibilidade. Atualmente, em conjunto com o setor responsável por inovações aplicadas a ensino e extensão, participamos da parceria do lançamento da disciplina optativa do programa de flexibilização curricular denominada de "Tecnologias assistivas para deficiências sensoriais". Por fim, apesar do governo federal ter extinguido o cargo dos TILS do ensino superior, em 2018, a universidade, por meio do Setor de acessibilidade, desenvolver outras formas de resolver o problema, como por exemplo, aprovar projetos na FADESP e fazer projetos de terceirização para contratação desse profissional, incluindo contratos para os CAMPI. Com esses projetos aprovados conseguimos ampliar no Setor de acessibilidade mais 2 intérpretes e contratamos 1 intérprete para Cameté. Até o momento, desde 2015, nenhum aluno surdo ficou sem intérprete de Libras na Universidade.

**3. Em sua opinião, quais são os principais desafios e os avanços mais significativos na sua atuação profissional no contexto da educação inclusiva de Surdos? Por quê? De que forma esses desafios e avanços influenciam na prática da educação inclusiva?**

Os maiores avanços foi a consolidação da política de assistência estudantil e acessibilidade da Universidade, aprovada em 2020, a contratação de TILS, avanço nos programas que atentem os surdos, e dos projetos de extensão. Os maiores desafios são com os cortes orçamentários do Programa Incluir para as Universidades e da assistência estudantil, e também com a destruição do cargo de intérprete de Libras do Plano de cargos e carreira do ensino superior, o que dificulta ter no quadro da Universidade novos intérpretes. A influência disso tudo é que, com as políticas e com recursos é possível avançar ainda mais com a educação inclusiva para esse público na universidade.

**4. Na sua opinião, as políticas públicas têm influenciado no processo de educação inclusiva de surdos na Universidade? Se sim, como? Se não, por quê?**

Ultimamente as políticas públicas vem diminuindo para esse público, cito os negativos:

1. Cancelamento de concurso para TILS nas universidades;
2. Diminuição do recurso incluir;

3. Leis que, ultimamente, mais segregam do que incluem, cito a nova política da educação especial, vetada pelo STJ.
4. desvalorização da carreira dos TILS, o que desmotiva esse profissional e o encoraja a buscar outras profissões;

Como positivo, as políticas criadas pela própria universidade, como:

1. políticas de ações afirmativas;
2. Criação da Coordenadoria de acessibilidade;
3. Criação do curso de Letras Libras;
4. terceirização de TILS, para amenizar problemas com acessibilidade ao surdo.

**5. Em sua opinião, que critérios e condições devem ser respeitados (ou seguidos) para que as políticas públicas possam ser efetivamente concretizadas (aplicadas)?**

Quando se trata do público pessoa surda, o primeiro critério é que o surdo exista na universidade, segundo que seja garantido o direito a eles o acesso à comunicação e à informação; e por fim que sejam destinados recursos financeiros para atender propostas que venham a diminuir barreiras comunicacionais e metodológicas para esse público, tal como do retorno de concurso para TILS.

Que os profissionais que trabalham com esse público, em particular os TILS, possam respeitar o direito da pessoa surda de ter informação, de ter acessibilidade, e que seja respeitada a sua singularidade linguística cultural como um papel social do ser humano.

A palavra-chave que envolve as condições para as políticas públicas está na garantia da acessibilidade comunicacional e informacional.